

Revista Internacional em
Língua Portuguesa
International Journal in Portuguese Language

LÍNGUA PORTUGUESA EM ÁFRICA

Políticas Linguísticas e Crioulos em Debate

IV Série, Semestral N.º 31, 2017

Revista
Internacional
em Língua
Portuguesa

Língua Portuguesa em África
Políticas Linguísticas e Crioulos em Debate

Publicação Semestral da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

A RILP cumpre as normas de referência do Catálogo Latindex – sistema de Informação Internacional de Revistas Científicas e do European Reference Index for the Humanities (ERIH) da European Science Foundation (ESF).

A Revista Internacional em Língua Portuguesa, editada desde o ano de 1989, é uma publicação interdisciplinar, da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Criada para aprofundar o conhecimento sobre o português, expressa hoje o conhecimento em português, num espaço de intervenção, que em perfeita igualdade participem os membros da comunidade de utilizadores de português no mundo, nas suas diversas formas de expressão e difusão, das ciências humanas, sociais e da natureza, com destaque para a ligação entre o espaço geográfico dos que utilizam a língua portuguesa.

Fundador: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Presidente: Orlando Manuel José Fernandes da Mata (Presidente da AULP)

Director: Cristina Montalvão Sarmento (Secretária-Geral da AULP)

Editores científicos e organizadores: Alexandre António Timbane e Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre

Coordenação editorial: Cristina Montalvão Sarmento e Pandora Guimarães

Conselho de acompanhamento científico: Orlando da Mata (Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Angola); Judite Nascimento (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde); João Gabriel Silva (Universidade de Coimbra, Portugal); Francisco Noa (Universidade Lúrio, Moçambique); Jaime Ramirez (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Rui Martins (Universidade de Macau, RAEM-China); Lourenço do Rosário (Universidade Politécnica de Moçambique, Moçambique); João Sobrinho Teixeira (Instituto Politécnico de Bragança, Portugal); Albano Ferreira (Universidade Katyavala Bwila, Angola); Marcelo Knobel (Universidade Estadual de Campinas, Brasil); Francisco Martins (Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, Timor-Leste); Agostinho Rita (Instituto Universitário de Contabilidade e Administração e Informática, São Tomé e Príncipe); Leopoldo Amado (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Guiné-Bissau); Silvío Luiz de Oliveira Soglia (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil).

Revisão científica: Alexandre António Timbane (Universidade Federal de Goiás – Brasil/Moçambique, alextimbana@gmail.com); Ana Lúvia dos Santos Agostinho (Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil, a.agostinho@ufsc.br); Bernardino Bilério (Academia de Ciências Policiais – Moçambique, bilerio81@gmail.com); Bruno Franceschini (Universidade Federal de Goiás – Brasil, b-franceschini@hotmail.com); Egor Vasco Borges (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- Brasil/Moçambique, egorborges@hotmail.com); Geraldo Augusto Fernandes (Universidade Federal de Ceará – Brasil, geraldoaugust@uol.com.br); Hildo Honório do Couto (Universidade de Brasília – Brasil, hiho@unb.br); José Leite de Oliveira (Universidade Federal de Ceará – Brasil, leiteufc@gmail.com); Manuel Domingos (Universidade de Angola – Angola, russo_domingos@hotmail.com); Rosana Ferrareto Lourenço Rodrigue (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo- Brasil, rosanaferrareto@yahoo.com.br); Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Brasil, sabinabalsalobre@yahoo.com.br).

Montagem e arranjo gráfico: Pandora Guimarães

Capa/contracapa: Pandora Guimarães

Impressão e acabamentos: Sersilito - Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem: 300 exemplares

Depósito Legal: 28038/89

ISSN: 2182-4452

Preço deste número: 10,00 Euros

Número de registo na ERC: 123241

Editor: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Correspondência e oferta de publicações deve ser dirigida a:

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Avenida Santos Dumont, n.º 67, 2º, 1050-203 LISBOA

Tel: 217816360 | Fax: 217816369 | Email: aulp@aulp.org / rilp@aulp.org

Para referência de números anteriores consultar: www.aulp.org

Todos os artigos desta edição são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

RILP

Revista Internacional em Língua Portuguesa

Língua Portuguesa em África

Políticas Linguísticas e Crioulos em Debate

Editores científicos

Alexandre António Timbane

Academia de Ciências Policiais - Moçambique

Universidade Federal de Goiás - Brasil

Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Brasil

Associação das Universidades de Língua Portuguesa

Índice

PREFÁCIO

Salikoko S. Mufwene 9

APRESENTAÇÃO DOS EDITORES CIENTÍFICOS

Alexandre António Timbane e Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre 15

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E LÍNGUAS AFRICANAS

As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno nos PALOP

Rajabo Alfredo Mugabo Abdula, Alexandre António Timbane e Duarte Olossato Quebi 23

Políticas linguísticas de Moçambique: controvérsias e perspectivas

Ilídio Macaringue 47

Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola

Eduardo David Ndombele 71

O plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação linguística inovadora

Alexandre António Timbane e José Gil Vicente 91

Os ideofones da língua changana em Moçambique e o princípio da marcação

Ezra Alberto Chambal Nhampoca 113

OS CRIoulos DE BASE PORTUGUESA EM ÁFRICA

O cabo-verdiano visto por cabo-verdianos ou contributo para uma leitura da situação linguística em Cabo Verde

Mário Vilela 139

Kabuverdianu moderno: alguns aspectos fonológicos

Shirley Freitas 155

Ecologia das relações espaciais: as preposições do crioulo-português da Guiné-Bissau

Hildo Honório do Couto e Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto 177

Línguas nacionais de São Tomé e Príncipe e ortografia unificada

Ana Livia dos Santos Agostinho e Manuele Bandeira 209

A língua portuguesa na Guiné-Bissau: influência do crioulo e a identidade cultural no português

Ciro Lopes da Silva e Pascoal Jorge Sampa 231

RESUMOS/ABSTRACTS 251

AUTORES - BIOGRAFIAS 261

PREFÁCIO

O multilinguismo tem sido uma saída em relação à educação e ao desenvolvimento econômico na África negra desde a década de 1960, quando muitos países se libertaram politicamente dos seus colonizadores europeus. A vaga de políticas linguísticas, na maioria dos estados-nação emergentes, visava uma ideologia europeia de um único país, cuja finalidade final seria a desvalorização ou possível erradicação da grande maioria das línguas indígenas, se não todas. Por outro lado, não foi fácil promover uma única língua indígena como língua nacional e oficial de um grande número de línguas faladas pela maioria da população.

Antes do surgimento de regimes políticos de uma parte, sem oposição, as políticas linguísticas eram complicadas pela realidade dos partidos políticos inicialmente baseados na etnia ou regionalismo. A escolha de qualquer língua provocaria alguma desvantagem para falantes das outras línguas. Com algumas exceções, manteve-se a tendência para manter a língua do colonizador Europeu como a língua oficial, porque é uma lingual neutral sob ponto de vista étnico e regional, embora apenas uma pequena elite minoritária fale ou escreva com fluência. No entanto, essa política exclui que a grande maioria da população participe nas políticas nacionais devido a limitações linguísticas. Com efeito, esta política perpetua a prática dos colonizadores de governar e administrar as colônias através de alguns auxiliares e intermediários indígenas, o que aliviou os administradores coloniais do ônus de aprender os vernáculos dos indígenas. Desvalorizou as línguas indígenas, que a administração colonial, que se inscreveu na ideologia da “missão civilizadora”, considerou não transmitir cultura, porque não foram escritas e não foram utilizadas na produção de literatura de elite. Em essência, a África parece ter perdido orgulho na ampla gama de suas próprias heranças linguísticas e culturais, que são principalmente orais.

Esta política pós-colonial não só privilegia a classe de elite, mas também despotencializa as línguas indígenas e marginaliza os segmentos de maioria e não elite da população. Não só eles são impedidos de participar de suas políticas nacionais, mas também são condenados a competir apenas por empregos não qualificados, no setor de “colarinho azul” ou para manter a economia vernácula. Esta situação é consequência do fato de que a grande maioria dos estados-nação emergentes também escolheu as mesmas línguas oficiais europeias que a mídia e a educação. Independentemente das condições precárias das escolas, os alunos foram ensinados em idiomas que são estrangeiras e fazem suas experiências de aprendizagem muito mais desafiadoras do que o necessário. Devido aos proble-

mas de linguagem, os sistemas escolares garantiram o sucesso apenas para alguns escolhidos, especialmente aqueles cujos pais podem falar o idioma europeu em casa também. As políticas linguísticas em África criaram assim um círculo vicioso em que as línguas europeias não se espalharam amplamente. Essas línguas são aprendidas mais como sujeitos do que como ferramentas de comunicação e podem ser esquecidas por todos ou ainda abandonadas por aqueles que não precisam delas depois de sair da escola.

As línguas indígenas/autóctones também permaneceram “desempregadas” porque não eram usadas no setor de colarinho branco da economia e/ou em altos níveis de administração pública. A governança continuou na tradição colonial, embora existam culturas nacionais vibrantes que em muitos lugares se desenvolveram em algumas línguas indígenas urbanas. Certamente, essas línguas são poucas no mundo lusófono, com exceção das ilhas onde as línguas africanas tradicionais não sobreviveram ao contato linguístico na violência da escravidão. Em lugares como Cabo Verde, o crioulo é incentivado a ser ensinado no ensino primário, enquanto o português se mantém no ensino secundário.

As políticas linguísticas ainda favorecem mestrados através de línguas europeias, classificando o português metropolitano (cultura) como superior às suas variedades locais indigenizadas. O sucesso na educação formal ainda é difícil para o aluno médio, que a competência linguística é avaliada em relação à norma estrangeira, antiga metropolitana. Embora, em primeiro lugar, existam poucos empregos que paguem bons salários (baseados no domínio das línguas europeias), o fato de os sistemas escolares terem favorecido o português em relação às línguas indígenas impôs uma barreira difícil de superar especialmente para aqueles que vivem em áreas rurais ou nas periferias dos centros urbanos. O acesso à linguagem do poder económico foi assim impedido por políticas linguísticas inadequadas que, privilegiando as línguas europeias sobre os indígenas, não criaram as ecologias corretas para adquiri-las naturalmente.

Já era hora de a África negra investir mais no empoderamento económico e político de suas línguas indígenas, especialmente as principais que funcionam como línguas francas. Já é tempo de serem utilizados em todo o sistema de educação formal, desde a escola primária até ao ensino superior, em todos os setores da administração pública e em todos os setores das economias formais. A África deve operar primeiro nas línguas africanas, embora também seja necessário trabalhar para aprender as principais línguas mundiais, uma vez que as línguas estrangeiras destinam-se a facilitar a comunicação com o mundo exterior, mas não para a comunicação interna. Parte do investimento nas línguas indígenas, incluindo crioulos (porque são nascidos localmente), é claro, intelectual. É por isso que pesquisas

que avançam neste sentido, como no presente volume, são muito bem-vindas porque constituem um marco para mudanças muito necessárias, não apenas em África, mas também mudanças no mundo com relação à África.

Salikoko S. Mufwene
University of Chicago
September 2017

**APRESENTAÇÃO
DOS EDITORES CIENTÍFICOS**

Língua portuguesa em África: políticas linguísticas e crioulos em debate

Alexandre António Timbane

Academia de Ciências Policiais - Moçambique
Universidade Federal de Goiás- Brasil

Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Brasil

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) são plurilíngues, com uma convivência conflituosa entre a língua portuguesa (com estatuto de língua oficial), as línguas africanas (incluindo crioulos), as línguas asiáticas, as línguas de sinais e outras línguas europeias. Há pouca clareza (sob o ponto de vista da política linguística) em relação ao uso e à importância das línguas africanas, pois as Constituições dos seis PALOP deixam margem e possibilidades de interpretações. Por exemplo, a República da Guiné Bissau e a República Democrática de São Tomé e Príncipe não fazem nenhuma alusão ao uso e ao estatuto das línguas faladas nesses países. Outros países tratam as línguas africanas como ‘línguas nacionais’ (a exemplo de Moçambique e de Angola) ou ainda como ‘línguas aborígenas’ (como é o caso da Guiné-Equatorial). Agravando o quadro, observa-se que os crioulos são línguas da maioria populacional nos países onde são falados (como Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe), mas ainda não são reconhecidos como oficiais.

O português, apesar de ser língua de origem europeia, é língua nacional e responde plenamente as necessidades comunicativas dos ‘palopianos’. Ao se fazer essa constatação, de imediato é possível associarmos com o fato de que, naturalmente, o mundo está em constante transformação. Dessa forma, as línguas também mudam com o tempo – e a cultura não fica à margem. Língua e cultura são, portanto, elementos intimamente relacionados e, por isso, as mudanças não ocorrem apenas na cultura, mas também nas línguas em uso. Inicialmente, destaca-se que a obra se divide em duas partes: a primeira, dedicada à discussão de Políticas linguísticas e línguas africanas agregando cinco textos e a segunda, sobre os crioulos de base portuguesa nos PALOP.

No primeiro capítulo da primeira parte é da autoria de Rajabo Alfredo Mugaabo Abdula, Alexandre António Timbane e Duarte Olossato Quebi. Nele se faz uma reflexão sobre As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno nos PALOP. No estudo, os autores levantam as ideias do pensador africano Joseph Ki-Zerbo e analisam diferentes constituições da república dos PALOP mostrando a importância das línguas no desenvolvimento endógeno dos povos, revelando o valor de cada língua e sua contribuição para o desenvolvimento da comunidade. Os autores apontam a relevância da oficialização das línguas africanas nos espaços onde ocorrem, bem como incentivam o seu uso para que não desapareçam ao longo do tempo. Desse forma, asseveram que é preciso desenhar novas políticas que priorizam a educação bilingue em línguas africanas e em crioulo, para que haja valorização e uso dessas línguas na cultura, na economia, na política etc., por forma a reinventar uma nova África que se desenvolve endogenicamente.

O segundo texto de Ilídio Macaringue versa sobre as Políticas linguísticas de Moçambique: controvérsias e perspectivas. O capítulo analisa o contexto histórico, político-ideológico e sociolinguístico, a partir do qual Moçambique adoptou as suas políticas linguísticas, tendo em conta a diversidade linguístico-cultural naquele país. Para além disso, o texto problematiza a eficácia decorrente das ambivalências geradas em torno da oficialização do Português sem nacionalizar as línguas autóctones. Conclui-se que o português está nativizado e endogeneizado à ecologia sociocultural e linguística concomitante à moçambicanidade, pelo que devia ser normatizado e consagrado como língua oficial de Moçambique, já que a norma-padrão europeia é uma hipóstase e, cada vez mais, pouco inteligível com as dinâmicas sociolinguísticas e culturais em curso.

O terceiro texto, de Eduardo David Ndombele faz uma Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. Por meio de exemplos práticos, Ndombele mostra que o português angolano observado em alguns municípios da Província do Uíge, denuncia a situação do multilinguismo, revelando a relevância da língua lingala na vida prática das populações naquele espaço geográfico. Defende que as políticas linguísticas podem ser elaboradas por grupos que desempenham papéis distintos na organização social, mas que isso não acontece porque o Estado tem o poder e os mecanismos de decidir em nome do resto da população. O capítulo apoia o estudo e a descrição das línguas angolanas, a sua preservação e o ensino nas etapas primárias, através da educação bilingue.

O quarto capítulo, O plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação linguística inovadora, é da autoria de Alexandre António Timbane e José Gil Vicente. O texto avalia determinadas atitudes na concepção e na representação das línguas no espaço onde elas ocorrem e também propõe formas

de ultrapassar a visão colonial construída sobre a relação entre as línguas do colonizador e do colonizado. O estudo aponta que a independência política já foi alcançada, mas falta a independência linguística, nos moldes como Ki-Zerbo (2006) advoga. Além disso, o texto descreve as formas como a política e o planejamento linguístico interferem na situação linguística atual. Os autores tentam demonstrar como o plurilinguismo interfere no ensino médio e fundamental fato que conduziria para uma proposta possível que possa proporcionar uma educação linguística inovadora.

O último capítulo da parte I é apresentado por Ezra Alberto Chambal Nhampoca que disserta sobre Os ideofones da língua changana em Moçambique e o princípio da marcação. Neste trabalho, Nhampoca apresenta o funcionamento dos ideofones da língua changana e o princípio da marcação, partindo das perspectivas de Givón (1995 e 2001) e Bybee (2010). Os dados para essa análise foram extraídos de dois instrumentos lexicográficos: a) uma base de dados de ideofones do Changana, elaborada no âmbito da pesquisa de Mestrado; e b) outra base extraída do dicionário Changana-Português de Siteo (2012). Por meio dessa análise, Nhampoca chega à conclusão de que embora os ideofones desempenhem a função de predicadores (tal qual o fazem os verbos), eles são predicadores marcados que descrevem eventos/ações na língua. Além disso, para se ativar os elementos periféricos e acessar o significado dos ideofones, há necessidade de se recorrer às categorias linguísticas e comunicativas em que os idiofones são usados, tais como o contexto, a finalidade e a intenção dos locutores.

A segunda parte, inicia com o capítulo do professor Mário Vilela cujo título é O cabo-verdiano visto por cabo-verdianos ou contributo para uma leitura da situação linguística em Cabo Verde. Não é um texto inédito, mas importante para os estudos sobre os crioulos na atualidade, pois traz a ‘fotografia linguística’ de Cabo Verde, mostrando o valor que os cabo verdianos dão ao crioulo e a suas variedades. O texto revela a importância do crioulo na vida prática daquele povo, evidenciando a necessidade da sua oficialização para que possa ser usado com liberdade plena em todas as esferas e atividades socioculturais dos cabo-verdianos.

O segundo texto é de autoria de Shirley Freitas denominado O Kabuverdianu moderno: alguns aspectos fonológicos. O texto discute características fonológicas do kabuverdianu moderno, focando na variedade falada em Santiago, que surgiu logo no início da colonização do país e que teria dado origem às demais variedades faladas no arquipélago. Com relação ao sistema vocálico, o texto apresenta o quadro de fonemas e discute (i) o estatuto das vogais com o traço [nasal]; (ii) a oposição entre vogais médias-altas e médias-baixas na classe gramatical a que uma determinada palavra pertence e; (iii) o inventário de ditongos. A

existência de consoantes pré-nasalizadas no crioulo também é questionada neste texto. Finalmente, o texto trata da estrutura silábica, mencionando os elementos que podem ocupar as posições de núcleo, onset e coda. Segundo a autora, apenas o núcleo deve ser obrigatoriamente preenchido e o onset é a única posição que permite a combinação de elementos, encontrando-se clusters com dois ou mesmo três segmentos.

O terceiro texto, de Hildo Honório do Couto e da Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto, apresenta uma discussão sobre a Ecologia das relações espaciais: as preposições do crioulo-português da Guiné-Bissau. O texto, inicialmente, estabelece um panorama geral acerca da ‘ecolinguística’, que é a ciência dedicada ao estudo das relações entre língua e meio ambiente. Os autores discutem os conceitos de ecossistema fundamental da língua (social, mental e natural) para, depois, observarem as inter-relações entre esses meios ambientes. Mais adiante, o texto trata da Ecologia das Relações Espaciais, exemplificando-a com preposições portuguesas e crioulas. Além disso, investiga-se o que Bernard Pottier chama de ‘uso nocional’ das preposições e exemplifica com usos de preposições espaciais crioulas de base portuguesa. Por fim, propõe-se analisar as relações espaciais examinadas nas seções precedentes, uma vez que, no senso comum, acredita-se que as preposições, como palavras funcionais que são, não teriam nenhuma relação com o mundo fora da língua.

O quarto texto é da autoria de Ana Livia dos Santos Agostinho e Manuele Bandeira, acerca das Línguas nacionais de São Tomé e Príncipe e ortografia unificada. O texto reflete sobre práticas e instrumentos linguísticos como a ortografia unificada (o Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe, ALUSTP) e sua importância para os falantes das três línguas autóctones de São Tomé e Príncipe: santome, lung’Ie e angolár. O alfabeto adotado é de base fonético-fonológica, em detrimento de um alfabeto etimológico. Além da ortografia unificada, o estudo tratou da inclusão do lung’Ie no currículo das escolas da ilha do Príncipe, apostando em duas práticas linguísticas: o planejamento e a padronização linguística como estímulos ao ensino do lung’Ie, assim como a produção de materiais didáticos. As autoras concluem que o estabelecimento de grafias oficiais e a inclusão da língua no currículo escolar garantiriam voz aos falantes de lung’Ie.

O quinto e último texto deste capítulo é da autoria de Ciro Lopes da Silva e de Pascoal Jorge Sampa, cujo título é A língua portuguesa na Guiné-Bissau: influência do crioulo e a identidade cultural no português. O texto discute questões sociolinguísticas da Guiné-Bissau, focando a importância do crioulo na vida dos guineenses. Os autores analisam a importância do crioulo não só para a população

em geral, como também para excluir o receio de errar no espaço público, como acontece com grande parte dos guineenses quando fala o português. Nesse contexto, de acordo com os autores, o crioulo oferece aos guineenses dois suportes fundamentais, um racional e outro expressivo, necessários para o desenvolvimento intelectual de qualquer indivíduo. Os autores acreditam que o crioulo deveria ser a língua oficial da Guiné-Bissau a par com o português, até porque é a língua com que o guineense mais se identifica.

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS
E LÍNGUAS AFRICANAS**

As políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno

Rajabo Alfredo Mugabo Abdula

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Alexandre António Timbane

Universidade Federal de Goiás

Duarte Olossato Quebi

Pesquisador Independente – Guiné-Bissau

Introdução

Em todo mundo, as línguas desempenham um papel importante na comunicação. É através dela que se estabelecem laços de pertença étnica, política, econômica ou cultural. África, apesar de ser um continente sofrido por causa da colonização, aproveita muito pouco os recursos linguísticos disponíveis para criar um desenvolvimento que emerge dos próprios africanos. Nesse contexto, muitas línguas africanas estão em vias de extinção por causa de políticas governamentais que não protegem, ou melhor, que dão um *status* sociocultural e político a essas línguas. Algumas delas são inteligíveis por serem do mesmo grupo ou família linguística, como é o caso das línguas **zulu** (da África do Sul), **siswati** (da Suazilândia), o **ronga**, **xichangana**, o **xitswa** (de Moçambique).

A presente pesquisa versa sobre as políticas e o planejamento linguístico empreendido pelo sistema colonial e pós-colonial nos países africanos, em particular nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Pretende-se discutir como a política linguística colonial participou na exploração e retardamento do desenvolvimento dos PALOP. Pretende-se propor ideias que visam superar esse impasse, introduzindo políticas que possam contribuir com a valorização das línguas africanas na direção do desenvolvimento e de contatos entre os próprios países africanos. Como ponto de partida, refletimos sobre as seguintes questões: i) África como berço da humanidade; ii) como um dos primeiros continentes que introduziu a escrita; iii) como continente com recursos naturais invejáveis; e iv) subdesenvolvimento e perda da sua riqueza linguística.

A primeira hipótese é a de que a colonização criou uma ideia de inferioridade das nossas línguas, de tal forma que não as usamos para fins legais; a segunda é a de que os governantes que alcançaram as independências esqueceram a sua identidade linguística, favorecendo e dando maior prestígio às línguas dos colonizadores; a terceira é que há falta de pesquisas que incentivem o desenvolvimento africano baseado em políticas que privilegiam as línguas locais. Sendo assim, propomos uma discussão acerca de como se aproveitar a riqueza linguística com vistas ao desenvolvimento econômico, político e cultural dos africanos. Sabe-se que o português é língua oficial nos PALOP e as línguas africanas e o crioulo são relegadas às relações de comunicação informais, quer dizer, relações de comunicação local. Nota-se ainda que muitos políticos não têm capacidade de se expressar em português e, por isso, sentem-se limitados para oferecerem suas contribuições nos plenários da Assembleia da República. A fim de suscitar essa discussão, é importante distinguir-se *política linguística de planejamento linguístico*, pelo fato de cada um exigir um tratamento específico nos estudos linguísticos. Inicialmente, a política linguística, por um lado, está voltada

para uma prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (línguas de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo, entre outros (Severo, 2013, p. 451).

Por outro lado, o planejamento linguístico se interessa pela prática, pela implementação (Calvet, 2007) da política que é, na verdade, a sua aplicação prática no seio de uma determinada sociedade. Por exemplo, o ensino nas escolas, o uso na elaboração de documentos da função pública, o uso de uma língua na justiça – tudo isso está no âmbito do planejamento. Isso significa que o planejamento cumpre ordens da política linguística. Para que haja uma política linguística, portanto, é necessário que haja atributos sociolinguísticos básicos, tal como se observa no quadro 1:

Quadro 1: Atributos sociolinguísticos

Estatuto	ATRIBUTOS SOCIOLINGUÍSTICOS REQUERIDOS
Oficial	1. Padronização 2. Utilizada corretamente por certo número de cidadãos escolarizados
Nacionalista	1. Símbolo de identidade nacional para uma parte importante da população 2. Amplamente utilizada na comunicação cotidiana 3. Ampla e frequentemente falada no país 4. Sem alternativa maior no país para a mesma função 5. Aceitável como símbolo de autenticidade 6. Ligada a um passado glorioso

De grupo	1. Utilizada por todos na conversação cotidiana 2. Considerada pelos falantes como unificando-os e distinguindo-os dos demais
Veicular	1. Considerada como adquirível por, pelo menos, uma maioria do país
Internacional	1. Presente na lista das línguas internacionais potenciais
Escolar	1. Padronização igual ou maior do que a língua dos alunos
Religiosa	1. Clássica

Fonte: Fasold apud (Calvet, 2007, p.46)

Essa visão apresentada no quadro 01 (Escolha de língua oficial) tem uma perspectiva eurocentrista, pois privilegia bastante a escrita. E os povos africanos são, em sua maioria, de tradição oral, o que significa que não possuem chances de ver as suas línguas com o estatuto de oficiais. Com relação à língua nacional, está claro que as línguas africanas receberiam apenas esse estatuto, tal como a Constituição da República de Moçambique aponta no seu art.9. Ao nosso ver, o português é língua nacional, uma vez que tem a função de unir linguisticamente as etnias que falam as diversas línguas bantu moçambicanas. Por seu turno, o crioulo é uma língua nacional (nos países onde ocorre), pois corresponde às necessidades comunicativas dos cabo-verdianos, guineenses e são tomenses. É importante sublinhar que a Constituição da República da Guiné-Bissau e a Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe não decidiram nada sobre as suas línguas. Isso significa que não houve nenhuma política linguística tomada em nível da lei-mãe: a constituição. Observando ainda o quadro 01, percebe-se que São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau não incluíram suas línguas em pelo menos um dos estatutos apresentados no quadro, o que é grave ao nosso ver.

Olhando para a estrutura do capítulo, temos, na primeira parte, uma discussão sobre a situação linguística dos PALOP e sobre como as línguas coloniais foram aplicadas no sistema colonial, estratégia que cimentou a presença do português nos PALOP e, com isso, observamos as consequências dessa política linguística na vida dos africanos. Num segundo momento, discutimos as particularidades do português africano, em particular a ‘nativização’ do português de África, e o surgimento dos crioulos de base portuguesa. Numa terceira e última seção, debatemos como os africanos devem aproveitar a riqueza linguística vasta para o desenvolvimento endógeno em todas as esferas econômica, educacional e socio-cultural. Começamos pela situação linguística dos PALOP.

1. Situação linguística dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

Em todas as sociedades, a língua é instrumento de comunicação que estabelece relações entre os membros da sociedade. Qualquer que seja a língua, ela necessariamente identifica um grupo social. As línguas bantu, por exemplo, identificam um macro-grupo etno-linguístico que contempla mais de 600 línguas localizadas geograficamente da África Central até a Austral. As línguas bantu, segundo Greenberg (2010, p.329-330), dividem-se em dois subgrupos: (a) **Níger-congo** que compreende grande parte da África ao sul do Saara, incluindo quase toda a África Ocidental, partes do Sudão central e oriental, sendo que seu sub-ramo bantu ocupa a maior parte da África central, oriental e meridional e; (b) **Níger-kordofaniano**: confina-se a uma zona limitada da região do kordofan no Sudão.

Esta classificação se justifica pelas características linguísticas que são comuns. Usando o método comparativo, o linguista Guthrie (1948) percebeu que as semelhanças consistiam em: (a) o uso extensivo de prefixos; (b) cada substantivo pertence a uma classe; (c) cada idioma pode ter dez ou mais classes; (d) a classe é indicada por um prefixo no substantivo, como também em adjetivos e verbos que concordam com aquele, e (e) o plural é indicado por uma mudança de prefixo.

Foram encontradas 16 zonas principais que se estendem desde a África oriental até o sul de África. Para além das famílias Níger Níger-congo e kordofaniano, é preciso destacar que, ao se considerar os PALOP, mais precisamente a República de Angola, há também línguas da família Khoisan, que são línguas faladas por pequenos grupos de populações localizadas geograficamente no deserto do Kalahari, na Namíbia e Angola, mas também em Botsuana, Tanzânia e Quênia. Contudo, o maior grupo populacional dos khoisan localiza-se na África do Sul. A sua característica mais notória é o uso de cliques na sua fala. As línguas khoisan se subdividem em três ramos: hatsa, sandawe e khoisan sul-africano (Greenberg, 2010, p.334).

Os PALOP têm uma diversidade linguística bem vasta. Para além das línguas bantu, khoisan e dos crioulos, apresentam o português como a língua de prestígio, que é resultado das políticas e planejamento linguístico impostos pelo sistema colonial, isto porque a colonização portuguesa criou, assim, um africano de tipo novo. Destribalizado, não sabendo, por vezes, falar a língua local, impelido para as estruturas organizacionais europeias e, enfim, urbanizado, o assimilado desempenha, plenamente, o seu papel de pilar da colonização (Jorge, 2006). Tal como veremos na seção 2, a colonização inventou um africano linguisticamente diferente, de tal forma que este foi perdendo a sua própria identidade. Vejamos, em seguida, o Quadro 2 que indica as línguas faladas em diferentes PALOP, sem contar com português que é a princípio língua oficial:

Quadro 2: Línguas faladas nos PALOP sem incluir português

	Moçambique (2007)	Angola (2012)	Guiné-Bissau (2009)	Guiné Equatorial (2016)	Cabo Verde (2010)	São Tomé e Príncipe (2012)
L Í N G U A S	kimwani, ciwute, shimakonde, ciyaawo, emakhwawa, echuwabu, cinyanja, cinyungwe, cisena, cindau cibalke, ciwute, cimanyika, gitonga, citswa cicopi, xichangana, xirhonga	kimbumdu, kikongo, tchokwé, nganguela, umbundu, ndonga, oshiwambo, nyaneke, héhero, khoisan	crioulo, balanta, mandinga, papel, fula, mancanha, felúpe, bijagó, manjaco	espanhol francês batanga bengalanguouma séké yassa fá d'ambô fang	kabuverdiano	santomense ou forro (base da língua kwa): principense ou lunguyè, angolara, anobonense ou fá d'ambu
Total Pop.	22.416.881 hab.	17.429.637 hab.	1.515.224 hab.	759.451 hab.	494.040 hab.	163.784 hab.

Fontes: Ngunga e Faquir (2011); Pereira (2006); Kukanda (2000), CPLP (2013), Abdula (2003); Couto (s.d.).

A escrita das línguas de Moçambique apresentadas no Quadro 2 foi padronizada em 2008, no 3º Seminário de Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas. É importante acrescentar que para além dessas línguas, em Moçambique se fala kiswahli, ekoti, élomwé, xiswati, isizulu (Siteo, 2014). Nessa lista de línguas moçambicanas, inclui-se ainda a Língua Moçambicana de Sinais que é, muitas vezes, esquecida, como se população surda não existisse no país.

A diversidade linguística fez com que o português falado nos PALOP fosse diferente do falado em Portugal, país de origem, ou seja, nota-se um distanciamento com relação à norma-padrão europeia. Segundo Lucchesi e Baxter (2009, p.101) e Naro e Scherre (2007, p.135), esse processo é chamado de **Transmissão Linguística Irregular**¹. Essas condições históricas e culturais fizeram com que surgisse a pidginização e criouliização ocorrida na Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Para o caso de Moçambique e Angola não houve pidginização nem criouliização, porque as condições sócio-históricas não favoreciam, uma vez que as línguas bantu faladas nesses dois países mantiveram-se fortes em função do número de falantes e pela dispersão das populações ao longo dos vastos territórios. Caso os portugueses quisessem se comunicar com os moçambicanos

1. “Tal processo de nativização da língua dominante ocorre de maneira irregular no sentido de que os dados linguísticos primários de que as crianças que nascem nessas situações dispõem para desenvolver a sua língua materna provêm praticamente de versões de segunda língua desenvolvidas entre os falantes adultos das outras línguas, que apresentam lacunas e reanálises em relação aos seus mecanismos gramaticais” (Lucchesi, Baxter, 2009, p.101).

e angolanos, havia muitos intermediários bilíngues (como os missionários, os cipaio e os mercadores) que faziam as traduções. Segundo Pereira (2006, p.68)

também não foi fácil ao português impor-se em tão extensos territórios, dado o número diminuto dos seus falantes em comparação com o número de falantes de línguas africanas, de implementação secular. Por outro lado, a estabilidade e o isolamento dos diferentes grupos rurais africanos e a sua pouca mobilidade fortaleciam o uso das línguas maternas entre populações autóctones.

É importante mostrar que a implementação do português como língua oficial foi regida pela Constituição² de cada um dos países. Assim sendo, ao observar a Constituição de cada um dos PALOP, nota-se o interesse pela promoção da língua oficial, a língua portuguesa, e pouco se faz menção ao destino das diversas LB, do khoisan e dos crioulos falados pelos cidadãos residentes no espaço dos PALOP. Esse aspecto se junta às elevadas taxas de analfabetismo desses países.

Acerca disso, o uso de uma língua desconhecida aos alunos no espaço escolar tem criado muitos problemas, dentre os quais se podem apontar as reprovações em massa como o principal. Adiciona-se a essa situação: i) o fraco investimento por parte dos Governos na área da educação; ii) a distância entre a casa dos alunos e a escola, principalmente nas áreas rurais; iii) turmas superlotadas e fraca formação de professores; e iv) a pobreza absoluta. Alguns pesquisadores não dão valor a esta última questão, mas sabemos que uma criança alimentada consegue ficar mais atenta na aula do que aquela que chega à escola sem ter comido alguma coisa no café da manhã ou no almoço. Se a escola providenciasse um almoço (merenda, como é designado no Brasil), iria manter mais alunos, pois a fome é, sem dúvidas, um encaço para a sua presença na escola. Nesse contexto, vejamos a evolução das taxas de abandono escolar de 2009 para 2014 nos PALOP.

Quadro 3: Taxas de abandono escolar nos PALOP

PAIS	Percentagem (ano)	Percentagem (ano)
Cabo Verde	17,2% (2010)	10,7% (2014)
São Tome e Príncipe	8,2% (2009)	33,9% (2014)
Guiné Equatorial	*	27,9% (2014)
Angola	34,4% (2009)	68,1% (2014)
Guiné-Bissau	45,8% (2010)	*
Moçambique	49,9% (2009)	69,4% (2014)

Fonte: CPLP (2013, p.100) e IDH (2014)

* sem informação

2. República de Angola (2010); República de Moçambique (2004), República de Cabo Verde (1990); República Democrática de São Tomé e Príncipe (2003) e República da Guiné-Bissau (1996).

Observando o Quadro 3, nota-se que a República Democrática de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde são os países que apresentam taxas mais baixas de abandono (27,9% e 10,7% respectivamente), em função do número de habitantes (cf. Quadro 2) que é muito reduzido. Os restantes países apresentam taxas elevadas. Os casos mais gritantes são Moçambique e Angola, cujas taxas de abandono superam a 50%, isto é, metade da população estudantil não consegue finalizar seus estudos. Cabo Verde apresentou uma redução considerável de abandono escolar de 2009 para 2014. O país passou de 17,2% para 10,7%, o que significa que as políticas locais incentivam as crianças a permanecer na escola. Os restantes PALOP observam com passividade as taxas de abandono estudantil que tendem a crescer ao longo dos anos.

Ao se considerar uma hipótese para a reversão desse quadro, cremos que o primeiro passo seria a valorização das línguas africanas e, para que isso ocorra, deve-se oficializá-las nos países e nos locais onde elas são faladas. Nesse sentido, Tanzânia, Uganda e Quênia oficializaram a língua swahili em paralelo com a língua do colonizador e, até o momento, nunca acompanhamos notícias de guerras provocadas por esta tomada de decisão. Sublinhamos que o swahili é uma língua oficial da União Africana, falada por cerca de 50 milhões de africanos espalhados pelo continente, incluindo Moçambique, República Democrática do Congo, Burundi, Uganda, Ruanda, Somália, Zâmbia, Etiópia, Tanzânia, Quênia, entre outros.

A África do Sul oficializou 10 línguas africanas e jamais ouvimos existência de conflitos devido ao uso dessas línguas. Isso mostra que a não oficialização não tem nada a ver com a divisão étnica dos povos, mas com vontade política. Dessa forma, os resultados dessa teimosia política resultam em taxas altas de abandono escolar e de analfabetismo. Nelson Mandela (1918-2013), grande líder africano dizia: “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. Algumas atitudes políticas mostram claramente que ‘remam em sentido contrário’ à perspectiva de Mandela.

O Quadro 4 mostra como as taxas de analfabetismo são altas num momento em que se deseja apostar na educação de qualidade em todo mundo. Os números falam por si e ilustram como os povos africanos ainda não alcançaram suas independências. A colonização indireta por parte de Governantes revela como a guerra ainda deve ser enfrentada para que haja igualdades econômicas e linguísticas:

Quadro 4: Taxa de analfabetismo nos PALOP

País	Taxa de analfabetismo	País	Taxa de analfabetismo
Angola	34,4% (2009)	Moçambique	49,9% (2009)
Cabo Verde	17,2% (2010)	São Tomé e Príncipe	8,2% (2009)
Guiné-Bissau	45,8% (2010)	Guiné-Equatorial	*

Fonte: CPLP (2016, p.100)

* sem informação

Terminamos esta seção sublinhando que a situação sociolinguística nos PALOP é muito complexa, pois há várias línguas que disputam o mesmo espaço e os mesmos falantes. A língua portuguesa tende a evoluir contrariando as diversas línguas bantu, khoisan e crioulos. Essas línguas não são protegidas pelas políticas linguísticas e, por isso, em alguns casos – como as do grupo khoisan, por exemplo –, tendem a desaparecer. Os PALOP não precisariam correr esse risco se adotassem políticas que visam fomentar o uso e a expansão dessas línguas. Na próxima seção, veremos como o sistema colonial implementou as políticas de dominação usando como o escudo o domínio ou não do português.

2. Implementação das línguas no período colonial

Nesta seção, discutiremos como o sistema colonial português utilizou a LP para dominar e colonizar os povos africanos. O primeiro conceito a discutir é o de dialeto. Com a chegada do sistema colonial, as línguas africanas passaram a ser desvalorizadas. A educação colonial privilegiava o português, ensinando o povo africano a ler e a escrever. Segundo Timbane (2013, p.264) “um dialeto não é uma língua, pois esse termo traz uma sensação preconceituosa, uma sensação de inferioridade.” Todas as línguas africanas eram consideradas dialetos³ pela ideologia colonial, termo pejorativo porque todas as línguas africanas têm as mesmas competências que outra língua qualquer, quer dizer, têm uma gramática, um léxico, uma morfologia, uma sintaxe próprias. Segundo Bagno (2011, p.380),

o emprego do termo dialeto, fora dos estudos científicos, sempre tem sido carregado de preconceito racial e/ou cultural. Nesse emprego, dialeto é uma forma **errada, feia, ruim, pobre** ou **atrasada** de se falar uma língua. Também é uma maneira de distinguir as línguas dos **povos civilizados, brancos**, das formas supostamente **primitivas** de falar dos **povos selvagens**. Essa separação é tão poderosa que se enraizou no inconsciente da maioria das pessoas. Inclusive das que declararam fazer um trabalho politicamente correto (Bagno, 2011, p.380, grifos nossos).

3. Eram também chamadas **ladim, língua dos pretos, língua do cão** e eram proibidas principalmente nas cidades ou nas instituições públicas coloniais (Zampanoni, 1998; 2002; 2009).

Essa ideologia puramente colonial se enraizou em África e em todos os países que sofreram a colonização. Na citação acima, grifamos alguns adjetivos que eram/são atribuídos às línguas africanas: erradas, feias, ruins, pobres, atrasadas, etc. Conforme Bagno (2011), essa ideologia consistia em menosprezar as línguas do colonizado em prol das línguas da metrópole. Aliás, o sistema colonial defendia que os países africanos faziam parte da metrópole. Portanto, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe eram províncias que pertenciam a um país que se localizava na Europa, isto é, Portugal. A ideologia colonial considerava as línguas bantu como sendo atrasadas, sem estrutura, fato que é refutado pelas pesquisas que foram ou estão sendo divulgadas por linguistas.

Concordamos com a tese segundo a qual a “separação entre língua e dialeto é eminentemente política, escapa dos critérios que os linguistas tentam estabelecer para delimitar tal separação” (Bagno, 2011). Consequentemente, o sistema colonial proibia as línguas africanas em sectores da administração pública, isto porque era obrigatório o uso da língua do colonizador. Essa política linguística colonial dividia os africanos em dois grupos: os assimilados⁴ e os não-assimilados ou indígenas (resto da população pobre, analfabeta). Esta questão de ‘assimilado’ é muito interessante para ser debatido nesta pesquisa porque os “africanos assimilados” renegavam a sua própria identidade, sua cultura e sua língua, quer dizer, passando a se identificar com a cultura europeia/portuguesa do colonizador. Quem tinha acesso a esta formação eram os ‘assimilados’, porque deviam servir às instituições da administração colonial.

Desta forma, a ideologia colonial cimentou no seio dos africanos a sonegação à sua própria língua, ou melhor, a sua própria identidade. A mesma ideologia continua se verificando nos dias de hoje em todos os PALOP. Em muitas escolas, ainda há professores que proíbem que seus alunos falem as línguas africanas. Quando um aluno fala sua língua materna na escola ou em sala de aula, os professores punem – comportamento e atitude herdados no sistema colonial. Para concluir esta parte, citamos Severo e Makoni (2015, p.72, grifo dos autores) quando destacam que “a política linguística educacional em Moçambique teve que enfrentar um legado ideológico e institucional do período colonial em que aqueles que não falavam português eram considerados **incivilizados**.” Este exemplo é de Moçambique, mas se estende aos restantes países dos PALOP. Vejamos na seção a seguir outros impactos do sistema colonial.

4. O assimilado era um africano desenraizado que cortou os laços culturais com a sociedade africana originária, para adquirir e utilizar “os hábitos e costumes” dos europeus. Para obter esse estatuto, ele devia passar com sucesso um teste que compreendia, entre outras provas, as seguintes: falar e escrever corretamente o português, viver de um trabalho regular e dispor de certo rendimento (Jorge, 2006, p.10).

3. Impacto/consequência da política linguística colonial

A política linguística colonial tinha um único objetivo: dominar os povos africanos através da implementação do sistema colonial. Essa política deu certo, haja vista que todos os africanos ‘não-assimilados’ sofriram todo tipo de preconceito. Por outro lado, essa segregação racial e linguística despertou a ‘consciência africana’ que culminou na preparação e luta contra o colonialismo. Sendo assim, “as políticas linguísticas tradicionais desencorajaram o multilinguístico, cultivaram e disseminaram uma única língua oficial, frequentemente a língua metropolitana da antiga potência colonial” (Lopes, 2004, p.237). Curiosamente, muitos africanos renunciaram os seus verdadeiros nomes, em razão dessa assimilação. No Brasil, por exemplo, os africanos e afrodescendentes no período colonial se viram numa situação complicada, isto porque seus nomes africanos eram proibidos. O

aportuguesamento do nome dos africanos e de seus descendentes foi estruturado de maneira violenta e compulsória, contribuiu, assim, como os processos de desenvolvimento identitário e despersonalizado, posto que seus nomes de origem foram substituídos por outros alheios, sem qualquer significado histórico-cultural mais profundo (Fonseca, 2012, p.118).

Essa política colonialista se fez sentir também nos PALOP. Apesar de o colono ter permanecido nestes territórios durante quinhentos anos, nunca mostrou preocupação em valorizar as línguas africanas, aliás, não tinha motivos para valorizar, uma vez que os seus falantes não tinham valor humano e, por isso, não permitiam que as suas línguas fossem também valorizadas. Estamos numa situação conflituosa entre os conceitos de ‘língua’ e ‘dialeto’, pois para o colono *língua* era apenas o português e as africanas eram consideradas como *dialeto*:

A política assimilacionista implementada por Portugal teve, na imposição da língua portuguesa e consequente proibição da utilização das línguas autóctones, um de seus pontos fortes. Sem o conhecimento da língua portuguesa, todo aquele que pretendesse desfazer-se da categoria de indígena para se tornar um cidadão iria esbarrar com uma impossibilidade (Lopes, 2004, p.230).

Se não havia interesse em valorizar as línguas africanas, também se pode afirmar que não houve, por parte dos colonos, o interesse em ensinar a língua portuguesa aos africanos. Essa língua garantiria o acesso às oportunidades para o grupo restrito de assimilados que serviam à administração colonial, e isso se evidencia pelo fato de que, até o período das independências das colônias, apenas uma pequena parte da população é que sabia falar o português. Em contra partida, logo após as independências dos PALOP, o número de falantes de português aumentou e tem vindo a crescer significativamente. Esse crescimento deve-se às políticas governamentais que incentivam a educação massiva e gratuita nas séries

iniciais. Acerca do contexto específico de Moçambique, Gonçalves (2012, p. 4) argumenta no sentido de que o crescimento registrado de número de falantes do português no país, para além da política educacional que estimula essa língua, está correlacionado com a pré-disposição da população moçambicana em adotar o português como língua de comunicação em detrimento das LB. Nesse sentido,

o colonialismo português, ao proibir a utilização das línguas autóctones como instrumento de comunicação social, não o fez por querer civilizar os povos africanos. Fê-lo para reprimir, evitar e retardar o aparecimento e o crescimento da consciência nacional. A impossibilidade de obter instrução materna, a degradação cultural e o esquecimento das tradições são sequelas do colonialismo mental. O povo moçambicano não se sentirá completamente reabilitado enquanto não recuperar a sua dignidade de um povo identificável com as suas origens linguísticas e culturais próprias (Lopes, 2004, p.231).

Por isso, muitas línguas bantu não estão descritas, nem têm dicionários, nem gramáticas publicadas e muitas delas ainda são ágrafas. Por exemplo, em Moçambique, só em 2008 é que linguistas conseguiram padronizar a ortografia de dezessete línguas bantu moçambicanas (cf. Ngunga, Faquir, 2011). É importante sublinhar que a língua se relaciona com a sociedade porque é a expressão das necessidades humanas de se congregar socialmente, de construir e desenvolver o mundo. É preciso compreendermos que “a língua não é somente a expressão de alma ou do íntimo ou do que quer que seja do indivíduo; é, acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa, como se seus membros fossem a sua boca” (Lopes, 2004, p.240). Desta forma, a política colonial violou os direitos linguísticos e promoveu a redução das línguas africanas contribuindo para o desaparecimento de várias delas. Siteo (2014) e Pedro (2014), respondendo à pergunta “estão as línguas nacionais em perigo?”, são unânimes ao afirmar que elas resistem ao tempo, às adversidades e às desvantagens atribuídas pelas Constituição da República. Defendem ainda a sua oficialização e o ensino nas escolas. Os autores apoiam o combate aos discursos que inferiorizam e acusam as línguas nacionais como perturbadores da unidade nacional; apoiam o seu uso na vida do país e que sejam integradas “nos planos de desenvolvimento nacional” (Pedro, 2014, p.86).

4. Particularidades linguísticas do português de África

A questão das línguas autóctones é um problema não só para os países colonizados por Portugal, mas também para os francófonos, anglófonos etc. Muitos países africanos optaram pela política da oficialização das línguas europeias em prejuízo das suas próprias línguas maternas. Nesta seção, debateremos a questão da língua portuguesa nos PALOP bem como do impacto dos crioulos que tendem

a crescer a cada dia. Primeiro, veremos Moçambique e Angola (por possuir características linguísticas semelhantes) e, em seguida, passaremos a Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (por possuírem crioulos).

4.1. Angola e Moçambique

Tal como vimos no Quadro 2, Moçambique e Angola têm maior contingente populacional e de línguas no espaço dos PALOP. O número da população é dezessete vezes superior aos restantes PALOP. Angola e Moçambique são dois países que tiveram um colonizador comum e que, logo após a independência nacional, adotaram o português como língua oficial. Essa decisão deu-se numa época em que a maior parte da população não falava o português, em um contexto em que existem tantas outras línguas nacionais e que são de domínio mais amplo de moçambicanos e angolanos. Sendo assim, o português passou a ser a língua privilegiada pelo seu papel de língua oficial, em detrimento das demais línguas existentes. Trata-se de um fato que tem as suas raízes no próprio sistema colonial, tendo em conta que durante o período de colonização as línguas africanas foram marginalizadas pelo fato de o seu papel ter sido restringido às comunidades e sem direito a serem usadas em ambientes urbanos.

Os vastos territórios, o grande número da população e a dispersão das etnias pelas diferentes regiões desses países motivaram o não surgimento de casos de pidgins nem de crioulos. O português continuou a ser usado especificamente nas grandes cidades e as línguas africanas permaneceram isoladas em ambientes informais e confinadas aos círculos residenciais periurbanos e rurais, ou seja, cada uma atuando no seu espaço. Infelizmente, depois das independências nacionais, os novos governos não tiveram a devida atenção em tratar esta questão com o maior respeito possível. Assim sendo, as marginalizações que as línguas sofreram no período de colonização continuam ocorrendo nos dias de hoje, mesmo sendo os próprios nacionais que traçam as políticas linguísticas. O português continua, portanto, sendo a única língua de ensino e da administração. No entanto, é preciso reconhecer que ela tem passado por processos de variação se compararmos com a norma-padrão europeia.

Segundo Timbane e Berlinck (2012), a escola encontra dificuldades de ensinar a norma europeia devido aos contextos sociolinguísticos que são diferentes. Nota-se que tanto a norma-padrão como a norma-culta não refletem a comunicação do resto da população que é a maioria, quer dizer, estes conceitos são entidades do estruturalismo e não da sociolinguística. O português de Angola e de Moçambique comprova que as línguas mudam dependendo das variáveis sociais. “A ideia de que o padrão correto é o de Lisboa é uma falsa presunção” (Timbane;

Berlinck, 2012, p.222). O importante é a criação de dicionários e gramáticas que refletem as variedades do português de Moçambique e de Angola.

4.2. Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde

Esses três países foram agrupados nesta subseção porque têm características comuns: têm extensões territoriais pequenas, têm uma população não superior a 1.5 milhão e possuem o crioulo como língua dominante. Os crioulos são línguas como quaisquer outras. Elas servem para uma comunicação plena numa determinada comunidade linguística. Uma língua crioula já formada, segundo Lucchesi e Baxter (2009, p.119), “desempenha virtualmente as massas funções comunicativas e sociais que qualquer outra língua natural e é transmitida normalmente de geração para geração, sendo adquirida pelas crianças”. De acordo com Cunha (1981), os crioulos se caracterizam pela simplificação gramatical. Mas é importante sublinhar que não existe uma língua simples. É uma simplificação com relação à língua de base – o português.

O crioulo nesses três países é a língua de maior expressão abrangendo a maioria da população. Em Cabo Verde, o crioulo é língua de ensino nas escolas, embora não tenha estatuto de oficialidade. Na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, o crioulo é língua nacional, pois é a língua de união das diferentes etnias que esses países têm. Numa situação de multilinguismo, como é o caso de Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, não haveria entendimento entre as diferentes etnias se não fosse através do crioulo.

Nesse contexto, é importante que os africanos caminhem de forma mais acelerada para a dicionarização do crioulo, bem como para a criação de gramáticas que descrevem o funcionamento dessas línguas. Estamos concordando com a ideia de que deveria haver um debate urgente sobre o Acordo Ortográfico entre os três países para se decidir como grafar (escrever) os crioulos. Sabemos também que o crioulo tem variedade – isso é normal em qualquer língua. Na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), já se fala de português brasileiro, português angolano, português moçambicano e por aí em diante. Sabemos-se ainda que existem inglês americano, inglês zimbabweano e por aí adiante, mas com relação aos crioulos guineenses, cabo verdianos e são tomeneses deve haver algum consenso quanto a escrita, mesmo sabendo da existência de diversas variedades.

Cabe aos africanos destes países (e a mais ninguém) oficializar o crioulo como língua oficial e nacional para que este patrimônio cultural não se perca ao longo do tempo. Não são decisões simples, pois exigirão dos africanos maior empenho na formação de professores e na criação de manuais (livros) escolares, mas os

benefícios serão ainda maiores: autoestima elevada, redução de reprovações, redução do preconceito, participação na vida política, entre outros.

4.3. Guiné Equatorial

O caso da Guiné Equatorial é específico e realidade nova, pois o país entrou na CPLP em 2011. O espanhol é a primeira língua oficial, seguida pelo francês e, recentemente, pelo português. Para além destas línguas, falam-se os crioulos fang (crioulo de base inglesa) e fá d'ambô (crioulo de base portuguesa) e também as línguas bantu **batanga, benga, ngouma, séké e yassa**. A Constituição da República de Guiné Equatorial (1995) oficializa apenas o espanhol e reconhece as “línguas aborígenes como integrantes da cultura nacional.” Mais uma vez, percebe-se o espaço desprestigiado ocupado pelas línguas africanas no espaço da política linguística, como se essas línguas fossem incapazes, improdutivas e sem capacidade linguística. No espaço lusófono ainda há pouca interação com a Guiné-Equatorial havendo necessidade de entrosamento e circulação de informações de todo tipo: literárias, acadêmico-científico entre outras. Entendemos que a inclusão da Guiné-Equatorial é um momento oportuno de expandir a lusofonia criando oportunidades econômicas, sociais, culturais e principalmente políticos. Ao acertarmos este país no espaço lusófono criaremos coragem para que a oficialidade do português não fique apenas no papel. Que seja um uso efetivo em todas esferas da sociedade.

5. Contribuição das línguas no desenvolvimento endógeno

Entendemos que a ideologia colonial foi acolhida pelos primeiros governantes pós-coloniais. Por quê? Porque se oficializou o português e se desprezou as diversas línguas africanas e os crioulos, tal como o sistema colonial previa. Muitos países africanos deixaram de usar as próprias línguas. No entanto, as línguas africanas e os crioulos podem servir de instrumento para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, da economia. Vejamos:

O 25 de Abril em Portugal provocou uma ruptura brutal entre Portugal e as ex-colônias, com reflexos no continente africano. Quer Portugal, quer as ex-colônias ficaram à deriva, criando teatros socioeconômicos radicais numa conjuntura econômica, política e ideológica mundial tensa, complexa e de destino imprevisível. Convém lembrar que em 1974/75 se verificou a crise econômica mundial até então mais grave no pós-guerra (Murteira, 2010, p.164).

Não se pretende dizer que após a independência devia-se abandonar a língua portuguesa. O que defendemos é o uso das línguas africanas (incluimos crioulos) em paralelo com o português, porque sabemos que as línguas africanas e os

crioulos são capazes de exprimir qualquer realidade. O português serviria como a língua dos PALOP para contato internacional.

As línguas africanas e os crioulos são línguas completas, com uma estrutura própria e, caso haja algum impasse, elas fazem empréstimos e estrangeirismos linguísticos. Cabral (1990, p.60), por exemplo, questiona como se diz **raiz quadrada** em balanta? Como se diz **aceleração de gravidade** nessa língua? A resposta é óbvia: na língua balanta não existem palavras para designar esses conceitos e, por isso, recorre-se aos empréstimos ou estrangeirismos para completar lacunas que possam existir. Dessa forma, a língua balanta pode se socorrer aos empréstimos em português para suprir as lacunas que, por ventura, existam.

Na língua moçambicana xichangana, Ngunga e Simbine (2012, p.303) dão exemplos de *kilu*, *metru*, *kilometru*, *milikilu*, *sentikilu* para designar **quilo**, **metro**, **quilómetro**, **milígrama**, **centígrama** em português. Esses empréstimos são consenso nas diversas línguas bantu faladas no território. Mas existem empréstimos particulares para cada língua, tal como ilustra Timbane (2012) no artigo “Os empréstimos do português e do inglês na língua xichangana em Moçambique.” Por outro lado, as línguas podem criar novas palavras para nomear esses conceitos. Por exemplo: *ntiko* (peso), *thani* (tonelada) e as frações: $1/5 = svikhemu svimbirhi ka ntlhanu$ ou $200/1000.000 = mazana mambirhi ya svikhemu ka gidi$.

Amílcar Cabral, grande líder e político africano, observou que o mundo avançou muito, mas os africanos permanecem pobres, subdesenvolvidos. Segundo Cabral (1990), os africanos perderam a sua identidade ao perder as suas línguas, isto porque a “língua ficou a nível daquele mundo a que chegamos, que nós vivemos, enquanto o tuga⁵, embora colonialista, vivendo na Europa a sua língua avançou bastante mais do que a nossa língua, podendo exprimir verdades concretas, relativas por exemplo, à ciência” (Cabral, 1990, p.60). Mas ele acrescenta, por outro lado, que “o português é uma das melhores coisas que os **tugas** nos deixaram, porque a língua, não é prova de mais nada, senão um instrumento, para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo” (Cabral, 1990, p.59, grifo do autor). A língua portuguesa permite que os PALOP possam se comunicar entre si.

É importante sublinhar que “todos os Estados têm o direito soberano e inalienável de escolher o seu sistema econômico, bem como o político, social e cultural, de acordo com os desejos do seu povo sem interferências externas, coerção

5. O termo **tuga** popularizou-se durante os anos 1960, no decurso da dita “Guerra Colonial”, como expressão para designar os portugueses por parte dos guerrilheiros e oposição independentista africana em geral. Tinha como contraponto o termo **turra** (para terrorista, influenciada por gíria **turra** (**andar às turras**), usado pelos portugueses para designar os guerrilheiros independentistas. Ambas as expressões foram, nessa época, entendidas como depreciativas, por serem usadas pelo inimigo.

ou ameaça, qualquer que seja a sua forma.” (Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em Dezembro de 1974). Esse artigo da Organização das Nações Unidas mostra que os líderes africanos precisam pensar não só no seu povo, mas na integração regional e internacional. Investir em línguas africanas (em gramáticas, dicionários, elaboração de manuais e livros escolares, formação de professores) **não é perder dinheiro**, tal como muitos líderes e políticos pensam. É conservar a identidade, a cultura que sempre nos identificou. Os líderes africanos devem deixar de ver o plurilinguismo como **azar, maldição** ou mesmo como algo **desvantajoso** para o desenvolvimento, mas, sim, considerar como o maior tesouro de que um grupo social ou comunidade linguística possui. Sendo assim,

uma política educacional plurilinguista incentivaria o respeito às diferenças culturais e traduziria a importância das línguas maternas na erradicação de processos de exclusão política e social, uma vez que facilitaria a aprendizagem e aumentaria a participação social e política das populações (Rodrigues, 2011, p.62).

Com as independências, os PALOP erraram mais uma vez por atribuir às línguas autóctones funções sociais específicas, porque entendemos que é nesse período que se poderia declarar a independência linguística. Pretendemos dizer que os líderes africanos, ao invés de valorizar as línguas africanas⁶ deram prestígio a língua do colonizador alegando que iriam provocar contendas étnicas. Entendemos que todas as línguas africanas (no espaço PALOP) mereciam o estatuto de oficialidade nos locais onde ocorrem, tal como os exemplos da África do Sul, Quênia e Tanzânia ensinam. Sobre este assunto, Lopes (2004, p.235) defende que “não só as línguas autóctones foram ignoradas, quando não hostilizadas em nome da coesão nacional que era preciso criar e desenvolver, como também pouco ou nenhum esforço foi feito para preservar e desenvolver as riquíssimas potencialidades da tradição oral”.

Segundo Abdula (2013), “se o uso das línguas nacionais nas escolas, quer como língua ou como disciplina, é considerado um ganho para a própria educação e para as línguas nacionais, existem ainda elementos não saudáveis que minam este todo interesse nacional” (Abdula, 2013, p.231). O autor se refere aos desafios na preparação dos materiais: dicionários, gramáticas, manuais escolares, formação de professores bem como a intolerância linguística que persiste em todos os PALOP, incluindo nos políticos. Nesse contexto, a educação bilíngue,

6. Tal como aconteceu com suahili, na Tanzânia, o então-presidente Julius Nyerere elaborou uma filosofia de educação denominada *Elimu ya kujitegemea* (Educação para a autoconfiança), cujo propósito principal era de formar homem de pensamento crítico e questionador explorando uma ferramenta importante- a língua bantu local (cf. Rodrigues, 2011).

por exemplo, é uma forma de preservar essas línguas e fazer com que estejam presentes no seio da sociedade.

Pretendemos defender que é possível aprender as línguas africanas no seio escolar, tal como as experiências da África do Sul, República Democrática de Congo, Tanzânia, entre outras, mostraram. Na luta contra o preconceito linguístico, “a escola deve ser o **comandante**, posicionando-se na vanguarda e não sendo incentivador da discriminação linguística. O termo **dialeto** renega a princípio o estatuto de ser língua e fica com pouca consideração” (Timbane, 2013, p.264). Para além disso, acrescenta-se: é possível estabelecer relações comerciais em línguas africanas?

5.1. As línguas na economia

Segundo Ki-Zerbo (2006, p.136), “cabe aos africanos descobrir, inventar novos paradigmas para a sua própria sociedade”. Aprender em nossas línguas maternas já é um passo significado para decidirmos o que queremos e para onde vamos. Enquanto África continua a tentar desenvolver-se na base de modelos alheios (europeus), está a contribuir para a sua “desvantagem” econômica. Defendemos aqui a ideia de que os “africanos devem reconstituir-se como entidade, como identidade, como personalidade. A personalidade africana abrange muito mais do que o crescimento econômico” (Ki-Zerbo, 2006, p.124). Do mesmo jeito que acontece com as outras áreas, nenhum sistema de desenvolvimento econômico é feito sem que haja comunicação entre os diferentes intervenientes do processo. Não seria possível serem traçadas filosofias de desenvolvimento econômico, programas de inovação tecnológica e metas a serem alcançadas sem que haja uma base linguística pré-estabelecida, que permita a aquisição do conhecimento tecnológico, a nomeação dos sistemas e o compartilhar dos saberes adjacentes. Independentemente de qual seja o sistema econômico, jamais pode ser implementado sem que um eficaz sistema de comunicação estabelecido.

Um dos motivos que levou os PALOP a adotarem o português como língua oficial foi, para além da criação de uma unidade nacional e do acesso ao saber por via do ensino, também o estabelecimento do desenvolvimento econômico. Haja vista que o português já era uma língua com escrita e com reconhecimento internacional, reunia melhores condições para que as trocas comerciais fossem feitas em nível nacional e internacional e para a criação de parcerias. Mas ressalta-se que a economia de um país não é feita simplesmente pelas trocas comerciais entre estados, pois a sua base encontra-se num patamar interno, no qual é feita a produção e a comercialização dos diferentes produtos, até se atingir o nível de exportação.

Neste contexto, para uma sociedade em que a língua oficial não é a mais falada, as outras línguas nacionais acabam tendo um papel fundamental para que a economia interna se desenvolva. A relação entre os agricultores ou camponeses, a transmissão do conhecimento das épocas agrícolas e das técnicas de irrigação jamais existiriam se a linguagem não estivesse presente. Com isso, vê-se que todo o processo de desenvolvimento econômico passa pela capacidade de interação e de transmissão. Olhando os PALOP, nos quais a maior parte da população não fala o português, o desenvolvimento econômico não se pode dar sem ter em conta as línguas faladas pela maioria da população. Sendo assim, o português, que é a língua oficial, acaba representando um impasse para esse desenvolvimento, visto que todo o processo de desenvolvimento e transmissão de tecnologia é feito na língua que a maior parte da população menos conhece ou não têm domínio.

Para que um desenvolvimento endógeno tenha lugar nestes países, necessariamente, é preciso que haja afirmação das línguas nacionais, fazendo com que elas tenham o mesmo valor funcional que o português. Isso possibilitaria uma maior dinamicidade no desenvolvimento, principalmente nos setores em que a língua tem sido um verdadeiro obstáculo. A partir dessa perspectiva, Rodrigues (2011) sugere cinco pontos necessários para a construção de um desenvolvimento nacional abrangente e genuíno: a) associação entre desenvolvimento econômico, social e cultural; b) autoconfiança em lugar da importação massiva de expertise; c) ajuda intelectual e não material; d) domesticação e nativização de tecnologias importadas, de tal forma que possam se conformar com as normas socioculturais e condições do país e (e) participação das massas e envolvimento das populações pobres (Rodrigues, 2011, p.57).

Nesse trabalho, portanto, está-se propondo o avanço significativo na descrição, criação de dicionários e gramáticas das línguas africanas, para que elas possam passar a ser oficiais, de tal forma que sejam usadas nas trocas comerciais entre os africanos. Seria interessante que os estrangeiros aprendessem as línguas africanas caso queiram estabelecer trocas comerciais com os eles. Por que o mandarim e o japonês são as línguas mais aprendidas atualmente? Por que na África do Sul quase todos falam zulu? Esse é o resultado do planejamento e das políticas linguísticas e econômicas.

Conclusão

Depois desse debate acerca da importância das línguas no desenvolvimento endógeno de África, é importante sublinhar que os jovens africanos devem partir para a dianteira na decisão dos destinos em todos os aspectos. Em muitas ocasiões

ões, a ‘velha guarda’ (na sua maioria ex-combatentes da luta de libertação) tem dado pouco espaço para que os jovens possam expor suas ideias e colocá-las em práticas. As lutas (golpes de estados, instabilidade política etc.) impedem o desenvolvimento pleno. Precisamos “abrir os olhos” para analisar que tipo de ajuda os governantes aceitam, porque muitos deles só criam dívidas que empobrecem os nossos países. Contudo, os problemas que enfermam os PALOP também são visíveis nos países anglófonos.

Rodrigues (2011) na sua obra “A língua inglesa na África: opressão, negociação, resistência” aponta até que ponto as colônias inglesas sofreram ou ainda sofrem as consequências da colonização linguística. Segundo a autora, há ainda discurso ideológico que inferioriza as línguas africanas, aspecto sustentado pela mídia e por políticas educacionais e trabalhistas. Nesse sentido, apesar de o presente capítulo artigo trazer como exemplo os PALOP, o objetivo geral é verdadeiramente apontar para o continente africano como um todo. Não é justo que todo continente tenha os mesmos problemas e impedimentos. É importante procurar soluções para o continente africano, de forma a trazer benefícios que ajudarão a alcançar a sua independência econômica, política e cultural.

É importante aproveitar os recursos linguísticos disponíveis para estabelecer relações comerciais entre os países africanos ao invés de exportar recursos para fora do continente. Por exemplo: não seria mais proveitoso enviar (exportar) camarão para países que se localizam no interior do continente (países sem contato com o mar, oceano) e estabelecer estreitas relações com eles do que mandar esses mesmos recursos para fora do continente? Não seria mais importante Moçambique importar o tomate produzido na África do Sul e comprá-lo a preços aceitáveis do que importar tomate vindo da China ou Japão? Aliás, África do Sul tem línguas inteligíveis com Moçambique. O comércio intra-africano precisa ser pensado de forma mais aprofundada porque ela pode ajudar no desenvolvimento econômico entre os países. Voltando para as questões iniciais, temos a responder que África é o berço da humanidade, mas precisa que os africanos ajam de forma positiva para prestigiar essa realidade ou imagem.

O desenvolvimento de África e dos africanos não virá de fora. É preciso que os próprios africanos tomem a iniciativa de valorizar, preservar, expandir os recursos e as possibilidades, com vistas a se levantar a baixa autoestima que os assola. Tal como Ki-Zerbo (2006) explica, África precisa ser reinventada por forma a responder as necessidades dos próprios africanos e não do ocidente, do oriente, nem de outras potências econômicas mundiais. O desenvolvimento endógeno é possível se os africanos trabalharem para si mesmos, quer dizer, sem exploração indireta e apostando na educação.

A educação em línguas locais é primordial para o avanço a passos largos para o desenvolvimento. Vários estudos (Ngunga et al., 2010; Pedro, 2014; Siteo, 2014; Abdula, 2013; Ki-Zerbo, 2006; Kukanda, 2000) mostram claramente como a educação bilíngue pode ajudar na melhoria da qualidade de ensino e na auto-estima das crianças e jovens, principalmente nas classes (séries) iniciais. Aliás, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (Oliveira, 2003), no seu Art. 29 defende que “toda pessoa tem direito a receber educação na língua própria do território onde reside.” Para além disso, o Art. 23 aponta que

1. A educação deve contribuir para fomentar a capacidade de auto-expressão linguística e cultural da comunidade linguística do território onde é realizada; 2. A educação deve contribuir para manter e para desenvolver a língua falada pela comunidade linguística do território onde é realizada; 3. A educação deve estar a serviço da diversidade linguística e cultural e das relações harmoniosas entre diferentes comunidades linguísticas do mundo todo (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, Oliveira, 2003, p.33).

Como se pode observar, os governos africanos (especialmente dos PALOP) participaram e ratificaram esta Declaração, mas não houve (e nem há) intenção clara da implementação. Não estaríamos discutindo estes aspectos se a Política Linguística dos PALPOs tivesse tomado um bom caminho (o respeito às línguas locais). Há um distanciamento claro entre as necessidades educativas dos alunos/da comunidade e a educação formal. Nesse sentido, não é por acaso que os ritos de iniciação ainda são uma prática nas comunidades. É que a escola formal não alimenta as expectativas do povo. Ao contrário: a escola formal procura retomar a política colonial que é da ‘civilização dos africanos’, quer dizer, fazer com que o aluno africano abandone a sua cultura e práticas tradicionais para seguir a cultura europeia. Está claro que a educação formal está a serviço do eurocentrismo e das práticas **ditas civilizadas**. Estamos diante de uma colonização e aculturação camuflada, desta feita realizada pelos próprios africanos.

África e os africanos precisam pensar num tipo de sistema educativo que não fira a sua própria identidade. A língua seria um dos instrumentos primordiais para que isso aconteça. O mesmo se pode dizer da economia e da política que não têm se mostrado eficientes. Nos PALOP estamos com uma economia dependente (do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e atualmente dependente de chineses) e sem criatividade. Estamos sempre copiando ‘modelos’ e ‘sistemas alheios’ que não se adaptam à nossa realidade, cujo resultado se observa à olho nu: mais de 40 anos de independência e nenhum avanço visível se observou. A população continua miserável, analfabeta ou com analfabetismo funcional e tudo mais. É lamentável que os africanos percam o tempo (que seria do desenvolvimento

endógeno) com guerras e conflitos intermináveis que provocam a pobreza, fome e, sobretudo, mortes.

As três hipóteses apresentadas no início ficam, assim, confirmadas, devendo cada membro da sociedade, em conjunto com políticos e governos africanos, empreenderem esforços para que as línguas sejam utilizadas na comunicação nacional e internacional. Nesse contexto, há que se salvar as diversas línguas africanas que estão desaparecendo. Rodrigues (2011) as classifica em quatro grupos: línguas vulneráveis, línguas definitivamente ameaçadas, línguas severamente ameaçadas e línguas criticamente ameaçadas. Constata-se que “há 304 línguas ameaçadas de extinção em 36 países africanos” (Rodrigues, 2011, p.25). Precisamos valorizar as nossas línguas usando-as no ensino, e isso passará em primeiro lugar pela criação de instrumento do tipo dicionários, gramáticas, livros para que as crianças africanas tenham o direito de aprender nas suas próprias línguas maternas. A criança, ao descobrir que sua língua materna é importante, começa a valorizá-la e usá-la de forma mais persistente.

Quem quiser estabelecer relações comerciais precisará aprender as nossas línguas para poder se comunicar. Por que o africano precisa aprender alemão para estabelecer relações comerciais com a Alemanha e não o inverso? É que falta autoestima com relação às nossas línguas. Daí a importância deste debate feito ao longo deste capítulo.

O continente africano tem cerca de 2.092 línguas, o que corresponde a 30,3% das línguas do mundo e só perde para Ásia com 2.269 (32,8%). Das mais de 6 912 faladas no mundo, 538 línguas estão em via de extinção (Calvet, 2007). Com esses dados, pretendemos mostrar que não é só África que precisa fazer alguma coisa pelas suas línguas. Todo mundo precisa desenhar políticas que preservem e protegem as suas línguas. Mas África precisa fazer mais esforço porque a situação é mais complexa. Terminamos esse debate apresentando algumas sugestões para colocar em prática a visão do desenvolvimento endógeno baseado nas línguas em África: democratização dos planejamentos linguísticos; investimentos em pesquisas para descrição, divulgação e criação de instrumentos do tipo dicionários, gramáticas; oficialização e educação das línguas africanas; aproveitamento de línguas internacionais para o estabelecimento de parcerias e negócios que visam desenvolver a África.

Referências

Abdula, Rajabo Alfredo Mugabo. O ensino das línguas nacionais como solução para o processo de alfabetização em Moçambique. *Letras Dom Alberto*. v.1, nº3, p.219-232, jan.-jul. 2013.

Bagno, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipótese. In: Lagares, Xoan C.; Bagno, Marcos. (Org.). *Políticas da norma e conflitos linguístico*. São Paulo: Parábola, 2011, p.355-388.

Cabral, Amílcar. A questão da língua. *Papia*. v.1, nº2. Brasília, 1990. p.59-61. Disponível em: <<http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/view/188/300>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

Calvet, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Estatística da CPLP* 2012. Lisboa: INE, I.P, 2013.

Couto, Hildo Honório do. Política linguística e planejamento linguístico na Guiné-Bissau. *Papia*, v.1, nº2. Brasília. s.d. p.47-57. Disponível em: <<http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/view/187/299>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

Cunha, Celso. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1981.

Fiorin, José Luiz. Os aldrovandros cantagalos e preconceito linguístico. In: Silva, Fábio Lopes da; Melo Moura, Heronides Maurílio de (Org.). *O direito a fala: a questão do preconceito linguístico*. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2002. p.23-38.

Fonseca, Dagoberto José. *Você conhece aquela: a visão, o riso e o racismo a brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

Greenberg, Joseph. H. Classificação das línguas em África. In: Ki-Zerbo, Joseph. (Org.). *História de África I: Metodologia e pré-história da África*. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010, p.317-344.

Guthrie, Malcolm. *The classification of the bantu languages*. London/New York: OUP/IAI, 1948.

JORGE, Manuel. Nação, identidade e unidade nacional em Angola: conceitos, preceitos e preconceitos do nacionalismo angolano. *Lattitudes*. nº28, p.3-10, 2006. Disponível em: <http://www.revues-plurielles.org/_uploads/pdf/17/28/17_28_02.pdf>. Acesso em: 30 jun.2017.

Ki-Zerbo, Joseph. *Para quando África: entrevista com René Holenstein/Joseph Ki-Zerbo*. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

Kukanda, Vatomene. Diversidade linguística em África. *Africana Studia*, nº3, p.101-117. FLUP, 2000

Lopes, José de Sousa Miguel. *Cultura acústica e letramento em Moçambique em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural*. São Paulo: EDUC, 2004.

Luchchesi, Dante; Baxter, Alain. A transmissão linguística irregular. In: Lucchesi, Dante; Baxter, Alain; Ribeiro, Ilza. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p.101-124.

Malik, Khalid. *Índice de desenvolvimento humano de 2014*. New York: PNUD, 2014.

Murteria, Mário. Visão e ideologia no desenvolvimento africano. *Janus: economia e desenvolvimento, meio século de independência africanas*. 2010. p.164-165. Disponível em: <http://www.janusonline.pt/popups2010/2010_3_4_5.pdf>. Acesso em: 20 jul.2013.

Naro, Antonio J.; Scherre, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

Ngunga, Armindo et al. *Educação bilingue na província de Gaza: avaliação de um modelo de ensino*. Maputo: CEA/UEM, 2010.

Ngunga, Armindo; Faquir, Osvaldo G. *Padronização da ortografia de línguas bantu moçambicanas*: relatório do 3º seminário. Maputo: CEA, 2011.

Ngunga, Armindo; Simbine, Madalena Cintia. *Gramática descritiva da língua changana*. Maputo: CEA/UEM, 2012.

Oliveira, Gilvan Muller de (Org.). *Declaração Universal dos Direitos linguísticos: novas perspectivas em política linguística*. Campinas, SP: Mercado de Letras/ ALB; Florianópolis: IPOL, 2003.

Pedro, José Domingos. Estão as línguas nacionais em perigo. In: Severo, Cristine G; Bento, Bento; Pedro, José. (Org.). *Estão as línguas nacionais em perigo?* Lisboa: Editora escolar, 2014. p.77-88.

Pereira, F. A. L. *Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa* (s.d). (Relatório de Estudo). Disponível em: <<http://aabdev.files.wordpress.com/2009/05/relatorio-de-estudo-portugal-e-os-palop.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

Pereira, Dulce. *O essencial sobre a língua portuguesa*: crioulos de base portuguesa. Lisboa: Caminho, 2006.

República de Angola. *Constituição da República*. Luanda. (2010). Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2013.

República de Cabo Verde. *Constituição da República*. Praia. (1990). <[http://www.icrc.org/ihl-nat.nsf/162d151af444ded44125673e00508141/1437105f604ce363c1257082003ea54a/\\$FILE/Constitution%20Cape%20Verde%20-%20POR.pdf](http://www.icrc.org/ihl-nat.nsf/162d151af444ded44125673e00508141/1437105f604ce363c1257082003ea54a/$FILE/Constitution%20Cape%20Verde%20-%20POR.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2013.

República Democrática de São Tomé e Príncipe. *Constituição da República*. São Tomé. (2003). Disponível em: <[http://www.icrc.org/ihl-nat.nsf/162d151af444ded44125673e00508141/5365f72fb2758718c12570a5004ad411/\\$FILE/Constitution%20-%20Sao%20Tome%20-%20POR.pdf](http://www.icrc.org/ihl-nat.nsf/162d151af444ded44125673e00508141/5365f72fb2758718c12570a5004ad411/$FILE/Constitution%20-%20Sao%20Tome%20-%20POR.pdf)>. Acesso em: 3 jul. 2013.

República de Guiné-Bissau. *Constituição da República*. Bissau. (1996). Disponível em: <<http://www.didinho.org/Constituicaodarepublicadaguinebissau.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

República de Guiné-Equatorial. *Constituição da República*. Malabo. (1995). Disponível em: <<http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/fr/gq/gq001fr.pdf>>. Acesso em: 31 jun. 2017.

República de Moçambique. *Constituição da República*. Maputo. (2004). Disponível em: <<http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

Rodrigues, Angela Lamas. *A língua inglesa na África*: opressão, negociação, resistência. Campinas, SP: UNICAMP/FAP, 2011.

Sítoe, Bento. Línguas moçambicanas, como estamos? In: Severo, Cristine G; Bento, Bento; Pedro, José. (Org.). *Estão as línguas nacionais em perigo?* Lisboa: Editora Escolar, 2014. P.37-76.

Severo, Cristine G. Política(s) linguística(s) e questões de poder. *Alfa*. n.57, v.2, p.451-473, 2013.

Severo, Cristine G.; Makoni, Sinfree. *Políticas linguísticas Brasil-África*: por uma perspectiva crítica. v.5. Florianópolis: Insular, 2015.

Timbane, Alexandre António. Os empréstimos do português e do inglês na língua xichangana em Moçambique. *Linguagem: estudos e pesquisas*, Catalão, v.16, nº1 e 2, 2012, p.53-79, jan/dez.

Timbane, Alexandre António. A variação linguística e o ensino do português em Moçambique. *Confluências*. nº43, 2º sem. Rio de Janeiro. 2013 p.263-286.

Timbane, Alexandre António.; Berlinck, Rosane Andrade. A norma-padrão europeia e a mudança linguística na escola moçambicana. *Gragoatá*. nº 2, 2º sem. Niterói. 2012. p.207-226.

Zamparoni, Valdimir D. As escravas perpétuas e o ensino prático: Raça, gênero e educação no Moçambique colonial, 1910-1930. *Estudos afro-asiáticos*. ano 24, nº 3. 2002. p. 459-482.

Zamparoni, Valdimir D. *Entre narros e mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c.1890-c.1940*. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP: São Paulo, 1998.

Zamparoni, Valdimir D. Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX. In: Galves, Charlotte; Garmes, Helder; Ribeiro, Fernando Rosa. (Org.) *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas-SP: UNICAMP, 2009. p.27-56.

Políticas linguísticas de Moçambique: controvérsias e perspectivas

Ilídio Macaringue

Universidade Pedagógica (UP–Maxixe)

Introdução

Moçambique localiza-se na costa Sudeste da África e foi colonizado por Portugal. O país tem como língua oficial o Português e alcançou a sua independência a 25 de Junho de 1975, após uma luta armada que decorreu de 1964 a 1974, liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), movimento nacionalista formado pela união de outros três movimentos, nomeadamente União Nacional Africana de Moçambique (MANU), União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e União Nacional Africana para a Independência de Moçambique (UNAMI). Foi com base nesta união que se criaram as premissas mais sólidas para a libertação de Moçambique da dominação portuguesa.

À semelhança dos demais países africanos pós-coloniais, Moçambique herdou uma política linguística e cultural europeia significativa, como consequência do processo de colonização, com particular destaque para área social, econômica, cultural e ideológica, por meio da exploração desenfreada dos recursos naturais, implementação de um sistema educacional diferenciado, hierarquização das pessoas em função das suas funcionalidades e (re) utilizações – a coisificação do Homem. Além disso, são também heranças coloniais as formas diferenciadas de acesso aos bens de consumo e de serviços, à educação, à saúde, ao emprego e à habitação condignas à dignidade humana, aliadas à desestruturação sócio-histórica, cultural, político-administrativa e ao apagamento das línguas e culturas locais tendo em vista a alienação individual e coletiva do povo moçambicano.

É nesse sentido que no processo de construção do Estado-Nação, o país, que outrora combatera o sistema colonialista português e todas as suas práticas imperialistas, viu-se obrigado a adotar as políticas linguísticas do colonizador, uma decisão político-ideológica que visava consolidar o espírito da luta armada de libertação nacional, salvaguardar as conquistas daí decorrentes, gerar o sentimento de unidade (nacional) na diversidade, assegurar e consolidar a integração intra e

inter-étnica e gerar um ambiente propício à governabilidade do território, o que resultou na neutralização das línguas bantu como línguas francas de ordenamento sociocultural, linguístico e ideológico das populações na perspectiva de, entre outras, matar a tribo para fazer nascer a nação.

E, para tal, era imprescindível massificar o uso da língua portuguesa vista naquele contexto histórico como o único meio auxiliador mais eficaz para (re) produzir semelhanças dentro de um mercado de trocas linguísticas e simbólico heterogêneo e gerar um sentimento de pertencimento à pátria e engajamento na mesma causa nacionalista – a libertação da terra e do Homem do jugo colonial.

Em face destes cenários, neste trabalho, objetivamos analisar o contexto histórico, político-ideológico e sociolinguístico a partir do qual Moçambique adotou as suas políticas linguísticas, tendo em conta a diversidade linguístico-cultural que caracteriza o país e problematizar a sua eficácia decorrente das ambivalências geradas em torno da oficialização do Português Europeu sem o nacionalizar e da nacionalização das línguas autóctones sem as oficializar. Além disso, é também objetivo analisar como a lógica do que está institucionalizado estar a ser subvertida pelas práticas consuetudinárias dos usos da linguagem, o que resulta na nativização e endogeneização do Português Europeu à ecologia da moçambicanidade e, com isso, as línguas bantu reforçam a sua territorialidade e prestígio como meios, também válidos, de cosmovisão do mundo e de construção do Estado-Nação. Metodologicamente, adotamos uma pesquisa qualitativa que, segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17), “consiste em conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações”.

É neste contexto que, ao desenvolvermos uma pesquisa qualitativa que se singulariza, entre outros aspectos, por ter “um foco multiparadigmático” em virtude de ela ser cumulativamente “um campo interdisciplinar, transdisciplinar, e às vezes, contradisciplinar que atravessa as humanidades, as ciências sociais, e as ciências físicas”, segundo Denzil e Lincoln (*op. cit.*, p. 21), capitalizamos as análises crítico-reflexivas societais e políticas, e estabelecemos conexões teóricas e metateóricas que nos permitem situar a pesquisa como histórica, cultural e pessoal, razão pela qual não é factível dissociar os métodos da pesquisa da ideologia, pois é a partir desta simbiose que se pode construir “diálogos contínuos e de expandir o domínio da deliberação cívica” (Gergen; Gergen, 2006, p. 381).

A pesquisa qualitativa é auxiliada pelos paradigmas interpretativistas pelo fato de eles permitirem inúmeras possibilidades de apreensão e compreensão dos fatos e facilitarem a interpretação dos fenômenos sociais situados num contexto

(Denzin; Lincoln, 2006), até porque “não há como observar o mundo independentemente das práticas sociais e significados vigentes” (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 32).

Portanto, a interpretatividade, aliada à reflexividade, descritividade e à introspectividade, enquanto pesquisador que transita entre o cognoscível e o cognoscente, tendo como *locus* Moçambique, a partir do olhar do local, constituem alicerces basilares que orientam esta pesquisa baseada num “movimento permanente e incessante de estranhar o familiar e se familiarizar com o estranho” (Velho, 1978; Mata, 1978; 1981 *Apud* Albuquerque, 2014, p. 62).

Estes movimentos, a partir da Periferia, constituem uma postura epistêmica de fronteira, equivalente ao que Pennycook (2006, p. 74) denomina de Linguística Aplicada Transgressiva na medida em que as transgressões “não somente penetram território proibido, como tentam pensar o que não deveria ser pensado, fazer o que não deveria ser feito”, já que, segundo o mesmo autor (*ibidem*) que cita Jenks (2003), a transgressão é “aquela conduta que destrói as regras e transgride os limites”, salientando, porém, que ela não é sinónimo de “desordem ou caos, já que sempre deixa implícita uma ordem que está sendo transgredida”. Por isso, ao longo do trabalho desenvolvemos reflexões para entendermos e fazer entender os significados subjacentes a todo o processo histórico, sociolinguístico, cultural e político-ideológico que determinou os caminhos, as escolhas, as incertezas e as contradições em torno das políticas linguísticas de Moçambique.

1. Contextualização histórica, político-ideológica e sociolinguística de Moçambique

O atual território de Moçambique resulta do processo de ocupação efectiva exercida por Portugal, com o “auxílio” de algumas potências europeias e das companhias majestáticas que as delegou poderes para tal, em conformidade com as deliberações saídas da Conferência de Berlim (1884-1885), na qual as potências coloniais europeias dividiram entre si o continente africano e, por consequência, os destinos dos seus povos. É neste sentido que, para compreendermos as políticas linguísticas de Moçambique, afigura-se essencial uma incursão na sua história e na ideologia por detrás da sua libertação e da construção do Estado-Nação.

Ocupado por quase 500 anos por Portugal, aquando da chegada dos primeiros navegadores liderados por Vasco da Gama, em 1498, e formalmente colonizado, de forma efetiva, a partir de 1930, depois de sucessivas lutas de resistência protagonizadas por moçambicanos ao longo do processo histórico de negação à dominação imperialista, o país sucumbiu às políticas segregacionistas do colonizador

com o objetivo de dividir para reinar e garantir a manutenção e reprodução da dominação.

É neste contexto que, em conformidade com a necessidade de uma presença mais efetiva, Portugal, para além de consolidar os esforços militares para garantir a ocupação e domínio territorial de Moçambique, investiu fortemente na presença da sua máquina administrativa. Com isso, estabeleceu novas fronteiras físicas, jurídicas e simbólicas, destruindo as anteriormente existentes, com destaque para as simbólicas de matriz étnico-tribal e sociocultural pré-existentes à ocupação e implementou políticas separatistas que hierarquizaram as pessoas de acordo com a cor da sua pele e utilidade nos esforços de colonização.

Assim sendo, a ideologia do Aparelho Administrativo Colonial Português introduzida a partir de 1930, com o “Acto Colonial”, deu origem ao Estado Novo em Portugal e preconizou novas diretrizes de exploração das suas colónias, fato que contribuiu para a acentuação das explorações a nível econômico, físico, social, ancestral, antropológico, religioso, cultural, educacional e intelectual e ressignificou novas condutas sociais; *status quo*, *modus vivendi* e *modus operandi* marcadamente deprimentes, fazendo vingar a plenitude da política de dividir para reinar e a reedificação do Homem.

O conceito de ideologia que usamos recorrentemente neste trabalho está em conformidade com a definição de Eagleton (1997, p. 15) como “idéias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante”, razão pela qual estudar a ideologia é estudar as formas de sustentar relações de dominação, pois ela está ao serviço de quem a manipula, sendo que a forma de exercer esse poder passa por perceber os modos a partir dos quais o significado é construído e comunicado por formas simbólicas (Thompson, 2009).

E, para conseguir os seus intentos, Portugal aliou-se à Igreja Católica por meio do acordo denominado Concordata assinado em 1940, o qual estipulou o uso das línguas autóctones nos cultos religiosos e, posteriormente, por volta de 1963, segundo Mazula (1995, p. 88), foi “autorizado o emprego do idioma local como instrumento de ensino da língua portuguesa”. É neste quadro que o Estatuto Missionário publicado em 5 de Abril de 1941 conferiu mais poderes à Igreja Católica em Moçambique, tornando-a num aliado privilegiado do Governo Colonial Português na condução de todo o ensino indígena com o fim, segundo Castiano, Ngoenha e Berthoud (2006, p. 27), de “civilizar e nacionalizar o indígena por meio da língua portuguesa e gradual compreensão da doutrina e moral cristã”.

Como se pode constatar, o uso das línguas autóctones no ensino e nos cultos religiosos não visava a sua valorização, muito menos das culturas locais por meio delas veiculadas e nem sequer fomentar as aprendizagens de forma eficaz, já que

o propósito era formar moçambicanos como aprendizes e com baixa educação escolar. Por isso, o objetivo central era permitir que, a partir das suas línguas bantu e das suas culturas, os moçambicanos acedecem à aprendizagem do Português e fossem aculturados lusitanamente. Assim sendo, o uso da doutrina moral cristã católica servia para neutralizar as revoltas e reproduzir um ser humano manso e incorporável à dominação colonial portuguesa.

A partir destes pressupostos, o Português ganhou uma importância particular na medida em que serviu de mecanismo aglutinador das diferenças linguísticas e culturais entre os moçambicanos e os portugueses, o que permitiu a Portugal estratificar dois grupos sociais: os civilizados, também denominados assimilados, que em larga medida serviam de suporte ao Aparelho Administrativo Colonial e os não civilizados, tipificados como indígenas, os deserdados da sua própria terra. Segundo Mazula (1995, p. 100), são considerados indígenas nas respectivas províncias “os indivíduos de raça negra que, nelas tendo nascido ou vivido habitualmente, ainda não possuem a cultura e os hábitos individuais e sociais exigidos pela integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses”.

Estes fatos permitem-nos perceber que o ensino e aprendizagem da língua portuguesa constituía, também, um meio ideológico de dividir para reinar, sucedendo ao que Bourdieu (2007, p. 10) chama de produções simbólicas como instrumento de dominação para a legitimação dessas distinções cujo objetivo é a “integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções”, razão pela qual o autor defende que (*op. cit.*, p. 11), “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção)”, tendo em conta que, ao legitimarem-se as distinções, consagra-se o marco hierárquico entre a cultura dominante e a cultura dominada e, com isso, perpetuam-se as correlações de força deixando-se crer que existem culturas e línguas mais importantes que outras.

É por isso mesmo que julgamos que os moçambicanos com capacidade de aprender e falar “correctamente” o Português tornaram-se auxiliares da Administração Colonial, porém sem ocupar cargos de relevância administrativa. Com esta estratégia, Portugal foi, aos poucos, alargando o número de falantes do Português, até porque estava consciente da necessidade da existência de pessoas “aportuguesadas” em Moçambique como forma de garantir o seu domínio aos olhos da comunidade internacional. Em paralelo, os portugueses investiram em larga escala para a expurgação da “identidade cultural dos moçambicanos” com vista a torná-los novos “cidadãos portugueses”, contudo, sem gozarem das benesses que tal nacionalidade atribuía, fomentando, deste modo, a falsa consciência no seio

da população e que mais tarde veio a rebelar-se contra a exploração imperialista e contra todas as formas de aculturação sistemática levadas a cabo pela metrópole.

A aculturação, segundo Cuche (2002, p. 115), é o “conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos (*patterns*) culturais iniciais de um ou dos dois grupos” e refere que ela é diferente da assimilação. Portanto, “a assimilação deve ser compreendida como a última fase da aculturação, fase, aliás, raramente atingida. Ela implica o desaparecimento total da cultura de origem de um grupo e na interiorização completa da cultura do grupo dominante” (Cuche, 2002, p. 116). Desta feita, a língua portuguesa foi expandida por meio das escolas com o alicerce da Igreja Católica e, posteriormente, com o apoio das Igrejas Protestantes que também ensinavam a língua inglesa. Com isto, pode-se dizer que à Igreja Católica cabe o mérito, em parte, da massificação do Português, às Igrejas Protestantes do Inglês. É caso para dizer que os católicos idolatraram o Português e os protestantes o Inglês.

O ensino e a aprendizagem do Português em larga escala constituíam, para Portugal, um desiderato patriótico, nacionalista e mercantilista para gerenciar o mercado das trocas linguísticas e também como um mecanismo de domínio social, ideológico, econômico, político, cultural e simbólico dos moçambicanos. Para além disso, visava responder, de forma firme, ao avanço vertiginoso da aprendizagem do Inglês por parte de moçambicanos que almejavam trabalhar nas minas sul-africanas, mal necessário, já que entre Portugal e a África do Sul existia um acordo de fornecimento de mão-de-obra, negócio muito rentável para os cofres da metrópole.

Apesar de todos os esforços, a dominação portuguesa sofreu revés por conta do grupo dos assimilados e de outros compatriotas nacionalistas no território nacional e na diáspora que, impulsionados pelo contato de línguas e culturas, e também pelos movimentos de libertação nacional que levaram alguns países africanos a alcançarem as suas independências a partir da década de 1960, ampliaram o seu ângulo de cosmovisão do mundo e, com isso, uma nova forma de estar, de ser, de sentir, de ver e de fazer na sociedade que os despertou das crueldades a que o povo fora submetido.

Foi uma etapa de nova (re)orientação que permitiu a “limpeza psicológica” dos vestígios do colonialismo, sobretudo aqueles que foram considerados maléficos, porque o objetivo do discurso colonial, segundo Bhabha (1998, p. 111), era de “apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistema de administração e instrução”. A este respeito, Fanon (2005) refere que o colonialismo não se

satisfaz em prender o povo nas suas redes, em esvaziar o cérebro do colonizado com o recurso à opressão de toda forma e de todo o conteúdo, e defende que

a cultura, que é arrancada do passado para ser desdobrada em todo o seu esplendor, não é a do seu país. O colonialismo, que não matizou os seus esforços, que não deixou de afirmar que o negro é um selvagem e o negro, para ele, não era nem angolano nem nigeriano. Ele falava a língua negra (Fanon, 2005, p. 244-245).

A tomada de uma nova consciência por uma parte dos moçambicanos, cuja negritude é bem descrita por Fanon, foi expressa, por exemplo, com o recurso à denúncia dos males do colonialismo nos jornais e a formação de movimentos cívicos e políticos contra a presença colonial, fato que originou a desculturação que, segundo Cuche (2002), ocorre quando os povos se manifestam contrários aos valores impostos.

Este pensamento conecta-se ao de Hall (2009) ao referir que a relação colonização e pós-colonização está sujeita, irrevogavelmente, a um campo de poder-saber e a partir do momento em que se verifica o deslocamento do foco das relações que caracterizam o colonializador e o colonizado, este último torna-se dono do seu próprio destino e desenvolve a capacidade de criticar e desconstruir as representações ideológicas até então vigentes com vista a traçar novos rumos orientadores, razão pela qual, para Freire (2006), o oprimido tem o opressor dentro de si.

Com base nisso, na construção dos alicerces do Estado-Nação, primeiro no seio dos grupos de guerrilheiros, políticos e simpatizantes filiados à FRELIMO no interior do território nacional e na diáspora, e depois nas zonas libertadas, onde se plantou a semente da governação pós-colonial, e após a proclamação da independência nacional, o Estado Moçambicano expurgou da herança colonial os seus malefícios e adotou os aspectos positivos que lhe serviam de base para a construção e consolidação do Estado Nacional, nomeadamente as políticas linguísticas que vigoravam até então.

Para o efeito, o Estado adotou uma série de políticas concertadas que visavam promover, quer por meio da língua(gem), entendida como um caleidoscópio por ser multifacetada e dinâmica (César; Cavalcanti, 2007), quer por meio da cultura definida por Canclini (2009, p. 41) como “conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social”, a produção e reprodução da violação simbólica nos termos de Bourdieu (2007) como construção da realidade para estabelecer uma ordem gnoseológica assente na promoção da falsa consciência.

Assim sendo, a língua(gem) e a cultura ligadas à representação conceituada por Goffman (1975, p. 29) como a “atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” e à identidade vista de forma não essencialista, já que as pessoas são portadoras de inúmeras e complexas identidades e que as manifestam em função dos contextos (Hall 2000; Silva, 2000) constituem, por excelência, um mecanismo de exercício do poder simbólico na medida em que criam uma ilusão óptica e gnoseológica de que todas as pessoas têm a mesma identidade e a mesma cultura no território do Estado-Nação e basta arregimentá-las por uma língua comum e que se considere língua de Estado para gerar sentimento de pertencimento ao território do Estado Nacional, na tentativa de visibilizar a nação e silenciar a tribo e o etnicismo, vistos como males que atentam contra a unidade nacional.

Com isso, a língua oficial é erigida de dogmas e veneração o que faz com que, na visão ideológica do Estado-Nação, tenha de ser reproduzida como se fosse cópia em carbono da norma em uso, razão pela qual se legitima a norma e promove-se o seu uso na sociedade sem se levar em consideração que uma norma linguística é uma hipótese e como tal sujeita às dinâmicas sociais e históricas, até porque, conforme sustenta Back (1987), a língua é um espelho da cultura e como tal ela deve ser diferente, de uma cultura à outra, facto que também subverte a lógica ideológica por detrás da construção dos Estados Nacionais assente na trilogia **um povo, uma língua e uma cultura**, facto que não passa, segundo Geertz (1989), de uma utopia, uma esperança alimentada pelas tradições inventadas (Hobsbawn, 1984).

No entanto, apesar de tudo isso, interessa à política do Estado-Nação disseminar estas ideologias, crenças e ritualizações, pois as “culturas nacionais são sistemas de representações” (SARUP, 1996, p. 152). Por isso, as identidades únicas e fixas no território do Estado-Nação são uma crença, uma construção sociosimbólica do que é política e ideologicamente ideal, pelo que não passa de um estereótipo, segundo Bhabha (1998), até porque “nenhuma sociedade consiste unicamente de excêntricos anônimos que se tocam e ricocheteiam como bolas de bilhar” (Geertz, 2008, p. 99).

É neste quadro que Lopes (2004, p. 21), que cita Machel (1979), refere que “a necessidade de combatermos o opressor exigia um combate intransigente contra o tribalismo e o regionalismo. Foi esta necessidade de unidade que nos impôs que a única língua comum – a que servia para oprimir – assumisse uma nova dimensão”, consagrando-se assim a herança tácita da política linguística do período colonial e adaptada para o período pós-colonial. Com a independência nacional,

novos valores culturais e ideológicos foram colocados em prática, e é neste contexto que o país adota o Português como língua oficial e de unidade nacional, tendo em vista consolidar os propósitos da construção do Estado-Nação assentes na homogeneização linguística e cultural.

2. A construção do estado-nação em Moçambique: (re) avaliando alguns pressupostos

A ideia de moçambicanidade não está dissociada das representações que estão por detrás da construção do Estado-Nação. Por isso, a construção do Estado-Nação em Moçambique é um processo contínuo e permanente, visto que Estado e Nação são duas categorias que estão intimamente ligadas ao nacionalismo, compondo facetas da mesma moeda quando falamos do processo de formação de um Estado Nacional, pois “o nacionalismo não é o despertar das nações para a auto-consciência: ele inventa nações onde elas não existem” (Anderson, 2008, p. 32).

Por isso, Bauer (1996, p. 81) defende que “a nação apresenta-se como um modelo natural, e o Estado um produto artificial. [...]. O Estado, portanto, deve seguir a nação e uni-la politicamente”. Ainda de acordo com Bauer (*op. cit.*), a nação tem um carácter nacional. Todavia, tal carácter não significa que haja uma comunhão, *a priori*, pré-estabelecida. Pelo contrário, existe um esforço para se estabelecer a comunhão, mesmo reconhecendo-se as diferenças individuais e grupais, pelo que “nação é comumente entendida como a totalidade dos cidadãos do Estado, ou a totalidade dos habitantes de um espaço econômico” (Bauer, 1996. p. 76).

A este propósito, Weber (1994, p. 72) defende que a nação não é simétrica a uma comunidade linguística e defende que “a nação, no uso linguístico habitual, não é idêntica ao povo de um Estado”, até porque no mesmo Estado podem existir várias nações, fato que também caracteriza Moçambique, visto que ela é, acima de tudo, uma construção simbólica que decorre de sentimentos, expectativas, esperanças, pertencimento e adesão, por vezes obrigatória, a uma colectividade com a qual se pode compartilhar um passado comum, valores históricos, sociais, culturais, ou sofrimento suscetíveis de serem intelegíveis.

Por essa razão, uma pessoa pode pertencer a múltiplas e variadas nações no interior do seu país, porém cabe à política ideológica e hegemônica do Estado Nacional perseguir estes sentimentos, por vezes dispersos e fragmentados, condensá-los na mesma base de harmonização colectiva e reproduzir a hegemonia conducente à mesma jurisdição do território no qual vegetam estes sentimentos para integrá-los ao exercício da soberania do Estado.

Segundo Hall (2006, p. 62), a etnia é um termo que se usa para referir às características culturais, tais como língua, religião, costume e tradições, e aponta

que “essa crença acaba, no mundo moderno, por ser um mito. A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As nações modernas são, todas, híbridos culturais”. O mesmo autor (*op. cit.* p. 62-63) enfatiza também que “é ainda mais difícil unificar a identidade nacional em torno de uma raça. [...] A raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica. [...]. A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica”.

Com a ideia de que a nação não se funda unicamente por pressupostos étnicos e nem raciais, uma vez que a raça não explica, por exemplo, que o ser branco ariano significa ser alemão, ou então que ser negro é ser africano, até porque existem em África Estados cuja população é maioritariamente branca, como são os casos do Egito, Tunísia, Líbia e Argélia, que fazem parte da denominada “África Branca”, Renan (1997) coloca em causa o mito de formação das nações com base na raça e na língua ao defender que “as línguas são formações históricas que indicam pouco sobre o sangue dos que as falam e que, em todo o caso, não poderiam agrilhoar a liberdade humana de escolher a família com a qual deseja unir-se para a vida e para a morte” (Renan, 1997, p. 169-170).

Ainda no mesmo diapasão, Bauer (1996, p. 45) refere que “os ingleses e irlandeses, os dinamarqueses e noruegueses, os sérvios e os croatas, falam, em cada um dos casos, a mesma língua, e nem por isso são um único povo. Os judeus, por outro lado, não têm uma língua comum mas são uma nação”. A propósito da impossibilidade de qualificar sentimentos de pertença tomando a língua como base para a formação de uma nação, Hobsbawn (1990, p. 75) faz a seguinte consideração: “o que sabemos é que lutas nacionalistas foram agravadas algumas vezes, nos tempos modernos, pela recusa de frações de grupos lingüísticos em aceitar a unidade política com outros que falam a mesma língua”. Weber (1994, p. 173), no mesmo sentido, refere que os “alsacianos de língua alemã que rejeitam a pertinência à ‘nação’ alemã não se consideram, por isso, simples membros da ‘nação’ francesa”.

Assim sendo, afigura-se pouco consistente a percepção de algumas correntes de opinião de que Moçambique não é uma nação devido à sua diversidade ético-linguística que se traduz nas acentuadas assimetrias e heterogeneidades para a formação da coletividade, até porque a nação é um sentimento de pertença que não está diretamente indexado a questões étnicas, raciais, culturais, linguísticas e um dos seus sustentáculos é o sofrimento e o desejo de as pessoas alcançarem objetivos comuns, o que justifica o fato de inúmeros e diversificados grupos étnico-linguísticos e culturais se terem unido e superado as suas divergências estruturantes, em decorrência do sofrimento imposto pela colonização, em torno do mesmo movimento nacionalista para libertar o país.

Por isso, corroboramos com Hobsbawn (1990) ao analisar as inferências a partir das quais se podem determinar as bases para a constituição de uma nação, nomeadamente: associação histórica com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; existência de uma elite cultural longamente estabelecida que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito e uma provada capacidade de conquista. Neste sentido, segundo Renan (1997, p. 173), “uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e que ainda se fariam. Ela supõe um passado, mas se resume no presente a um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum”, ou seja, como advoga Anderson (2008, p. 32), a nação é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e ao mesmo tempo soberana”, pois a “a coletividade é vivenciada e os símbolos são representados como algo separado dos indivíduos em questão, algo superior e mais sagrado do que eles” (Elias, 1997, p. 143).

Desta feita, entendemos que o sentimento de pertença à genérica nação moçambicana vingou independentemente da etnia – vários grupos de diferentes origens lutaram para libertar as terras conquistadas pelos portugueses; da raça – houve casos de brancos europeus que auxiliaram os moçambicanos (negros e brancos) na luta contra o colonialismo português; da religião – católicos, muçulmanos, protestantes e ateus resistiram à ocupação europeia; da língua – pessoas de diferentes idiomas juntaram-se na luta de libertação nacional, pensamento que ecoa em Machel (1983, p. 20) ao defender que “a nação identifica-se pelos seus símbolos. Perante a história, perante a cultura, perante a nação não há católicos, não há muçulmanos, não há protestantes, não há ateus – há moçambicanos patriotas ou antipatriotas”. Este fato é também testemunhado em Mondlane ao defender que

O movimento nacionalista não surgiu numa comunidade estável, historicamente com uma unidade linguística, territorial, económica e cultural. Em Moçambique foi a dominação colonial que deu origem à comunidade territorial e criou as bases para uma coerência psicológica fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado, e outros aspectos de dominação colonial (Mondlane, 1995, p.87).

É neste sentido que a moçambicanidade se forma a partir da política de homogeneização da diversidade linguística e cultural da FRELIMO forjada nos tempos de luta armada de libertação nacional preconizada na filosofia política de Eduardo Mondlane e de Samora Machel, ícones do nacionalismo moçambicano, visto que o primeiro é considerado o arquiteto da unidade nacional por ter contribuído, com a sua visão de totalidade, na união dos principais movimentos nacionalistas de luta pela independência num único movimento libertador; o segundo por ser

considerado o pai da nacionalidade moçambicana, ao ter declarado a independência do país e por ter sido um dos principais ideólogos da construção de um Estado-Nação indexado aos princípios de ‘Homem Novo’.

Com base nessas políticas, o Estado Moçambicano, por meio da FRELIMO, já que praticamente não existiam fronteiras entre o Estado e o partido do governo, realidade expressa na primeira Constituição da República de 1975 (revista em 1990 e em 2004) no artigo terceiro ao referir-se que “A República Popular de Moçambique é orientada pela linha política definida pela FRELIMO, que é a força dirigente do Estado e da Sociedade”, enveredou por um sistema de governação socialista e comunista de base marxista e leninista, programando a vida da sociedade, arregimentando e complexificando ainda mais o sistema de violação simbólica, promovendo uma educação escolar de (re)produção de semelhanças e apagamento de diferenças para sustentar a ideia de um Estado-Nação uno e indivisível sustentado na moçambicanidade, estereótipo representativo de base homogeneizante da diversidade linguística, cultural e de identidade que caracteriza Moçambique.

É a moçambicanidade que faz existir a ideia de nacionalidade, do nacionalismo e de pertença a uma coletividade do Estado, uma vez que gera o sentimento de gnoseologia e de partilha de valores comuns. Ainda que sentida como essência e forma, a moçambicanidade não passa de uma construção filosófica e simbólica alicerçada em representações que cosntituem a identidade nacional. Ainda assim, ela não é estática. Pelo contrário, é dinâmica, processual, controversa e em constantes crises como qualquer outra identidade e processa-se como mecanismo de negação a todo o tipo de alienação colonial e, ao mesmo tempo, como afirmação e auto-definição das categorias socioculturais e simbólico-ideológicas que definem o que é ser um cidadão moçambicano, ou seja, a moçambicanidade é a negação à portugalidade.

Portanto, a moçambicanidade, como projeto político-ideológico, nasce da resistência e da negação da portugalidade e funda-se na base da “representatividade” sociocultural e étnico-linguística da diversidade do país em estereótipos ideológicos e revigora-se a partir da ideia de que é possível arregimentar as pessoas no território do Estado-Nação recorrendo-se às amálgamas representacionais das formas de ser, de estar, de pensar, de sentir, de agir e de fazer, concomitantes à construção e (re)produção de semelhanças num mercado de trocas linguísticas e simbólicas.

Com a filosofia de (re)produção em larga escala de semelhanças para consolidar a moçambicanidade, o Estado-Nação em Moçambique aprofundou o seu emparelhamento ideológico e com isso a mediatização das suas políticas estruturantes

da territorialização do poder, isto é, disseminar em massa e à escala nacional os fundamentos do Homem Novo, a ideia de várias culturas de base única – moçambicana, fato que se enquadra no posicionamento de Fanon (2005), quando analisa o papel dos movimentos independentistas em África, ao defender que combater pela cultura nacional é combater pela libertação da nação, já que não existe um combate cultural que se desenvolva literalmente ao combate popular.

3. As faces e interfaces das políticas linguísticas de Moçambique

No contexto da formação dos Estados Nacionais, cada país adota as suas políticas linguísticas em função dos objetivos que pretende alcançar, o que faz da política linguística e da planificação linguística dois complementos importantes na materialização das políticas públicas dos Estados tendo em conta as implicações político-ideológicas a partir das quais se estrutura todo o processo de desenvolvimento. Neste sentido, partimos do mote lançado por Bourdieu (2008, p. 31) segundo o qual “os linguistas incorporam à teoria um objeto pré-construído cujas leis sociais de construção esquecem e cuja gênese social em todo o caso mascaram” e defende que não é o espaço que determina a língua, pelo contrário, é a língua que define o seu espaço.

Segundo Calvet (1987), citado por Fiorin (2009, p. 15), política linguística é um “conjunto de escolhas conscientes efectuadas no domínio das relações entre língua e vida social, e mais particularmente entre língua e vida nacional”. E porque a existência de uma política linguística pressupõe, *a priori*, a existência de uma planificação linguística, Fiorin (*ibidem*) define-a como “a busca e o emprego dos meios necessários para a aplicação de uma política linguística”, o que nos leva a concluir que a primeira implica, necessariamente, a existência da segunda, pois é o seu instrumento materializador, porém o inverso não procede. Em Moçambique, o contexto político-ideológico da escolha da língua portuguesa como língua oficial, língua de Estado e língua de unidade nacional, a partir da qual se estruturam as ações do Estado Nacional é ancorada na seguinte passagem de Ganhão (1979) citado por Lopes (2004)

A decisão de se optar pela língua portuguesa, como língua oficial na República Popular de Moçambique, foi uma decisão política meditada e ponderada visando atingir um objectivo – a preservação da unidade nacional e integridade do território. A história da apropriação da língua portuguesa, como factor de unidade, nivelador das diferenças veio desde a criação da Frelimo em 1962 (Lopes, 2004, p. 21).

Como se pode constatar, a escolha, não linguística, mas política, é herança de uma política linguística implementada pela própria FRELIMO durante a luta armada. Produto de um território caracterizado pela diversidade social, linguística,

étnica e cultural, a FRELIMO, desde cedo, adotou, no seu seio, uma política linguística de emancipação do Português como língua de comunicação tendo em vista a neutralizar divisionismos intra e inter-étnicos de base tribal, pois a orientação era clara: matar a tribo para fazer nascer a nação e, como tal, era necessário reproduzir semelhanças de pertencimento da mesma terra de acolhimento, já que não se lutava pela terra pré-chegada dos portugueses visto que as fronteiras foram desarticuladas pelas dinâmicas da ocupação das potências imperialistas.

Com isso, a escolha da norma europeia como padrão em Moçambique foi decorrente das contingências de uma realidade específica: a diversidade linguística constituía um entrave para os propósitos da consolidação do jovem Estado-Nação na visão político-ideológica, como também para a materialização das políticas públicas para o desenvolvimento que não deviam descurar o emparelhamento de todas as sensibilidades étnico-linguísticas e culturais num sistema nacional para gerar e consolidar o Estado Nacional e combater as assimetrias regionais que poderiam atentar contra a unidade nacional e a soberania do Estado.

É neste contexto que a língua portuguesa se torna num elemento *sine qua non* para a estruturação ideológica da população, por meio da política da formação do Homem Novo, tipificado como aquele que defende a política da FRELIMO e reconhece nela o poder de guia supremo do Estado e do povo; combate o regionalismo, o tribalismo, o individualismo e o obscurantismo; tem um espírito de sacrifício pela pátria. Um ‘Homem Novo’ capaz de se adequar à nova ordem social, política, econômica, religiosa, ideológica, enfim, construir um ‘Homem Novo’ capaz de fazer face aos desafios da construção do Estado Nacional, razão pela qual “a imposição da língua legítima contra os idiomas e os dialetos faz parte das estratégias políticas destinadas a assegurar a eternização das conquistas da Revolução pela produção e reprodução do homem novo” (Bourdieu, 2008, p. 34).

Com isso, e de forma equivocada, mas intencional, as línguas autóctoes, num total de 19, segundo Firmino (2001) – ainda que reconheçamos que existem números díspares a este respeito, porém não nos iremos deter neste aspecto –, foram neutralizadas e silenciadas, pois para a lógica ideológica a sua existência atentava contra a unidade nacional e a construção de um Estado-Nação uno e indivisível, situação que gerou dissonância no seio da FRELIMO, uma vez que havia certos círculos de opinião que não viam com bons olhos a crescente subalternização das línguas autóctones tendo em conta o seu papel importante na consciencialização da sociedade, por exemplo, na estruturação e ramificação das relações intra-familiares, inter-culturais, inter-étnicas e intra-étnicas e na moralização da população.

É por essa razão que Mazula (1995) aponta que, em 1982, no contexto de ideias liberais no seio da FRELIMO, e no âmbito do IV Congresso, é que se

reconheceu a diversidade cultural como riqueza nacional, abrindo-se as portas para o início do estudo e da necessidade de valorização das línguas autóctones, ainda que reconheçamos que muito ainda falta por se fazer. Como se pode constatar, as políticas linguísticas de Moçambique estão associadas ao processo de construção e consolidação do Estado-Nação razão pela qual corroboramos com Bourdieu (2008, p. 32) ao referir que “a língua oficial está enredada com o Estado tanto em sua gênese, como em seus usos. É no processo de construção do Estado que se criam as condições de constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial”.

Dessa forma, Moçambique, como a generalidade dos países africanos, viu-se obrigado a herdar parte significativa das políticas linguísticas que o colonialismo implementara no país como forma de sustentar a ideia de unidade na diversidade e garantir a governabilidade do território a partir da (re) produção de semelhanças concomitantes ao povo da mesma nação tendo em vista a implementação das políticas públicas para o desenvolvimento. Esta escolha, que resultou de um metabolismo político-ideológico no seio da própria FRELIMO, já que combatera o colonialismo, porém acabou por herdar algumas das suas práticas, como é o caso das políticas linguísticas, justificou-se, de entre outras, pelas seguintes razões: a) impossibilidade de unificar a diversidade linguístico-cultural a partir de uma língua autóctone; b) tentativa de unificar na diversidade, contornando possíveis levantamentos intra- e inter-étnicos de insubordinação e que atentassem contra a soberania e a consolidação do Estado-Nação em caso de escolha de uma língua autóctone como língua oficial; c) inexistência de línguas autóctones mais representativas à escala nacional; d) incapacidade do Estado Nacional vencer a ideologia neocolonialista.

É diante deste cenário que com a proclamação da independência nacional de Moçambique, a 25 de Junho de 1975, também se proclama e outorga-se o novo estatuto funcional da língua portuguesa, língua do antigo colonizador que, com a retomada da soberania do território, passa a ser, também, legitimada como língua de Moçambique e dos moçambicanos, e mecanismo a partir do qual se deve pensar e construir-se a unidade nacional na diversidade. Essa apropriação do português decorreu, também, do desejo do Estado-Nação de afirmação da sua legitimidade e de empoderamento dos seus diversificados usos na extensão territorial, facto que procede na análise seguinte de Rosário (1982) ao defender que

Diferentemente de muitos países do continente, a situação da língua portuguesa não é de uma herança incómoda com carácter provisório enquanto se não encontra uma língua ‘genuinamente’ africana. [...] É um projecto que visa anular todas as consequências da arbitrariedade do traçado geográfico do País, dar-lhe uma identidade nacional e uma consciência cultural, através do povo que nele habita (Rosário, 1982, p. 64-65).

Curiosamente, apesar de a FRELIMO ter escolhido o Português como língua oficial, tal estatuto não foi expresso formalmente na primeira Constituição da República Popular de Moçambique de 1975¹, facto que viria acontecer na Constituição da República de 1990, aprovada no dia 2 de Novembro e entrou em vigor no dia 30 do mesmo mês e do mesmo ano. O estatuto do Português, nesta constituição, foi clarificado de forma equivocada. No artigo 5º, ponto 1, prescreve-se que “Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial” e não se atribui a ela, de forma clara, o papel prescrito para as línguas autóctones conforme se estipula, no mesmo artigo, no ponto 2, que “O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização como línguas veiculares e na educação dos cidadãos”.

Esta situação deixa certas ambivalências pelo facto de, à língua portuguesa, ter-se conferido o estatuto de língua oficial e deixar-se a descoberto a sua restritividade decorrente da ênfase do papel que se atribuiu às línguas denominadas nacionais como veiculares e de educação dos cidadãos – como se o Português não o fosse e não desempenhasse também tal papel. Já na actual Constituição da República que foi aprovada em 16 de Novembro de 2004 e entrou em vigor em 21 de Janeiro de 2005, prescreve-se, no artigo 9º, que “o Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade” e no artigo 10º que “na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial”.

Mais uma vez, nesta Constituição, percebe-se outro equívoco das políticas linguísticas preconizadas pelo Estado Moçambicano pelo facto de se dar ênfase às línguas nacionais como veiculadoras da identidade nacional, deixando-se transparecer uma falsa lógica de que o que se veicula a partir do Português não é identidade nacional. Afinal, ela é a língua oficial e, por conseguinte, o símbolo mais abrangente e aglutinador da política ideológica da construção do Estado-Nação. Olhando para a Lei 6/92, de 6 de Maio de 1992 (lei que regula o funcionamento do Sistema Nacional de Educação – SNE), no artigo 4º, determina-se o dever de “valorizar e desenvolver as línguas nacionais, promovendo a sua introdução progressiva na educação dos cidadãos”, aclarando-se, mais uma vez, a preocupação do Estado na disseminação dessas línguas.

Assim sendo, o Português é considerado língua oficial e, por conseguinte, meio de uso em fóruns oficiais e as línguas autóctones são consideradas línguas nacionais, património cultural e educacional e o Estado promove o seu desenvolvimento

1. Cf. O Boletim da República, n.º 1, I série, de 6 de Julho de 1974 e publicado na revista Tempo, n.º 248. Desde a mudança da Constituição de 1975 para a de 1990, o país passou de República Popular de Moçambique para República de Moçambique.

e utilização crescente como línguas veiculares da **identidade moçambicana**, facto que não deixa de ser curioso visto que no texto constitucional não se reconhece à língua portuguesa, de forma explícita, o estatuto de património cultural e educacional apesar de ser a língua de ensino no país, e muito menos como veiculadora da **identidade nacional**, naturalizando-se uma ideia, a nosso ver, errônea de que é cultura nacional o que provém apenas das línguas autóctones e escamoteia-se uma realidade presente na sociedade – a existência de muitos moçambicanos cujo repertório sociocultural está intimamente ligado à língua portuguesa e é a partir dela que transmitem culturas e identidades também nacionais.

Apesar de oficialmente determinarem-se os papéis e os estatutos das línguas em Moçambique, algo importante não nos passou despercebido. O Português é considerado língua oficial e também língua de unidade nacional, apesar de esta última tipificação não estar expressa na Constituição da República e isso decorre da crença de que por meio dela pode-se gerir e aglutinar-se a diversidade linguístico-cultural que caracteriza o país e forjar-se uma pretensa **identidade nacional unificadora**. Porém, a LP, que é um símbolo nacional, língua de Estado, língua da nacionalidade moçambicana, um meio de comunicação importante no contexto da diversidade que caracteriza o país e língua veicular dos desígnios da pátria e do Estado não é considerada, oficialmente, uma língua nacional nem sequer língua estrangeira, abrindo-se uma ambivalência sobre a sua tipificação em termos de origem ou de acolhimento, o que não coloca em causa a sua funcionalidade multifacetada e prestígio social, apesar de ser a língua segunda de quase todo o universo populacional.

Às línguas autóctones reservou-se o estatuto de línguas nacionais, o que não deixa de ser curioso, pois elas não têm expressividade nacional, ou seja, abrangência nacional e fragmentam-se por alguns territórios localizados. Mais ainda, são consideradas nacionais, mas o seu uso é restritivo nos fóruns oficiais e na vida nacional. Por isso, Firmino (2006) refere que

esta política linguística oficializou o Português sem o nacionalizar, e nacionalizou as línguas autóctones, sem as oficializar. Como resultado, a actual política linguística não está em conformidade, nem simbólica, nem instrumental com a natureza da diversidade linguística que caracteriza Moçambique (Firmino, 2006, p. 182).

Vistas as coisas neste prisma, o Português, sendo a língua de abrangência nacional deveria, também, ser denominado como uma língua nacional em razão da sua apropriação linguística, simbólica, cultural e ideológica pelos moçambicanos e porque é suposto que seja falado em todo o país tendo em conta que é língua oficial. Mais ainda, a sua nacionalização justifica-se pelo facto de que o Português

Europeu, que é a língua oficial, estar pouco enraizada e de pouco domínio público e porque nem sempre existe intelegibilidade entre a norma europeia e a realidade consuetudinária de Moçambique, resultando daí lexemas e construções léxico-sintáticas, léxico-semânticas, morfossintáticas e morfológicas à margem do que está prescrito na norma.

Por conseguinte, em Moçambique, falam-se várias línguas portuguesas sob denominação genérica de Português de Moçambique, que é outra língua portuguesa que resulta da apropriação e nativização da norma europeia e torna-se língua dos moçambicanos e legitimada pelo contexto sociocultural, sociolinguístico, sociossimbólico e ideológico dos usos da língua. Apesar do prestígio e massificação dos usos do Português, também se verifica um movimento, ainda que pouco sistematizado, mas consolidado, de valorização das línguas autóctones no cenário sociolinguístico e cultural moçambicano para atender ao clamor nacional de “preservação” destas línguas.

Neste contexto, assinalamos o fato de altos dignitários do Estado recorrerem ao uso das suas línguas bantu em comícios populares com as populações; o uso de lexemas bantu em discursos e cerimônias oficiais; o aumento do número de gramáticas e de dicionários destas línguas; a existência de cursos superiores do nível de licenciatura e de mestrado na Universidade Eduardo Mondlane e na Universidade Pedagógica; a formação de professores nos magistérios nestas línguas; existência de programas na rádio e na televisão, com o destaque para a Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique, respectivamente emissoras públicas; o movimento cada vez mais crescente de escritores, escultores, músicos, pintores e outros artistas que recorrem sistematicamente ao uso de lexemas de origem bantu nas suas produções artísticas.

A estes exemplos, junta-se o movimento crescente que pretende retomar alguns topônimos de origem bantu que, pela força da colonização portuguesa, tinham sido suprimidos ou então aportuguesados. O caso mais evidente aconteceu na capital do país, Maputo, com a mudança da nomenclatura dos distritos municipais. Com efeito, Maxaquene passou para KaMaxaquene, Inhaca para KaNhaca e Catembe para KaTembe. Foi ainda na capital moçambicana que, no ano 2000, a Assembleia Municipal adotou o *Xironga* como uma das línguas de trabalho, a par do Português.

Desta feita, é lícito afirmarmos que a política linguística de Moçambique ainda está em construção, pelo que existe a necessidade de se desenvolver esforços para que as fissuras que resultaram da imposição de uma língua minoritária sejam finalmente sepultadas e que o país se revigore dentro da sua diversidade linguística e cultural através da (re)padronização da língua portuguesa, uma vez que

o processo de nacionalização traz subsídios que demonstram que o Português falado pela maioria está na contra-mão da norma europeia, daí ser outra língua portuguesa.

A este respeito, trazemos um diálogo atemporal e ontológico de matriz filosófica entre três ilustres do mundo lusófono. O poeta português Fernando Pessoa dizia já nos seus tempos logínquos que “a minha pátria é a língua portuguesa” (Pessoa, 1982, p. 17). Já Mia Couto, escritor contemporâneo moçambicano, defende que “a minha língua portuguesa, repito a minha língua portuguesa, é a pátria que estou inventando para mim” (Couto, 2011, p. 186). E para aflorar ainda mais as hostes, José Saramago, escritor português e Prémio Nobel da Literatura, num pronunciamento proferido no documentário² “Línguas – Vidas em Português” dirigido pelo moçambicano Vítor Lopes que reside no Brasil toma um posicionamento discursivo performativo de cariz democrático ao defender que “não há uma língua portuguesa, há línguas em português”.

Assim sendo, percebemos, seja no pensamento de Fernando Pessoa, seja no de Mia Couto, que a língua portuguesa é um meio de manifestação do patriotismo, do nacionalismo e da nacionalidade que se entrelaçam na pretensa identidade do país de onde o falante é proveniente, razão pela qual, *a priori*, espera-se que um cidadão português fale o Português Europeu, o moçambicano fale Português de Moçambique, assim sucessivamente nos demais países lusófonos. Já em José Saramago desmistifica-se a ideia de uma língua portuguesa hegemônica e rebate-se a pretensão da paternidade lusitana do Português ao defender-se a existência de várias línguas em Português, democratizando-se e legitimando-se o seu uso como línguas e não dialectos ou variedades.

Em função de todos os aspectos arrolados ao longo deste capítulo, um ponto de ordem, para a reflexão sobre as políticas linguísticas de Moçambique se impõe, fundada no questionamento, que se diga bem perspicaz, do linguista brasileiro Celso Cunha: Será admissível a hipótese de que Portugal nos cedeu a utilização do idioma e, por isso, dele deve ter para sempre o controlo normativo? E como que a colocar o dedo na ferida, ressaltando a soberania dos usos do Português pelo mundo afora onde se fala esta língua, o mesmo autor defende que “a capital da língua portuguesa estará onde estiver o meridiano da cultura” (Cunha, 1975, 47), deixando bem claro que o Português é patrimônio de todos os falantes legitimados pela sua apropriação e não única e exclusivamente dos portugueses.

2. O documentário foi produzido em 2004 sob o patrocínio do Brasil e de Portugal. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Git8MwRqDcE. Acesso em: 21 de Abril de 2014.

Conclusão

Neste capítulo, propusemo-nos a analisar o contexto histórico, político-ideológico e sociolinguístico a partir do qual Moçambique adotou as suas políticas linguísticas tendo em conta a diversidade linguístico-cultural que caracteriza o país, bem como problematizar a eficácia das actuais políticas linguísticas em vigor. Assim sendo, aferimos que a escolha do Português, numa primeira fase como língua de unidade nacional para gerar unidade na diversidade no seio do movimento de libertação nacional, FRELIMO, e posteriormente como língua oficial após a independência nacional resultou de uma decisão política e não linguística, cujo objetivo central era neutralizar a influência das línguas autóctones que consolidavam, na visão ideológica da libertação e da construção do Estado-Nação, as vivências tribais, pelo que era necessário matar a tribo para construir e consolidar a nação e o Estado-Nação.

Com isso, o Estado Moçambicano, por meio da FRELIMO, que herdara as políticas linguísticas do colonialismo português, implementou na letra e no espírito uma campanha sistematizada de neutralização das línguas autóctones e promoveu o Português ao estatuto de língua oficial e de unidade nacional de forma tácita, na tentativa de, entre outras, semear um mercado de reprodução de estereótipos homogêneos, o que permeou uma série de consequências na legitimação das ditas línguas nacionais, fato que contribui, até hoje, na crise de prestígio das mesmas, não obstante os esforços para atenuar os estragos que tais políticas causaram na sociedade.

Das análises feitas, percebemos ainda que a situação sociolinguística atual de Moçambique vulgariza os fundamentos das políticas linguísticas tendo em conta que cresce, de modo vertiginoso, o número de falantes que não falam a norma europeia, colocando-se em causa a vitalidade de um princípio normativo minorizado pelo direito costumeiro, tendo em consideração que a legislação determina um modelo de falar e os usos consuetudinários da língua outro modelo, consagrando-se um processo dicotômico entre o ideal perfeito assente na norma como referência inclusiva e não “exclusiva” e o real perfeito fundamentado nas normas comuns. Com isso, a língua que une é também a língua que separa e fragmenta a sociedade.

Por isso, a língua portuguesa em Moçambique está a seguir um rumo próprio que se consubstancia numa língua híbrida, endogeneizada à ecologia local; outra língua portuguesa, criando-se assim pressupostos que nos permitem asseverar que a mudança linguística em relação à norma europeia é um processo irreversível e que deverá acarretar novos reajustes nas políticas linguísticas do país. E para tal, é preciso que se reconheça que o Português de Moçambique, que é amálgama dos

diversos falares da língua portuguesa no país, é uma língua legítima e que deve ser ancorada legalmente como língua oficial a partir de uma reforma nas políticas linguísticas do Estado Moçambicano, à semelhança do que ocorre com o Brasil que tem o Português do Brasil como sua língua oficial.

Referências

Albuquerque, José Lindomar C. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteirico: O atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil). *Geopolítica(s)*, v.3, nº 2, p.185-205, 2012.

Albuquerque, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

Back, Eurico. *Fracasso do ensino de Português: proposta de solução*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Bauer, Otto. A nação. In: Balakrishnan, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996.

Bhabha, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

Bortoni-Ricardo, Stella M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

Canclini, Néstor G. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

Castiano, José P.; Ngoenha, Severino E.; Berthoud, Gerald. *A longa marcha duma Educação para Todos em Moçambique*. 2. ed. Maputo: Imprensa Universitária, 2006.

César, América. L.; Cavalcanti, Marilda do Couto. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: Cavalcanti, Marilda C.; Bortoni-Ricardo, Stella M. (Org.). *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 45-66.

Couto, Mia. *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções*. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Cuche, Dennys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

Cunha, Celso. *Uma política do idioma*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

Denzin, Norman K. ; Lincoln, Yvonna S. O sétimo momento: deixando o passado para trás. In: Denzin, Norman K. ; Lincoln, Yvonna S (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 389-405.

Eagleton, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Ed. UNESP, Editora Boitempo, 1997.

Elias, Norbert. *Uma digressão sobre o nacionalismo*. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

Fiorin, José Luiz. O acordo ortográfico: uma questão de política linguística. *Veredas* v.1, n.9. Juíz de Fora, p.7-9, 2009.

Firmino, Gregório. *A “Questão linguística” na África pós-colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Texto Editores, 2006.

Firmino, Gregório. *Situação linguística de Moçambique*. Dados do II recenseamento geral da população e habitação de 1997. Maputo: INE, 2001.

Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 2006.

Gergen, Mary M; Gergen, Kenneth J. Investigação qualitativa: tensões e transformações. In: Denzin, Norman K.; Lincoln, Yvonna S. (Org.). *O planeamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 367-387.

Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

Geertz, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Goffman, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

Hall, Stuart. Quem precisa da identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

Hall, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2009.

Hobsbawn, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Lopes, Armando Jorge. *A batalha das línguas: perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

Machel, Samora. Consolidemos aquilo que nos une. Reunião da direção do Partido e do Estado com os representantes das confissões religiosas. 14 a 17 de Dezembro, 1982. *Coleção Unidade Nacional*. Maputo: INLD, 1983.

Mazula, Brazão. *Educação, cultura e ideologia em Moçambique*. Maputo: Edições Afrontamento e Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, 1995.

Mondlane, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo: CEA, 1995.

Moçambique. Imprensa Nacional. *Boletim da República*, n.º 1, I série publicado em 6 de Julho de 1974.

Moçambique. *Constituição da República Popular de Moçambique de 1975*. Maputo: Imprensa Nacional, 1975.

Moçambique. *Constituição da República Popular de Moçambique de 1990*. Maputo: Imprensa Nacional, 1990.

Moçambique. *Lei 6/92 de 6 de Maio de 1992*. Maputo: Imprensa Nacional, 1992.

Moçambique. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

Pennycook, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: Moita Lopes, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

Renan, Ernest. O que é uma nação? Trad. Samuel Titan Jr. *Revista de Ciências Sociais/USP: Plural, Sociologia*. v.4, p.154-175, 1º sem, São Paulo: USP, 1997.

Rosário, Lourenço. Língua Portuguesa e cultura moçambicana: de instrumento de consciência e unidade nacional a veículo e expressão de identidade cultural. *Cadernos de Literatura*. Coimbra: CLPUC, 1982.

Sarup, Madan. *Identify: culture and the postmoder world*. Endiburg: University Press, 1996.

Silva, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferenças: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Thompson, Jhon B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Weber, Max. *Comunidade política: economia e sociedade*. 3. ed. Brasília: Ed.UnB, 1994.

Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola

Eduardo David Ndombele

Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge (Angola)

Introdução

Angola é um país situado na costa ocidental do continente Africano, com uma superfície de 1.246 700 km², dividido administrativamente por 18 províncias, com uma população estimada em 25.789.024 milhões de habitantes de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, referentes ao censo geral da população de 2014 (INE, 2016). O nome “*Angola*” tem a sua génese no título dos reis ambundu / kimbundu, “*ngola*” que existiu no antigo reino do Ndongo, entre Ambaca e Mphungo-Yandongo, as actuais províncias do kwanza Norte, Kwanza Sul, Bengo e Malange. Etimologicamente, o termo é do glosónimo kimbundu, vindo da palavra “*ngola*” que, ao ser traduzido para a Língua Portuguesa, significa “**força**”.

Os contactos de Angola com o mundo ocidental começaram em 1482, com a chegada de Diogo Cão à Foz do Rio Congo. Antes da sua chegada, ainda não existia a nação angolana tal como a conhecemos hoje, mas, sim, eram diferentes etnias reunidas em reinos. Os primeiros contactos com os portugueses deram-se a partir do reino do Kongo, o primeiro Estado bantu a ser formado na costa ocidental de África, fundado entre 1200 e 1300 d. C. por Ntino Wene Wa Kongo (Nimi-a-Lukeni), com a capital em Mbanza Kongo. Era um Reino muito grande, limitado, ao Norte, pelo rio Ogoué, no Gabão; a sul pelo rio Kwanza; a Leste pelo rio Kwango, afluente do Zaire; a Oeste era banhado pelo oceano Atlântico (Nsiangengo et al, 2009 Apud Gomes, 2014).

Angola tem como língua oficial o português, mas possui várias línguas locais designadas por línguas nacionais ou regionais, distribuídas pelas seguintes Províncias: a) **Cabinda**: povos bakongo com o uso de língua kikongo variante (fiote); b) **Zaire e Uíge**: povos bakongo, língua Kikongo; c) **Malanje, Kwanza-Norte, Bengo e Luanda**: povos ambundu, língua kimbundu; d) **Moxico, Lunda-Sul e Lunda-Norte**: povos Tchokwe, Língua Cokwe; f) **Bié, Huambo,**

Kwanza-sul, Benguela e Namibe: povos Ovimbundu, língua umbundu; g) **Huí-la:** povo Ovanyaneka-khumbi, língua olunyaneka; h) **Kuando Kubango:** o povo Ngangela; j) **Cunene:** povo Ovambo, língua oshikwanyama; l) **Namibe:** Povos Ovahelelo, língua oshihelelo.

Além dos povos bantu, que são a maioria em Angola, esse território conta também com a presença das comunidades não bantu, os khoisan – grupo formado pelos hotentotes mais os vakankala, que são povos não negros, geralmente com uma estatura pequena, pele castanha clara, cabelos de tipo encaracolado e cujos olhos são do tipo oriental. Eles podem ser encontrados na faixa desértica do Namibe, na Serra da Chela, nas margens do Rio Cunene e na província do Cuando Kubango.

O Kikongo, durante muito tempo, gozou de um enorme prestígio no reino do Congo, não apenas nas actuais províncias de Cabinda, Uíge e Zaire, mas, sobretudo, nas trocas comerciais no Reino do Congo, que tinham como capital Mbanza Congo. 500 anos após a colonização em Angola, verificou-se uma profunda aversão a tudo quanto fosse línguas angolanas de origem africana. Essa aversão chegou a ponto de algumas reflexões saudosistas do processo de assimilação considerar os angolanos que não se expressam bem em Língua Portuguesa como se fossem estrangeiros dentro do seu próprio território. Agostinho Neto, o primeiro presidente de Angola, numa visão apocalíptica, já previa a nossa identidade cultural como um elemento inegociável ao afirmar que:

O uso exclusivo da Língua Portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio será preciso utilizar as nossas línguas. E dada a sua diversidade no País, mais tarde ou mais cedo devemos tender para a aglutinação de alguns dialectos, para facilitar o contacto (INL, 1979, p. 7).

Em “havemos de voltar”, o poeta, médico e estadista angolano Agostinho Neto sublinha a importância da cultura africana. Assim, o autor deste poema faz um jogo rítmico que lembra uma canção, um hino. Neto demonstra, no poema, a vontade de voltar às origens, utilizando termos próprios do vocabulário dos povos bantu, como: *marimba*, *kissange* e *mulemba*. A esperança do poeta estava alicerçada na crença da libertação da cultura ante o sistema colonial, para a independência nacional. Abaixo transcrevemos o poema:

Às casas, às nossas lavras.
Às praias, aos nossos campos
Havemos de voltar.
Às nossas terras
vermelhas do café

brancas de algodão
verdes dos milharais
Havemos de voltar.
Às nossas minas de diamantes
ouro, cobre, de petróleo
Havemos de voltar.

Aos nossos rios, nossos lagos
às montanhas, às florestas
Havemos de voltar.
À frescura da mulemba
às nossas tradições
aos ritmos e às fogueiras
Havemos de voltar.

À marimba e ao kissange
ao nosso carnaval
Havemos de voltar.

À bela pátria angolana
nossa terra, nossa mãe
havemos de voltar.

Havemos de voltar
À Angola libertada
Angola independente

(FAAN, 2016)

Dois anos depois da independência (1977) e já com uma visão ampla, o presidente Neto alerta a jovem República sobre a reconversão linguística. Nesse contexto, dirigindo-se à União dos Escritores angolanos, afirmou: “Camaradas, neste momento já não é aceitável a ideia de fazer entrar na categoria de escritores apenas aqueles que manejam com perfeição a Língua Portuguesa” (Kukanda, 1988, p. 36). Esta atitude do primeiro Presidente de Angola revela a essência da política que pretendia colocar em marcha para o desenvolvimento a valorização das línguas nacionais, contrapondo, assim, as políticas de administração colonial que se consubstanciavam em dois pontos fundamentais: a) a portugalização total de Angola; e b) a destruição completa das línguas locais.

Deste modo, o desenvolvimento da nossa investigação procura responder às interrogações suscitadas em trabalho anterior sobre a tendência glotofágica da Língua Portuguesa no sub-sistema de ensino na República de Angola, no qual procedemos à avaliação da política educativa angolana, no que diz respeito à promoção das línguas bantu de origem angolana no sistema de educação, depois da aprovação da Lei nº 13 do sistema de educação em 2001 pela Assembleia Nacional de Angola. Assim sendo, afigura-se imprescindível continuar

incidindo sobre a problemática do ensino de Línguas Nacionais no sistema de educação.

O presente estudo, portanto, constitui uma resposta sistematizada à seguinte pergunta: Será que atual reforma educativa conseguiu resolver a problemática do ensino de línguas nacionais em Angola? Na base da questão formulada e dada a sua importância, propusemo-nos a alcançar os seguintes objetivos: a) demonstrar a importância das línguas nacionais no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que a língua de um povo constitui um dos pilares culturais de uma comunidade e de um Estado e; b) contribuir com algumas propostas para um ensino bilíngue em Angola. Com a contribuição de estudos já existentes, acreditamos que o presente capítulo tornar-se-á uma mais-valia, para uma reflexão sobre as línguas nacionais no sistema educativo em Angola.

Para além da introdução, esse capítulo é composto por cinco secções, assim descritas: Na primeira secção, fazemos uma breve caracterização das línguas no sistema de ensino em Angola. Na segunda, fazemos uma apresentação da variedade do português em alguns municípios da Província do Uíge, que dista cerca de 360 km de Luanda, capital de Angola. Na terceira secção, por sua vez, apresentamos a situação do multilinguismo em Angola, na qual destacamos o lingala, uma língua que não faz parte do conjunto das línguas nacionais de Angola, cujo número de falantes cresceu vertiginosamente em todo território angolano ao ponto de muitos estudiosos de línguas considerar o lingala como a segunda língua mais falada em Angola depois do português. Na quarta secção, fazemos uma breve incursão sobre as políticas linguísticas na visão de Calvet (2002) e Oliveira (2003; 2005). Finalmente, na quinta secção, apresentamos uma proposta a fim de despertar os académicos sobre a necessidade de se implementar o ensino bilíngue em Angola, fundamentalmente nas zonas rurais onde muitas crianças entram à escola sem o conhecimento da LP.

1. Caracterização das línguas angolanas no sistema de ensino

O Sistema educativo de Angola teve como ponto de partida o sistema educativo colonial que influenciou na criação de políticas educativas do governo angolano desde a primeira reforma após a independência (1977) e da segunda reforma promulgada através da Lei nº 13 de 2001. No período colonial, Norton de Matos (Alto comissário de Portugal em Angola), defendeu a instrução em Angola como meio de civilização dos angolanos, utilizando para o efeito a Língua Portuguesa (LP) como principal instrumento desta civilização, através de ações de um imperialismo linguístico inédito na administração francesa, inglesa e alemã, chegando ao ponto de proibir o uso de qualquer língua de origem africana em Angola através de decretos

que codificavam o angolano como o dono da terra¹, tal como se pode ler nestes artigos publicados em 1921:

Artigo 1º: ponto 3: “É obrigatório, em qualquer missão, o ensino da Língua Portuguesa”; ponto 4: “É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira”;

Artigo 2º: “Não é permitido ensinar, nas escolas de missões, línguas indígenas”;

Artigo 3º: “O uso de língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino elementar de Língua Portuguesa.”

O sistema colonial defendeu, de igual modo, a separação da educação ministrada aos africanos daquela ministrada aos portugueses. Para o indígena, a instrução literária limitava-se somente a falar, ler e escrever o português, as quatro operações aritméticas e o conhecimento da moeda corrente de Angola. Tratava-se de simples palestras sobre higiene das pessoas e das habitações, contra os vícios e práticas nocivas, usos e costumes nefastos das vidas dos indígenas sobre a história de Portugal e os benefícios da civilização portuguesa.

Essa política educacional teve continuidade nos anos que se seguiram à presença de Norton de Matos em Angola. Acentuaram-se e generalizaram-se os discursos sobre a superioridade da raça europeia, com destaque para Armindo Monteiro, ministro das Colônias entre 1931-1935, que justificava a presença de portugueses em Angola com a missão civilizadora de tratar e cuidar do negro. Os africanos transformaram-se, assim, em súbditos, e não em cidadãos, pois, tendo muitos deveres, usufruíam de poucos ou nenhum direito. Em consequência dessa política educativa seletiva, Angola chegou à independência com uma taxa de analfabetismo na ordem dos 85%, uma das mais elevadas do mundo (Liberato, 2014). Aliás, na senda do artigo 3º supracitado, o então Comissário de Portugal em Angola (Norton de Matos) advogava que as **línguas indígenas** de Angola, o Kibundu, o Umbundu e tantas outras, apenas lhe interessavam como elemento de estudo da linguística, da evolução social de comunidades humanas e do desenvolvimento mental da humanidade. O mesmo julgava que essas línguas se obliterassem e desaparecessem de todos, pois que ele as considerava como **línguas de cão**.

Entretanto, a valorização das línguas angolanas é concebida como um potente factor da desalienação, de libertação ideológica através de uma renovada confiança em nós próprios, que o colonialismo nos tinha retirado desde as primeiras classes. Assim, elas, ao se constituírem como matérias de instrução, devem também

1. A respeito disso, Eduardo Mondlane, em 1969, dizia: “Tem sido costume entre os Europeus e os americanos conceber todo pensamento humano como proveniente do espírito ocidental. Em particular à África nunca foi atribuída qualquer contribuição para o desenvolvimento humano; sempre foi olhada com um mundo fechado e completamente atrasado, trazido para a corrente do desenvolvimento em resultado da invasão europeia.”

constituir disciplinas autônomas e veículos de transmissão de conhecimentos e técnicas. Segundo Santos (2006),

devemos ter a coragem de assumir que a língua portuguesa, adaptada deste a nossa independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola. Isso não significa de maneira nenhum, bem pelo contrário, que nós devemos alhear da preservação e constante valorização das diferentes línguas africanas de Angola, até aqui designadas “línguas nacionais”, talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam o âmbito regional e muitas vezes se estendem para além das nossas fronteiras (Santos, 2006, p.23).

No caso de Angola, estas recomendações, ao serem analisadas a partir da constituição da Quarta República com um olhar atento à Lei de Bases do sistema de educação, mostram um contraste nessa matéria. A seguir, citamos: “a língua oficial de Angola é o português”, (Angola, 2010). E o texto prossegue: “O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”, (Idem, Art. 19º, ponto 2). “O Ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa” (Lei de bases do sistema de educação ponto 1, Art 9º de 2001).

O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino das línguas nacionais (Lei de Bases do sistema de educação, Art. 9º, ponto 2), sem prejuízo do nº 1 do presente Art., particularmente no subsistema de educação de adultos. Destacamos: “**O ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais**” (Lei de Bases do sistema de educação, Art. 9º ponto 3, 2001, grifo nosso).

Analisando profundamente os pressupostos constitucionais e legislativos acima fraseados, dos pontos 1 e 2 da atual Constituição da República e nos pontos 1, 2 e 3 da atual “Lei de Bases de Educação”, ao nosso entender, existem entre estes pontos um pequeno contraste que torna, por vezes, necessários ajustes. Uma vez que a Lei de Bases do sistema de educação veda o ensino de línguas nacionais em alguns subsistemas, ao confirmar que elas podem ser ensinadas no subsistema de ensino de adulto – a partir de uma suposição “pode ser” –, essas expressões conferem apenas o poder a essas línguas no subsistema de ensino de adulto, desenquadrando-se dos outros pontos. Contudo, salientamos que as línguas de Angola desempenham um valor muito importante nas comunidades, porque (a) elas servem como o meio de comunicação por excelência entre falantes do mesmo código linguístico, (b) ajudam a salvaguardar as identidades culturais, costumes, valores éticos, tradições transmitidas de geração a geração e (c) o seu uso promove um melhor ajustamento entre o meio familiar e o escolar.

A LP é a língua com o estatuto privilegiado como língua oficial em Angola. Ela é, pois, a única língua utilizada na administração, na imprensa e na escola, como sucedia no período colonial. Desta forma, ela cumpre uma das funções mais importantes: a da aprendizagem no sistema educativo. Essa constatação, portanto, deveria abranger o ensino em todos seus níveis.

O português de Angola apresenta variedades ou modificações em vários aspectos, em função de seus usuários/falantes. Essas características, muitas vezes, são verificadas em nível de pronúncia (fonologia), que nos pode identificar a região de origem do falante, como exemplo: em alguns pontos do país, como em Luanda, substitui-se o fonema /l/ por /r/, como é o caso das palavras **balde** e **almoço** que são pronunciadas **barde** e **armoço**. Em algumas regiões como no Uíge e Zaire, eliminam-se o /r/ nas palavras com duplo /r/ ou acrescentam esta letra nas palavras em que não se necessita da duplicação da mesma letra, como nos exemplos: CARRO=CARO (Jacinto, 2016). Neste contexto, refere-nos Camara apud Rodrigues (2012, p.34):

Que são frequentes, numa língua, as variações fonológicas, sintácticas, morfológicas e lexicais e não há norma que consiga sobrepor-se e controlar a aquisição espontânea e os usos individuais da língua. As mudanças começam por ser individuais. Logo que não haja estigmatização ou rejeição colectiva, elas cristalizam-se e passam a integrar a norma da língua, como podemos constatar em algum léxico angolano. Machimbombo, quitandeira, fuba, comuna, sanzala, seculo, capim, ginguba, gindungo, loengos, etc. Por outro lado, há o uso particular de verbos como no caso ter (= haver), exemplo:) No mar tem muitos peixes (...). Existe também a redução de expressões e /ou sintagmas como no exemplo: (...) O leite é um bom alimento porque é dele (a partir dele) que podemos fabricar a manteiga (...). Ao nível da morfo-sintaxe o falante angolano tem dificuldade em fazer o acordo do verbo com o sujeito em pessoa e número.

Quando duas línguas entram em contacto, “verifica-se uma alteração a nível do léxico e da sintaxe e sobretudo na estruturação fonológica. Na sintaxe, é obrigatório que a ordem seja directa, como na Língua Portuguesa: Sujeito, Verbo e Complemento. A Língua Portuguesa domina as línguas locais que com ela preexistem, deixando marcas nelas” (Quivuna, 2014, p. 87).

2. Variedade do português em alguns municípios do Uíge

Uíge é uma das dezoito (18) províncias de Angola, situada ao Norte do país, com uma superfície estimada de 64.022 km². Povo genuinamente bantu, que desde os tempos remotos tem respeitado a cultura dos ancestrais. Administrativamente, a província do Uíge é subdividida em dezesseis (16) municípios, nomeadamente: Alto Cauale, Ambuíla, Bembe, Buengas, Bungo, Damba, Kimbele, Kitexe, Macocola, Maquela do Zombo, Mucaba, Negage, Puri, Sanza Pombo, Songo e Uíge a capital da Província.

Antes da chegada dos navegadores portugueses à foz do rio Kongo (Zaire), a 13 de Março de 1482, Uíge já existia, pois circunscrevia-se dentro do reino do Kongo, organizadamente como um estado independente da sua administração como outros reinos, tendo uma língua bantu, o Kikongo, e a cultura Bakongo. Não se sabe a data exata da fundação da pitoresca cidade do Uíge. Sabe-se, porém, que foi o enviado Alferes Tomás do Bembe ao Candombe Velho, onde se encontrava o soba Nibunzu, a quem entregou a mensagem enviada pelo comandante, cujo teor dizia respeito à criação da Sede distrital do Uíge. Isso permitiu ao governo de Luanda exarar um decreto-lei de 1 de Julho de 1917 da promoção do conselho do Uíge a cidade. Essa data, desde então, é reconhecida como a de sua fundação, tornando-se o dia festivo nesta cidade (Mudiambo, 2014).

Geograficamente, o município do Uíge é a sede da capital da província, tendo uma superfície de 3600 km², limitada a Norte com os municípios do Mucaba e Bungo, a Sul com o município do Quitexe, a Leste o município de Negage e a Oeste os municípios de Ambuíla e Songo. Essa província controla, assim, 21 Regedorias, 84 aldeias e 12 Quarteirões. Demograficamente, o município confere no seu total um número de 519.196 habitantes, segundo os dados definitivos do Censo Geral da população e Habitação realizado em 2014 (INE, 2016). Referindo-nos à questão etnolinguística, o município é marcado por várias línguas, nomeadamente três, em destaque, a LP, o Lingala e o Kikongo. Essas línguas interagem cotidianamente entre elas, ocorrendo, assim, o processo de empréstimo de certas unidades lexicais de uma língua para outra, fortalecendo o léxico de cada língua.

Dange Quitexe é um dos municípios da província do Uíge localizado ao Sul, com uma extensão de 38.702 km², limitando-se com o município de Negage ao Nordeste, ao Leste o município de Ambaca e Bolongongo da província do Kuanza Norte, na parte Sul os municípios da província do Bengo (Nambuangongo e Dembos) e ao Sudoeste com o município do Ambuíla. Administrativamente, confere 3 comunas: a comuna da Aldeia Viçosa, Vista Alegre e a do Cambamba; 17 regedorias; 75 aldeias das quais 25 na sede municipal, 20 na comuna da Aldeia Viçosa, 22 na Vista Alegre e 8 em Cambamba. De acordo os dados do Censo Populacional, o município é estimado em 32.818 habitantes. Quanto ao âmbito linguístico demarca a LP, Kikongo e o Kimbundu.

O Português falado pelos habitantes do município do Uíge e pelos de Dange Quitexe, apresenta em seu nível fônico diferenças ou mudanças que, às vezes, permitem distinguir a região de origem. Estas mudanças são provocadas por diversos fatores: geográficos, emigratórios, acadêmicos etc. Esta língua veiculada nos dois municípios apresenta algumas diferenciações em que, em primeiro molde, temos a mudança que diz respeito ao espaço geográfico, isto apresenta

as variações diatópicas; variações diastráticas; no terceiro tem as variações diafásicas.

Para Jacinto (2016), o português falado nas regiões do Uíge e do Quitexe tem sofrido algumas alterações, na medida em que as mesmas cidades recebem os contactos de língua como o Kimbundu e o Kikongo com o português – isto realmente afeta a pronúncia dos falantes destas comunidades. É óbvio que essas mudanças fazem com que o português falado nos dois municípios funcione de uma forma diferente no âmbito da pronúncia. As consequências desta variação linguística afetam, majoritariamente, o plano fonético, pois que essas alterações encontradas na pronúncia podem também atingir a ortografia destas palavras, tal como ocorre com a substituição de um grafema por outro: **aroz, parra, armufada**.

O alfabeto do Kikongo difere do português, pois algumas letras não existem nele (c, h, j, g, q, r, x). O alfabeto da língua Kikongo não dispõe do mesmo número de letras que o português, todavia a sua ortografia não difere muito da do português. Quiala (2013) esclarece que a língua kikongo “é uma língua de prefixos, de prefixação como o são quase todas as línguas bantu, obtendo-se o plural dos nomes e a concordância das frases com prefixos e não com sufixos, como é no caso das línguas europeias, que são de sufixação” (Quiala, 2013, p.24).

Os falantes de kikongo (como língua materna) não alfabetizados ou sem nenhum conhecimento da gramática da LP tendem a transferir as regras do kikongo ao português, o que causa variação. Assim, escrevem palavras portuguesas da maneira que são expressas, como ocorre em casa (caza), exemplo (ezemplu), vem (vei), hora (orra). Ou seja, com a falta do H no alfabeto kikongo, suprime-se o H (ora) e, por se ter uma pronúncia forte, duplicam o R (orra). Outra questão que se tem notado é a pronúncia da letra R, em que outros falantes transportam este fenômeno até à grafia: parar (parrar), arroz (aroz), carro (caro), paragem (parragem), terra (tera); ainda constata-se a questão da concordância nominal em certas palavras ou a substituição de pronomes e determinantes artigos, isto é, no discurso oral: aquela miúdo, a Joaquim, aquele mulher, este casa.

Os prefixos nominais estão divididos em classes. A palavra **muntu** (homem, pessoa), por exemplo, pertence à 1ª classe e à 2ª classe **um-ba-a, wa** que designam o prefixo do singular e do plural, respectivamente e que se antepõem ao radical **ntu**, ficando **muntu = mu + ntu**, no singular **antu = a+ntu, ba+ntu** ou **wantu = wa +ntu**, no plural. Eis alguns exemplos: “**Muntu ---- antu, bantu, wantu---** pessoa/pessoas” (Quiala, 2013, p. 24).

Outro caso que se verifica é a falta de acentuação das palavras em Kikongo, alguns acarretam ao Português: máquina (maquina), José (Jose), fábrica (fabrica). Isto é o resultado da norma da Língua Kikongo, de acordo com a qual as palavras

não se acentuam graficamente, sem ter em conta que em Português este fator é essencial, porque sem ele a palavra ou a frase perde o sentido (Jacinto, 2016). O Kimbundu, na província de Uíge, é falado nos municípios de Dange-Quitexe, Negage e Kangola. Como já afirmamos, essa província é majoritariamente habitada pelos Bakongo, mas os Kimbundo também têm uma sedentarização na província devido aos limites das vizinhas províncias de Malanje, onde terá pertencido o Município de Kangola na antiga administração colonial ou por pertencer ao reino do Ndongo entre Ambaca e Mphu-yandongo e as províncias do Bengo e Kwanza Norte nas fronteiras de Negage e Quitexe respectivamente. Este grupo etnolinguístico constitui o grupo minoritário da província no que se refere à quantidade de falantes.

A integração com outros grupos etnolinguísticos angolanos ocorreu durante a era colonial, em que muita gente da parte sul foi transportada compulsoriamente para esta província, além de esse processo ocorrer durante a guerra fratricida entre angolanos. É neste período em que se dá o hibridismo linguístico da população nessa província do país, em função daqueles que se dirigiam para as zonas não identificadas, dando lugar às interferências linguísticas entre pessoas:

Angola é o segundo maior país de língua oficial portuguesa. No entanto, o país encontra-se povoado com uma forte concentração nas cidades costeiras e tem como língua materna uma ou mais das 40 línguas existentes no país. As mais significativas são o umbundo (4.000.000), o quimbundo (3.000.000) e o kikongo (1.144.000 falantes). O português é falado como língua materna por apenas 57.600 falantes, majoritariamente, por habitantes dos centros urbanos do litoral, como elites e jovens. Dado o vasto território angolano, este é o segundo maior país de língua oficial portuguesa. No entanto, apresenta ainda como línguas maternas mais de quarenta línguas bantu (Bento, 2010, p.19).

Angola é considerada como o segundo maior condomínio da LP, fato que nos remete a refletir profundamente acerca da dose das políticas linguísticas que foram colocadas no sistema de educação em Angola durante a colonização. Esses 500 anos da colonização em Angola tiveram como resultados a destruição total do tecido sociolinguístico nacional, a banalização da nossa toponímia e a negação da nossa cultura em detrimento da europeia. Agora, volvidos 42 anos de independência nacional, o estado angolano, cômico das suas responsabilidades, tem empreendido algumas ações em prol do resgate da nossa identidade. A título de exemplo, a comunicação social do programa *Ngola yetu* (nossa Angola), da Rádio nacional de Angola, é emitida de Luanda para todo o país em línguas nacionais. A televisão pública de Angola, por sua vez, incluiu recentemente no programa *Bom dia Angola* notícias em línguas nacionais.

Angola conta ainda com outros grupos etnolinguísticos não bantu – os khoisan – que constituem um grupo étnico minoritário em Angola (minoritário porque

tem menos população em relação à tribo, representando menos de 10% da população de todo o país). Segundo a história, os khoisan são uma tribo que, desde os primeiros anos, habitou Angola, em especial, a Província do Kwando Kubango. As investigações não confirmaram até à data, donde e quando vieram. Sabe-se, apenas, que durante o processo de migração das comunidades, a tribo bantu quando veio do Centro da África já encontrou os Khoisan a viverem em Angola.

Os Khoisan são facilmente identificados, não apenas pelas suas características físicas da pele com tonalidade amarela, estatura baixa, cabelos encaracolados, olhos com pálpebras que cobrem o ângulo interno, mas, sobretudo pela sua forma de falar, pelos estalidos da língua que produzem na zona dental, labial e palatal. São os famosos cliques. Jaime (2014), na sua obra sobre os Khoisan e sua comunicação e processo de socialização (Província do Kuando Kubango), procurou saber como é que os khoisan aprenderam a falar português e sobre as línguas locais:

Quanto à aprendizagem da Língua Portuguesa, até à data, existe por parte dos khoisan pouco interesse na mesma. Os falantes de língua portuguesa são muito poucos, pois a falta de necessidade de saberem a língua conduz à ausência de interesse na sua aprendizagem desta tribo apenas dois elementos, professores do ensino primário na localidade de Mbundu (Jaime, 2014, p.57).

O grau de escolaridade dos San é bastante baixo. Isso se deve não só à vida nómada que levam, mas também à falta de escolas no seio das suas comunidades. O autor continua ainda:

O conflito armado que o país viveu, especificamente, a Província do Kuando Kubango possibilitou os primeiros contactos e o convívio dos bantu com os Khoisan, motivado também pelas trocas comerciais entre ambos. Dai que muitos membros da tribo San começassem a adoptar alguns comportamentos dos bantu, por exemplo, a cozinharem os alimentos a assar a carne e a construírem cabanas para se proteger das chuvas e dos animais ferozes(...) No entanto, pode-se afirmar que o interesse dos Khoisan em aprenderem as línguas dos bantu sempre foi maior motivado pelas trocas comerciais do que o interesse dos bantu em aprenderem a língua dos khoisan (Jaime, 2014, p.56).

3. Multilinguismo em Angola

Em Angola, independentemente da dimensão geográfica e da densidade demográfica, a sua situação linguística e cultural decorre de fatores históricos e sociais. Assim, no país, coexistem várias línguas étnicas com a LP, além de línguas dos imigrantes no caso específico dos congolezes do Congo Kinshasa e Brazzaville que se instalaram no país antes e após a independência Nacional. Essa diversidade faz de Angola uma sociedade plurilíngue e pluricultural, resultado de convivências com várias etnias, várias línguas e várias culturas.

Nota-se que as línguas nacionais concorrem num mesmo espaço, como no caso específico do Município de Maquela do Zombo (um dos municípios do

Uíge), com a LP, lingala, swahili, tchiluba e, em alguns casos, com a Língua Francesa. A primeira tentativa de inserção das línguas nacionais de origem bantu faladas em Angola no sistema educacional surgiu na década de 1980, concretamente em 1985, data em que estas são introduzidas no processo de alfabetização. Porém, apenas dois anos mais tarde, é publicada a Resolução nº 3/87, de 23 de Maio, que aprova, a título experimental, os alfabetos das línguas kicongo, kimbundo, tchócue, umbundu, mbunda e oxicuanhama, bem como as respectivas regras de transcrição. Mas só em 2006 que foi implementado e generalizado, ainda que de uma maneira tímida e regional, o ensino de línguas angolanas em todos os subsistemas de ensino em Angola.

Segundo Mudiambo, (2014, p.79), “o Lingala é uma das línguas bantu, falado como idioma materno na região noroeste da República Democrática do Congo e uma grande parte da República do Congo Brazzaville. Além disso, serve como língua franca em toda extensão do território do primeiro país ...” No entanto, o lingala, em Angola não faz parte do conjunto das nossas línguas nacionais, porém, com o andar do tempo e a evolução das sociedades, tem vindo a ocupar um lugar de destaque. Depois da independência de Angola, em 1975, com a entrada no país de centenas de milhares de pessoas vindas do ex-Zaire, o lingala expandiu-se, tendo um estatuto próximo de Língua Nacional. Também hoje em Portugal e no Brasil, devido à já considerável imigração dos congoleses, não é raro ouvir-se conversações em Lingala. Falar do estatuto ou função social do lingala em Angola é debruçar sobre um fenómeno complexo, tendo em conta o seu nível de abrangência e o carácter contrastivo que essa língua apresenta nessa sociedade: é a língua mais usada na sociedade informal (famílias, mercados, campos de futebol). Também é considerada, por alguns estudiosos dos fenómenos da linguagem, como língua franca.

No contexto cultural, os povos de Angola enfrentam heranças da política colonial, na medida em que ainda se referem aos seus próprios valores para julgar os outros, o que conduziu à negação das diferenças culturais, em nome da superioridade da sociedade colonial. Esta atitude levou ao esvaziamento da qualidade cultural do povo angolano e, não só: levou também ao tratamento degradante dos nomes antroponímicos das línguas de Angola. Por isso, constata-se, hoje em Angola, a rejeição total e deturpação de nomes de origem bantu propostos pelos pais, para colocar nomes estrangeiros que não representam nada no nosso mosaico cultural. Essa rejeição pode ser entendida como resultado de um longo processo de assimilação importada pela administração colonial. Aliás nem todos os angolanos aceitavam estas políticas assimilacionistas, foi o caso da Rainha Nzinga Mbandi, no Reino do Ndongo que em fevereiro de 1929, tinha escrito uma carta, da qual extraímos algumas passagens:

Ao vosso Governador, Sr. Fernão de Sousa. Ide dar lhe este meu recado. E dizei-lhe também que o nome de Ana de Sousa que o outro me quis oferecer não pegou. Não podia pegar. O mesmo sucede com as minhas irmãs, a Kambo não quer o nome de Bárbara e a Fuxi manda dizer que o seu nome é mesmo Fuxi. Que ide aplicando o nome de Engrácia as vossas filhas que is parindo vós outros. Mau grado os esforços todos meus para uma possível conciliação entre vós e nós, entre as nossas coisas e as vossas (Kukanda, 1988, p.56).

Hoje a juventude, refugiando-se na globalização, opta em atribuir aos seus filhos nomes de origem portuguesa, francesa, inglesa e espanhola e nem sempre os filhos que são portadores destes nomes sabem explicar o significado real destes nomes.

4. Política e a planificação linguística em Angola

Políticas linguísticas são decisões que se tomam para resolver problemas linguísticos, pelos órgãos de estado ou da comunidade, a fim de influenciar a implementação do uso ou não de uma língua dentro de um determinado espaço territorial. Segundo Calvet (2002, p. 145), define-se “política linguística [como] um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua (s) e vida social, e planificação linguística [como] a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao acto”.

Para o autor, as políticas linguísticas podem ser elaboradas por grupos que desempenham papéis distintos na organização social, mas apenas o Estado tem o poder e os mecanismos para pôr em prática determinadas escolhas. Oliveira (2003) esclarece que a política linguística é o conjunto de decisões que um grupo de poder, sobretudo um Estado (mas também uma Igreja ou outros tipos de Instituições de poder menos totalizantes) toma sobre o lugar e a forma das línguas na sociedade (Oliveira, 2003; 2005).

A política linguística é uma disciplina emergente, sobretudo nas universidades africanas, mas ainda são poucos os estadistas africanos que têm uma visão em torno das ações que se devem empreender para aplicar uma política linguística em seus territórios. Este desconhecimento faz com que uma boa parte dos países africanos continue ainda a ser exoglóssico, isto é, promover mais a línguas dos ex- colonizadores em detrimentos das suas línguas locais ou nacionais. Os países africanos de expressão portuguesa, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Guiné-bissau, São Tomé e príncipe e Moçambique, todos subscreveram nas suas constituições que a língua portuguesa é a única língua oficial, pese embora que Cabo verde já marca alguns passos titubeantes para a co-oficialização da língua crioula.

Em Angola, o processo de colonização pôs em contacto duas comunidades de origem diferentes: de um lado, uma comunidade portuguesa (colonizadora)

e, de outro, uma comunidade linguisticamente heterogênea, tendo como meio de expressão línguas bantu e não bantu. A política linguística colonial tinha um único objetivo: dominar os povos africanos através da implementação do sistema colonial nas suas colônias. Esta política deu certo haja vista que todos os africanos “**não assimilados**” sofriam todo tipo de preconceitos e complexo de inferioridade. No entanto, essa segregação racial e linguística despertou “a consciência africana”, que culminou na preparação e luta contra o colonialismo.

Assim, o Estado angolano impunha o uso obrigatório da LP em todos os planos: sociais, econômicos, político, jurídico, administrativo e comunicativo etc. Estas decisões tomadas pelos dirigentes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) parecem ser a mais acertada na altura. Atendendo à diversidade linguística dos reinos que formaram a então República de Angola, por coexistir várias línguas, seria um tanto conflituoso se se dotasse uma língua local como língua oficial na procura de uma Angola indivisível para a unidade de todos os angolanos, sem que se pusesse em questão as convicções étnicas, políticas, religiosas. Isto justifica que, ao tomar estas decisões, os políticos não queriam beneficiar ou favorecer alguns e colocarem dificuldades a outros. Isto viria a ser outra guerra linguística, devido à aproximação entre o Estado e as populações que não falassem a língua adotada e comprometeria a unidade nacional.

Mas, nesta perspectiva, consideramos uma falha o fato de não se colocar no plano de ensino, de maneira faseada, uma das línguas nacionais ou regionais com a obrigatoriedade de ser uma disciplina de ensino a todos os subsistemas de educação, porque a valorização e a promoção destas línguas devem encontrar o ensino como o espaço para atingir todas as faixas etárias dos falantes. Nesse sentido, o desenvolvimento das línguas maternas ficou restrito à transmissão oral de geração adulta para a geração jovem. Face a esta implicatura, seria difícil Angola adotar uma língua local na sua política como língua oficial, pois a jovem nação precisava de uma abertura ao nível do contexto das nações. Para essa abertura, o acesso seria facilitado se feito em Língua Portuguesa, por ser um idioma reconhecido no contexto internacional. Assim, a adoção da LP facilitou as relações diplomáticas e econômicas com outros países.

Para além do português, existem mais de vinte línguas angolanas de origem africana, com 90 (noventa) a 100 (cem) variantes umbundu, kimbundu, kikongo, tchokwé, fiote/ibinda, nganguela, nyaneca-humbi e kwanyama. Nenhuma destas línguas tem a categoria de oficialidade (status), ficando apenas no plano de relações mais próximas, em nível local. Há uma experiência piloto da inserção destas línguas no Sistema de Ensino, que ainda está na sua fase inicial. Foram aprovados, a título experimental, pela Resolução nº 3/78, de 23 de maio de 1987, do Conselho

de Ministros, os alfabetos das línguas kikongo, kimbundu, umbundu, cokwe, oxikwanyama e mbunda e suas respectivas regras de transcrição (Gomes, 2014).

Com a aprovação dos alfabetos e das normas de transcrição das seis línguas de Angola, começava um processo de planificação linguística, abrindo, assim, a possibilidade de políticas linguísticas regionais, já que as línguas, cujos alfabetos foram aprovados, eram de circunscrições regionais. As línguas com alfabetos aprovados pelo Estado estão em vias de serem inseridas no Sistema de Ensino, mas, esta inserção precisa de um instrumento legal que possa conferir às referidas línguas um posicionamento social, ou seja, a definição do estatuto dessas línguas. Ao serem inseridas, serão avaliadas em que categoria? Línguas nacionais, línguas co-oficiais? Dentro desta planificação, falta ainda um equipamento, que é o repertório lexical (Gomes, 2014, p. 60). Por Decreto nº 40/85, de 18 de novembro de 1985 do Conselho de Defesa e Segurança, foi criado o Instituto de Línguas Nacionais, com os seguintes objetivos:

- a)** Estudar todas as Línguas Nacionais, iniciando pelas que têm maior representatividade numérica; **b)** Estimular a preservação das Línguas Nacionais, a sua promoção e conseqüente valorização, no quadro da sua competência; **c)** Contribuir para o esclarecimento da opinião pública quanto à importância e utilidade da investigação no domínio que lhe é próprio; **d)** Dinamizar por meios apropriados, a divulgação dos conhecimentos científicos, adquiridos pela sua atividade de investigação, tanto no País, como fora dele, quando for de interesse da República Popular de Angola; **e)** Criar a infraestrutura necessária, em colaboração com outros organismo, dentro e fora do país, a fim de proceder, a longo prazo, as investigações que contribuirão para o conhecimento da realidade linguística na República Popular de Angola; **f)** Colaborar com os organismos afins, cujas atividades interferem no domínio que lhe é específico; **g)** Cooperar, quando para tal autorizado, com os organismos estrangeiros e organizações internacionais, na permuta de informações e na realização de estudos e trabalhos científicos do seu interesse. (Estatuto Orgânico do Instituto de Línguas Nacionais, capítulo I, artigo 3).

Um passo decisivo foi dado pelo I Congresso do MPLA, em 1977, ao decidir incrementar o estudo das nossas línguas Nacionais com vista à sua aplicação na alfabetização e no Ensino. A tarefa de estudar cientificamente as Línguas Nacionais, que é uma atividade complexa e difícil, levou o INL, a partir de 1978, a desenvolver o Projeto de ANG 77/009 de desenvolvimento das Línguas Nacionais em todo território, assinando entre Angola e a UNESCO um convênio de apoio à assistência desta organização internacional. E como fruto desta cooperação, o INL publicou em 1980 e 1982 os livros história sobre a criação dos alfabetos em Línguas Nacionais que apresenta o kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda e Kwanyama (Kukanda, 1988).

5. Proposta para uma educação bilíngue em Angola

Em setembro de 2006, o 3º Simpósio sobre Cultura Nacional, que teve lugar em Luanda, relançou a questão das Línguas Nacionais. É fato sabido que

muitas crianças angolanas chegam à escola conhecendo e utilizando somente a sua língua materna, no caso uma língua angolana de origem africana na modalidade oral, e geralmente uma variedade linguística adquirida no contexto familiar. Surgida na década de 60, nos Estados Unidos, como uma resposta política aos problemas educacionais das crianças que chegavam à escola falando uma língua diferente daquela que era usada como meio de instrução, a educação bilíngue assumiu, a princípio, características de ensino compensatório. Essas crianças tinham uma proficiência limitada no inglês e, quando comparadas com as crianças anglófonas, apresentavam baixo rendimento e alto índice de abandono escolar. Para sanar esses problemas, foram criados programas especiais, cujo objetivo inicial era de desenvolver a habilidade linguística dessas crianças no inglês, a fim de que rapidamente elas pudessem ser colocadas nos programas regulares de ensino.

Considerando que muitas crianças entram na escola sem o conhecimento de língua portuguesa, a educação bilíngue seria uma solução para elas e para tantas outras anônimas que estão no sistema de ensino em Angola (Mello, 2010). Seria um processo de ensino que começaria com a língua materna, no caso a língua angolana de origem bantu ou khoisan dos alunos, como meio de ensino. Isto é, o ensino primário começaria com uma língua materna, com uma transição gradual para a língua segunda no caso a LP no 1º Ciclo.

As instruções na sala de aula poderiam ser dadas em ambas as línguas de uma maneira simultânea e, nas classes subsequentes, as instruções poderiam ser dadas primeiro na Língua Materna, em que o aluno é ensinado, até ser capaz de usar a língua portuguesa como um meio de aprendizagem. O que nos motiva a propor o ensino bilíngue em Angola, é que o ensino em línguas angolanas de origem africana – Língua Materna (LM) da maioria da população rural – reduziria a ineficácia do sistema educativo, que é realizado em LP, segunda língua (L2), falada por uma minoria das populações das zonas rurais. Os discursos oficiais, por exemplo, reconhecem a importância das línguas nacionais, incentivam a sua implementação no sistema de ensino, contudo a prática tem mostrado que entre a intenção e o fazer há uma distância considerável.

Sabe-se que, a LP continua ainda até a data presente como a língua de Unidade Nacional em Angola, de forma que qualquer angolano que quiser participar ativamente no processo de reconstrução do país precisaria aprender a falar a LP. Os resultados que se esperam do ensino bilíngue são vários, dentre os quais citaremos apenas alguns:

- a) Possibilidade de manutenção das línguas angolanas de origem bantu;

- b) Contribuir para o desenvolvimento intelectual das crianças com dificuldades em Língua Portuguesa;
- c) Contribuir para definição de Políticas Linguísticas em Angola;
- d) Otimizar uma educação multicultural, integrando no currículo conteúdos sobre a cultura dos alunos e da sua comunidade;
- e) Ajudar os alunos a conservar os seus valores, usos e costumes étnicos que lhe são transmitidos desde a sua tenra idade na sua língua materna.

Verificamos que é fundamental um ensino bilíngue no ensino primário em Angola, sobretudo nas zonas rurais que propicie o conhecimento da estrutura ortográfica e gramatical da língua materna do aluno, para ser possível um processo de ensino-aprendizagem eficaz, que atenda as reais necessidades da comunidade, uma vez que o conhecimento só poderá ser possível após a aquisição da leitura e escrita pelos alunos, assim como acontece no processo de construção do conhecimento da estrutura da língua portuguesa.

Conclusão

Retomando a questão inicial que questionava se a atual reforma educativa conseguiu resolver a problemática do ensino de Línguas Nacionais em Angola, temos a responder que a reforma educativa, aprovada em 2001 pela Assembleia Nacional de Angola, procurou consolidar a concretização dos princípios da integridade, laicidade, democratização, gratuidade e obrigatoriedade do anterior sistema educativo. Esta reforma representa uma estratégia para melhorar a qualidade da educação e do ensino e responder aos desafios do desenvolvimento do país. Contudo, a atual reforma não conseguiu resolver a problemática de ensino de línguas nacionais no ensino primário, pois continuamos a registrar situações de alunos sem conhecimento de Língua Portuguesa nas salas de aulas, sobretudo nas zonas de fronteira, onde encontramos alunos que só falam o português quando estão na Escola e com o professor. Isso faz com que sintam dificuldades enormes na compreensão das aulas ministradas em LP.

Com a análise dos dados teóricos assim como dos empíricos, chegou-se a conclusão de que o uso e a prática das línguas nacionais em Angola é fundamental para uma redefinição das políticas linguísticas no sistema Nacional de Educação, apesar de o artigo 19 da Lei constitucional defender que “A língua oficial da República de Angola é o português.” e “O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (Angola, 2010). Na prática, ainda existe um longo caminho a percorrer. A título de exemplo, as duas operadoras de telefonia móvel de Angola (UNITEL e a MOVICEL) com cobertura até em algumas zonas

rurais onde a presença de Língua Portuguesa não é visível, mantêm as funções dos telefones todas em LP e Línguas estrangeiras. Assim sendo, o país deveria co-oficializar algumas línguas angolanas com maior número de falantes nomeadamente: Umbundo, Kibundu, Kikongo, Tchokwe quatro línguas e as outras teriam um valor concorrente como, por exemplo, o Nhaneka-Humbi, Kuanhama, Nganguela, etc.

A inexistência de uma ortografia normalizada para as línguas bantu de origem angolana tem criado vários problemas. Nesse sentido, muitos compatriotas angolanos escrevem: Kuando Kubango outros Cuando Cubango, Kikoongo, Kikongo e Quicongo, Cuanza sul ou KwanzaSsul, Nzinga Mbandi, Jinga Bandi, Njinga. No caso de Uíge, alguns escrevem Uije, outros Uiji e outros ainda, WIZI. Se África e, em particular Angola, deseja preparar bem os seus cidadãos para os desafios e realidades do século XXI, ela deve levar em conta a diversidade cultural e linguística como fenômenos importante e normal em qualquer parte do mundo. Em termos de orientações curriculares, devera implementar o mais rápido possível o ensino bilíngue nas zonas rurais no ensino primário. Neste contexto, a Língua Portuguesa seria uma disciplina e não o único meio de transmissão de conhecimentos.

Referências

- Angola. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.
- Angola. *Decreto nº 40 de 18 de novembro de 1985*. Luanda: Imprensa Nacional, 1985.
- Angola. *Lei 13 do sistema de bases de educação de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional, 2001.
- Angola. Resolução nº3 de 23 de maio de 1987. Disponível em: <<http://www.axl.cefanelaval.ca/afrique/Angola-loi-1987-3.htm>>. Acesso em: 22 jun.2017.
- Bento, Cristina Teresa J. S. Francisco. *Contributos para uma caracterização linguística do luandense*. 2010. 97p. (Dissertação). Universidade de Aveiro: Aveiro, 2010.
- Calvet, Louis Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2002.
- Fundação António Agostinho Neto. 2016. Disponível em: <<http://www.agostinhoneto.org/>>. Acesso em: 22 jun.2017.
- Gomes, Silvestre Filipe. *Relações entre língua oficial e línguas locais na escola: como as crianças de aldeias de Cabinda/Angola aprendem o português e em português*. 2014, 150p. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2014.
- Instituto Nacional de Estatística. Luanda: INE, 2016. Disponível em: <<http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine>>. Acesso em: 22 jun.2017.
- Jacinto, Félix. *Estudo comparativo da variedade do português falado nos municípios do Uíge e Dange-Quitexe: principais interferências*. 2016, 64p. (Monografia). Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge, Uige, 2016.

Jaime, José. *Os khoisan*, Luanda: Rubricat, 2014.

Kukanda, Vatomene. *Introdução à Sociolinguística*. Centro de Documentação e Informação. Lubango: ISCED, 1988.

Liberato, Ermelinda, Avanços e retrocessos da educação em Angola. *Revista Brasileira de Educação*. v.19, nº59. Rio de Janeiro. p. 42-74, oct./dec. 2014.

Mello, Heloisa, *Educação bilingue: uma breve discussão*. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n.1, p. 118-140, 2010.

Mudiambo, Quibongue. *Estudos linguísticos sobre a lexicologia e a lexicografia de aprendizagem aplicada ao ensino da língua portuguesa*. Lisboa: Colibri, 2014.

Oliveira, Gilvan Müller de (Org.). *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos: novas perspectivas em política lingüística*. Campinas (SP): Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

Oliveira, Gilvan Müller de. Política lingüística na e para além da educação formal. *Estudos lingüísticos*. XXXIV, p. 87-94, 2005. Disponível em: <http://etnolingüística.wdfiles.com/local--files/journal:estudos/oliveira_2005_politica.pdf>. Acesso em: 22 jun.2017.

Quiala, Miguel, *Longoka kikongo*. Luanda: Mayamba, 2013.

Quivuna, Manuel. *Lexicologia aplicada ao ensino de léxico em português língua não materna*. Lisboa: Colibri, 2014.

Rodrigues, Marília dos Prazeres. *A língua portuguesa como língua segunda na Província do Huambo*. 2012. 264p. (Tese). Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2012.

Santos, Eduardo, José dos. *Discurso de abertura do 3º simpósio sobre a cultura nacional*. Luanda, 11 de setembro de 2006.

O plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação linguística inovadora

Alexandre António Timbane

Universidade Federal de Goiás (Brasil-Moçambique)

José Gil Vicente

Universidade Salgado de Oliveira (Brasil-Moçambique)

Introdução

No mundo em que vivemos, as línguas desempenham um papel importante nas relações entre os humanos e com as tecnologias. A preocupação com as línguas não é recente, pois em muitos casos as línguas estão ligadas à identidade do grupo cultural em que os falantes estão inseridos. Existem a) **línguas naturais**: aquelas que surgiram e se formaram sem nenhuma intervenção intencional do ser humano, tais como xichangana, isizulu, cabo verdiano (em África), guarani, nheengatu, tukano (nas Américas), o japonês, gujarati e o mandarim (na Ásia), francês, italiano e espanhol (na Europa) e por aí em diante, e b) **línguas artificiais**: aquelas que são criadas/inventadas pelo homem com objetivo de atender objetivos especificamente econômicos, políticos e de lazer e não culturais. Pode-se citar exemplos das línguas interlíngua, rugresk, esperanto, glosa, valapunque, kulturkampf (Borba, 1967). A língua dothraki é artificial e é falada nas crônicas **Gelo e Fogo** de George Martiné; a língua sildavo criada para as histórias **As aventuras de Tintim**; a língua kindon que foi criada por Marc Okrand nos filmes **Star Trek** e **A jornada nas estrelas**; A língua na'vi que foi inventada como língua alienígena no filme **Avatar** criado por Paul Frommer. Esses exemplos de línguas artificiais são usadas em contextos restritos e apresentam propriedades que diferenciam de uma língua natural que é flexível, adaptável, com signos arbitrários, que tem dupla articulação, tem produtividade e é heterogênea (Malmberg, 1971; Benveniste, 2005; Lyons, 1987).

Observa-se que muitos grupos sociais apresentam relações mais próximas devido ao uso da língua comum. Nos povos africanos, a língua está ligada à etnia, ao grupo sociocultural que comunga o mesmo idioma. É com a língua que os indivíduos estabelecem relações comunicativas, compartilhando assim experiências e os

modos de ser e de estar na sociedade. No âmbito da política (propriamente dita) e na política econômica surgem organizações do tipo Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Conselho Superior de Língua Francesa, Organização Internacional de Francofonia, Commonwealth, Hispanofonia entre várias outras que visam se agrupar para compartilhar e resolver problemas políticos e econômicos que enfrentam.

As línguas estão distribuídas de forma desigual no mundo, havendo continentes com mais e outros com menos línguas. Segundo Calvet (2012), é na Ásia onde se tem o maior número de línguas (33%). Em África, fala-se 30%; no pacífico 19%; nas Américas 15% e na Europa se fala 3% (Calvet, 2007). Curiosamente, é no continente europeu onde se localizam as línguas oficiais no mundo, resultado da colonização declarada na Conferência de Berlin (1884-1885) pelas potências europeias. Nesse processo da colonização as línguas inglesa, francesa, portuguesa se espalharam pelas colônias criando, assim, variedades que hoje são utilizadas como línguas de prestígio nesses países. O inglês (em especial) é a língua oficial mais falada por africanos como segunda língua, tal como Rodrigues (2005; 2011) aponta nas suas discussões.

É importante referir que há línguas descritas em África, mas também há muitas línguas que ainda não foram estudadas. As línguas não estudadas ou não divulgadas carregam um **sentimento de inexistência** uma vez que não possuem dicionário, nem gramáticas ou mesmo reconhecimento por parte da política linguística dos governos. Outra questão que merece ser apontada nesta introdução é a variabilidade do número de línguas em cada país, principalmente em países africanos. Isso se deve ao número exíguo de pesquisas sobre essas línguas, assim como à problemática dos debates sobre os limites entre língua, variedade, variante e dialeto. Acerca da diminuição de falantes de línguas africanas, atitude que coloca em perigo de extinção às várias línguas locais, Rodrigues (2005, p.162) aponta que, no continente africano,

o uso maciço de línguas europeias nos domínios oficiais atua em sentido oposto ao de uma suposta identificação comunitária e gera, em reação a ela, movimentos de resistência que visam à afirmação da diversidade cultural, à democratização do conhecimento e à implementação de políticas sociais mais justas e inclusivas.

Pouco se fala, mas os árabes foram pioneiros na navegação marítima e foram os primeiros a estabelecer contatos comerciais com os povos africanos, antes mesmo da chegada dos europeus. Foram os árabes que trouxeram pela primeira vez os panos, as missangas e os espelhos e outros objetos de troca pelo ouro e

marfim com os líderes africanos. Nessa caminhada difundiu a religião muçulmana em quase todo continente com maior incidência na África do norte, ocidental e oriental.

Aproveitamos a ocasião para apontar que os contextos da colonização fizeram surgir pidgins e crioulos de base inglesa, portuguesa e hispânica principalmente na parte ocidental de África e nas suas respectivas ilhas (Tarallo; Alkmim, 1987). O plurilinguismo ou o multilinguismo é definido como a situação sociolinguística que se caracteriza pela convivência (harmoniosa ou conflituosa) de mais de três línguas no mesmo espaço político-administrativo. Esses fenômenos podem ocorrer em nível da comunidade (língua) ou em nível do indivíduo (fala). Portanto, numa comunidade monolíngue podemos encontrar cidadãos plurilíngues.

Aprender uma língua é ao mesmo tempo aprender uma cultura, pois língua e cultura estão intimamente interligadas. Assim, concorda-se com Lyons (1987), quando o autor afirma que a “cultura pode ser descrita como conhecimento adquirido socialmente: isto é, como o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de determinada sociedade” (Lyons, 1987, p.274). Nesse contexto, o multilinguismo tem sido confundido com o multiculturalismo. É que não existe uma cultura homogênea do mesmo modo que não existe uma língua homogênea. Tanto as línguas quanto as culturas estão em constante contato, variando, mudando e criando novas influências aos membros da comunidade.

Assim sendo, o plurilinguismo em África não é uma exceção, mas um fenômeno normal, pois quase todos os africanos falam, pelo menos, duas línguas. Algumas políticas e planejamentos políticos privilegiaram a oficialização de pelo menos uma língua africana. É o caso da Tanzânia que oficializou o swahili, tal como Rodrigues (2005) e Calvet (2007) demonstram com exemplos. Na África do Sul, por exemplo, temos o caso da oficialização de 11 línguas (Neville, 2013), na maioria, línguas do grupo bantu, atitude bem sucedida no que diz respeito à política e ao planejamento linguístico. Mais especificamente tratando dos objetivos dessa capítulo, Moçambique é um país africano de expressão portuguesa, tal como Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. As características sociolinguísticas de Angola e de Moçambique são muito próximas, até porque historicamente não houve condições sociolinguísticas que fizessem surgir crioulos nem pidgins.

Segundo Calvet (2001), pode-se considerar três situações linguísticas em todo mundo: a) países que possuem uma única língua oficial (exemplo: Portugal, Moçambique); b) países oficialmente bilíngues (exemplo: Camarões que tem inglês e francês; Israel com hebreu e o árabe; Paraguai com espanhol e o guarani; Luxemburgo com alemão, francês e o luxoburguês; Bélgica com alemão, francês e

holandês); c) países cujas línguas são oficialmente descentralizadas regionalmente (exemplo: Na África do sul, várias línguas do grupo bantu foram oficializadas; na Espanha, convive-se com basco, catalano e galego; na Suíça, convive-se com alemão, italiano, romeno) (Calvet, 2001).

Moçambique possui uma única língua oficial, a LP, instituída, investida e protegida pela Constituição da República (Moçambique, 2004). Entendamos uma língua como a parte social que é depositada virtualmente nos cérebros dos indivíduos pertencentes a uma comunidade linguística. O indivíduo sozinho não pode criar nem modificar a língua natural. A língua se opõe à fala que é individual e próprio do indivíduo. Por essa razão a língua deve ser estudada em si mesma e por si mesma (Saussure, 2006; Costa, 2009). É importante deixar claro desde já que a língua é um patrimônio extenso e ninguém a possui na sua totalidade, o que significa que cada falante retém uma parte do sistema dessa língua. Sendo assim, uma língua só se transforma através dos tempos porque os falantes introduzem inovações que só passam para o domínio da língua quando sai do individual para o coletivo.

O presente capítulo propõe-se, portanto, a estudar e avaliar as atitudes na concepção e representação das línguas no espaço onde elas ocorrem, mas também criar formas para ultrapassar – de uma vez para sempre – a visão colonial construída sobre a relação entre as línguas do colonizador e do colonizado. Seria importante e interessante desenhar estratégias de ação de médio e longo prazos, capazes de promover a justiça mundial no âmbito linguístico, pois a independência política já foi alcançada, mas falta a independência linguística, nos moldes como Ki-Zerbo (2006) nos propõe com sabedoria.

Nesse sentido, essa pesquisa aponta para o contexto sociolinguístico moçambicano, mas buscando experiências e políticas bem sucedidas de outros países. Para começar, levantamos uma questão de partida muito relevante, pois pretende-se saber se o plurilinguismo prejudica ou não o desenvolvimento econômico e educacional dos moçambicanos. Tentando responder provisoriamente a questão, pode-se afirmar que o plurilinguismo impede o aperfeiçoamento do português; a existência de várias línguas dificulta a escolha da língua oficial e prejudica o ensino do português; mas também as línguas bantu moçambicanas (LBm) não se afirmam e nem se difundem junto às populações devido à política linguística vigente.

Especificamente, a pesquisa irá: (a) descrever a situação linguística de Moçambique; (b) explicar como a política e o planejamento linguístico interferem no estado atual; (c) demonstrar como o plurilinguismo interfere no ensino médio e fundamental; (d) indicar caminhos possíveis para uma educação linguística inovadora. O capítulo inicia-se apresentando considerações importantes sobre o

plurilinguismo em Moçambique, levantando um conjunto de elementos que contribuem para a emancipação linguística das línguas nativas. Mais adiante, aborda-se como as questões plurilíngues interferem na educação fundamental e média no espaço moçambicano. O capítulo termina discutindo e sugerindo caminhos linguísticos possíveis para uma política e planejamento linguística inovadores.

1. Questões do plurilinguismo em Moçambique

O território moçambicano é povoado predominantemente por populações do grupo bantu, distribuídas de forma desigual ao longo do vasto país. Segundo o INE (2007), o país conta com mais de vinte línguas do grupo, embora esse número seja discutido no seio de linguistas moçambicanos. Isso acontece por os limites entre línguas, dialeto, variedade e variante serem complexos naquele contexto, pois a língua não é apenas meio de comunicação, mas também objeto da cultura. A língua tem um valor cultural profundo que só pode ser determinada pelas tradições e culturas que habitam e que são praticadas por aquele povo. Cientificamente falando, a determinação de línguas só é possível graças aos estudos e pesquisas, o que ainda está sendo feito em universidades, com especial ênfase ao Departamento de línguas, Seção de Línguas Bantu da Universidade Eduardo Mondlane.

A pergunta mais frequente entre curiosos que pretendem saber algo sobre Moçambique é “quantas línguas se falam nesse país”. Responder de forma categórica é tarefa complexa. Uma vez que a resposta esperada pelos curiosos não aparece de imediato, é interessante apresentarmos estudos publicados que resultam das pesquisas, debates e consensos entre pesquisadores moçambicanos, africanos e do mundo reunidos em Seminários temáticos sobre as LBm. Para Ngunga e Faquir (2011), estão padronizadas dezessete línguas todas do grupo bantu (Ngunga; Faquir, 2011). Esse número (17) resulta do trabalho realizado no III Seminário de Padronização ortográfica realizado em setembro de 2008. São elas: língua kimwani, shimakonde, ciyaawo, emakhuwa, echuwabu, cinyanja, cinyungwe, cisená, cibalke, cimanyika, cindau, ciwute, gitonga, citshwa, cicopi, xichangana e xirhonga (Ngunga; Faquir, 2011, p.v.).

Não é pelo fato de não terem sido padronizadas ortograficamente que as outras línguas não existam. Elas existem, são faladas por populações no cotidiano, mas para o seu reconhecimento pela política linguística é necessário que tenha dicionário, ortografia padronizada e gramática escrita. Alguém nos perguntaria: por que o número de falantes das LBm tende a decrescer nos últimos anos? Podemos responder afirmando que esse fenômeno resulta da política e do planejamento linguísticos que privilegiam o português em detrimento das restantes línguas locais.

Uma vez que o português tem privilégio, consegue expandir-se com mais facilidade do que as LBm. E na África do Sul, por que ocorre situação tão diferente? É que as políticas linguísticas colocaram as línguas africanas no mesmo patamar que a língua do colonizador (o inglês) e essa política resultou na valorização das línguas africanas.

O quadro a seguir ilustra, de forma detalhada, a posição do português com relação às línguas moçambicanas, segundo Ngunga e Bavo (2011):

Quadro 1: Línguas, percentagens e províncias onde se fala

Nº	LÍNGUA	(%)	PROVÍNCIAS ONDE SE FALA
01	Makhuwa	26,1	Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Sofala e Zambézia
02	Português	10.8	Todas
03	Changana	10.5	Gaza, Maputo, Manica, Inhambane, Niassa
04	Sena	7.8	Manica, Sofala, Tete, Zambézia
05	Lomwe	7.2	Nampula, Niassa, Zambézia
06	Nyanja	5.8	Niassa, Tete, Zambézia
07	Chuwabu	4.8	Nampula, Sofala, Zambézia
08	Ndau	4.5	Manica, Sofala
09	Tswa	4.4	Gaza, Inhambane, Maputo, Sofala
10	Nyungwe	2.9	Manica e Tete
11	Yaawo	2.2	Cabo Delgado e Niassa
12	Copi	1.9	Gaza, Inhambane, Maputo, Manica
13	Makonde	1.7	Cabo Delgado
14	Tewe	1.7	Manica
15	Rhonga	1.5	Gaza, Maputo, Manica, Inhambane
16	Tonga	1.5	Gaza, Inhambane, Maputo, Manica
17	Manyika	0.9	Manica
18	Cibalke	0.7	Manica
19	Mwani	0.5	Cabo Delgado
20	Koti	0.4	Nampula
21	Shona	0.2	Tete
22	Swahili	0.1	Cabo Delgado
23	Ling. sinais	0.05	Todas
24	Outras ling.	2.0	Todas

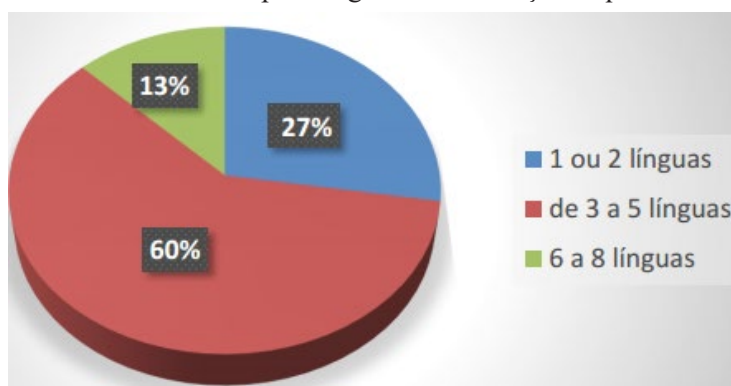
Fonte: Adaptado de Ngunga e Bavo (2011, p.14-15)

O Quadro 1 mostra que os limites políticos são diferentes dos limites linguísticos. As línguas ultrapassam os espaços político-administrativos demarcados. Por essa razão, há línguas que são faladas em duas ou mais províncias (caso de sena) e línguas faladas internacionalmente (caso de swahili). A dinâmica dos cidadãos,

os deslocamentos de uma região para outra devido à guerra e a concentração dos cidadãos nas cidades faz com que haja um contato constante e intenso entre línguas, o que resulta em um cenário multilíngue. Algumas dessas línguas são inteligíveis entre si (ronga, xitswa, changana) e outras não. São línguas de tradição oral e possuem pouca literatura escrita. Ao invés de aumentar o número de falantes, está se reduzindo devido ao prestígio do português.

Além disso, o gráfico 1 demonstra como o multilinguismo se torna uma situação “normal” entre os moçambicanos. Ele resulta de uma pesquisa de campo feito por Ponso (2014) sobre a situação sociolinguística de Moçambique:

Gráfico 1: O plurilinguismo em Moçambique



Fonte: Ponso (2014, p.205)

Os dados de Ponso (2014), apresentados neste gráfico, mostram que o monolinguismo é anormal nesse contexto sociolinguístico, principalmente nas zonas rurais. Não percebemos de vista que os povos bantu são de tradição oral e as regras de ser e de estar, bem como os hábitos culturais são transmitidos por meio dessas línguas. É importante deixar claro que o plurilinguismo não é problema para os povos africanos, em especial em Moçambique, mas uma solução num espaço multiétnico complexo. É uma forma de interação e junção de culturas. Os políticos encarregados por dirigir Moçambique no período pós-independência não pensaram desta forma. Para eles, a diversidade linguística e multiétnica era/é um grande problema, como se fosse possível encontrar um povo homogêneo em toda África bantu. Essa é a razão pela qual Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe oficializaram apenas o português deixando as línguas africanas faladas pela maioria da população. Isso prevalece até hoje e ainda há discursos que tendem a eliminar as etnias e as línguas faladas pelos diversos povos africanos. Uma das questões interessantes num espaço plurilíngue como o

de Moçambique é que muitas línguas são inteligíveis e, em muitos momentos, os limites entre língua, variedade, variante e dialeto são pouco nítidas.

Tal como aconteceu com a maioria de países africanos, Moçambique oficializou a língua do colonizador num momento em que havia apenas 5% da população que falava português como língua materna. Timbane, Quebi e Abdula (2014) afirmam que África e, em particular os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, tiveram a oportunidade de alcançar a independência linguística, mas não o fizeram por vontade própria. Observa-se, hoje, um crescimento da língua oficial e um decréscimo das LBm, o que não é saudável para a cultura e para as tradições.

Em muitos contextos, o português constitui um fator de exclusão social, cultural, econômico. Pensando nos problemas e constrangimentos que o português origina na vida social, cultural, educacional, Moçambique instituiu (em regime experimental) o ensino bilíngue português/línguas nativas nas classes (nos anos) iniciais. Em termos simbólicos, as línguas nativas passaram a ter mais sentido de valorização do que antes. Esse fato mostra que a educação constitui um elemento importante para a promoção social, cultural e, particularmente, linguística. No caso linguístico, a instituição do uso dessas línguas no ensino constitui um passo importante para a promoção das culturas veiculadas através dessas línguas.

Contudo, a concretização de um projeto de ensino bilíngue mais justo e válido no país passa, necessariamente, pela emancipação das línguas nativas. Um dos elementos para esse empreendimento é a sua descrição e, principalmente, a instituição de sua escrita. Isso significa que a escrita seria um elemento importante de preservação da cultura e do saber ligado a essas línguas. É verdade que os esforços para a valorização das LBm não faltam. Pode-se citar exemplos de Ngunga (2014), Ngunga et al. (2010), Nhampoca (2015), Timbane e Nhampoca (2016) entre muitos outros. Alguns estudiosos, organizações sociais e religiosas têm-se esforçado na descrição e no fornecimento de propostas de padronização das LBm. Porém, conforme avançado anteriormente, algumas delas carecem ainda de um benefício desse meio tecnológico tão importante para a promoção social e para a partilha do conhecimento.

2. Elementos de emancipação linguística das línguas nativas e políticas

Calvet (2001) sustenta que o plurilinguismo é um fator para conflitos, em função de seu viés de dominação, principalmente em povos cuja população é muito pequena. É de reconhecer, no entanto, os maiores obstáculos dessa ambiciosa orientação. Por exemplo, caberia observar que todo o trabalho acadêmico como o da descrição das línguas e sua padronização da escrita dependeria da disponibilidade de recursos econômicos. Assim, considerando a exiguidade de recursos

econômicos no continente africano, também, traduzida em pouca produção intelectual, essa ambiciosa orientação exige medidas complementares, como, por exemplo, a criação e/ou aumento de fundos para a formação e para a pesquisa. Desse modo, caberia principalmente aos estudiosos africanos, particularmente aos linguistas, aprofundarem ainda mais suas propostas teórico-metodológicas de descrição e padronização das línguas africanas, privilegiando a emancipação.

A questão da emancipação das línguas nativas se mostra relevante na acumulação do conhecimento em África. Isso não significa, porém, o autofechamento dos conhecimentos africanos. Antes, constitui uma linha de orientação para a necessidade de abertura às outras línguas, de flexibilidade às mudanças sociais, culturais, políticas, científicas/tecnológicas, econômicas que se operam no mundo, explorando os bens que as diferentes sociedades proporcionam. Trata-se de uma orientação capaz de permitir a concretização de um projeto mundial e socialmente mais justo e capaz de permitir não só a coexistência de diferentes línguas e culturas, mas, também, um melhor conhecimento e uma melhor apreciação dos elementos de cada língua e cultura, particularmente em África.

Através dessa orientação, é possível ainda estabelecer relações de trocas positivas e de enriquecimento mútuo entre os elementos dessas diversas línguas e culturas. Assim, essas relações significariam igualdade e um permanente diálogo entre línguas e culturas, em que cada uma se valoriza através de práticas sustentáveis e permeáveis a um melhor conhecimento de si e (re) conhecimento das outras.

Desse modo, a pluralidade das línguas e, por via disso, das culturas, mostra-se como uma riqueza para a acumulação do conhecimento global. Para isso, é preciso, na prática, privilegiar a educação e a emancipação dos modos de concepção e representação das línguas, particularmente as africanas. É preciso propiciar práticas de inclusão, por meio de políticas de educação e de emancipação selecionadas sob a intenção de favorecer a compreensão das diferentes línguas e culturas presentes na África (e no mundo em geral). Isso significa uma rotura nas concepções e nas representações espaciais ou temporais de uso que se fazem do espaço e do tempo.

De forma concreta, isso significa novas concepções e representações das espacialidades e das temporalidades atuais, que se caracterizam por um capitalismo avançado, funcionando como a causa da globalização de línguas e culturas, e do apagamento de outras. Enfim, neste pensamento, é possível propor quatro linhas de orientação para a emancipação das línguas em África: a) reconhecer a importância do multilinguismo no continente; b) procurar potencializar a formação humana e as bases teórico-metodológicas na pesquisa, descrição e padronização

das línguas africanas; c) vencer as concepções e representações sociais, políticas nocivas à emancipação das línguas africanas; d) valorizar as dinâmicas de promoção educativa em modelos bilíngues.

As questões de política e do planejamento linguístico são complexas e exigem muitas vezes a vontade e coragem política. Queiramos ou não, muitas realizações científicas só são possíveis graças à influência política disponível. Não adiantam as evidências científicas do pesquisador sobre um determinado assunto de interesse público, é necessário que haja interferência política para que isso se concretize, infelizmente. Nesse contexto, Calvet (2007) define política linguística como as decisões tomadas em nível político com relação ao uso e ao estatuto de uma ou varias línguas. Por outro lado, o planejamento seria a implementação prática das decisões políticas através da aplicação prática, sejam no ensino, no uso em instituições públicas etc. (Calvet, 2007). Para Cooper (Apud Severo, 2013, p.451), a política linguística “tem tradicionalmente se voltado para uma prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (línguas de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo), entre outros.” Por sua vez o planejamento linguístico “tem focado a implementação das decisões sobre a língua através de estratégias (políticas), como as políticas educacionais, com vistas a influenciar o comportamento dos sujeitos em relação à aquisição e uso dos códigos linguísticos” (Severo, 2016, p.451-452).

Antes da tomada de qualquer decisão, há um conjunto de questionamentos que se deve fazer para que a política decida. Calvet (2007) levanta sete dados importantes que passamos a citar: a) levantamento do número de línguas e de falantes; b) levantamento de línguas citadas pela constituição; c) observar a funcionalidade dessa(s) línguas(s), se são veiculares, transnacionais, do uso religioso ou outras; d) verificar a taxa de transmissão de geração para outra, e isso está ligado às taxas de natalidade; e) dados simbólicos, tais como sentimento linguístico, estratégias de comunicação e prestígio; f) dados conflituais (relações entre línguas).

Da lista de Calvet (2007), consideramos interessante a necessidade de publicar dicionário, estabelecer acordo ortográfico (ou padronização), gramática escrita e literatura. Se fosse por força de vontade dos pesquisadores das LBm, as línguas do grupo bantu faladas em Moçambique já teriam sido oficializadas nos locais onde elas ocorrem, já poderiam ser ensinadas nas escolas e já poderiam ter um estatuto privilegiado. Na entrevista com o professor e linguista moçambicano Bento Siteo (Timbane; Nhanpoca, 2016), verificou-se claramente que a vontade dos pesquisadores moçambicanos está abaixo da vontade da política, pois projetos que visam estimular o desenvolvimento das LBm podem ser reprovados na Assembleia da República.

Outros problemas que incomodam o planejamento linguístico são as chamadas TIC's (tecnologias de informação e comunicação). Por exemplo, Savero (2013) levanta problemas da experiência brasileira no município de São Gabriel da Cachoeira (estado do Amazonas) que oficializou línguas indígenas (tukano, baniwa e nheengatu), mas os seus cidadãos não conseguem registrar seus filhos com o nome indígena, porque não há nos computadores um teclado que represente graficamente os nomes indígenas. Observa-se que a grafia para um som **tuiuca**, aspirado entre **u** e **i** e representado como um **u** cortado, característico do nheengatu, não se consegue colocar nos teclados disponíveis. O importante para aquele povo indígena do Amazonas é a conquista que o Município de São Gabriel da Cachoeira conseguiu, ao colocar as línguas locais em patamar de igualdade com as línguas indígenas, atitude que trouxe prestígio e autoestima. Vejamos a seguir a posição política de Moçambique com relação às línguas locais.

3. A educação fundamental e média VS as línguas no espaço moçambicano

O sistema educativo público moçambicano se divide em fundamental, médio e superior. Existe o que se designa por ensino geral (quando a formação não especializa o estudante para uma determinada profissão) e ensino profissional (quando o estudante é direcionado e orientado para uma determinada profissão). Em todo percurso de formação escolar, a LP sempre acompanha os educandos, pelo fato de ser a língua oficial de Moçambique. Para Namone e Timbane (2017), “o processo de transformação da norma-padrão europeia em português de Moçambique, uma variedade que na base da LP adapta, integra na língua seus valores culturais, sua identidade, seus símbolos, seus objetos materiais de tal forma que seja sentida como pertence dos moçambicanos” (Namone e Timbane, 2017, p.47).

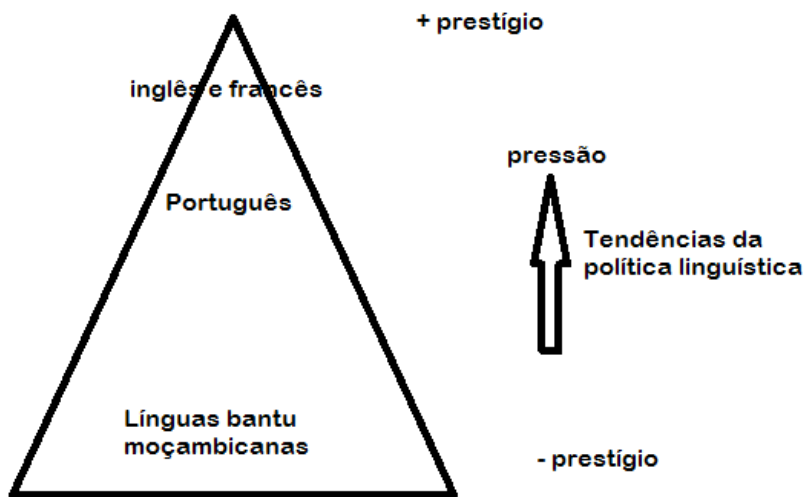
No contexto educacional moçambicano, há espaço para a aprendizagem das duas principais línguas internacionais, o francês e o inglês. O objetivo de aprendizagem de línguas estrangeiras modernas é o de preparar o estudante para que possa usufruir da bibliografia escrita naquelas línguas bem como da integração regional e internacional. Na África Austral, a maioria dos países é de expressão anglófona. Entendemos que as línguas que circulam no espaço escolar interessam à política linguística do país, exceto as LBm. Os materiais usados no ensino foram produzidos por docentes moçambicanos e refletem, em algum modo, as realidades sociolinguísticas e culturais dos moçambicanos. A formação de docentes de línguas estrangeiras modernas é garantida pelas universidades públicas e privadas.

Com relação às LBm, é importante referir a importância de pesquisadores e docentes da Universidade Eduardo Mondlane que contribuem fortemente para a

criação de materiais e para a divulgação de estudos sobre essas línguas. Não é uma tarefa fácil, pois a política e o planejamento linguístico pouco fazem para fortalecer e dar melhor espaço a essas línguas.

Falando sobre educação bilíngue em LBm, Nhampoca (2015) aponta que 19 línguas bantu são ensinadas em nível de graduação, concretamente na Universidade Eduardo Mondlane (Nhampoca, 2015, p.85). A autora enumera cibalke, cicopi, cindau, cimanyika, cinyanja, cinyungwe, cisena, citshwa, ciute, ciyaawo, echuwado, ekoti, elomwe, emakhuwa, gitonga, kimwani, shimakonde, xichangana e xirhonga. Entendemos que a formação de recursos humanos para lidar com as LBm em sala de aula é relevante e que deve ser incentivada com a adoção de políticas públicas que estimulem estudos, pesquisas, elaboração de materiais bem como a criação literária. Hierarquizando o multilinguismo no contexto de Moçambique, temos a seguinte ilustração representada pela figura 1:

Figura 1: Características do multilinguismo no contexto moçambicano



Fonte: Elaboração própria

Em termos numéricos ou percentuais, percebe-se que cidadãos que estão na base do triângulo são usuários/falantes de pelo menos uma LBm como língua materna. O crescimento do português é preocupante nas zonas urbanas e menos impactante nas zonas rurais de Moçambique, enquanto que o conhecimento das línguas estrangeiras modernas é interessante nas relações internacionais. Na base do triângulo da fig.1, localiza-se uma população sociolinguisticamente bem estruturada, analfabeta ou pouco alfabetizada, de classe social baixa ou média, localizada estrategicamente nas áreas urbanas.

Nessa representação, observa-se que há uma pressão forte de baixo para cima com vista a alterar o cenário, puxando as camadas analfabetas para utilizarem a língua de prestígio. A tendência política é a de fazer com que o triângulo se inverta, fazendo com que todos os moçambicanos falem português. Esta política já foi bem sucedida no Brasil com a política de Marquês de Pombal (período 1654-1808). No período colonial, todos os índios e africanos que recusavam falar português eram mortos, assassinados e excluídos – atitude que acelerou a inversão que prevemos para o contexto de Moçambique.

A pressão não ocorre apenas com a língua oficial, a LP, mas também ocorre com as línguas estrangeiras modernas, como é o caso do francês, do espanhol e do inglês. Em Moçambique, muitos pais matriculam seus filhos em creches e escolas bilingues (português-inglês) na expectativa de que estas crianças possam ter mais oportunidades de emprego no futuro. Entendemos esta atitude como uma mera ilusão, pois se assim fosse condição de obtenção de emprego nenhum cidadão anglófono estaria no desemprego. Trazendo uma breve comparação com o contexto do Brasil, é perceptível a ameaça que as 170 línguas indígenas (Rodrigues, 2010) estão correndo nos últimos anos. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (Brasil, 1999a, b) mostram claramente como a política educacional dá pouca ênfase às línguas locais valorizando sempre a língua oficial, a LP.

O preconceito linguístico é muito frequente nas nossas sociedades. No caso de Moçambique, Nhampoca (2015) levanta três problemas que impedem o crescimento da educação bilingue, nomeadamente, **1) a incredibilidade** (os próprios moçambicanos não acreditam na capacidade das suas línguas, mas também a pouca inteligibilidade entre línguas, atitude que pode limitar o contato com cidadãos falantes de outras línguas); **2) a incapacidade** (falta de recursos financeiros para elaboração de materiais didáticos); e **3) o extremismo** (abandono da língua oficial em detrimento das línguas bantu).

Na pesquisa de Ponso (2014, p.214), questionou-se se os inquiridos tinham sofrido algum tipo de repressão ao ter falado uma LBm na escola ou em lugar público. A resposta confirma as nossas colocações, pois 82% afirmaram ter sofrido. Os estudos de Ponso (2014) apontam que os inquiridos gostariam de aprender as línguas bantu (97%), acham importante aprender uma língua bantu (92%), mas infelizmente não há políticas públicas que incentivem esse desejo dos moçambicanos.

O plurilinguismo na lusofonia acelera a variação do português. Observando para Guiné-Bissau, por exemplo, Couto e Embalô (2010) citam as palavras **candong**a (pequeno veículo de transporte popular interurbano), **bajuba** (moça,

rapariga), **bolanha** (arrozal), **chebéu** (dendê), **tabanka** (agrupamento típico de casas africanas) que resultam do contato entre o português, o crioulo e as diversas línguas bantu, tais como balanta, fula, mandinga, manjaco, papel, biafada, mancanha, delupe, nalu (Namone; Timbane, 2017). O Artigo 23º, UNESCO (1996, s.p) defende que

1. O ensino deve contribuir para fomentar a capacidade de auto-expressão linguística e cultural da comunidade linguística do território onde é ministrado. 2. O ensino deve contribuir para a manutenção e o desenvolvimento da língua falada pela comunidade linguística do território onde é ministrado. 3. O ensino deve estar sempre ao serviço da diversidade linguística e cultural, e das relações harmoniosas entre as diferentes comunidades linguísticas do mundo inteiro. 4. No quadro dos princípios anteriores, todos têm direito a aprender qualquer língua.

Estas constatações da UNESCO através da Declaração de Direitos Linguísticos são pouco observadas pelos governos africanos em especial em Moçambique, visto que se adota políticas que desprotegem as línguas locais, causando reprovações em massa em todos os níveis de ensino. Em caso de aprovação, cultivam-se analfabetos funcionais, pois ao fim de cada grau as dificuldades continuam e ficam mais expostos devido à dificuldade de lidar com a língua em situações concretas de trabalho.

4. Descaminhos linguísticos em Moçambique globalizado: análises e dados

A língua é, sem dúvidas, um complexo instrumento de comunicação entre os humanos. Ela está impregnada na cultura e todos os significados só são compreendidos dentro da cultura. Eliminar a línguas locais é eliminar traços culturais e históricos de um povo ou de uma comunidade. Existem realidades sociolinguísticas que só são interpretadas dentro da cultura. A língua é uma das manifestações culturais que fundamentam a identidade de um povo. As diferentes identidades linguísticas são estruturadas logo no início da vida, no momento em que começa o processo de interação com os familiares, vai prosseguindo com o decorrer das interações nos diferentes meios que circundam o indivíduo, existindo, assim, uma permanente mudança de bases identitárias.

Existem caminhos possíveis que possam apoiar e preservar o multilinguismo no contexto de Moçambique. Nas três situações propostas por Calvet (2001), Moçambique caberia na situação 3, em que teríamos várias línguas oficiais em diversas regiões do país. Alguns estudos revelam caminhos interessantes. Primeiro, é preciso deixar claro que Moçambique, no período pós-colonial (1975), viveu momentos de incertezas porque a educação do sistema colonial já não respondia plenamente aos anseios da sociedade. Por exemplo, o sistema colonial obrigava o

ensino da História e da Geografia de Portugal apenas. Esta intenção foi substituída pelo ensino da História e Geografia de Moçambique. A gramática se baseava numa única obra: “Gramática portuguesa” de José Maria Relva. Esta obra foi substituída por manuais escolares que se adaptavam à realidade moçambicana.

Ao adotar apenas o português como a única língua oficial de Moçambique, os moçambicanos perderam a oportunidade de impulsionar o crescimento qualitativo e quantitativo das LBm. Concordamos com Nhampoca (2015) quando defende a ideia segundo a qual a educação bilíngue trouxe inclusão tanto para os falantes bem como o prestígio e valorização das LBm. A posição de Nhampoca vai ao encontro do que aparece na Carta dos Direitos Linguísticos da UNESCO, que no art. 29º aponta que “Todos têm direito ao ensino na língua própria do território onde residem” e no art. 38 “Todas as línguas e todas as culturas das comunidades linguísticas devem receber um tratamento equitativo e não discriminatório nos conteúdos dos meios de comunicação do mundo inteiro”.

O mundo globalizado em que vivemos exige o domínio de línguas estrangeiras. As oportunidades de um bom emprego, de um bom negócio internacional dependem da forma como os sujeitos dominam as línguas estrangeiras. Não é por acaso que cidadãos que dominam a língua inglesa, por exemplo, possuem mais possibilidades de emprego se compararmos com os que são monolíngues, mas há necessidade de combater o preconceito linguístico com relação às LBm. Com isso não pretendemos dizer que o conhecimento de uma língua estrangeira seja tudo na vida profissional. É importante o domínio de outras competências.

O plurilinguismo não é uma questão relevante apenas para o contexto educacional de Moçambique. Ndombele (2017) reporta esse debate na sua pesquisa “Gestão de multilinguismo em Angola: reflexões sobre o ensino de línguas angolanas de origem bantu na província de Uinge”. Além disso, Namone e Timbane (2017) discutem sobre as “Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência”. Por sua vez, Gonçalves e Hagemeyer (2015) dissertam sobre o tema: “O português num contexto multilíngue: o caso de São Tomé e Príncipe”. A lista de pesquisas recentes sobre o plurilinguismo poderia seguir mais adiante. Uma vez identificados os problemas nos PALOP, há necessidade de procurar caminhos ou pelo menos tentativas de resolver os problemas deixados pelo sistema colonial e também pelos governos pós-independência. A próxima seção (que apresentaremos adiante) não resolve os problemas do plurilinguismo na lusofonia africana, mas aponta alguns caminhos que podem ser trilhados rumo à melhoria da qualidade de ensino e à preservação e uso das línguas africanas como línguas verdadeiramente úteis para a vida das populações.

Calvet (2007) apresenta-nos uma experiência da promoção de uma língua veicular, na Tanzânia que vale apenas discutir aqui. Primeiro o autor explica que na Tanzânia há cerca de 130 línguas e as línguas estão divididas em três grupos:

1º há línguas primeiras da população, em grande maioria bantas, com minorias cuchíticas e nilóticas e algumas línguas asiáticas faladas dos migrantes; 2º há uma língua veicular que se tornou nacional, mais ou menos bem falada, de acordo com idade das pessoas: suaíli; 3º há uma língua legada pela época colonial: o inglês (Calvet, 2007, p.118).

Felizmente, a situação sociolinguística de Moçambique é mais favorável se compararmos pelo número de línguas e do multilinguismo. Desta forma,

é neste contexto que a educação bilíngue surge da necessidade de se proporcionar às crianças a escolarização na sua língua materna e também em língua portuguesa (que, como língua oficial, funciona também como língua segunda), valorizando o conhecimento linguístico que o aprendente transporta consigo, traduzido em facilidade de comunicação, rápido acesso ao conhecimento científico e na integração consentânea na escola” (Chicumba, s.d., p.251).

É verdade que a África “contribuiu para seu próprio declínio, dado que alguns grupos sociais africanos ajudaram a explorar África” (Ki-Zerbo, 2006, p.132). Por que Ki-Zerbo chega a essa conclusão? É que os próprios africanos escolheram caminhos errados ao tomar apenas a língua do colonizador, deixando de lado as línguas africanas faladas pela maioria da população. No caso de Moçambique, em 1975, ano da independência, havia apenas 1,2% da população que falava português como língua materna. Qual foi a razão da recusa das línguas da maioria? Justamente pela dependência e pela necessidade de receber apoios econômicos que em nada ajudavam ao resto da população. Esse é um descaminho que, de certa forma, ainda se paga a fatura dela. É interessante questionarmos: afinal que tipo de cidadão pretendemos formar? Um cidadão que perdeu a sua língua, seus traços culturais e sem identidade? Afinal, o que é uma língua e qual é o seu papel na cultura? Essas perguntas são provocativas, mas que nos conduzem a uma reflexão profunda sobre o que perdemos e o que se pode resgatar rumo a uma educação linguística mais humana e sem preconceito.

5. Caminhos para uma educação linguística inovadora em Moçambique

Não seria justo terminarmos os debates sem indicarmos possíveis caminhos para uma educação linguística inovadora sem preconceito, principalmente no espaço escolar. A nossa sociedade sempre coloca as línguas numa hierarquia que na prática não devia existir. Não existe uma língua inferior, feia, sem valor, assim como não existe uma língua sem gramática ou com estrutura simples e/ou pobre.

Todas as línguas têm o seu valor social e cultural nos espaços onde são faladas e/ou escritas. É verdade que existem muitas línguas ágrafas no séc. XXI, mas a escrita é um complemento. A oralidade sempre tem tido um espaço privilegiados em quase todas as sociedades. Comparando a fala e a escrita, fica clara a ideia de que a oralidade ocupa um espaço mais vantajado.

Antes de avançarmos nesta parte seria interessante retomar as afirmações do Ki-Zerbo (2006) quando aponta que a educação deve ser considerada como o coração do desenvolvimento. Isso se justifica muito mais hoje, porquanto o principal investimento é o da inteligência, da matéria cinzenta. Segundo Ki-Zerbo, mais do que nunca, a educação e o desenvolvimento devem ser postos em equação, na condição de tratar-se de uma educação adaptada. É aqui que é necessário sair do mimetismo, da cópia pura e simples dos modelos vindos de fora. Tal como existe hoje, a educação é um processo de **antidesenvolvimento** (Ki-Zerbo, 2006).

A maioria das crianças africanas recebe hoje uma educação que destrói o seu futuro em todos os planos. Em muitos aspectos, seria possível dizer que temos interesse em diminuir o número de escolas, porque elas não estão adaptadas aos nossos países, nem cultural nem socialmente. O sistema está adaptado ao sucesso individual de uma minoria, que é bem-sucedida, não por causa do sistema, mas apesar dele. Sem contar que, qualquer que seja o sistema, os espíritos superiores terão sempre sucesso (Ki-Zerbo, 2006).

Analisando as reflexões de Ki-Zerbo, ficamos com a ideia clara sobre Moçambique e também no resto dos PALOP, pois pouco se faz em prol das línguas locais. Se “a educação deve ser considerada o coração do desenvolvimento” (Ki-Zerbo, 2006, p.150), então maiores investimentos poderiam ser colocadas em prol da educação. Não existiram ainda crianças que estudam debaixo das árvores, não existiria a obrigatoriedade de aprender apenas em português, as escolas estariam apetrechadas e o ensino seria de qualidade. Mas o que se verifica é o esquecimento do setor educativo apostando-se sempre em aprovações automáticas como forma de preparar futuros analfabetos funcionais. Entendamos **analfabetos funcionais** indivíduos (com 15 ou mais anos) que, embora saibam reconhecer letras e números, são incapazes de compreender textos simples, bem como realizar operações matemáticas mais elaboradas.

Nenhum estudo foi feito em Moçambique (provavelmente nos PALOP) sobre o analfabetismo funcional nem sequer as causas da sua existência. Entendemos que a língua oficial seja o principal fator, acrescido da formação do professor e das condições das escolas moçambicanas. Entendemos que existe uma relação entre o analfabetismo funcional e a formação do professor, porque um professor mal formado e sem motivação se preocupará em preencher estatísticas de aprova-

dos sem prestar atenção na qualidade e na transmissão do saber científico. Uma educação inovadora valoriza as diferenças e aproveita esse potencial para trazer mais valia na formação de jovens, adolescentes e adultos. A existência de muitas línguas no país só exige apenas uma formação sólida e profunda dos professores de línguas.

Entendemos que o plurilinguismo reflete a riqueza cultural de uma nação. As diferenças são uma característica normal em todas as nações do mundo. Imagine-mos se todos tivéssemos uma mesma cultura e uma mesma língua! Praticamente não haveria muito interesse. O mundo é feito de diferenças em tudo e em todos. Os estudos de Ntongo (2006) e Chicumba (s.d.) em Angola, os estudos de Ngunga et al. (2010) e Ngunga e Bavo (2011) em Moçambique entre outros revelam como a multiplicidade de línguas reflete a organização étnica do seu povo. Para Ndombele “cada língua africana de origem angolana normalmente está associada a um grupo étnico ao qual o indivíduo pertence ou à aldeia de onde seus pais são originários.” (Ndombele, 2017, p.40).

A diversidade linguística é um patrimônio da humanidade que deve ser valorizado e protegido; o respeito por todas as línguas e culturas é fundamental no processo da construção e manutenção do diálogo da paz e no desenvolvimento do mundo; todo humano tem direito de aprender na sua própria língua; as línguas são apenas instrumentos de comunicação, mas também defensores da cultura e da identidade; a tradução, a interpretação na língua do sujeito é um direito. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos considera que o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura; o direito a dispor de serviços culturais; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas (UNESCO, 1996, s.p.) são indicações fundamentais para que tenhamos uma sociedade mais democrática linguisticamente.

Conclusões

O plurilinguismo é uma realidade no contexto moçambicano. Tanto nas zonas urbanas quanto nas suburbanas e rurais as línguas se entrelaçam. A política da eliminação das etnias e da unidade nacional que tanto se discutiu e implementou no período pós-independência criou, cada vez mais, um Moçambique multilíngue e multicultural. O plurilinguismo não prejudica o desenvolvimento econômico e educacional dos moçambicanos, mas sim cria um espaço democrático mais sólido porque, afinal, não existem culturas nem povos homogêneos. A existência da diversidade em toda sociedade constitui uma riqueza cultural importante. No entanto, isso precisa ser valorizado com a oficialização e ensino das diversas LBm

faladas pela maioria da população. Tal como os Direitos Linguísticos afirmam, aprender na sua língua materna tem mais vantagem porque:

- a) Há valorização da língua do falante e da comunidade;
- b) Há preservação do património cultural linguístico;
- c) Evita-se a extinção das línguas nas gerações vindouras e
- d) Reforça a autoestima e evita preconceito linguístico.

Nesta pesquisa de carácter bibliográfico, procuramos compreender a importância do plurilinguismo no desenvolvimento da educação linguística dos moçambicanos. Tentamos (a) descrever a situação linguística de Moçambique; (b) explicar como a política e o planeamento linguístico interferem no estado atual; (c) demonstrar como o plurilinguismo interfere no ensino médio e fundamental; (d) indicar caminhos possíveis para uma educação linguística inovadora. Entendemos que a oficialização das diversas LBm seria interessante no contexto atual de Moçambique por forma a que estas não desapareçam com o tempo.

Para finalizar, é importante dizer que a educação em Moçambique pode melhorar se houver vontade política, se cada professor contribuir dentro das possibilidades que tiver na zona rural, nas zonas recontidas onde nem materiais didáticos chegam. Apesar deste mar de dificuldades, a educação formal em Moçambique avança e forma académicos. Os alunos do ensino primário enfrentam todo tipo de dificuldade na sua aprendizagem. As infraestruturas são precárias. Para chegar a muitas escolas, principalmente nas zonas rurais, os alunos percorrem muitos quilómetros. Muitas delas não possuem salas e há falta de materiais do tipo: livro, lápis, caderno, entre outros. O estado só garante o livro escolar, mas, muitas vezes, esse livro não chega para todos os alunos.

O plurilinguismo em Moçambique influencia na formação de moçambicanismos, que constituem um léxico identitário do português de Moçambique e estão presentes nas obras literárias, refletindo a realidade sociolinguística moçambicana ao nível lexical, por exemplo. Outrossim, os professores enfrentam dificuldades em compreender o significado de algumas unidades lexicais nos textos literários, porque não existe ainda um dicionário do português de Moçambique. Em 2002, foi publicado um “Minidicionário de Moçambicanismos” escrito por Hildizina Dias e “*Moçambicanismos: para um léxico de usos do português moçambicano*” da autoria de Lopes, Siteo e Nhamuende (2002). Estudos e pesquisas estão sendo desenvolvidos em Moçambique e no estrangeiro de forma que num futuro breve se possa publicar uma obra que ilustre exaustivamente o léxico moçambicano.

Na sala de aula, os moçambicanismos se manifestam de diversas formas tanto na fala quanto na escrita dos alunos embora sendo “bloqueados”, ou melhor, corrigidos pelos métodos da escola moçambicana através do conceito de “erro” que

pune, que sanciona e faz com que os alunos repitam de classe (ou série) várias vezes. A escola finge ter professores especializados no português europeu e, ao fim do ano, colhe fracos resultados e baixa qualidade por causa dessa falsa crença de que a melhor variedade do português é a europeia. Essa atitude incentiva a intolerância linguística no contexto moçambicano. Em muitas partes da zona rural, o aluno só fala em português na sala, com o professor e colegas. Fora da sala e junto à família, a língua predominante é uma língua do grupo bantu.

Referências

Benveniste, Emile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

Brasil. Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. *Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências*. 1999a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf>. Acesso em: 11 de abr.2017.

Brasil. Parecer nº 14/99, de 14.9.99, do Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena*. 1999b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf>. Acesso em 11 de abr.2017.

Borba, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: Nacional, 1967.

Calvet, Louis-Jean. *Trois espaces linguistiques face aux défis de la mondialisation*. 1 ère table ronde Identité et multiculturalisme. Paris, 20 - 21 mars 2001. Disponível em: <http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000043001-000044000/000043048.pdf>. Acesso em: 30 mar.2017.

Calvet, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Trad. Isabel de O. Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola/IPOL, 2007.

Calvet, Louis-Jean. Nouvelles perspectives sur les politique linguistiques: le poids des langues. *Gragoatá*. nº32, nº1, p.55-73. Niterói, 2012.

Chicumba, Mateus. *A educação bilingue em Angola e o lugar das línguas nacionais*. p.241-254. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/images/files/inprogress2_texto16.pdf. Acesso em: 30 mar.2017.

Costa, Marcos Antônio. Estruturalismo. In: Martelotta, Mário Eduardo (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p.114-126.

Dias, Hildizina. *Minidicionário de Moçambicanismos*. Maputo: Imprensa universitária, 2002.

Gonçalves, Rita; Hagemeyer, Tjerk. O português num contexto multilíngue: o caso de São Tomé e Príncipe. *Revista Científica da UEM*. Maputo. v.1, n.1, p.87-107, 2015.

INE. Instituto Nacional de Estatística. *Recenseamento geral da população e habitação*. Maputo: INE, 2007

Ki-Zerbo, Joseph. *Para quando a África: entrevista com René Holenstein*. Trad. de Carlos A. de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

Lopes, Armando Jorge; Siteo, Salvador Júlio; Nhamuende, Paulino José. *Moçambicanismos: para um léxico de usos do português moçambicano*. Maputo: Livraria Universitária, UEM, 2002

Lyons, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Trad. Marilda W. Averbug e Clarisse S. de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Moçambique. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

Malmberg, Bertil. *As novas tendências da linguística: uma orientação à linguística moderna*. Trad. Francisco da Silva Borba. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Ed.USP, 1971.

Namone, Dabana; Timbane, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. *Mandinga*. Redenção, v.1, n.1, p. 39-57, jan./jun. 2017.

Ndombele, Eduardo David. Gestão de multilinguismo em Angola: reflexão sobre o ensino de línguas angolanas de origem bantu na província do Uíge. *Verbum*. v.6, n.1, p.33-44, jan.2017.

Neville, Alexander. *Language policy and national unity in South Africa/Azania*. Cape Town: Buchu Books, 2013. Disponível em: < <https://www.marxists.org/archive/alexander/language-policy-and-national-unity.pdf>>. Acesso em: 12 mar.2017.

Ngunga, Arlindo. *Introdução à linguística bantu*. 2.ed. Maputo: Imprensa Universitária, 2014.

Ngunga, Arlindo et al. *Educação bilíngue na província de Gaza: avaliação de um modelo de ensino*. Maputo: CEA, 2010.

Ngunga, Arlindo; Bavo, Názia N. *Práticas linguísticas em Moçambique: avaliação da vitalidade linguística em seis distritos*. Maputo: CEA/UNESCO, 2011.

Ngunga, Arlindo; Faquir, Osvaldo G. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: Relatório do III Seminário*. Col. As nossas línguas. Maputo: CEA, 2011.

Nhampoca, Ezra. Ensino bilíngue em Moçambique: introdução e percursos. *Working Papers*, v.16, n°2, p.82-100, Florianópolis, ago./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2015v16n2p82/33217>>. Acesso em 26 mar.2017

Ntondo, Zavoni. *Morfologia e sintaxe do Ngangela*. Col.Universitária: Série Linguística. Luanda: Editorial Nzila, 2006.

Ponso, Leticia Cao. *As línguas não ocupam espaço dentro de nós: práticas, atitudes e identidades linguísticas entre jovens moçambicanos plurilíngues*. 2014, 315f. Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

Rodrigues, Ângela Lamas. Dominação e resistência na África: a questão linguística. *Gragoatá*. Niterói, n, 19, p. 161-176, 2ºsem. 2005.

Rodrigues, Ângela Lamas. *A língua inglesa na África: opressão, negociação, resistência*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2011.

Rodrigues, Ayron. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. in: Noll, Volker; Dietrich, Wolf. (Org.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 27-47.

Saussure, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Trad. Antônio Chilini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

Severo Cristine Gorski. Política (s) linguística(s) e questões de poder. *Alfa*, São Paulo, n° 57, v. 2. p. 451-473, 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/5132/4670>>.

Acesso em: 18 mar. 2017.

Tarallo, Fernando; Alkmin, Tânia. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987.

Timbane, Alexandre António; Quebi, Duarte Olossato; Abdula, Rajabo Alfredo Mugabo. As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno em África. *Web-Revista Sociodialeto*. Campo Grande, v.5, nº13, p.178-202, 2014. Disponível em: <<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/18/08082014101950.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

Timbane, Alexandre António; Nhampoca, Ezra Alberto Chambal. A produção, promoção e divulgação em línguas bantu moçambicanas: Bulu na mufundhisi Bento Siteo. *Linguagem: estudos e pesquisas*. Catalão. v.20, n.2, p.17-30, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/lep/article/view/45812/22560>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona. 6- 9 de Junho de 1996. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf>. Acesso em: Acesso em: 19 mar. 2017.

Ideofones do changana e o princípio da marcação

Ezra Alberto Chambal Nhampoca

Universidade Federal de Santa Catarina e

Universidade Eduardo Mondlane

Introdução

O Changana é uma língua do grupo Bantu, falada em quatro países na África Austral, incluindo Moçambique. O presente trabalho debruça-se sobre ideofones do Changana e constitui uma subseção da tese de doutorado. Os ideofones foram definidos pela primeira vez por Doke (1935) como sendo a associação entre um determinado som, cor, estado, dor, intensidade, etc. e a consequente reação na mente do indivíduo. O objetivo principal do capítulo é de descrever os ideofones da língua Changana tendo em conta o Princípio da Marcação, mais particularmente, três características apresentadas por Givón (2001, p.1): **Princípio meta-icônico** da marcação que postula que as categorias estruturalmente mais marcadas, tendem, igualmente, a serem funcionalmente mais complexas; 2) **Frequência**: a categoria não marcada é mais frequente em relação à marcada; 3) **Dependência do contexto**, que tem a ver, segundo Givón (1995, 2001) com o fato de que a marcação não diz respeito apenas a categorias linguísticas, mas também a categorias comunicativas em que elas ocorrem, com o objetivo de analisar como é que os ideofones do Changana se comportam, no que diz respeito a este princípio. A nossa hipótese é a de que, na língua Changana, os ideofones desempenham prototipicamente, a função predicadora, tal como os verbos, mas os verbos são predicadores básicos, portanto, não marcados, predicam o estado básico das coisas e os ideofones são predicadores marcados que predicam em situações específicas, em que os falantes pretendam elucidar certos aspectos de suas ações, de um modo que o significado do verbo não cobriria.

Como referencial teórico, tivemos como base os autores Bybee (2010), Givón (1995), entre outros. Os dados usados foram extraídos de dois instrumentos lexicográficos: primeiro, uma base de dados constituída durante a pesquisa de Nhampoca (2010) e, o segundo, é o **Dicionário Changana-Português** de Sitoe (1996). Desses instrumentos, selecionamos 05 ideofones que possuem um

verbo correspondente na língua em análise. A análise mostrou que o Princípio de Marcação é relevante para o estudo de ideofones do Changana e auxilia-nos na distinção dos ideofones dos verbos, uma vez que verificamos que os ideofones são predicadores marcados e os verbos não marcados. O trabalho apresenta uma breve abordagem sobre questões sociolinguísticas de Moçambique, uma revisão bibliográfica, junto com uma breve fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, na sequência, a análise de dados, as considerações finais e, por fim, a bibliografia.

1. Questões sociolinguísticas de Moçambique

A República de Moçambique situa-se na África Austral. Está dividida administrativamente em 11 províncias e 128 distritos. O último censo populacional oficial foi realizado em 2007 e apurou que Moçambique possuía 20.632.434 habitantes (6.269.621 na zona urbana e 14.362.813 na zona rural) (INE, 2010, apud Ngunga; Faquir, 2011). Projeções posteriores à data do último censo apontam para cerca de 22.000.000 habitantes em 2014 (Timbane, 2014) e 26.423.623 habitantes em 2016 (INE, 2016).

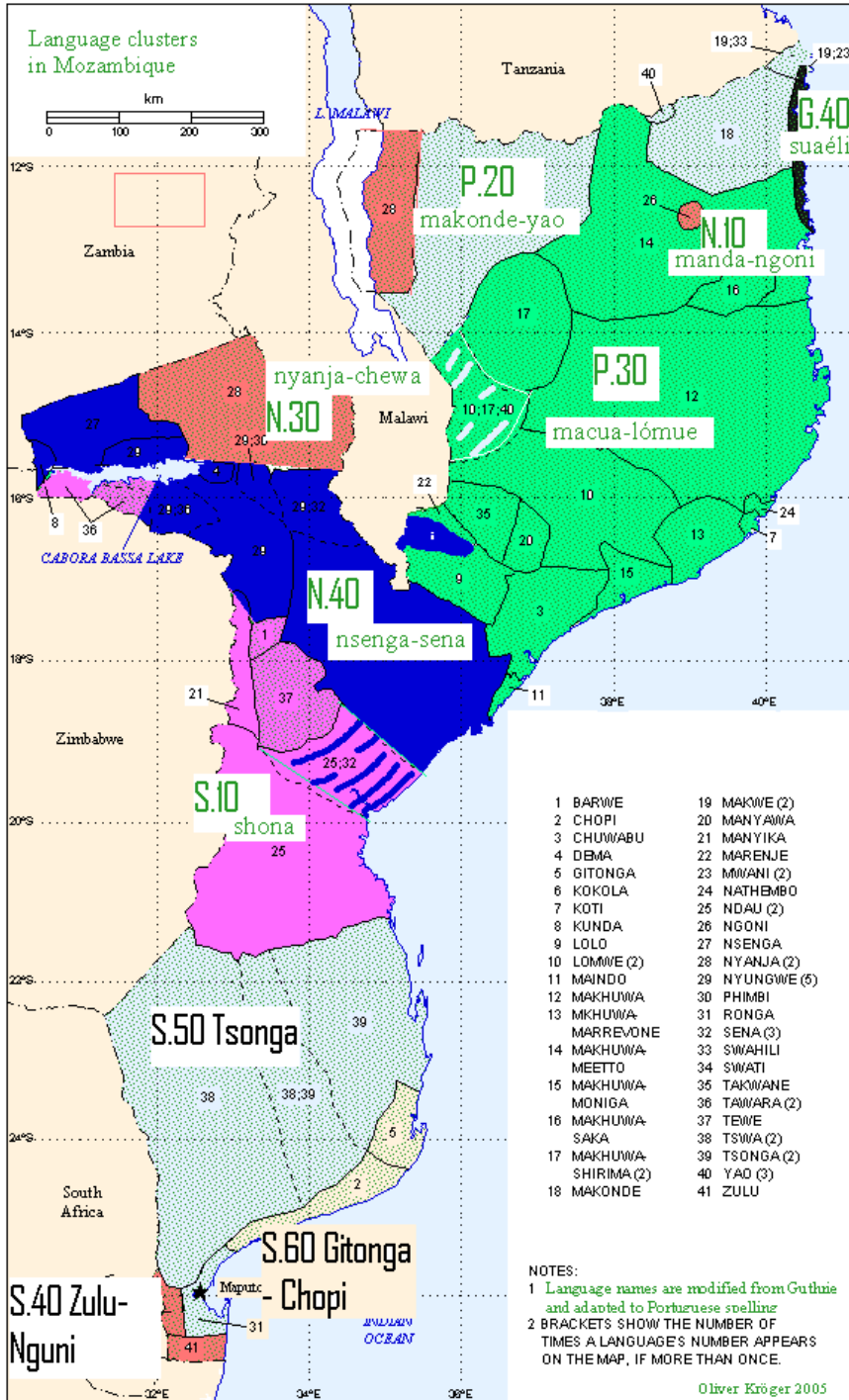
É um país multilíngue e multicultural, como sucede com a maioria dos países africanos. As características acima descritas conferem ao país uma diversidade cultural e linguística, sendo a diversidade linguística de Moçambique uma das suas principais características socioculturais. A maior parte da população pertence aos povos Bantu. É importante referir aqui que, majoritariamente, sua população habita nas zonas rurais e preserva a sua cultura, hábitos, costumes e as suas línguas locais, sempre respeitando a tradição oral (Timbane, 2014). A constituição da República de Moçambique indica que o Português é a única língua oficial. (MOÇAMBIQUE, 2004, Art. 10). A capital é Maputo, sua maior cidade, situada na zona sul do país.

1.1. As línguas Bantu moçambicanas (LBm)

No que respeita ao número de línguas Bantu faladas em Moçambique, não há consenso. Algumas fontes, como por exemplo, a Ethnologue¹ e Kroger (2005, apud UEM - SLB, 2014) consideram que há cerca de 40 línguas, como se pode verificar no mapa linguístico abaixo.

1. Cf.: <https://www.ethnologue.com/country/MZ> (Acesso em 14 de março de 2017).

Mapa 1: Mapa de Línguas Bantu de Moçambique



Fonte: Folheto de apresentação da UEM - Secção de Línguas Bantu (UEM, 2014)

Sobre este assunto, Siteo (2014, p. 40-41) afirma que, em Moçambique

na ausência de um atlas linguístico, o Relatório do “I Seminário sobre Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas” (NELIMO, 1989), vem sendo tomado como a principal obra de referência sobre esta matéria [...] O mapa linguístico apresentado neste documento identifica 20 línguas moçambicanas. Contudo, este mesmo documento refere claramente que as línguas tratadas não constituem a totalidade das línguas faladas em Moçambique. O mapa não menciona o Cibalke e trata como uma mesma língua três variedades do grupo Shona, nomeadamente Cimanyika, Cindau e Ciutee. Adicionado a isto, para além das 17 línguas tratadas no II Seminário (Siteo & Ngunga, 2000), o mapa apresentado no relatório deste seminário indica ainda as línguas Kiswahili, Ekoti, isiSwazi e isZulu. Se se adicionar o Cibalke e as línguas do grupo Shona, teremos um total de 23 línguas moçambicanas mencionadas nos dois relatórios.

Já o folheto de apresentação da Seção de Línguas Bantu da Universidade Eduardo Mondlane (UEM - SLB) apresenta 20 línguas Bantu, faladas por 80% da população, quer como língua materna quer como língua segunda (SLB – UEM, 2014). Destas, 19 línguas são atualmente ensinadas pela SLB – UEM, são elas: Cibalke, Cicopi, Cindau, Cimanyika, Cinyanja, Cinyungwe, Cisena, Citshwa, Ciutee, Ciyaawo, Echuwabo, Ekoti, Elomwe, Emakhuwa Gitonga, Kimwani, Shimakonde, XiChangana² e Xirhonga. A maior parte destas 19 línguas está presente no âmbito do ensino bilíngue, introduzido em 2002/2003 no país. Talvez seja por essa falta de consenso que Ngunga apud Laboratório de Línguas Africanas, UFMG (2015), defende que, dependendo dos vários pontos de vista, o número das línguas Bantu moçambicanas pode variar de 9 a 43.

Para efeitos deste capítulo, optamos pela perspectiva da SLB da Universidade Eduardo Mondlane, por termos verificado, por um lado, que os que apontam para a existência de cerca de 40 línguas, na maioria dos casos, consideram variedades de uma mesma língua como língua, o que contribui para o aumento desse número e, por outro lado, as 23 línguas apresentadas por Siteo (2014) incluem Kiswahili, isiSwazi e isZulu, línguas que, apesar de reconhecermos sua existência e circulação no território moçambicano, preferimos excluí-las da lista das línguas bantu faladas em Moçambique, por estas advirem de influência de países vizinhos como África do Sul para o caso do isZulu, Tanzânia para o Kiswahili e Suazilândia para o isiSwazi. Para além do Português e das línguas Bantu, outras línguas são faladas no território, como por exemplo, as de origem europeia: Francês, Espanhol, Inglês, Alemão; as de origem asiática e/ou línguas do Médio Oriente: Mandarim, Urdu, Gujurati, Hindi e Memane, (Nhampoca, 2015; Siteo, 2014; Patel, 2006).

2. O termo XiChangana é usado como sinónimo do termo Changana. Nele, o prefixo xi- é referente à classe a que pertencem as línguas.

1.2 A língua Changana em Moçambique e na África

O Changana (S.53, na classificação de Guthrie, 1967/71) é uma língua do grupo Bantu. De acordo com Siteo (1996), esta língua pertence ao grupo Tswa-Ronga (com código S.50, na mesma classificação de Guthrie, 1967-71). Doke (apud Siteo, 1996) designa este grupo pelo termo Tsonga. Fazem ainda parte deste grupo as línguas Tshwa (S.51) e Ronga (S.54). Os falantes das línguas Ronga e Tshwa conseguem comunicar-se com os falantes do Changana o que significa que são línguas inteligíveis. O Changana, para além de Moçambique, é falado na África do Sul, Swazilândia e Zimbabwe (Siteo e Ngunga, 2000; Siteo, 1996; Nhampoca, 2009). Portanto, consideramos que, pelo fato de ser falado nos quatro países, o Changana se revela como um importante veículo de comunicação formal e/ou informal para e entre comunidades dos quatro países onde é falado.

Em Moçambique, o Changana é falado nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e na zona meridional das províncias de Manica e Sofala (Siteo e Ngunga, 2000). De acordo com Ngunga e Faquir (2011), com base no Censo Populacional de 2007, o Changana é falado por cerca de 1.660.319 habitantes em Moçambique. É a 2ª língua Bantu mais falada no país, com cerca de 10.5% de falantes, depois do Emakhuwa com cerca de 26.1% de falantes, segundo Ngunga e Faquir, (2011). De acordo com Siteo (1996), o Changana apresenta as seguintes variantes: **1) xihlanganu**, falada a sudoeste de Moçambique, nos Montes Libombos, abrangendo parte dos distritos de Namaacha, Moamba e Magude; **2) xidzonga ou xitsonga** que é falada nos distritos de Magude, Bilene e parte de Massingir; **3) xin'walungu**, variante falada no distrito de Massingir; **4) xibila**, falada no distrito de Limpopo e parte do distrito de Chibuto; **5) xihlengwe** que é falada nos distritos de Xai-Xai, Manjacaze, Chibuto, Guijá, Chicualacuala, Panda, Morrumbene, Massinga, Vilanculo e Govuro. Siteo (1996) afirma que devido a grandes e frequentes movimentações das populações, torna-se cada vez mais difícil a localização precisa destas variantes. Para este trabalho tomamos como referência a variante Xidzonga, uma vez que os dados analisados foram recolhidos num local onde esta variante prevalece.

2. Breve revisão: Ideofones em algumas línguas do mundo e no Changana, tentativas de definição

Os ideofones são comumente definidos como uma representação viva de uma ideia num som. Uma palavra, muitas vezes onomatopeica, que descreve um predicado, é qualificativa ou funciona como advérbio em relação à forma, cor, som, cheiro, ação, estado ou intensidade (Doke, 1935). Esta é uma das definições mais citadas até agora. Outra definição semelhante, porque inspirada na de Doke

(1935), é a de Ngunga (2004, p.195) que considera ideofone como “a associação entre um determinado som, cor, estado, dor, intensidade, etc., à consequente reação ou construção psíquica dos mesmos na mente do indivíduo/falante”. Esta última definição faz-nos pensar que, “semanticamente, os ideofones estão ligados a campos específicos e diversos, tais como ações, sons, cores cheiros, posturas, atitudes, gestos, etc.” (Sitoe, 1996, p.345).

Sitoe (1996) defende ainda que os ideofones se caracterizam pelo seu alto grau de especificidade. Já Beck (2005) defende que ideofones são expressões sinestésicas que se distinguem, como classe, através das suas propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas; da tendência de ter uma função emotiva e de estarem associados à fala e a registros dramáticos da fala. O ideofone é uma representação viva de uma ideia, num som (Kimenyi: s.p., s.d). Para melhor situar o leitor, apresentamos o exemplo do ideofone –**dèke**, comparado com o verbo -**dekètà**: -**dèke** *id.* **1.** de acionar, premir (p.e., um botão, um interruptor). **2.** de dar uma palmada na mão da pessoa com que se conversa como forma de acompanhar a conversa (geralmente em fofoca); **3.** De fazer fofoca.

1a). “Maria atemu **dèke** munghanu.”

Maria MS1. VDef. MO1 ID= de dar uma palmada (leve) na mão de alguém
1. Amigo.

“A Maria deu uma palmada na mão da amiga.”/ “A Maria fez –**dekè** na amiga”

1b) “Maria adèkètè munghanu.”

Maria MS1. 15. dar uma palmada (leve) na mão de alguém 1. Amigo
‘A Maria deu uma palmada na mão da amiga.’

No exemplo acima, o ideofone é polissêmico. Aqui como se trata de uma breve demonstração do funcionamento dos ideofones, iremos explorar apenas um dos significados, o significado 2 (de dar uma palmada na mão da pessoa com que se conversa como forma de acompanhar a conversa (geralmente em fofoca), para complementar a fofoca ou a concordância na fofoca.

No exemplo em (1a), pode-se observar que, como a sentença ocorre com um ideofone, –**dekè**, não é necessária a ocorrência de um verbo que exprima a ação. O ideofone, por si só, desempenha a função predicadora. Temos um agente (Maria), a entidade que dá uma palmada leve na mão de um destinatário, (a amiga da Maria), na sequência, temos o verbo defectivo (-**te**), que é, ao mesmo tempo, marca de passado e que se torna (**ate**) ao agregar o morfema **a-**. O morfema **a-** funciona como marca do sujeito Maria (de 3ª pessoa). Portanto **ate** indica para além da marca do sujeito, o tempo passado. O verbo defectivo, assim designado na terminologia bantu, é uma espécie de verbo **dicendi** que tem a mera função de

situar no tempo e aspectualmente a ação/estado descrito pelo ideofone, agregando todos os morfemas que seriam aglutinados ao verbo se a predicação se desse por meio de um, ou seja, o verbo defectivo agrega todos os morfemas de indicam tempo, aspecto, número, pessoa.

Na língua, quando a predicação se realiza por meio de um verbo, esses morfemas se aglutinam ao verbo (esta é mais uma diferença entre verbos e ideofones). Uma vez que o ideofone não aglutina esses morfemas, eles se agregam ao verbo defectivo, como em “Maria a**temu** dèke munghanu”, em que o morfema **mu-**, que indica a classe nominal, pessoa, número, bem como a de tempo (**-te**), está agregado ao verbo defectivo **-te** e não ao ideofone, contrariamente ao que ocorre em (1b), onde o morfema **a-** que é marca de sujeito e de número aglutina-se ao verbo **-dekètà**, bem como a marca do passado (**-te**). O verbo defectivo, na sua estrutura semântica só tem o traço tempo. Não se consegue descrever NADA com estes verbos (defectivos) isolados. Eles apenas introduzem os ideofones *e/* ou os discursos direto e indireto. Para mais detalhes (cf. Nhampoca, 2010; 2016). No exemplo (1a), não ocorre nenhum verbo, a não ser o defectivo, e o ideofone **-dekè** desempenha a função predicadora e em (1b) a predicação é feita pelo verbo **-dekètà**.

Embora haja pequenas diferenças de abordagens, na definição do ideofone, pensamos que todas as posições aqui apresentadas se assemelham e defendem que um ideofone é “o fenômeno através do qual alguns sons da linguagem humana podem, do ponto de vista semântico, combinar a figura mental com os sons da fala (Siteo, 1996; Langa, 2004). Estas definições são gerais e não distinguem claramente os ideofones de palavras de outras categorias na língua, uma vez que se aplicam a qualquer signo, por isso, nossa intenção neste momento, no âmbito da nossa tese de doutorado, é buscar uma definição mais precisa, com base em teorias da Linguística Cognitiva.

Enquanto, por um lado, alguns autores restringem a ocorrência de ideofones a certas línguas do mundo, por exemplo, Doke (1935) restringe sua ocorrência às línguas Bantu apenas; Kulemekka (1995) realça a existência de ideofones em dois grupos de línguas do mundo: as africanas e as asiáticas; Epps e Salanova (2012) destacam a ocorrência de ideofones nas línguas indígenas da Amazônia. Por outro lado, alguns afirmam a ocorrência dos ideofones em todas as línguas do mundo. Ferreira (2011, p.403), por exemplo, defende que: “ideofones são atestados em todas as línguas do mundo, porém, as línguas diferem na extensão em que os empregam”. Contudo, a autora não mostra nem faz referência à respectiva extensão do emprego dos ideofones nas diferentes línguas do mundo. A ocorrência de ideofones como categoria universal, ou seja, em todas as línguas é também

defendida por Voltz e Killiam-Hatz's (2001 apud Gabas Jr.; Auwera, 2004), na sua proposta de classificação, ao afirmar que os ideofones são uma categoria gramatical e universal. Para Biriarte (2014, p. 01) “embora nem em todos os idiomas se manifestem na mesma medida, os ideofones são uma característica universal ou quase universal da linguagem humana”.

Com tudo o que se discutiu acima acerca dos ideofones, podemos afirmar que a sua conceituação é diversificada (Ferreira, 2011). Essa diversificação faz com que, não poucas vezes, como indica Ferreira (2011), considere-se que a noção de ideofonia é enganosa, referindo-se a interpretações simplistas que se têm feito sobre o conceito. Araújo (2009) defende que o fato de não se oferecer uma definição clara ao termo ideofone faz com que sejam agrupados elementos de natureza diversa nessa categoria. Um dos exemplos é o fato de, por muito tempo, os ideofones terem sido tratados como onomatopeias, quando estudos posteriores provaram que ideofones eram muito mais do que onomatopeias (Doke, 1968 apud Ngunga, 2004). E mais se provou que em algumas línguas, como o Changana, língua objeto deste trabalho, as onomatopeias são uma subclasse de ideofones, constituindo os chamados ideofones onomatopáicos (Nhampoca, 2010). O próprio Doke notou a diferença entre onomatopeias e ideofones e, segundo Araújo (2009), apesar de Doke não apresentar uma definição formal para ideofones, ele deu uma guinada no assunto ao estabelecer uma distinção entre ideofones, onomatopeias e sons imitativos e ao propor uma classe de palavras especial para agrupar ideofones.

De acordo com Araújo (2009), perante estas variações da definição do termo ideofone na literatura e, apesar disso, não haver uma que consiga abranger sua heterogeneidade, as tentativas mais bem sucedidas são as que conseguem enquadrar as múltiplas características dos ideofones em grupos prototípicos. Duas tentativas de definição que pensamos que se aproximam da hipótese que propomos neste trabalho são as de Epps e Salanova (2012) e Ferreira (2011). Epps e Salanova (2012, p.21) defendem que ideofone é “o sucedâneo linguístico mais próximo de um ato físico, não verbal”, ou seja, “os ideofones conferem uma concretude sensorial e emotiva à narrativa” (Epps; Salanova, 2012, p. 21). E Ferreira (2011) afirma que quando se descreve uma ação, evento, estado, com recurso aos ideofones, eles invocam toda a imagem, toda a atitude narrada pelo falante. Estas são as perspectivas que adotamos apenas como ponto de partida para uma definição de ideofone e, com esta pesquisa, pretendemos apresentar uma definição mais completa e clara.

Conforme já salientado, os ideofones ocorrem também em várias línguas do mundo, por exemplo, nas línguas asiáticas. Estudos linguísticos asiáticos têm

dado muita atenção à associação natural existente entre som e significado (Kulemeka, 1995). Por isso, há muito interesse nestas línguas pelo estudo dos ideofones. Kulemeka atesta que, em línguas asiáticas, os ideofones ocorrem mais como sons simbólicos do que como categoria de palavras. O autor afirma que nessas línguas verifica-se uma relação estreita entre a forma como a palavra soa e o som feito pelo objeto no mundo real, daí considerar por icônico o tipo de relação que se dá nestas línguas.

Ao debruçarem-se sobre aspectos gramaticais das línguas indígenas brasileiras, em particular dos povos da Amazônia, Beier et al., (2000 apud Epps & Salanova, 2012) enumeram várias práticas discursivas amplamente difundidas entre os povos amazônicos que incluem o uso maciço do diálogo, desde a encenação de diálogos altamente ritualizados até o “eco” dos ouvintes que acompanham as narrativas: o choro ritual e certas formas especiais ou rituais da língua.

Os autores defendem que a maior parte de tais práticas acaba obtendo uma dimensão cultural e influenciando elementos gramaticais, lexicais e discursivos das línguas em que elas ocorrem. Os ideofones são um exemplo disso. Epps & Salanova (2012, p. 21) referem que os ideofones são “um recurso linguístico que se encontra com frequência nas narrativas em línguas amazônicas”. Segundo os mesmos autores, em muitos casos, os ideofones nas línguas indígenas amazônicas constituem uma categoria lexical que se distingue claramente das outras, como por exemplo, apresentam suas próprias “estruturas silábicas ou segmentos fonéticos que não se encontram em outros lexemas, e com propriedades morfológicas diferentes. Os ideofones com frequência representam sons, mas podem também representar movimentos ou sensações” (Epps & Salanova, 2012, p. 21).

Outra língua indígena em que ocorrem ideofones é o Parkatêjê, uma língua falada por uma comunidade com o mesmo nome. A comunidade Parkatêjê localiza-se no sudeste do estado do Pará, próximo do município de Bom Jesus do Tocantins (Ferreira, 2011). Ferreira observa que, em contos orais do Parkatêjê, quando se descreve uma ação, evento, estado, o ideofone invoca toda a imagem, toda a atitude narrada pelo falante³. Várias ocorrências de ideofones, na língua, foram também observadas na conversação diária na comunidade, durante as atividades cotidianas dos Parkatêjê. A autora afirma que há várias outras palavras que, não sendo ideofones, são empregadas como ideofones, isto confirma a posição defendida por Araújo (2009), segundo a qual, a recorrente imprecisão no estudo e na

3. Notamos que o que é descrito por Ferreira (2011) ocorre com os ideofones do Changana, pois ações descritas com uso de ideofones invocam cenas completas e vivas de uma forma mais intensa em relação às descritas por verbos (Nhampoça, 2010).

definição dos ideofones faz com que muitas vezes sejam incluídos elementos de outra natureza na categoria ideofone.

Gabas Jr. e Auwera (2004) descrevem os ideofones da língua indígena Karo. Esta língua, conforme os autores, é falada também na região amazônica. É a única língua da família Ramarama do grupo Tupi. Embora a língua Karo viva em contato intenso com o Português desde os anos 1950, a língua continua sendo falada na comunidade e sendo aprendida pelas crianças. Para a comunidade, o Português é usado apenas como língua de contato (Gabas Jr.; Auwera, 2004, p. 397). Os autores afirmam que existem ideofones na língua Karo, os quais exibem um comportamento gramatical diferente de outros elementos da gramática da língua. Como atestam Gabas Jr. e Auwera (2004, p. 401), os ideofones nesta língua são semanticamente semelhantes aos verbos por seus significados transmitirem descrições de ações/estados, mas os ideofones não estão sujeitos aos mesmos processos de flexão e derivação. Nestes aspectos, os ideofones do Karo são semelhantes aos ideofones do Changana, pois como veremos mais abaixo, ideofones são diferentes dos outros elementos da gramática do Changana e, também, assemelham-se aos verbos, por transmitir descrições ações /estados, apesar das diferenças de flexão e derivação existentes entre os verbos e ideofones do Changana.

Araújo (2009) apresenta um estudo sobre os ideofones na língua Sãotomense, um crioulo de base portuguesa falado nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Este autor recorre a dados trabalhados por Ferraz (1978 e 1979) e relata também dificuldades existentes para descrever ideofones nesta língua. Araújo (2009, p. 25) afirma que Ferraz “descreve os ideofones no Sãotomense sem, contudo, oferecer uma definição clara para o termo”. Por exemplo, Ferraz define ideofone como o elemento de uma categoria que agrupa qualquer palavra cuja forma seja repetida ou reduplicada, ou modificadora de um verbo ou nome. Araújo afirma não concordar com esta definição, pois, em Sãotomense, são formas obrigatoriamente presas a seus elementos da colocação, sendo que colocação é “entendida como uma combinação frequente ou preferencial de palavras cujas unidades resultem em uma expressão semi-idiomática” (Araújo, 2009, p. 25).

A nosso ver, essa colocação a que Araújo se refere é a combinação do ideofone e o verbo *dicendi* ou defectivo que sempre antecede o ideofone (Gabas Jr.; Auwera, 2004; Siteo, 2012). Araújo afirma também que os ideofones no Sãotomense possuem estruturas fonológicas próprias, com destaque à harmonia vocálica como uma das características marcantes dos ideofones na língua Sãotomense. Quanto às origens dos ideofones na língua São tomense, Araújo (2009) atesta que ideofones ocorrem tanto nas línguas consideradas de substrato da África Atlântica como em

outros crioulos da região. Este autor acrescenta que tal fator pode significar que os ideofones decorram de um substrato comum, de origens comuns ou ainda de influências mútuas entre as línguas.

Apesar dessa tentativa de aproximação do Sãotomense a outras línguas da região, no que respeita à ocorrência de ideofones, Araújo (2009) menciona que das várias línguas estudadas naquela região, as únicas que apresentam uma correspondência são os crioulos de base portuguesa do Golfo da Guiné (angolar, principense e fá d'ambu), o que se deve, grande modo, à origem comum destes crioulos e também por serem línguas que se interinfluenciam multiplamente. O autor refere-se também ao fato de que tentativas de encontrar correspondentes em línguas Bantu e as da África Atlântica foram infrutíferas. Seguindo com as características, Araújo (2009) refere-se ao processo morfológico da reduplicação e esclarece que no são tomense os ideofones podem passar por processos de reduplicação parcial ou total, processo verificado também em ideofones do Changana.

3. Ideofones no Changana

Autores como Miti (2006), Langa (2004), Ribeiro (2010), Ngunga (2004), Biriarte (2014), Kulemekka (1995), entre outros que têm vindo a pesquisar sobre ideofones, destacam a existência de várias dificuldades para se trabalhar com eles. E apontam que essas dificuldades decorrem, entre várias razões, pelo fato de a categoria ideofones não existir nas línguas Indo-europeias (Miti, 2006; Langa, 2004). Biriarte (2014) salienta que os ideofones são mais fáceis de identificar numa dada língua e difíceis de definir. Linguistas têm sido desafiados com a existência, em várias línguas do mundo, desta classe de palavras tida como específica e relacionada à descrição de eventos (Ferreira, 2011).

Os ideofones na língua Changana são considerados partes do discurso (Siteo, 2012). Este autor inclui os ideofones na sua proposta de apresentação das oito principais partes do discurso da língua. Como já vimos, foi Doke quem primeiramente apresentou a proposta de separação dos ideofones como uma categoria. Ngunga (2004) afirma que em estudos anteriores a 1968, (Doke 1931, 1935), incluía-se esta categoria de palavras no grupo das onomatopeias geralmente definidas como palavras que imitam ou reproduzem ruídos produzidos por animais, pássaros, coisas, etc. Portanto, apesar de Doke (1935) ter introduzido o termo ideofone anteriormente, só a partir de 1968 é que se começa a considerar os ideofones como uma categoria gramatical distinta das outras. Ainda sobre esta categoria gramatical, Langa (2004, p. 59), defende que Doke “nomeou-os de ideofones por se ter apercebido que a terminologia que considera cinco categorias lexicais principais a saber: N(ome), V(erbo), ADJ(ectivo), ADV(érbio) e PREP(osição)

não cobre a semântica que estas palavras transportam” pois, semanticamente, “os ideofones estão ligados a campos diversos, tais como ações, sons, cheiros, posturas, atitudes, gestos, etc.” (Sitoe, 1996, p. 345).

Ribeiro (2010), sobre os ideofones do Changana, também alerta para o perigo de confundir estes com as onomatopeias. O autor afirma que os ideofones podem ser semelhantes às onomatopeias no impulso e na emoção, mas diferem das onomatopeias pelo papel que desempenham na linguagem. A onomatopeia limita-se a imitar sons, enquanto que o ideofone para além da imitação de sons, pode ainda expressar ações, modos, qualidades, estados, fenômenos da natureza, quietude, silêncio, etc. (Ribeiro, 2010). Ngunga (2004, p. 196) considera que “é importante observar que ideofones e onomatopeias são duas categorias de palavras que podem ser incluídas num único grupo através da inclusão destas no grupo daquelas, uma vez que ideofones são palavras-imagens, aquelas que, ouvidas, criam uma imagem [...] criam uma imagem na psique do ouvinte”. Ngunga afirma isso em relação aos ideofones nas línguas Bantu em geral, porém, este fator se verifica particularmente, na língua Changana, com a ocorrência do que designamos por ideofones onomatopáicos (Nhampoca, 2010).

Sobre os ideofones do Changana, Ribeiro (2010, p. 129) acrescenta que “é difícil sintetizar e classificar o sentido destas palavras, tão largo é o seu campo”. Ribeiro arrisca a afirmar que toda a noção verbal, na língua Changana, pode ser também expressa por um ideofone. Por esta razão, o autor considera que os ideofones constituem uma classe de palavras sem correspondente nas gramáticas europeias; estas palavras já foram, erradamente, classificadas de advérbios, descritivos, interjeições, onomatopeias, substantivos onomatopáicos, raízes primitivas, etc. (Torrend, s.d; Junod, s.d apud Ribeiro, 2010, p. 129). Nhampoca (2009, 2010 e 2016) apresenta alguns estudos em que discute vários aspectos de funcionamento dos ideofones do Changana. Resenhando tais estudos de Nhampoca e também apoiando-se em autores como (Sitoe, 2012; Ngunga, 2004; Langa, 2004; Kulemeka, 1995 entre outros), passamos a nos debruçar sobre os ideofones do Changana.

Nossa proposta: as definições até aqui apresentadas foram e continuam relevantes para o estudo dos ideofones. Contudo, pensamos que elas são muito gerais e não distinguem claramente os ideofones de palavras de outras categorias na língua, uma vez que o que elas apontam para características e/ou funções que podem ser de palavras de outras classes, como por exemplo, dizer que “ideofone é uma associação entre um determinado som, cor, estado, dor, intensidade, etc. e a consequente reação ou construção psíquica dos mesmos na mente do indivíduo/falante” (Ngunga, 2004, p. 195) não distingue o ideofones de nomes e verbos, por

exemplo, pois os falantes podem associar nomes e verbos, por exemplo, a determinado som, cor, estado, dor, intensidade, etc. Na verdade, o que irá estabelecer a diferença será a forma como o ideofone faz essa associação, pois o ideofone destaca não só os elementos centrais da ação, mas também os elementos periféricos de uma cena, uma ação que o verbo não destacaria.

3.1. Sobre o Princípio da Marcação

A marcação é um dos processos cognitivo-comunicativos presente nas línguas, que distingue unidades marcadas e não marcadas. Este princípio foi desenvolvido na escola de Praga a partir do refinamento da noção de valor linguístico proposta por Saussure e se baseava numa distinção binária de ausência/presença, ou seja, para os estudiosos da escola de Praga, com destaque a Jakobson e Trubetzkoy, a marcação se realiza pela presença de uma característica que está ausente no membro não marcado (Givón, 2001; Bybee, 2010; Silva, 2011). Como se pode verificar, esta visão já estava presente em estudos estruturalistas, no âmbito da variação, em que se considerava que um dos elementos é visto como uma escolha por defeito/omissão, o elemento não marcado.

Trubetzkoy (1939 apud Silva, 2011) destaca a marcação natural e a lógica. A marcação natural ocorre numa oposição entre segmentos, em que um difere do outro por possuir uma característica que o outro não possui. E a marcação lógica não se limita àquelas oposições, rege-se por razões internas ao sistema fonológico da língua. Silva (2011) atesta que Jakobson, em seus estudos sobre marcação, foi além da questão fonológica e fez uma abordagem semântica da marcação. Mais tarde, em 1941, Jakobson “descobre uma relação entre a marcação numa hierarquia universal de traços fonológicos” e estabelece que “os traços marcados implicam maior dificuldade de aprendizagem e uma maior facilidade de perda por parte de pessoas com afasia.” (Silva, 2011, p. 32). Na teoria generativa standard, estudiosos como Chomsky e Halle (1968)

propõem uma teoria da marcação baseada num conjunto de convenções de marcação ou definições dos valores “marcado” / “não marcado” para os traços fonológicos em contextos particulares. A marcação concebe uma estrutura como preferida ou que surge por defeito/emissão. Os elementos marcados e não marcados são compreendidos como os que apresentam maior ou menor custo. Nesta abordagem, as regras da gramática universal é que atribuem um valor não marcado aos traços, por isso, os valores por omissão estão codificados na gramática universal e é nela que se baseiam as regras que fazem emergir os valores não marcados (Silva, 2011, p. 32-33, grifos do autor).

Com efeito, Silva (2011) considera que o que Chomsky e Halle (1968) propõem é uma visão universal e inata da marcação. Na Teoria da Otimidade, liderada por Prince e Smolensky (1993) a marcação é encarada como violação de

um princípio da língua, uma vez que cada língua é definida por um conjunto de hierarquizações de princípios universais. Para eles “as restrições numa posição mais elevada, e que são raramente violadas, indicam os aspectos não marcados, enquanto as menos importantes, e que são violadas frequentemente, mostrem os aspectos mais marcados” (Silva, 2011, p.33). Bybee (2010) atesta que a teoria da marcação morfológica desenvolvida por Jakobson pode ser aplicada em alguns fenômenos sintáticos, como, por exemplo, o fato de ser universalmente aceito que uma oração não negativa será a não marcada e a negativa a marcada, pois enquanto a que está na forma negativa requer um marcador, a outra não. A voz ativa, por exemplo, parece ser não marcada, enquanto que a voz passiva é marcada, uma vez que a passiva apresenta uma estrutura mais complexa e uma frequência menor em relação à ativa.

A questão da complexidade também é discutida em Givón. O autor refere que a noção de marcação está associada à noção de complexidade, isto é, quanto mais complexa for uma estrutura, mais marcada será. Givón afirma que um determinado fenômeno linguístico é considerado marcado quando se mostra sensível aos seguintes critérios: (i) complexidade estrutural, (ii) baixa distribuição de frequência e (iii) complexidade cognitiva (Givón, 1995). De acordo com Givón (1995), em geral, estes princípios tendem a coincidir, embora devam ser encarados como independentes. No contexto do princípio da marcação, o elemento marcado tem tendência a ser mais complexo. Essa complexidade pode manifestar-se de variadas formas. No entanto, conforme Givón (2001), Silva (2011) e Cardoso (2014) para que uma estrutura seja considerada não marcada, há uma necessidade de se delimitar qual seria a estrutura marcada, dado que o conceito de “marcado” se realiza por oposição ao conceito de “não marcado” (Silva, 2011), ou seja, para que o princípio da marcação seja analisado é necessário que haja uma relação entre dois membros/elementos de um dado sistema.

Pensamos que isto se aplica ao fenômeno aqui analisado, ideofones, pois em comparação com os verbos, os ideofones são elementos marcados e os verbos elementos não marcados, sendo que os dois elementos na língua Changaná desempenham uma função predicadora, conforme já colocado anteriormente. Conforme Cardoso (2014), uma estrutura marcada apresenta mais complexidade estrutural e cognitiva e é menos frequente; enquanto que uma estrutura não marcada apresenta menos complexidade estrutural e cognitiva e é mais frequente. Isso significa que a alta frequência de uma estrutura sinaliza uma baixa complexidade. Comparando ideofones e verbos podemos verificar que isso se confirma. Verbos, sendo predicadores não marcados, portanto, básicos, serão mais frequentes na língua, predicando no estado básico das coisas, enquanto que ideofones

serão menos frequentes, predicando em situações marcadas, de forma marcada, por isso, apresentado uma complexidade estrutural e cognitiva, em relação aos verbos, como comprovam os exemplos apresentados na seção de análise.

Teorias da marcação morfológica e sintática, geralmente, fazem referência à iconicidade e à marcação semântica ou cognitiva. Neste âmbito, vários autores discutem a marcação cognitiva. Givón (2001) aponta características não menos importantes para o processo de marcação: **Princípio meta-icônico da marcação** – este considera que categorias estruturalmente mais marcadas, tendem, igualmente, a serem funcionalmente mais complexas; **Frequência** – a categoria não marcada é mais frequente em relação à marcada; **Dependência do contexto** – aqui o autor defende que a marcação não diz respeito apenas a categorias linguísticas, mas também a categorias comunicativas em que elas ocorrem.

Clark e Clark (1978, apud Bybee, 2010) também discutem uma série de relações de marcação em termos de percepção e cognição humana. Eles afirmam, por exemplo, que cores básicas que correspondem ao espectro de cores facilmente captadas pelo córtex visual são nomeadas por palavras não marcadas como azul, vermelho, enquanto cores que se localizam em outras regiões do espectro, tais como azul céu, vermelho escuro são nomeadas por expressões mais complexas. Para os autores, o não marcado reflete o estado básico das coisas e o marcado uma mudança do estado das coisas e, ao causar uma mudança do estado básico das coisas, adiciona-se a essa mudança a complexidade e a linguagem reflete estes fatos cognitivos.

Para o fenômeno em estudo, os ideofones, o que se pode observar à luz desta teoria é que sendo os ideofones palavras que desempenham uma função predicadora, eles se comparam aos verbos, porém, verbos seriam os predicadores prototípicos, já que exercem essa função no estado básico das coisas, enquanto que ideofones seriam os predicadores marcados, tanto morfológicamente, por meio de uma estrutura mais complexa, quanto semântico-cognitivamente, uma vez que o falante, em geral, aciona o uso de ideofones em situações especiais, com objetivos de marcar, evidenciar ações, estados, situações de carga expressiva que os verbos não expressariam (Doke, 1935 e 1968 apud Ngunga, 2004; Beck, 2005; Siteo, 1996 e 2012; Voltz e Killiam-Hatz's, 2001 apud Gabas Jr. e Auwera, 2004; Ferreira, 2011, Biriante, 2014). Sendo assim, **noossa hipótese**, em relação ao princípio da marcação, é a de que na língua Changana, verbos e ideofones desempenham a função predicadora, mas os verbos são predicadores básicos, não marcados e ideofones predicadores marcados, tanto morfológicamente assim como semântico-cognitivamente.

4. Procedimentos metodológicos

Os dados que pretendemos analisar foram extraídos de dois instrumentos lexicográficos: a) parte de um *corpus* constituído durante a pesquisa e elaboração da nossa dissertação de Mestrado (Nhampoca, 2010). Para o Mestrado, o estudo com os ideofones foi somente no âmbito lexicográfico, contudo, acreditamos que, apesar de no presente pretendermos fazer uma análise utilizando o Princípio da marcação, os dados continuam válidos e aproveitáveis. Na altura, recorrendo à gravação em áudio e posterior transcrição e sistematização, recolhemos contos Changanas de tradição oral, no distrito de Chókwe, província de Gaza, no sul de Moçambique. Com a referida recolha, pretendíamos extrair ideofones, uma vez que notamos que os contos orais, na tradição Changana, são ricos em ideofones e escassos em textos escritos. Recolhemos também histórias de vida de falantes do Changana, pois verificamos que, na tradição Changana, as histórias de vida também são fontes ricas de ideofones.

b) uma recolha bibliográfica efetuada, para complementar os dados que já possuímos, no dicionário Changana-Português. Durante a pesquisa de mestrado, a partir desses dois instrumentos, constituímos um *corpus* maior, com o intuito de elaborar um pequeno **dicionário de ideofones do Changana**. **Do dicionário de ideofones do Changana**, selecionamos cinco (05) ideofones para permitir a captação das várias nuances dos mesmos. Os 05 ideofones são os que consideramos mais representativos em termos de aspectos de marcação. Para melhor comparação com os verbos, elegemos apenas ideofones que possuem, em termos de forma, um verbo correspondente na língua. Os ideofones selecionados são *-cambùcambù*, *-foo*, *-khèhlè*, *-gìdìgìdì* e *-pshandlà*. E os verbos são *-cambula*, *-foma*, *-khèhlèzà/-khèhlèkà*, *-gìdìgìkà* e *-pshandlaka/-pshandlasa*

Como falantes nativos da língua Changana, usamos a introspecção para auxiliar nas conversas com os informantes, registro e sistematização e análise dos dados. E como pesquisadora, participei da elaboração dos dois instrumentos lexicográficos usados como fontes para a presente pesquisa. Este método será também usado na análise de dados.

Os ideofones selecionados serão analisados, comparando-os com os verbos correspondentes na língua, para mostrar que, apesar de verbos e ideofones serem predicadores na língua e, em termos de condições de verdade, apresentar significados sinônimos, os ideofones destacam cenas verbais marcadas, com realce para elementos de significado ausentes no verbo. Os ideofones, assim como os verbos no infinitivo, serão introduzidos por um hífen (-). Este sinal substitui o prefixo de classe nominal de ambos (**ku-**). Esta é uma estratégia que vem sendo usada nos estudos das línguas Bantu, para não sobrecarregar o texto com o prefixo **ku-** (Siteo,

1996 e 2012; Langa, 2015, Nhampoca, 2010).

A apresentação dos significados/definições dos ideofones será precedida pela abreviatura *id.* que significa ‘ideofone de’ ou ‘ideofone com significado de’. Quanto ao tom, salientamos que por causa da dificuldade em marcá-lo nos ideofones que ocorrem em sentenças, optamos por marcar o tom apenas nos ideofones soltos e não naqueles que ocorrem nas sentenças. Para isso, consideramos basicamente quatro critérios para a marcação do tom, a saber: 1) marcar os dois tons (alto e baixo); 2) marcar apenas os tons altos; 3) marcar apenas os tons baixos e 4) não marcar nenhum. Para o presente trabalho, recorreremos ao critério 3, portanto, iremos marcar os tons baixos, seguindo a estratégia apresentada em Ngunga e Faquir (2011, p. 48) e Siteo (1996), assumindo que onde não houver a marcação de tom, se trata de tom alto.

Para analisá-los, fornecemos o significado de cada ideofone e de cada verbo correspondente, por meio de uma definição e/ou explicação. Chamamos atenção ao fato de nas glosas, o material linguístico que se encontra entre parêntesis curvos diz respeito a ambos, o ideofone e o verbo, enquanto o que se encontra em parêntesis retos é referente apenas ao ideofone e é ele que muitas vezes nos dará *insights* para distinguir os ideofones dos verbos. Na sequência, fornecemos um exemplo, primeiro com o ideofone e depois com o verbo e a descrição de ambos. Feito isso, apresentamos uma breve explicação sobre o ideofone e o verbo. A análise termina com uma explicação geral referente a todos os dados analisados, vendo até que ponto o Princípio de marcação se aplica a eles, considerando as três características apresentadas por Givón (1995 e 2001).

4.1. Análise de Dados

Nesta parte do trabalho, analisamos os 5 ideofones selecionados, de acordo com os três princípios apresentados por Givón, **Princípio meta-icônico da marcação, Frequência e Dependência do contexto**. Começamos pelo ideofone – *cambùcambù*:

Quadro 1: Os ideofones VS verbos

Ideofone	Verbo
- cambùcambù <i>id.</i> de caminhar ou correr nu/pelado, como veio ao mundo (o indivíduo do sexo masculino). [COM MOVIMENTOS BRUSCOS E INTENSOS]	- cambula <i>v.i.</i> caminhar ou correr pelado, como veio ao mundo (o indivíduo do sexo masculino).

Ideofone

2a) *Zavala ali cambùcambù ndleleni!*

1. Zavala VDef. ID = de caminhar/correr nu 9.caminho/rua LOC.

‘O Zavala caminha (está caminhado) nu [com intensidade] na rua!

Verbo

2b) *Zavala acambula ndleleni!*

1. Zavala MS1 15. Caminhar/correr nu 9.caminho/rua LOC.

‘O Zavala caminha (está caminhado) nu na rua!

O ideofone -cambùcambù descrito acima significa caminhar/correr nu, mas não cobre alguém do sexo feminino, aplicando-se apenas para o homem. O verbo -cambula também tem o significado de caminhar/correr nu, porém, o ideofone exprime isso de forma mais intensa e icônica e mais expressiva, daí que entendemos que a tradução não pode ser a mesma quando, por um lado se trata do ideofone e, de outro lado, quando se trata de um verbo, como se pode verificar nos exemplos 2a e 2b. Na sequência, o ideofone -foo:

Quadro 2: O ideofone -foo

Ideofone	Verbo
-foo <i>id.</i> de arder [DEMAIS] (como quando se põe limão numa ferida aberta, ou os lábios devido ao piripiri* muito picante).	-foma <i>v.i.</i> arder (como quando se põe limão numa ferida aberta, ou os lábios devido ao piripiri muito picante).

*Diz-se pimenta no Português brasileiro.

Ideofone

3a) *Minomo ya mina yo foo hi sovori leli nijeke.*

4. lábio PGen. Pron.Poss. VDef. ID= de arder de dor PREP. 4.piripiri PDEM. MS1 15.comer MP

‘Os meus lábios estão ardendo demais por causa do piripiri que comi’.

Verbo

b) *Minomo ya mina yafoma hi sovori leli nijeke.*

4.lábio PGen. Pron.Poss. MS 15.arder de dor PREP. 4.piripiri DEM. MS1 15.comer MP

‘Os meus lábios estão ardendo por causa do piripiri que comi’.

O ideofone -foo e o verbo -foma, em termos de significação central, são sinônimos, descrevem um evento em que uma entidade sente uma dor em seu corpo ou parte deste, mas o ideofone transmite mais do que o significado central transmitido pelo verbo, dando por exemplo, a ideia de a ação ter sido mais intensa. A seguir temos o exemplo do ideofone -gìdìgìdì:

Quadro 3: O ideofone –gìdìgìdì:

Ideofone	Verbo
-gìdìgìdì <i>id.</i> de movimentar-se em massa [e IMPETUOSAMENTE] (diz-se de alguns animais e de pessoas).	-gìdikà <i>v.i.</i> movimentar-se em massa (diz-se de alguns animais e de pessoas).

Ideofone

5a) *Tihomu tili gìdìgìdì tiya combeni*

MS10 boi MS10. Vdef. ID= de movimentar-se em massa MS10. 15. ir 5.rio LOC.

‘Os bois movimentam-se em massa e impetuosamente para o rio’.

Verbo

b) *Tihomu tigidika tiya combeni*

MS10 boi MS10. 15. movimentar-se em massa MS10. 15. ir 5.rio LOC.

‘Os bois movimentam-se em massa para o rio’.

Este ideofone é usado para descrever movimentos em massa de animais ou de pessoas. Sua contraparte na língua, é o verbo –gìdikà, que também se difere do ideofone por este ser mais expressivo e mais marcado. Usado para mostrar ou dar a entender que a ação foi executada de modo não “normal”. Depois do ideofone –gìdìgìdì, analisamos o ideofone –khèhlè:

Quadro 3: O ideofone –khèhlè

Ideofone	Verbo
-khèhlè <i>id.</i> 1. de esboroar-se; 2. de quebrar-se em fânicos, desmoronar-se; 3. de quebrar [COMPLETAMENTE] (por exemplo a cabeça de alguém, com um instrumento contundente).	-khèhlèzà/khèhlèkà <i>v.i.&t.</i> esboroar-se; 2. de quebrar-se em fânicos, desmoronar-se; 3. de quebrar (por exemplo a cabeça de alguém, com um instrumento contundente).

Ideofone

4a) *Mungoni ateyi khèhlè nhloko ya muyivi.*

1.Mungoni MS1 VDef. MO ID.= de quebrar 9.cabeça PGen. 1.ladrão.

‘ O Mungoni quebrou completamente a cabeça do ladrão.’

Verbo

b) *Mungoni akhehleze nhloko ya muyivi.*

2.Mungoni MS1 15. quebrar 9.cabeça PGen. 1.ladrão.

‘ O Mungoni quebrou a cabeça do ladrão.’

O ideofone –khèhlè e o verbo -khèhlèzà se aplicam aos casos em que se quebra algo, usando um objeto contundente. Quando se emprega este ideofone, já

se associa a ele o uso de um objeto pesado e contundente para golpear alguém ou algo, mais uma vez, o ideofone será acionado pelo falante para predicar mostrando intensidade, a força expressiva com que a ação ocorre e o verbo no estado normal, ou seja, não marcado. E por fim, analisamos o ideofone **pshandlà**:

Quadro 4: O ideofone **pshandlà**

Ideofone	Verbo
-pshandlà <i>id.</i> 1. de cair e se esborrachar, rebentar-se [COMPLETAMENTE] (p. e., frutos maduros e coisas empapadas, geralmente em superfícies sólidas); 2. de (fazer) rebentar [COMPLETAMENTE] (por exemplo, frutos maduros e coisas empapadas, geralmente em superfícies sólidas).	-pshandaka/-pshandlasa <i>v.i.&t.</i> 1. de esborrachar-se, rebentar-se (p. e., frutos maduros e coisas empapadas, geralmente em superfícies sólidas); 2. de (fazer) rebentar (por exemplo, frutos maduros e coisas empapadas, geralmente em superfícies sólidas).

Ideofone

6a) Payipayi rite pshandlà!

5. Papaia MS5 VDef. ID = de cair e se esborrachar completamente
‘A papaia (madura) caiu e se esborrachou completamente!’

Verbo

b) Payipayi ripshandlakile!

5. papaia MS5 15. esborrachar-se MP.
‘A papaia (madura) caiu e se esborrachou.’

O ideofone **-pshandlà**, diferentemente do verbo, para além de transmitir simplesmente a ideia de cair e esborrachar-se, rebentar-se, ele transmite também a ideia de intensidade na ação descrita, o que o torna marcado, pois vai além do significado central dado pelo verbo, agregando significados periféricos que o confere o estatuto de predicador específico que marca a ação descrita.

Note-se que, nas frases que ocorrem com ideofones, não é necessária a ocorrência dos verbos que exprimem ações tradicionalmente por eles descritas. Os ideofones, por si só, desempenham a função predicatora e tornam as frases sinônimas das que ocorrem com verbos, em termos de condições de verdade. O que também se nota é que, apesar de nos exemplos acima verificar-se que as frases que ocorrem com ideofones são sinônimas das que ocorrem com verbos (aceitando que sinônimos são itens lexicais cujos sentidos são idênticos no que diz respeito aos traços semânticos “centrais”, ou seja, traços dados pelo predicador básico – não marcado (verbo), mas que podem diferir apenas nos seus traços “periféricos”, ou seja, traços dados pelo predicador não básico – marcado (ideofones)), para os falantes haverá uma diferença de interpretação, pois os ideofones (predicadores

não prototípicos) acrescentam nuances “periféricas” ao sentido “central” dos verbos (predicadores prototípicos). As nuances periféricas aqui referidas resumem-se ao fato de o ideofone destacar um elemento de um frame, de um script, de uma cena verbal, indicando uma cena verbal marcada, com destaque para algum elemento da cena, que o verbo não destacaria.

O ideofone acrescenta, ao sentido básico dado pelo verbo, nuances que envolvem intensidade, expressividade, envolvimento emocional do(s) locutores, etc., agregados ao sentido “central” do significado proposicional (dado pelo verbo). Para que os verbos *-cambula*, *-foma*, *-khèhlèzà/-khèhlèkà*, *-gìdìgìkà* e *-pshandlaka/pshandlasa* tenham a mesma intensidade dos seus sinônimos ideofônicos *-cambùcambù*, *-foo*, *-khèhlè*, *-gìdìgìdì* e *-pshandlà*, é necessário que se agreguem intensificadores adicionais e, mesmo assim, com os verbos dificilmente se chegaria ao significado evocado pelos ideofones *-cambùcambù*, *-foo*, *-khèhlè*, *-gìdìgìdì* e *-pshandlà*, na língua Changana, pois os ideofones muitas vezes descrevem uma cena levada ao extremo na sua ocorrência. E, olhando para os três princípios estabelecidos por Givón (1995, 2001), podemos verificar que os três se aplicam para os ideofones do Changana. Ora vejamos:

Princípio meta-icônico da marcação: este diz que categorias estruturalmente mais marcadas tendem a ser funcionalmente mais complexas – pela análise feita aos exemplos, comparando ideofones com verbos, ideofones são mais complexos, tanto na sua estrutura morfológica, pois o ideofone ocorre sempre com um verbo defectivo que o situa temporal e aspectualmente, assim como, em termos de significado, o ideofone é também mais complexo, uma vez que exige, para a sua interpretação, a ativação de mais elementos em relação ao verbo, os elementos periféricos, por isso, concluímos que de fato a estrutura do seu significado é mais complexa e requer outros conhecimentos relacionados à sua iconicidade, ao seu aspecto dramático, resultando em uma complexidade cognitiva também.

No que se refere à **Frequência**, Givón (1995, 2001) estabelece que a categoria não marcada é mais frequente em relação à marcada, é o que ocorre na língua Changana em relação a ideofones e verbos, sendo os verbos predicadores prototípicos, que predicam ações no seu estado normal e ideofones predicadores marcados, que predicam ações num estado mais específico, agregando ao significado central elementos periféricos. Assim, podemos concluir que verbos são mais frequentes e ideofones menos frequentes.

E, por fim, quanto ao princípio da **Dependência do contexto**, que segundo o autor tem a ver com o fato de que a marcação não diz respeito apenas a categorias linguísticas, mas também a categorias comunicativas em que elas ocorrem, os ideofones do Changana, como vimos nos exemplos, dependem muito do

contexto para que se acesse o seu significado, por isso que para a interpretação do seu significado, os locutores devem ter um conhecimento para além do transmitido linguisticamente e para além do que seria transmitido centralmente pelo verbo. Concordamos, pelas razões acima expostas, que se atribua aos ideofones a característica de serem palavras ou expressões sinestésicas que apresentam uma tendência de ter uma função emotiva/expressiva e de estarem associados à fala e a registros dramáticos da fala, assim como uma representação viva de uma ideia, num som (Kimeny, s.d), mas verificamos que eles também desempenham a função predicadora, embora estejamos cientes de que nesta língua os verbos é que são predicadores não marcados e ideofones predicadores marcados.

Considerações Finais

Como conclusões, podemos afirmar que o Princípio de Marcação se revela bastante útil para a compreensão dos ideofones do Changana. Nosso objetivo principal foi o de mostrar como o Princípio de Marcação pode contribuir para a descrição dos ideofones e diferenciá-los dos verbos, seus “concorrentes”, na predicação de ações na língua Changana. Para tal, partimos de três princípios, o **Princípio meta-icônico da marcação, a Frequência e Dependência do contexto**. Feita a análise, concluímos que os ideofones marcam cenas intensas que ocorrem em situações específicas distintas do estado normal das coisas na língua. Eles atuam como predicadores marcados, focalizando mais os elementos periféricos, apesar de também exigir os elementos nucleares para a interpretação do seu significado, o que nos leva a concluir que ideofones são, em relação aos verbos, predicadores marcados e os verbos predicadores prototípicos, com efeito, os verbos ocorrem como predicadores básicos e os ideofones para ações e/ou eventos marcadas, aplicando-se deste modo o **Princípio meta-icônico da marcação**, uma vez que ideofones apresentam uma complexidade estrutural (Givon, 1995), pois ocorrem sempre com um verbo defectivo que os situa em termos de tempo e de aspecto, tornando os ideofones complexos estruturalmente.

Apresentam também complexidade cognitiva, pois são também funcionalmente mais complexos. Em termos de **Frequência**, concluímos que sendo os ideofones predicadores/palavras marcados, eles apresentam baixa frequência na língua, pois geralmente são chamados a predicar ações específicas. No que respeita à **Dependência do contexto**, como defende Givón (2001), a marcação não diz respeito apenas a categorias linguísticas, mas também a categorias comunicativas em que elas ocorrem. No caso dos ideofones, concluímos que para ativar os elementos periféricos e acessar o significado dos ideofones, há que recorrer para além das categorias linguísticas, a categorias comunicativas em que eles são

usados, tais como, contexto, finalidade, intenção dos locutores, etc. Sendo assim, podemos afirmar seguramente que os ideofones do Changana são palavras marcadas e que os três princípios givonianos se aplicam neles.

Referências

- Araújo, Gabriel. Ideofones na língua são-tomense. *Papia*, n. 19, p. 23-37, 2009.
- Beck, David. *Ideophones, adverbs and predicate modifiers in Upper Necaxa Totonac*. Department of Linguistics, University of Alberta, 2005.
- Biriate, Mário. *Avanços no estudo de Ideofones*. (Blog desenvolvido por Mário Biriate), 2014. Disponível em: <<http://uptete.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2015.
- Bybee, Joan. *Markedness: iconicity, economy, and frequency*. 131-146, 2010. Disponível em: <Filepath:d:/womat-filecopy/0001154332.3D>. Acesso em: 16 set. 2015.
- Cardoso, Tiago. *Processos de concordância verbal com SN-Sujeitos complexos à luz do princípio da marcação de Talmy Givón*. Rio Grande: NEELP/FURG, 2014.
- Doke, Clement. *Bantu Linguistic Terminology*. London: Longman, 1935.
- Epps, Patience; Salanova, Andrés. A linguística amazônica hoje. *Liames*, n. 12, p. 07-37, 2012. ETHNOLOGUE. Languages of the world. Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/country/MZ>>. Acesso em: 14 mar. 2017.
- Ferreira, Marília. Como são apresentados sons e imagens em Parkatêjê. *Signótica*, Goiânia, vol. 23, n. 2, p. 403-414, jul./dez. 2011.
- Gabas Jr., Nilson; Auwera, Johan. Ideofones in Karo. In: Achard, Michel; Kemmer, Suzanne (Org.). *Language, culture and mind*. Belgium: University of Antwerp, 2004. p. 397 – 411.
- Givón, Talmy. *Functionalism and grammar*. Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, 1995.
- Givón, Talmy. *Syntax: an introduction*. Amsterdam: John Benjamin's Publishing Company, 2001.
- INE. *Moçambique-projeções 2007 2040*. Maputo: INE, 2016. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais/projeccoes-da-populacao/mocambique_projeccoes_2007_2040.xls/view>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- Kimeny, Alexandre. Iconicity of ideophones. In: *Kinyarwanda: form, function, content and context*. Califórnia State University at Sacramento, Califórnia, [s.d]. Disponível em: <http://www.kimenyi.com/iconicity-of-ideophones-inkinyarwanda.php>. Acesso em: mai. 2015.
- Kulemeka, Andrew. Sound Symbolic and Grammatical Frameworks: a typology of ideofones, Asian and African languages. *South African Journal of African Languages*, South Africa, vol. 15, n. 2, p. 73-84 1995.
- Langa, David. Ideofones em Changana. In: Ngunga, Armindo; Pereira, Inocêncio. (Org.). *Progressos da Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004. p. 59-77.

- Miti, Lazarus. *Comparative bantu phonology and morphology*. Cape Town: CASAS, 2006.
- MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional, 2004, artigos 09/10, dispõem sobre línguas nacionais e língua oficial. Disponível em: <<http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao>> . Acesso em: 12 mai. 2017.
- Ngunga, Armindo. *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.
- Ngunga, Armindo.; Faquir, Osvaldo. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III seminário*. Maputo: Centro dos Estudos Africanos, 2011.
- Nhampoca, Ezra. Revisitando alguns ideofones do Changana. In: Ngunga, Armindo (Org.). *Lexicografia e descrição das línguas bantu*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2009. p.137-146.
- Nhampoca, Ezra. *Uma proposta metodológica para a compilação de um dicionário de ideofones do Changana*. 2010. 67f. Dissertações (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2010.
- Nhampoca, Ezra. Um estudo preliminar sobre alguns aspectos da morfologia dos ideofones do Changana. *Linguagem*, São Carlos, vol. 24 n.1, 16 p. 2015.
- Nhampoca, Ezra. *Compilação de um dicionário de ideofones do Changana: uma proposta metodológica*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.
- Patel, Samima. *Olhares sobre a educação bilingue e seus professor numa região de moçambique*. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós – Graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- Ribeiro, Armando. *Dicionário gramatical changana*. Maputo: Paulinas, 2010.
- Silva, Cláudia Alexandra. Marcação: algumas considerações sobre o conceito a nível da fonologia. *eLinUP*, vol. 3, n. 1, 2011.
- Sitoe, Bento. *Dicionário changana - português*. Maputo: INDE, 1996.
- Sitoe, Bento. *Dicionário changana - português*. 2ª ed. Maputo: Textos Editores, 2012.
- Sitoe, Bento. Línguas moçambicanas, como estamos? In: Serra, Carlos. (Org.). *Estão as línguas nacionais em perigo?* Cadernos de Ciências Sociais. Maputo: Escolar Editora, 2014, p. 37-75.
- Sitoe, Bento; Ngunga, Armindo. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: Relatório do II Seminário*. Maputo: NELIMO, 2000.
- Timbane, Alexandre. Análise sóciodiscursiva da “saudação” do grupo étnico-linguístico Tsonga de Moçambique. *Educação, cultura e sociedade*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 90-105, jul./dez. 2014.
- UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. Secção de Línguas Bantu. *Línguas Bantu: as nossas línguas*. Maputo, 2014. 1 folder.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Laboratório de Línguas Africanas*, 2015. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/laliafro/projeto.html>> . Acesso em: 23 fev. 2016.

**OS CRIoulos DE BASE
PORTUGUESA EM ÁFRICA**

O cabo-verdiano visto por cabo-verdianos ou contributo para uma leitura da situação linguística em cabo verde¹

Mário Vilela

Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

Introdução ou o ponto de partida da análise

A situação linguística em Cabo Verde, segundo um dos melhores conhecedores da cultura, história e enquadramento cultural do Arquipélago, em comunicação pessoal, pode sintetizar-se do seguinte modo²: o Cabo-verdiano é uma língua única com variantes. Começar-se-ia com um *pidgin* em que os africanos das nove ilhas falavam com os chefes. Atualmente perdeu sentido a distinção entre “crioulo velho/fundo” e “crioulo levinho”. No momento atual encontramos três tipos de situações:

i) **bilinguismo total**, em que os falantes percebem bem e exprimem-se bem nas duas línguas;

ii) **bilinguismo parcial**, em que os falantes percebem bem as duas línguas, mas exprimem-se bem em cabo-verdiano e mal em português;

iii) **monolinguismo total**, em que os falantes falam o cabo-verdiano e não percebem nem falam o português.

A continuação da variação deve-se ao ainda relativo isolamento de algumas ilhas – explica o Prof. João Lopes Filho –, a certo distanciamento entre o mundo rural e o urbano e à situação orográfica de algumas ilhas. Após o Vaticano II, é frequente ouvir-se homilias e a liturgia em Cabo-verdiano, informava ainda o mesmo investigador. Contudo, um dos mestrandos do «Seminário de Linguística» – também em comunicação pessoal – discorda da designação “monolinguismo total” – que não percebem nem falam português –, pois «todo o cabo-verdiano

1. Texto originalmente publicado na Revista da Faculdade de Letras: *Línguas e Literatura*, II série, v.21, Porto, p.633-653, 2005. Colaboração a pedido especial dos organizadores do livro em reconhecimento ao meu trabalho realizado ao longo de décadas em prol da Linguística em especial à Linguística africana.

2. Por feliz coincidência, pude passar com o Prof. João Lopes Filh, uma semana no mesmo apartamento na cidade da Praia, em Junho de 2005. João Lopes tem vasta bibliografia – é mesmo bibliografia essencial – sobre Cabo Verde.

frequentou o catecismo e a liturgia, feitos em português.”³

Foi nesta situação, para mim inédita e deveras apaixonante, que tentei fazer uma leitura possível da situação linguística em Cabo Verde. Muni-me da bibliografia possível, inclusive dos livros, na minha opinião, mais autorizados⁴ e trabalhei com os dezoito mestrandos⁵, todos bilíngues totais, a quem agradeço a paciência e a colaboração. Sendo a minha competência do “crioulo” do ponto de vista “conhecimento activo” ou prático muito diminuta, eles compensaram, completaram, deram-me inclusivamente um “suporte” que, ao fim da estada em Cabo Verde, dava para acompanhar o fluir do discurso⁶.

Optei, para conseguir ter à mão uma leitura da situação linguística em Cabo Verde, por utilizar a opinião dos escritores – os representados na coletânea de entrevistas realizadas por Michel Laban, em afirmações situadas temporalmente na década de oitenta do século passado e a opinião atualizado de cabo-verdianos. Com auxílio dos mestrandos do Curso de “Estudos Africanos” da Universidade do Porto e de alguns Docentes do Instituto Universitário da Praia, adaptei um formulário de inquérito. Nos corredores do Instituto Universitário da cidade da Praia, falei com Docentes e com alguns Estudantes, a quem perguntei qual era a língua usada nos mesmos corredores, nas aulas, dadas em português, e se havia comentários entre Estudantes feitos em cabo-verdiano.

Farei uma breve introdução histórica usando os dados de todos conhecidos, uma leve definição de “crioulo” e, como ponto central, apresentarei a opinião de escritores e a “leitura” que um grupo de investigadores/estudantes fazem da atual situação linguística em Cabo Verde. Procurarei sempre servir-me da opinião de quem vive ou viveu por dentro o problema.

1 Alguns dos traços gerais da história de Cabo Verde

Talvez pudéssemos sintetizar a visão linguística que Portugal – de que não me

3. Na minha experiência pessoal de três semanas de contacto permanente com cabo-verdianos, pude verificar, no meu dia-a-dia, quer o bilinguismo total, quer o bilinguismo parcial. Encontrei uma aluna do final do secundário, na altura em que tinha acabado de fazer exame de português e nem sempre percebia à primeira o que a minha mulher e eu dizíamos. Por outro lado, na catedral da Praia, a missa dominical foi sempre em português (com alguns traços próprios do português africano) e na igreja da Ribeira Grande verifiquei que a catequese estava a ser dada em português, como é evidente, com a cor e com alguns termos do cabo-verdiano. Nas ruas fala-se cabo-verdiano, mas entendiam-me sempre que abordava alguém.

4. Refiro-me essencialmente a Manuel Veiga, Dulce Almada, João Lopes.

5. Que são do melhor que encontrei na minha longa vida de professor (na Europa, no Brasil, em África e na Ásia).

6. Contei ainda com a presença sempre prestimosa da ex-doutoranda Lurdes Lima, que me serviu de suporte na autenticidade dos exemplos: o seu conhecimento do “Crioulo” é seguro e atualizado.

excluo – tinha (ou teve) relativamente ao “crioulo” de Cabo Verde, como a de que a língua falada nessa colónia não passava de «um trambolho» linguístico. “Em toda a parte, estudam-se e cultivam os dialectos regionais; só em Cabo Verde que aparecem uns ilustres pedagogos a denunciar o crioulo como um trambolho, e se a mais não se atrevem é que se podem levantar as pedras das calçadas» (Cardoso, 1933). No entanto, essa língua é hoje falada por mais de um milhão de cabo-verdianos e seus descendentes, espalhados pela África, América e Europa, embora apenas cerca de um terço dos quais viva no Arquipélago. Esta ex-colónia portuguesa foi descoberta em 1460 por Diogo Gomes e António Nola quando voltavam da Guiné. Dois anos mais tarde, em 1462, fixaram-se os primeiros colonos portugueses em Santiago, fundando a cidade de Ribeira Grande, que se tornou importante placa giratória no comércio de escravos, cidade, que após ataque de piratas, ingleses e franceses, foi abandonada em 1712.

O fim (ou o declínio) da escravatura (1876), a corrupção e a má administração levaram ao esvaziamento da prosperidade das ilhas, prosperidade que foi de certo modo retomada no século XIX com a inclusão das ilhas nas grandes rotas entre a Europa, a América e a África do Sul e novamente perdida no fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1951, a colónia portuguesa passou a província ultramarina, dez anos depois, os naturais foram considerados cidadãos portugueses de pleno direito. Nesta mesma altura, nasceu um movimento independentista, o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC). Cabo Verde tornou-se república independente em 1975 e Aristides Pereira foi o primeiro presidente, mas em 1981 o PAIGC tornou-se Partido Africano para a Independência Cabo Verde e, nesse ano, foi aprovada a Constituição na Assembleia Nacional em que se formalizou a ruptura com a Guiné-Bissau.

Atualmente, Cabo Verde é uma república de regime multipartidário. Em 1999 a Assembleia Legislativa, num dos seus pontos de revisão constitucional, cria um novo estatuto para o Crioulo de Cabo Verde que passa a ser tido como «língua oficial em formação»⁷. Já, em 1998, foi criado o Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano, conhecido pela sigla ALUPEC. «O ALUPEC, como qualquer proposta, não representa uma solução definitiva em relação à escrita do Cabo-verdiano, tanto que os escritores em língua cabo-verdiana, ainda em número reduzido, saltitam frequentemente da escrita dita etimológica para a escrita fonético-fonológica» (Monteiro Cardoso, 2005, p. 13).

É um dado assente que o encontro de europeus e escravos africanos trazidos para Cabo Verde era mediado por uma comunicação construída num código

7. A partir desse momento, não acho correto chamar-se “crioulo” – termo de contornos conceptuais muito confusos –, pois deve apenas designar-se “cabo-verdiano”.

muito simples onde a linguagem verbal, auxiliada fortemente pela linguagem gestual, constituía o que se costuma designar por *pidgin*, predominantemente formada pelas palavras essenciais à vida do dia-a-dia e nomeadamente ao comércio. Passando-se ou não por um proto--crioulo, desagua-se no “crioulo”: língua da comunidade e resultante do contacto permanente e sistemático dos povos de etnias africanas diferentes e europeus que permaneceram nas ilhas.

Actualmente, apenas os linguistas norte-americanos empregam esses termos em relação ao Cabo-verdiano (João Lopes Filho comunicação pessoal, em Junho de 2005). Para me servir da explicação de quem usa e conhece o Cabo-verdiano, nascido no Mindelo e aí exercendo a sua actividade: «O crioulo fundo será aquele que se afasta mais do Português, ou seja, aquele que é das comunidades mais afastadas dos centros urbanos, próprios das zonas rurais, com baixo ou nenhum grau de escolaridade, especialmente em Santiago e noutras ilhas de povoamento antigo ou muito isoladas...Falar um crioulo dito fundo, significa na prática falar com uma prosódia diferente, tanto no que toca à intensidade na pronúncia das palavras como no que se refere a uma entoação diferente é diatopicamente marcado [pela entrada mais antiga de vocábulos]. O crioulo leve ou levinho seria, então, aquele que está mais próximo do Português. É aquele que se ouve na boca dos falantes das vilas e cidades, dos que tiveram (ou cujos familiares tiveram) a sorte de terem frequentado o ensino oficial» (Monteiro Cardoso, 2005, p. 4). Este mesmo Investigador dá alguns exemplos de marcas diatópicas do vocabulário cabo-verdiano, relativamente ao que poderá documentar o dito “crioulo fundo”.

O Crioulo apresenta atualmente um sistema gramatical, a nível fonológico, morfológico, lexical e sintático, solidificado, permitindo a comunicação normal entre os cidadãos e toda a atuação diária que é feita através da linguagem. As composições literárias, nomeadamente as líricas que servem de suporte às mornas e demais manifestações musicais são vazadas na Língua Cabo-verdiana. Ainda hoje surgem designações como “crioulo fundo” e “crioulo leve” ou “levinho” que parecem apontar para uma realidade cada vez menos verdadeira, por força da urbanização crescente nas ilhas.

2. A questão “linguística” cabo-verdiana perspectivada pelos escritores

2.0. Para uma possível definição de “crioulo”

Crioulo e **crioulística** – a disciplina que se ocupa do crioulo – não são termos de definição única. Há grupos de definição: um grupo parte do que podemos designar como “definição sócio-histórica”, na medida em que definem os crioulos como as línguas que nasceram no decurso das colonizações europeias, em ambiente de escravatura, com uso estritamente oral e é nesse

sentido que se passou também a designar os produtos e as pessoas dessas zonas geográficas. Assim, a noção de língua crioula aplica-se desde então ao campo bem delimitado dos estudos crioulos. O reagrupamento destas variedades linguísticas, normalmente muito diferentes, justifica-se por uma espécie de comparativismo por força das condições semelhantes quanto à gênese, desenvolvimento e evolução.

Poder-se-iam estudar essas línguas de modo separado, mas as aproximações entre elas parecem ser enriquecedoras para justificar a disciplina de “crioulística”. Entre essas condições sócio-históricas comuns, temos as relações geradas pela colonização, com a superioridade social do branco, o ambiente relativo à vida da escravatura (sociedades de habitação e plantação) e como consequência a influência das línguas europeias e das línguas, neste caso, africanas das populações em causa. Estas línguas de comunicação, transmitidas oralmente, sem qualquer suporte normativo que não seja a transmissão da mensagem, tornaram-se no único veículo de comunicação, quer entre senhores e escravos, quer entre os próprios escravos. Esta perspetivação do crioulo transformou a crioulística em sociolinguística: aliás, Laban (1992) dizia que qualquer linguística era necessariamente uma sociolinguística.

Outra perspectiva de crioulo – ou melhor, outro grupo de definições – parte da noção de tipologia linguística, em que o ponto básico é o de que a gênese das línguas se daria, para qualquer língua, em contextos de “contactos linguísticos”. Isto é, o “tipo crioulo” estaria sempre em gestação em qualquer parte do mundo. Por outras palavras, a existência de crioulos leva a pensar que todas as línguas passaram pelo filtro da crioulização, mas a sua “crioulidade” escondeu-se numa normalização posterior. E, a ser assim, poderíamos falar de casos de “semi-crioulos” como as línguas que estão surgindo nos arrabaldes de cidades como Luanda e mesmo em Lisboa ou Setúbal. Estes crioulos serão línguas de contacto, susceptíveis de se dissolverem, como “interlectos”, numa nova variedade, uma macro-língua, herdando todos os traços pertinentes, através dos “code-switching” que se foram retirando do “caos” linguístico entretanto criado.

Não vou entrar mais nesta discussão, pois, no meu entender, Cabo Verde encontra-se numa situação em que houve já uma reanálise, uma gramaticalização e gramatização: estamos perante uma língua, com variantes mais ou menos diferenciada⁸. Serve esta mini-introdução para afirmar que, na minha opinião, o Cabo-verdiano é apenas e tão-só uma língua e não deve ser metida no mesmo “saco” dos crioulos.

8. Cf. *La linguistique. Revue de la Société de Linguistique Fonctionnelle*, v. 41, 2005-1

2.1. A “voz” dos escritores cabo-verdianos

A questionação do papel, do estatuto, do lugar das línguas portuguesa e cabo-verdiana, surge no meio de muitos outros problemas – os que são postos aos escritores entrevistados – e que são de âmbito muito mais vasto, portanto bem para além da situação linguística de Cabo Verde. A língua apresenta-se aqui apenas como um dos tópicos postos perante os escritores. Por outro lado, as entrevistas foram todas feitas à volta de 1985 e desde então as coisas avançaram, como vimos anteriormente. As perguntas que selecionei, nos vários depoimentos, andam todas à volta do seguinte: qual vai ser o futuro do cabo-verdiano e do português em Cabo Verde? Eis um exemplo de resposta quanto ao futuro do cabo-verdiano:

Vejo o futuro da língua nacional em Cabo Verde com esperança. E esta esperança não deixará certamente de constituir um dos grandes desafios a enfrentar, quer pelo Poder, quer pelos estudiosos e cidadãos de boa vontade... O estatuto que se preconiza é o de língua oficial, tal como vem acontecendo com a língua portuguesa. (Varela da Silva, 1992, p. 777).

Mas para se ver a complexidade do problema do futuro do cabo-verdiano, há uma resposta onde os termos são percucientemente pertinentes, como descriu-lização e as soluções alternativas, quer como a supradialectização quer como interdialectização:

O futuro linguístico [do cabo-verdiano] será a descriuolização, pura e simplesmente? Porque há quem defenda que o crioulo vai ser uma evolução em direcção ao português: o crioulo penetra no português e fica português. Será a descriuolização – será isto o futuro do crioulo? Ou então será o que eu chamo a supradialectização: quer dizer, o crioulo, muito bem, mas há uma variante //que se impõe, supradialectização – é uma variante que se impõe a todas as outras portanto, essa variante emerge de toda a situação dialectal e domina. Será esse o futuro do crioulo? Ou então o futuro do crioulo será uma interdialectização em que haverá uma unidade a partir da variedade... Uma unidade que resulta da adopção das variantes pertinentes e representativas da própria língua: há os dialectos todos. ... Mas falando do futuro linguístico de Cabo Verde, ..., antes de mais, é preciso aceitar que somos uma sociedade bilingue “sui generis” – no sentido em que não posso dizer que Cabo Verde é uma sociedade bilingue, porque o bilinguismo em Cabo Verde...- eu não posso dizer que toda a população é bilingue.... penso que vamos ter que caminhar para uma interdialectização equilibrada....» (Veiga, 1992, p. 503s.)

Isto é, o futuro pode ser o aportuguesamento do cabo-verdiano (des criouli-zação), ou a supradialectização pela imposição de uma variante ou a interdialec-tização, em que o cabo-verdiano será o resultado das diferentes realizações das variantes existentes nas ilhas do arquipélago, criando-se uma macro-língua. Mas qual o papel do português e «em que circunstâncias se fala português em Cabo Verde» ou cabo-verdiano? Aliás as perguntas feitas aos escritores são colocadas directamente nestes termos:

Os discursos às autoridades, os discursos por ocasião de casamentos..., as cartas de amor eram e são feitos em português, por duas razões essenciais: porque o português é a língua considerada de prestígio, por um lado e, por outro, por causa da dificuldade em se escrever em cabo-verdiano, por se tratar de uma língua essencialmente oral (só agora se começa a ensinar – de forma muito rudimentar – a escrita do cabo-verdiano) (Varela da Silva, 1992, p. 778).

ou, se se quiser destringir mais os campos de uso:

“Quando são problemas profundamente íntimos – afectivos, de ordem pessoal ou confessional – esses, acho que a melhor maneira de os dizer, é em crioulo. Mas, para mim, quando se trata, enfim, de veicular um poema onde haja problemas de ordem, vá lá, filosófica, se quiser, eu não acho outra maneira melhor de o fazer a não ser em português” (Osório, 1992, p. 447).

E o papel das duas línguas permanece claro e o espaço mais ou menos bem delimitado:

«Eu creio que as duas línguas, para nós, vão continuar a existir, cada uma no seu devido lugar. O crioulo tem que ter o seu lugar particular – eu costumo dizer que eu falo português, mas eu sou crioulo... O crioulo nós criámos; o português, nós adoptamos», mas «se um dia ele [crioulo] vier a ser língua oficial, ele será a língua oficial ao lado do português» (Veiga, 1992, p. 597-598).

E qual a língua que o escritor deve usar nas suas produções? Não tenho dados muito claros do número de publicações atualmente existentes escritas em cabo-verdiano, mas já há um bom par de livros, coletâneas, ou centenas de folhetos e desdobráveis em língua da terra. A resposta dos escritores é mais ou menos clara:

Conquanto me sinta à vontade no manejo tanto da língua oficial como no da língua materna, penso que, para a veiculação e divulgação universal do nosso “estar no mundo”, se deve utilizar a língua oficial» (Oliveira Barros in Laban, 1992: II, p. 545); «a língua veículo duma literatura cabo-verdiana, também virada para preocupações universais, terá de ser a língua portuguesa, jamais o dialecto crioulo (Teixeira de Sousa, 1992, p. 207).

Há uma opinião generalizada de que a oficialização do cabo-verdiano está a ver incrementar, naturalmente o conhecimento e normatização do “crioulo”, mas, por outro lado, virá reforçar o ensino do português, com a abertura de “portais” para a sua leitura, e esta opinião está a generalizar-se:

Entrevistador: «Num país em que a maior parte das pessoas se exprime em crioulo, o poeta deve estar num dilema: utilizar o crioulo ou o português, não?»

R: Eu acho que não... Na verdade, grande parte dos cabo-verdianos é bilingue. Com o alastramento da alfabetização, da instrução em Cabo Verde – muitos já lêem –, e, de futuro, vão ler ainda mais o português⁹ (Osório, 1992, p. 446).

9. É esta também a opinião de elementos do Instituto Camões da Praia.

Todos conhecem a “cor” cabo-verdiana dos livros escritos em português, por parte dos escritores cabo-verdianos: trata-se de um “português” colorido, um “português sabi”, cheio de “morabeza”, cheio de roteiros e “cenários” que fazem ressoar reminiscências primitivas e com ecos históricos muito fundos. E é também essa a opinião dos próprios escritores e sirva-nos de exemplo o seguinte depoimento:

... o cabo-verdiano lê o livro [reporta-se a *Voz de prisão*] e sente-se identificado com a linguagem – é uma linguagem dele porque é uma língua híbrida. Porque é um português cabo-verdiano, criouliado ... Às vezes será um crioulo aporuguesado ... isto é típico da comunicação em Cabo Verde ... Pertence à // raiz da comunicação: o cabo-verdiano pode falar só crioulo consigo; pode falar só português ou entre eles ... Mas pode misturar – muitas vezes mistura: às vezes começa em português, passa para o crioulo... (Ferreira, 1992, p. 142s.)

3. A opinião da atual geração “cultura” de Cabo Verde

3.0. A elaboração do formulário do inquérito

Tendo ao nosso dispor um grupo de informadores de alto nível, sob todos os pontos de vista, todos nascidos em Cabo Verde, profissionais de primeira água e com uma atenta consciência política, procurei, com a sua colaboração, elaborar uma formulário adaptado às circunstâncias atuais, socorrendo-me do modelo de Valkhoff (1975, p. 41-58)¹⁰. O inquérito parte da indicação:

- da língua dos pais e do lugar onde nasceram;
- do lugar onde nasceram e têm vivido os inquiridos;
- do número de publicações (livros, folhetos ou desdobráveis, coletâneas de todo o gênero) em crioulo e em português que cada um dos inquiridos possui;
- da idade em que começaram a aprender as duas línguas;
- da língua em que escrevem;
- de quais as línguas que falavam na escola (aula e recreio);
- da importância das duas línguas:
 - para resolver problemas (querelas ou discussões) do dia-a--dia;
 - para ser tido como culto;
 - para escrever aos funcionários e autoridades;
 - para falar aos funcionários;
 - para cumprir os deveres religiosos;
 - para falar com o chefe;
 - para usar na rua, no trabalho, nas compras, nos bailes/divertimentos;
 - para ler/compreender as regras e leis institucionais;
 - para cantar numa festa popular.

10. Este modelo, por sua vez, era já uma adaptação do modelo aplicado em várias fases do levantamento linguístico feito no Brasil.

O inquérito aponta ainda para o questionamento da diversidade da língua cabo-verdiana falada no ambiente familiar e na vida profissional. Depois, a inquirição volta-se para os pontos cruciais de uma política da língua (ou das línguas), concretamente:

- se acredita que o português vai substituir o crioulo;
- se o poder político deveria escolher uma só língua;
- com a oficialização do crioulo qual a variante cabo-verdiana que vai ser escolhida;
- sobre o que vai acontecer às demais variantes;
- se os políticos falam “crioulo” em público (como em campanhas eleitorais, conferências de imprensa, etc.).

Em termos de vida pessoal, em que língua fala

- com o cônjuge, com os seus pais, com os seus filhos, com os seus sogros, com os seus irmãos, com a namorada;
- com o seu chefe;
- nos transportes (barco, autocarro, avião);
- quando vai ao médico;
- quando conta dinheiro;
- quando canta;
- quando se zanga;
- quando sonha e quando acorda;
- em que língua pensa;
- se muda de variante quando muda de ilha;
- se na sua Instituição/no seu Bairro, há variantes de várias ilhas. Há outras perguntas importantes¹¹ que não foram feitas no inquérito, como o problema do cabo-verdiano e o seu ensino, a relação da língua com a literatura, a oficialização do ALUPEC e, possivelmente, outros pontos igualmente importantes.

3.1. A “voz” atual dos cabo-verdianos relativamente à situação linguística em Cabo Verde

Os Mestrandos e as demais pessoas presentes no Seminário, duas dezenas, apontam para os seguintes tópicos:

- a língua dos pais é o Cabo-Verdiano (de uma pequena percentagem, português e cabo-verdiano) e todos tinham nascido em Cabo Verde. Todos os inquiridos nasceram em Cabo Verde, nas diferentes ilhas, mas como predominância para Santiago, Santo Antão e São Vicente. Alguns deles passaram por Portugal

11. Houve Mestrandos que, nas notas finais, chamaram a atenção para estas e outras questões que teriam merecido um “portal” no formulário: mas esses pontos ficarão para uma próxima oportunidade.

(a maior parte), Estados Unidos e pela Rússia (1), pelo Brasil (1) e por Cuba (1);

– o número de publicações (livros, folhetos ou desdobráveis, coletâneas de todo o gênero) em crioulo e em português que cada um dos inquiridos possui, se em português, todos possuíam (com predominância para os autores clássicos e para os autores cabo-verdianos que escreveram em português) e, por vezes, em número elevado; já em língua cabo-verdiana, ou não tinham qualquer exemplar, ou em número reduzido, havendo apenas um ou outro com número mais substancial. Todos começaram a aprender “crioulo” com o leite materno e apenas dois deles aprenderam na infância o português; os restantes aprenderam o português na escola (uns, aos sete e outros aos nove anos)¹². Raramente escrevem em cabo-verdiano e fazem-no sempre em português, quer em blogues ou mensagens na “Net”, ou mesmo entre amigos.

Na escola falavam português nas aulas e cabo-verdiano no recreio; dois deles falavam mesmo no recreio em português e em cabo-verdiano. Os professores permaneciam em contacto com os alunos nos intervalos e nos recreios;– a propósito da importância das duas línguas, para resolver problemas (querelas ou discussões) do dia-a-dia: para todos era o crioulo e apenas para dois dependia das situações; era o português a melhor língua para ser tido como culto, para escrever aos funcionários e autoridades, para falar aos funcionários; para cumprir os deveres religiosos e para falar com o chefe, a língua mais apropriada era o português, mas para usar na rua, no trabalho, nas compras, nos bailes/divertimentos (como para cantar numa festa popular), era o “crioulo” a língua mais adequada; para ler/compreender as regras, leis institucionais, era o português, pois «é nessa língua que estão redigidos os documentos legais e institucionais».

Quanto ao questionamento da diversidade da língua “crioula” falada no ambiente familiar e na vida profissional, a maior parte afirma que é diferente, apontando para a maior liberdade comunicativa no ambiente familiar, como é normal e previsível. Uma coisa é o “estilo familiar” na comunicação, outra coisa bem diferente é a diversidade provocada pela variação da língua cabo-verdiana, como se indica por: “O crioulo falado em família é diferente: com o marido falo a variante do barlavento, com as filhas também a variante do sotavento (crioulo da Praia)”¹³.

Depois, a inquirição voltava-se para os pontos cruciais de uma política da língua (ou das línguas), concretamente: se acreditava que o português iria substituir

12. Embora todos eles sejam bilingues totais, um deles, ao ser interrogado, sobre a duração da sua aprendizagem do português, afirma que ainda não concluiu esse aprendizado. Os trabalhos do Seminário foram redigidos em português: mas num “português”, para a minha susceptibilidade da norma europeia do português, sem mácula.

13. Há duas referências deste gênero.

o “crioulo”; e a resposta foi uma só e a maior parte qualificou o “não” com um “nunca”. Embora, numa das respostas, surgisse um “talvez”. Mas a pergunta que, a meu ver e no momento atual, é a mais premente – «se o poder político deveria escolher uma só língua (português ou cabo-verdiano)?» – teve como resposta generalizada: “não”, «pois ambas fazem parte da raiz matricial de Cabo Verde»¹⁴.

Mas «qual a variante», com a oficialização do “crioulo”, que vai ser escolhida e o que vai acontecer às demais variantes? As respostas giram à volta de vários pólos. Um dos pólos aponta para a variante de Santiago, o outro dilui-se entre o de “deixar o caminho livre” e uma via híbrida: o da chamada interdialectização¹⁵.

Quanto ao primeiro caminho, o da escolha da variante de Santiago¹⁶:

«Em matérias linguísticas, os políticos não escolhem, digo melhor, não deveriam escolher uma variante em detrimento da outra. O que terão de fazer é obedecer aos estudos já feitos pelos peritos na área linguística. Ora, esses estudos até agora feitos apontam para a variante de Santiago como a mais representativa a nível do país, visto ter, de longe, mais peso linguístico, sociolinguístico e político. A variante de Santiago é falada por mais de metade da população de CV [Cabo Verde]»; e sobre o que vai acontecer às demais variantes¹⁷:

Em certa medida a resposta já está dada no ponto anterior. Mas oficialização não significa padronização. Numa primeira fase de oficialização, haverá uma re-alização livre de todas as variantes, de Santo Antão à Brava. Numa segunda fase, impor-se-á a de maior força, que é, indubitavelmente, a de Santiago, por razões já apontadas, além de outras. A variante de Santiago, cedo ou tarde, será o dialeto padrão de Cabo Verde. É uma questão de tempo.

Ou ainda: “a variante de Sotavento, pelo seu maior afastamento em relação ao Português, por ser falado por um maior número de falantes e por o poder político estar radicado na Praia (Sotavento). Por outro lado, uma grande parte da elite cabo-verdiana, não sendo natural de Sotavento, escolheu a Praia para residir”;

e sobre o que acontecerá às demais variantes:

«As demais variantes terão um papel relevante, pois elas complementam e enriquecem a variante de Santiago tomada como base».

14. Eis uma justificação, escolhida ao acaso: «O poder político deve sempre ter em consideração as duas línguas: o crioulo como língua materna e nacional e o português, como língua segunda, ambas em pé de igualdade para se evitar a situação de diglossia».

15. Pressinto aqui a “mão” teórica de Manuel Veiga que, aliás, os Mestrandos conhecem bem.

16. Seleciono, aqui, as respostas, que transcrevo *ipsis verbis*, que me pareçam as mais explícitas. Não podemos esquecer que a maior parte dos inquiridos nasceram em Santiago e todos vivem atualmente na capital (cidade da Praia).

17. Este investigador é natural de Santiago.

Outro polo – o de deixar o caminho livre ao povo – sintetiza-se na seguinte afirmação:

“Com a oficialização do crioulo, qual a variante a escolher, neste caso não haverá consenso em termos de escolha, pelo que a sociedade deve ser ouvida e a escolha da mesma deve ser soberanamente respeitada e implementada».

Ou ainda:

«Com a oficialização do crioulo qual a variante que vai entrar em uso? Aquela que a sociedade cabo-verdiana escolher para os seus propósitos».

Sobre o que vai acontecer às demais variantes:

«Vão continuar a existir e a serem usadas pelos seus defensores e utilizadores, sem esquecer o sentido de preservação entendida no sentido de património de um povo».

Sem mencionar qual a variante, há quem defenda que «O poder político deveria escolher uma só língua em função das necessidades de padronização e de normalização da língua». Um terceiro pólo – o da evolução natural da sociedade e da osmose entre falares e pessoas – aponta para o que designam por crioulo de “inter-ilhas”: “Qual a variante de crioulo do LCV que o poder político deve escolher? Fazer o filtro entre Barlavento e Sotavento (interilhas). E com a oficialização do crioulo qual a variante que: deixar a língua definir-se. E o que vai acontecer às demais variantes? Continuam a existir e vão enriquecer a variante que ficar»; e embora reconheçam um maior peso do crioulo do Sotavento, como vimos, deixam o caminho o caminho livre às demais variantes.

As demais variantes continuarão a ter um uso mais restrito, circunscritas às localidades onde originariamente são faladas; algumas desaparecerão pela sua proximidade com o crioulo da Praia (estou a pensar no crioulo que se fala no Fogo) e pela redução do número de falantes (crioulo que se fala na Boavista, por exemplo). Isso levará, penso eu, à uniformização (e não à bipolarização) do crioulo pela fusão das duas tendências que predominam – crioulo de São Vicente e da Praia. Mas a resposta mais global neste pólo – e vou transcrever na íntegra – é a seguinte:

“A LCV [Língua Cabo-Verdiana] e a Língua Portuguesa convivem de forma sadia no nosso país. É claro que há momentos em que só a língua portuguesa é e deve ser usada, assim como há momentos em que temos de nos valer da nossa língua materna. Existe a necessidade de valorizar a nossa língua, de oficializá-la e de fazer com que todos os cabo-verdianos saibam falar e escrever corretamente o crioulo. É certo que um dia será língua de ensino, mas no futuro próximo ela terá de fazer parte do currículo escolar como uma disciplina e depois paulatinamente o ensino;”

“O poder político não deverá escolher uma só língua. Podemos conviver perfeitamente com as duas e é o que vem acontecendo mas já é tempo de o crioulo ser oficializado para ter o lugar devido, é uma língua como as outras;”

“Com a oficialização do crioulo qual a variante a escolher? O falante é que deve escolher. Cada ilha tem a sua e não se deve impor, mas deve haver sim uma unificação para a escrita»;

«Com a oficialização do crioulo qual a variante que vai entrar em uso? Para mim, nenhum. Se se escolher um, haverá problemas com os outros: questão de bairrismos». «O que vai acontecer às demais variantes? Todas vão continuar»¹⁸

Na pergunta sobre a consciência da diversidade do “crioulo” falado nas diferentes ilhas e mesmo dentro da mesma ilha (no caso de Santiago), a resposta mais geral a «se mudava de “crioulo” quando mudava de ilha e se era percebido pelos interlocutores», foi a de que não se mudava de “crioulo” e de que «era entendido» por todos e, inclusivamente, que no seu bairro ou instituição havia pessoas de várias ilhas. Mas há algumas respostas que vão num sentido bem diferente:

“Há cabo-verdianos que têm dificuldade em entender a minha variante: sobretudo os do interior de Santiago. As empregadas domésticas do interior de Santiago têm dificuldade em entende as ordens que eu lhes dou em crioulo de São Vicente. Tento aproximar--me do crioulo da Praia para que me entendam;”

“Quando muda de ilha muda de variante?: – Nunca, até porque tenho dificuldade em aprender as outras variantes. Há cerca de vinte anos que vivo na Praia, e nunca aprendi a falar o crioulo de Santiago. Tenho às vezes essa necessidade, acho bonito, expressivo, o crioulo de Santiago, sobretudo para cantar mornas, para intervir nos fóruns onde a maioria é de Santiago”¹⁹

Acrescente-se ainda uma afirmação que indica a diferenciação:

“O crioulo falado em família é diferente: pois, com o marido falo a variante do Barlavento, com as filhas falo também a variante do sotavento (crioulo da Praia).”

Finalmente, houve quem não respondesse às perguntas e uma resposta diz expressamente o seguinte: “Qual a variante de crioulo da LCV que o poder político deve escolher? – Ainda não pensei. E com a oficialização do crioulo qual a variante que: – Deixar a língua definir-se. E o que vai acontecer às demais variantes? – Não sei”

Um dos Investigadores, em observações finais, acrescenta um dado que aponta para interessantes especializações de variantes: “As mornas, os finaçons, o batuque, são cantados no crioulo de Santiago, mas as coladeiras, não, utilizam

18. Esta investigadora viveu na Praia (8 anos) , no Tarrafal (6 anos) e em Lisboa (2 anos).

19. “Mudo de variante quando vou à ilha de São Vicente, Mindelo, mais propriamente à minha aldeia”

sobretudo o crioulo de São Vicente. A maioria das mornas, mesmo feitas por naturais de S. Vicente, utilizam predominantemente o crioulo da Praia. Razões?.”

Em forma de rodapé, acrescento que, entre os Mestrados inquiridos, encontrava-se um estudante português, cujas indicações são totalmente diferentes na maior parte das perguntas, e, apesar de muito jovem ainda, informa que aprendeu “crioulo” aos vinte e quatro anos e, no seu trabalho, mostra grande à vontade no domínio da língua da terra e usa-a no seu posto de trabalho, na resolução de discussões e problemas de todo o gênero, nas compras, na rua, nos divertimentos. Quanto à escolha de uma só língua por parte do poder político, não concorda e acha que se deveria optar pela variante de Santiago, embora seja de opinião de que as demais variantes se vão manter iguais. Por último, todos foram unânimes em afirmar que atualmente os políticos falam crioulo, acrescentando alguns, que isto acontecia sobretudo em período de eleições.

Conclusão

Estamos perante diglossia ou bilinguismo? Quanto à classe culta, não temos qualquer dúvida de que se trata de bilinguismo. Os Docentes do Instituto garantiram-me que falavam entre si em crioulo e o próprio Diretor do Mestrado em Cabo Verde, sempre que me acompanhava e falava com os seus pares, ora falava em “crioulo” ou em português indiscriminadamente: quando pedia qualquer coisa, fazia-o em qualquer das línguas, apesar da minha presença e sendo eu o “interessado” no pedido, pois tratava-se de coisas relacionadas com o Mestrado.

Nas ruas – com vendedoras de rua –, nos autocarros, no restaurante, no banco, na praia, no contacto com as crianças que brincavam nos largos, falei sempre em português e fui entendido. Isto é, a minha impressão é de que o bilinguismo (se não for total, será pelo menos parcial) funciona e existe. Passei grande parte do tempo na capital, mas também aconteceu o mesmo na Assomada, no Tarrafal. Por outro lado, acredito no depoimento que afirma o seguinte: «na minha ida às diferentes ilhas, constato que vai crescendo a uniformização do crioulo, sobretudo nos meios urbanos».

Todos apontam para o bilinguismo, ou seja, a oficialização e manutenção das duas línguas: «ambas são nossas». Ou, numa forma mais mitigada: «o português não substituirá nunca o crioulo, mas nas situações de maior formalidade o português vai-se sobrepor ao crioulo por muitos anos», mas exigindo uma oficialização clara do “crioulo”: «já é tempo de o crioulo ser oficializado para ter o lugar devido, é uma língua como as outras».

Qual a variante de “crioulo” da Língua Cabo-Verdiana que o poder político deve escolher e o que vai acontecer às demais variantes? As respostas vão desde:

«deixar a língua definir-se» e as variantes “continuam a existir e vão enriquecer a variante que ficar depois da oficialização”, pois “cada variante está ligada a uma região, a um grupo social e a uma história” e “traduz o sentir, o pensar e o jeito de ser de uma parte deste povo.”

Até ouvir a população: “a sociedade deve ser ouvida e a escolha da mesma deve ser soberanamente respeitada e implementada», passando ainda pela exigência da unificação da escrita: «o falante é que deve escolher. Cada ilha tem a sua e não se deve impor, mas deve haver sim uma unificação para a escrita.”

Finalmente, permito-me sintetizar a fotografia linguística de Cabo Verde com as notas finais de um inquérito: 1. Hoje há maior mobilidade de pessoas nas ilhas de CV e por isso há mais contacto entre falantes de outras variantes; 2. Espero que continue a crescer para que contribua para a construção natural de uma língua nacional. Embora os indicadores apontem para um acréscimo nos investimentos económicos na capital, que tem atraído muitas pessoas das outras ilhas à procura de emprego; 3. Em suma, as outras ilhas poderão perder a sua variante linguística, uma boa parte da sua população ativa, sobretudo com a oficialização e ensino de uma única variante – a de Santiago –, que parece a estar a ser imposta.

Referências

- Araujo, António Martins. Bilinguismo, diglossia e criouliização nos países lusófonos. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v.8, p. 59-87, 2004.
- Bartens, Angela. *Der Kreolische Raum: geschichte und gegenwart*, Helsinki, Die Finnische Akademie der Wissenschaften, 1996.
- Bartens, Angela. *Caboverdeano em 45 lições*. Estudo sociolinguístico e gramatical.s.d.
- Cardoso, Pedro. *Folclore caboverdeano*. Porto: Marânus, 1933.
- Carreira, António. *O crioulo de Cabo Verde: surto e expansão*, Lisboa: Gráfica Europam Lda, 1982.
- Duarte, Dulce Almada. *Bilinguismo ou diglossia?*, 2.ed., Praia: Spleen [1999] 2003.
- Ferguson, Charles. *Language structure and language use*. Califórnia: Stanford University Press, 1971.
- Ferreira, Manuel. “Encontro com Manuel Ferreira”. *Laban*, 1992, II, p. 103-156, 1984.
- Fishman, Joshua. *Sociología del lenguaje*, Madrid: Cátedra, 1982.
- Fonseca, Aguinaldo Brito. «Encontro com Aguinaldo Brito Fonseca». *Laban*. I, pp. 247—258, 1992.
- Fonseca, Mário. «Encontro com Mário Fonseca» *Laban*, II, p. 479-499, 1992.
- Fortes, Corsino. «Encontro com Corsino Fortes» *Laban*, II, p. 383-422, 1992.
- Laban, Michel. *Cabo Verde. Encontro com Escritores*, I e II vols., Porto, Fundação Eng.º António de Almeida [As entrevistas foram feitas à volta de 1985, 1992].

Lopes, Baltasar. *O Dialecto de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. [1.^a ed., 1957], 1984.

Lopes, Baltasar. «Encontro com Baltasar Lopes» *Laban*, I, p. 11-55, 1992.

Lopes, Manuel. «Encontro com Manuel Lopes» *Laban* 1992, II, p. 61-98, 1992

Lopes, Manuel. La linguistique. *Revue de la Société de Linguistique Fonctionnelle*, v. 41, n.1 [Todo número é dedicado aos crioulos de base lexical francesa], 2005.

Monteiro Cardoso, Olavo Bilac Barbosa. *Trabalho do Seminário de Linguística Africana*, Praia: s.e., 2005.

Osório, Osvaldo. «Encontro com Osvaldo Osório» *Laban*, II, p. 427-450, 1992.

Romano, Luís. «Encontro com Luís Romano» *Laban*, I, p. 225-241, 1992.

Santos Lima, Maria de Lurdes. *Confluência das línguas caboverdiana e portuguesa: perspectiva interdisciplinar*, Porto [Tese de Mestrado], 2002.

TEIXEIRA DE SOUSA, Henrique. «Encontro com Henrique Teixeira de Sousa» *Laban*, I, p. 163-220, 1992.

Valkhoff, Marius F. «A Socio-linguistic Enquiry into Cabo-verdiano Creole». *Miscelânea Luso-Africana*. Colectânea de Estudos Coligidos por, Lisboa, Junta de Investigações Científica do Ultramar, p. 41-58, 1975.

Varela da Silva, Tomé. «Encontro com Tomé Varela da Silva» *Laban*, II, p. 769-782, 1992.

Veiga, Manuel. *Diskrison Struktural di Lingua Kaburverdianu*. Praia: ICL, 1982.

Veiga, Manuel. «Encontro com Manuel Veiga» in *Laban*, 1992, II, p. 561-607, 1987.

Veiga, Manuel (Coordenador). *Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano* [ALUPEC], Praia (Aprovação: decreto-lei n.º 67/98, de 31.12), BO n.º 48, 1994.

Veiga, Manuel. *Le créole de Cap-Vert: étude grammaticale descriptive et contrastive*. Paris/Praia : Éditions KARTHALLIA et IPC, 2000.

Veiga, Manuel. *A construção do bilinguismo*. Praia: IBNL, 2004.

Kabuverdianu moderno: alguns aspectos fonológicos

Shirley Freitas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil

Introdução

O kabuverdianu moderno é uma língua crioula de base portuguesa falada nas ilhas de Cabo Verde. Neste capítulo, serão discutidos aspectos fonológicos dessa língua, concentrando-se na variedade falada em Santiago, a partir da qual as demais se desenvolveram. Inicialmente, a seção 1 apresenta alguns traços gerais do kabuverdianu, como o estatuto da língua dentro do arquipélago. Em seguida, são mostrados os inventários fonológicos de vogais e consoantes (seções 2 e 3, respectivamente), incluindo o quadro de ditongos e a discussão acerca do estatuto das consoantes nasalizadas. Na seção 4 e subseções, trata-se da estrutura silábica e dos segmentos passíveis de preencher as posições de onset, núcleo e coda. Por fim, a seção 5 apresenta uma síntese do capítulo.

1. Kabuverdianu moderno

O kabuverdianu moderno é falado nas nove ilhas habitadas do arquipélago de Cabo Verde: Santiago, Fogo, Maio, Brava, Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Boa Vista e Sal. Além disso, segundo Silva (2008, p.25), muitos cabo-verdianos emigraram para outros países e, com eles, a sua língua também foi levada para além de Cabo Verde. Assim, atualmente muitos falantes de kabuverdianu moram em Portugal, França e Estados Unidos. Falado em diversos lugares, o kabuverdianu, como qualquer outra língua, apresenta variações, o que, contudo, não significa línguas diferentes. Essas variações são decorrentes das próprias características da colonização das diversas ilhas (diferentes períodos e agentes colonizadores) e também da distância entre as mesmas (Rodrigues, 2007, p. 13; Lopes, 2012, p. 9).

A despeito das diferenças, as variedades dialetais do kabuverdianu podem ser reunidas em dois grandes grupos (Quint, 2000a, p. 9): (i) um nas ilhas de Barlavento, cuja variedade é de desenvolvimento mais recente. As influências

africanas são menores dentro do léxico e a gramática é próxima do português, sobretudo nos âmbitos fonético e fonológico; (ii) e outro nas ilhas de Sotavento, que possuem uma variedade mais antiga, permeada de palavras africanas e com aspectos fonéticos diferentes do português. Quint (2000b, p. 80) afirma que os dialetos do sul estariam mais próximos do crioulo falado nos primeiros tempos, formado a partir das línguas africanas e do português dos séculos XVI e XVII. Essas variedades conservariam tanto os traços africanos do antigo crioulo (nos âmbitos do vocabulário e do sistema verbal) quanto a pronúncia do português dos séculos XVI e XVII, que se diferenciava sobretudo com relação às vogais átonas. É possível ainda distinguir a variedade falada em Santo Antão, que, para Quint (2000a, p. 9-10), é tão diferente no âmbito das evoluções fonéticas e morfológicas que poderia estar em um grupo à parte. Schuchardt (1887, p. 137) também aponta a particularidade da fala de Santo Antão. Segundo o autor, o dialeto dessa ilha conservou muitos traços do português (o que, nas demais ilhas, seria menor) em virtude de seu isolamento anterior com relação ao resto do arquipélago, de sua colonização mais tardia e do grande número de europeus (brancos).

Dentre as diversas variedades de kabuverdianu, este estudo se concentra na falada na região de Sotavento, especialmente em Santiago, já que foi a partir da variedade dessa área que se formaram as demais. Tendo sido as primeiras a serem habitadas, as ilhas de Sotavento congregam as variedades mais antigas e conservadoras da língua e as que vêm despertando a maior parte da atenção dos estudiosos (Rodrigues, 2007, p. 144-197). Mais precisamente em Santiago, onde se iniciou o povoamento do arquipélago, segundo Brüser et al. (2002, p. 19), é falado “[...] um dos mais antigos crioulos de base europeia ainda vivos, ou talvez até o mais antigo.” A ilha de Santiago é considerada por Quint (2000a, p. 5) como a mais africana do arquipélago nos âmbitos étnico e cultural pelo fato de o povoamento ter se efetuado sobremaneira por escravos vindos do continente. Já o crioulo santiaguense, nas palavras de Quint (2000b, p. 96), dentre as demais variedades, é o mais antigo, o mais conservador e o mais distante do português. Lopes (2012, p. 4-6) defende ainda a hipótese de que o crioulo falado nessa ilha, por sua antiguidade e conservadorismo, seria o mais próximo do protocrioulo a partir do qual derivaram as demais variedades do kabuverdianu e mesmo outras línguas crioulas, como o papiamentu e o kriyol de Guiné Bissau e Casamança.

Quanto ao seu estatuto, o kabuverdianu é a língua materna de grande parte da população cabo-verdiana, sendo o sistema linguístico preferido para a comunicação diária informal, sobretudo no registro falado. Por outro lado, a língua oficial do país é o português – Cabo Verde inclusive faz parte do grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) –, usado na escolarização, na

mídia, nos documentos oficiais e na esfera político-econômica (Quint, 2000b; Pratas, 2002; Silva, 2008; Lopes, 2012; Miranda, 2013). Esse quadro cria uma situação de diglossia (Ferguson, 1959), no qual duas línguas convivem em um mesmo espaço, mas não gozam do mesmo status sociopolítico. Na sociedade cabo-verdiana, o uso do português é tão restrito aos registros mais formais que muitos habitantes de Santiago não falam nem compreendem de fato o português, a despeito de essa ser a língua oficial e estar presente na escolarização (Quint, 2000b; Miranda, 2013). Essa presença da língua portuguesa nas ilhas, mesmo depois do fim do domínio de Portugal na região, tem levado, de acordo com Rodrigues (2007, p. 243-247), à “descrioulização” do kabuverdianu. Em linhas gerais, nesse processo, o crioulo vai mudando em direção à sua língua de superstrato (no caso, o português), perdendo as características mais divergentes daquelas do lexificador. De fato, é possível observar, em Santiago, a presença de duas variedades mais gerais de crioulo: de um lado, o “crioulo fundo”, com traços arcaicos e, de outro, o “crioulo leve”, falado principalmente na capital e recebendo mais influências do português.

2. Sistema vocálico

No âmbito vocálico, o kabuverdianu possui os fonemas do quadro 1 (Brüser et al., 2002, p. 23; Lang et al., 2002, p. 61)¹:

Quadro 1: Fonemas vocálicos do kabuverdianu moderno

---	ANTERIORES	CENTRAIS	POSTERIORES
Altas	i		u
Médias-altas	e		o
Médias-baixas	ɛ	ɐ	ɔ
Baixas	a		

Além desse inventário, alguns autores admitem ainda que existem vogais nasais. Brüser et al. (2002, p. 23) defendem a existência de cinco vogais nasais, apontando para o fato de que, nesses contextos, a oposição entre as vogais médias-baixas e médias-altas ([ẽ] e [ē], [õ] e [ō]) e entre [ã] e [ẽ] é neutralizada, sendo o contexto o responsável por determinar a forma a ser usada. Lang et al. (2002, p. 61) também advogam a ocorrência de vogais nasais fonológicas: para eles, o sistema teria oito vogais nasais, correspondendo às realizações nasalizadas da série oral, diferindo destas somente pelo traço de nasalidade. Assim, ao quadro

1. Para Rodrigues (2007, p. 149), o kabuverdianu dispõe também de oito vogais, contudo, em lugar de /ɐ/, estaria o /ə/. Assim, quando nos referirmos à presença do schwa no trabalho da autora, ele pode ser visto como equivalente a /ɐ/.

de Brüser et al. (2002, p. 23), os autores acrescentam os seguintes fonemas: /ẽ, ã, õ/. Rodrigues (2007, p. 153), por seu turno, apresenta uma postura diversa.

Para ela, do ponto de vista fonológico, não existem vogais nasais em kabuverdianu, mas vogais nasalizadas (vogal oral + consoante nasal): [ĩ] (/iN/), [ẽ] (/eN/), [ɛ̃] (/ɛN/), [õ] (/əN/), [ã] (/aN/), [õ] (/ɔN/), [õ] (/oN/), [ũ] (/uN/). Quint (2000a: 25) também defende a existência de vogais nasalizadas em kabuverdianu no âmbito fonológico (/VN/), mas, diferentemente de Rodrigues (2007, p. 153), considera que, nesses casos, não ocorre oposição entre [e] e [ɛ], [o] e [ɔ], [a] e [ɐ]. Desse modo, não há consenso sobre a atribuição de estatuto fonológico à série das vogais com o traço [+ nasal]. Lang et al. (2002), inclusive, muitas vezes, chamam as vogais nasais de nasalizadas (termo em geral empregado para se referir a elementos que sofreram um processo de nasalização no âmbito fonético), o que ilustra a dificuldade de definir se tais vogais constituem fonemas da língua ou não. Uma vez que, no kabuverdianu, não existe oposição entre vogais nasais e vogais nasalizadas (entre /i/ e /iN/, por exemplo), neste estudo, considera-se que não existem vogais nasais fonológicas na língua, mas vogais foneticamente nasalizadas, que correspondem, no âmbito fonológico, a uma vogal oral seguida de consoante nasal.

Além disso, defende-se que quando se tem uma vogal nasalizada, a oposição entre as vogais centrais ([a] e [ɐ]) e as médias-altas e médias-baixas ([e] e [ɛ], [o] e [ɔ]) é neutralizada. Alguns comentários devem ser feitos sobre as vogais que possuem o traço [+ nasal]. De acordo com Brüser et al. (2002, p. 23) e Lang et al. (2002, p. 53-61), em posição final de palavra, geralmente essas vogais são seguidas pela nasal velar ([ŋ]). Esses autores apontam ainda que a oposição entre vogais orais e nasais restringe-se à posição final de palavras, como se vê nos seguintes pares mínimos (exemplos retirados desses autores): *ri*² [ri] ‘rir, sorrir’ e *rin* [ri(ŋ)] ‘rim’, *le* [le] ‘ler’ e *len* [le(ŋ)] ‘lado’, *manha*

2. Os dados do kabuverdianu moderno aparecem em itálico e na sua grafia atual. No caso de nomes científicos, eles serão grafados entre aspas duplas. A grafia da língua segue o ALUPEC (CABO VERDE, 1998), proposta de um alfabeto unificado (de inspiração fonético-fonológica) para as ilhas de Cabo Verde como um primeiro passo para a padronização da língua. O alfabeto adotado possui 23 grafemas: <a, b, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, ñ, o, p, r, s, t, u, v, x, z>. A realização fonética de alguns símbolos gráficos (em virtude de não ser totalmente transparente) deve ser mencionada: (i) <g> representa sempre [g], independentemente do segmento seguinte; (ii) <h> de forma geral não é pronunciado; (iii) <j> representa [ʒ]; (iv) <x> representa [ʃ]; (v) <dj> representa [dʒ]; (vi) <tx> representa [tʃ]; (vii) <lh> representa [ʎ]; (viii) <nh> representa [ɲ].

3. As transcrições do kabuverdianu moderno tomam como base aquelas que aparecem no dicionário de Brüser et al. (2002), realizando modificações sustentadas pela descrição fonética de Rodrigues (2007). Essa postura foi tomada em virtude de as transcrições apresentarem algumas incoerências, com os autores, muitas vezes, parecendo confundir representação fonética com fonológica, como é o caso da representação das vogais nasais e do <ɫ> velarizado. Assim, a fim de desfazer equívocos, foram adotadas algumas mudanças, dentre as quais se destacam:

[^hma.ñe] ‘manha’ e *manhan* [^hma.jñẽ(ŋ)] ‘amanhã’, po [^hpo] ‘pôr, colocar’ e pon [^hpõ(ŋ)] ‘pão’, *kru* [^hkru] ‘cru’ e *krun* [^hkrũ(N)] ‘1. interjeição onomatopaica que imita o ruído de um embate etc, por exemplo, quando se fecha uma porta com estrondo, 2. emprega-se também para sugerir um procedimento rápido’. Além disso, Lang et al. (2002, p. 77) apontam ainda que, diante das consoantes nasais /m/, /n/ e /ɲ/ (ocorrendo em sílabas diferentes), não ocorrem vogais com o traço [+nasal], ou seja, não há espalhamento da nasalidade, como em *kama* [^hka.mɐ] ‘cama’ (*[^hkẽ.mɐ]), *panéla* [pɛ.ñe.lɛ] (*[pẽ.ñe.lɛ]) ‘panela’ e *dinheru* [di.ñe.ru] (*[dĩ.ñe.ru]) ‘dinheiro’.

Quanto às vogais médias-baixas, Rodrigues (2007, p. 149) discute seu estatuto fonológico. Ela aponta que Macedo (1979, p. 90-93 apud Rodrigues, 2007, p. 149) exclui /ɛ/ e /ɔ/ do quadro fonológico, considerando-os alofones contextuais das médias-altas; já Veiga (1986, 1994, p. 92-93 apud Rodrigues, 2007, p. 149) apresenta um posicionamento diferente, defendendo que as vogais médias-baixas constituem de fato fonemas da língua e apresentando pares mínimos para corroborar sua visão. Dentre os pares mínimos opondo [ɛ] e [e], [ɔ] e [o] trazidos por esse autor, citam-se: *séra* [^hsɛ.rɛ] ‘1. serra (ferramenta), 2. serra (montanha), 3. cera’ e *sera* [^hse.rɛ] ‘serrar’; *féra* [^hfɛ.rɛ] ‘animal selvagem, fera’ e *fera* [^hfɛ.rɛ] ‘1. festa popular, 2. mercado, feira’; *óra* [^hɔ.rɛ] ‘hora’ e *ora* [^ho.rɛ] ‘orar, rezar’; *róda* [^hrɔ.dɛ] ‘1. roda, 2. (grande) quantidade, 3. arredores’ e *roda* [^hro.dɛ] ‘1. rodar, girar, 2. rodear, circundar’ (exemplo retirado de Brüser et al., 2002, p. 679). Desse modo, fica ilustrada, então, a pertinência de considerar a série das vogais médias-baixas como fonemas da língua.

Ademais, segundo Rodrigues (2007, p. 152), as vogais médias-baixas geralmente ocorrem na sílaba tônica de palavras paroxítonas que terminam em vogal central, como se vê em *kabésa* [kɛ.ñɛ.sɛ] ‘cabeça’, *manéra* [mɛ.ñɛ.rɛ] ‘maneira, modo’, *góta* [gɔ.tɛ] ‘gota’, *bóka* [bɔ.kɛ] ‘boca’ (exemplos retirados da autora). A autora menciona ainda que, nas variedades da Sotavento, há alguns poucos casos

-
- a. Emprego das africadas alveopalatais [tʃ] e [dʒ] em lugar das oclusivas palatais [ç] e [j];
 - b. Emprego da vibrante simples [r] em lugar da vibrante múltipla [r̃];
 - c. Emprego da lateral velarizada em posição de coda (medial e final) [ɭ] em lugar de [l] (realização confirmada a partir de gravações com falante nativo do kabuverdianu);
 - d. Representação das vogais nasalizadas com o til, em vez de colocar uma vogal oral seguida de consoante nasal. Se tal representação fosse adotada, significaria dizer que a consoante nasal é pronunciada, o que não se acredita ser o caso mais geral;
 - e. Nas consoantes (pré-)nasalizadas, o elemento nasal aparece sobrescrito, e não no mesmo nível da consoante;
 - f. Nas palavras reduplicadas, será marcado somente o acento primário. Nesses casos, Brüser et al. (2002, p. 49) consideram duas sílabas tônicas, o que se contrapõe às próprias características de formas reduplicadas, que conservam o acento de uma das partes componentes, passando o outro acento a ser secundário (Araujo, 2002, p. 74-79).

de vogais médias-baixas em palavras que terminam em /u/ ou /r/: *sédu* [ʰsɛ.du] ‘cedo, logo’, *xofér* [ʃo.ʰfɛɾ] ‘motorista’ (exemplos retirados da autora e de Brüser et al., 2002).

No que tange às vogais centrais do kabuverdianu, Lang et al. (2002, p. 62-63) mencionam que há alguns contextos em que /a/ é a forma preferida e outros em que a preferência incide sobre o /ɐ/. Dentre os casos de primazia da forma /a/ estão: (i) ditongo [aw] em posição final de palavra: *mau* [ʰmaw] ‘mau’, *kularau* [ku.le.ʰraw] ‘colorau’ (exemplo retirado de Brüser et al., 2002); (ii) sílabas tônicas em posição final terminadas em [s]: *aliás* [ɛ.ʰljas] ‘aliás’. Já o /ɐ/ é mais usado nos seguintes casos: (i) ditongo [ɛj] em final de palavra: *papai* [pɛ.ʰpɛj] ‘papai’; (ii) sílabas tônicas em posição final terminadas em [ʰ]: *sal* [ʰsɛʰ] ‘sal’; (iii) monossílabos que têm um onset complexo cujo elemento final é uma líquida: *fla* [ʰflɛ] ‘falar’, *tra* [ʰtrɛ] ‘tirar, extrair’ (exemplos retirados desses autores). Assim, por conta dessa maior frequência de uma das formas em determinadas posições, poder-se-ia pensar que [a] e [ɐ] são alofones de um mesmo fonema em distribuição complementar. Lang et al. (2002, p. 63), entretanto, afirmam que não há uma complementaridade absoluta entre as duas formas, havendo inclusive pares mínimos (como *parti* [ʰpɛɾ.ti] ‘partir (1. quebrar, 2. repartir, 3. ir embora)’ e *parti* [ʰpar.ti] ‘parte’; *sabe* [ʰsɛ.bi] ‘saber’ e *sabi* [ʰsa.bi] ‘1. alegria, 2. agradável’), o que justifica considerar /a/ e /ɐ/ como fonemas do kabuverdianu.

Quint (2000a, p.19-20), assim como Lang et al. (2002, p. 63), defende que, a despeito de não ser muito recorrente, a oposição entre as vogais centrais permite distinguir pares mínimos frequentemente usados na língua. Para ele, essa diferença entre /a/ e /ɐ/ é privativa do kabuverdianu falado em Santiago, não aparecendo em outras variedades. Rodrigues (2007, p.150-151) também segue essa postura de considerar a existência de dois fonemas centrais na língua. Ela afirma que, na variedade santiaguense, em posição tônica, o [a] é mais comum, ao passo que, em posição átona, é mais frequente o [ə]. Para ela, em posição tônica, /a/ e /ə/ devem ser considerados fonemas, sendo a oposição neutralizada em posição átona (alofones posicionais).

Com relação à altura das vogais, Brüser et al. (2002, p.23), Lang et al. (2002, p.66-73) e Rodrigues (2007, p.205) mencionam que um aspecto particular do kabuverdianu consiste em permitir identificar a que classe gramatical uma determinada palavra (que tem na língua uma outra forma quase homófona) pertence a partir da altura de sua vogal tônica. De acordo com Lang (1994a, 1999 apud Rodrigues, 2007, p.205) esse processo teria um caráter mais morfofonológico do que fonológico. Em geral, em vocábulos terminados em <a>, nos verbos, a vogal tônica será alta ou central/média-alta, ao passo que, nos nomes e adjetivos, ela

será, majoritariamente, alta ou central/média-baixa. Há inclusive casos de pares mínimos (ou análogos) de verbo e substantivo ou adjetivo cuja oposição se dá somente com relação à altura de suas vogais tônicas. É o que se vê, por exemplo, em (1) (exemplos retirados de Lang et al., 2002, p.66-73)

- (1) a. *kareka* [kɛ.ˈre.ke] ‘ficar careca’ e *karéka* [kɛ.ˈrɛ.ke] ‘careca’;
 b. *regra* [ˈre.gɾɛ] ‘pôr em ordem, regularizar’ e *régra* [ˈrɛ.gɾɛ] ‘regra’;
 c. *astia* [ˈɛs.tjɛ] ‘hastear (bandeira)’ e *astia* [ˈas.tjɛ] ‘bastão, vara’;
 d. *raiba* [ˈrɛj.be] ‘ficar com raiva’ e *raiba* [ˈraj.be] ‘raiva’;
 e. *dirota* [di.ˈro.tɛ] ‘derrotar’ e *diróta* [di.ˈrɔ.tɛ] ‘derrota’;
 f. *mostra* [ˈmos.tɾɛ] ‘mostrar(-se)’ e *móstra* [ˈmɔs.tɾɛ] ‘amostra, prova’.

Ainda no tocante à altura, segundo Brüser et al. (2002, p.23) e Lang et al. (2002, p.81), as vogais /ɛ, a, ɔ/ só aparecem na sílaba tônica. Por causa disso, caso uma palavra que contenha um desses segmentos em posição acentuada sofra um processo de flexão ou derivação, com conseqüente deslocamento da sílaba tônica, as vogais centrais/médias-baixas são substituídas pelas suas correspondentes altas (/e, ɐ, o/), como se vê em *kabésa* [kɛ.ˈbɛ.sɐ] ‘cabeça’ e *kabésóna* [kɛ.be.ˈsɔ.nɐ] ‘cabeça grande’, *laba* [ˈla.be] ‘lavar’ e *labado* [lɛ.ˈba.du] ‘tinha cantado’, *xikóti* [ʃi.ˈkɔ.ti] ‘chicote’ e *xikotada* [ʃi.ko.ˈta.dɛ] ‘chicotada’ (exemplos retirados de Lang et al., 2002, p.81). Em posição átona final, a neutralização entre os graus de altura das vogais é ainda mais drástica, uma vez que, nessa posição, ocorrem apenas três vogais: [i], [ɛ] e [u] (Brüser et al., 2002, p.23; Lang et al., 2002, p.82), como em *skrebe* [ˈskɾe.bi] ‘escrever’, *kanta* [ˈkɛ̃.tɛ] ‘cantar’ e *konko* [ˈkɔ̃.ku] ‘1. bater, 2. abanar’ (exemplos retirados de Lang et al., 2002, p.82).

Quanto às sequências vocálicas em kabuverdianu, Lang et al. (2002, p.90-93) apontam a ocorrência de hiatos e ditongos. Dentre os hiatos, encontram-se os seguintes⁴: (i) [ˈe.ɐ]: *feia* [ˈfɛ.ɐ] ‘feia’, *rea* [ˈrɛ.ɐ] ‘areia’, *aldêa* [ɐʔ.ˈdɛ.ɐ] ‘aldeia’, *idêa* [i.ˈdɛ.ɐ] ‘ideia’⁵; (ii) [ˈi.ɐ]: *dia* [ˈdi.ɐ] ‘dia’, *kria* [ˈkɾi.ɐ] ‘criar(-se)’; (iii) [ɐ.ˈe]: *ael* [ɐ.ˈeʔ] ‘ele, ela (forma tônica, marcada)’, *aes* [ɐ.ˈɛs] ‘eles, elas (forma tônica, marcada)’; (iv) [ɐ.ˈu]: *saúdi* [sɐ.ˈu.di] ‘saúde’, *raúni* [rɐ.ˈu.ni] ‘reunir’; (v): [ɐ.ˈi]: *raíinha* [rɐ.ˈi.jɐ] ‘rainha’ (exemplos retirados desses autores). Quanto aos ditongos, Lang et al. (2002, p. 90-93) afirmam que o kabuverdianu possui muitos ditongos orais e poucos nasalizados. Os primeiros podem ser tanto crescentes quanto decrescentes, apresentando o seguinte inventário /ej/, /ɛj/, /ɐj/, /aj/, /ɔj/, /

4. Segundo Lang et al. (2002, p. 90), o único hiato frequente no kabuverdianu seria [e.ɐ]. Neste estudo, discorda-se dos autores, já que palavras como *dia*, *ele(s)*, *ela(s)* são de alta frequência.

5. Nesses casos, as realizações com o hiato [e.ɐ] variam com formas com o ditongo [ej], como em *feia* [ˈfɛje].

oj/, /uj/; /iw/, /ew/, /ɛw/, /ɛw/ (só aparece em sílaba átona), /aw⁶/; /je/, /jɛ/, /jɛ/, /ja/, /jɔ/, /jo/, /ju/; /wi/, /we/, /wɛ/, /wɛ/, /wa/, /wo⁷/.

Com relação aos ditongos nasalizados, nas variedades acroletais, ou seja, aquelas que recebem maiores influências do português, o número desses ditongos é maior. Já na variedade basileta do kabuverdianu (o “crioulo fundo”), não aparecem com frequência e são sempre crescentes, havendo as seguintes possibilidades (Lang et al., 2002, p.93): /jeN⁸/ e /weN⁹/.

Quint (2003, p.17-18) aponta ainda os seguintes ditongos nasalizados: /jeN/, /joN/, /wiN/, /weN¹⁰/.

Nos ditongos nasalizados, a nasalidade aparece tanto na vogal como no glide, mas, em virtude de ser menos perceptível neste último, será marcada somente na vogal, núcleo da sílaba. Além disso, ditongos (orais) com as vogais /ɛ/, /a/ e /ɔ/ só ocorrem em sílabas tônicas (Lang et al., 2002, p.93).

3. Sistema consonantal

No tocante ao quadro consonantal, o kabuverdianu moderno apresenta vinte fonemas (Quadro 2¹¹):

Quadro 2: Fonemas consonantais do kabuverdianu moderno

---	Labiais	Dentais	Alveopalatais	Palatais	Velares
Oclusivas	p b	t d			k g
Fricativas	f v	s z		ʃ ʒ	
Africadas			tʃ dʒ		
Nasais	m	n		ɲ	
Líquidas		l r		ʎ	

Esse inventário fonológico difere do de Rodrigues (2007, p.144) somente

6. Nos dados dos autores, os ditongos /ow/ e /ɔw/ não foram documentados. Quanto ao último, aparece o onomatopaico *póu!* [pɔw] ‘1. interjeição onomatopaica que imita o ruído breve de um golpe, 2. emprega-se também para sugerir a rapidez de um movimento’.

7. Nos dados dos autores, o ditongo /wɔ/ não foi documentado.

8. Quanto ao ditongo /jaN/ (sugerido pelo exemplo *kunfiansa* [kũ.ʎã.se] ‘confiança’), uma vez que, neste estudo, advoga-se que a oposição entre /a/ e /ɛ/ é neutralizada em contextos nasalizados, considera-se somente a presença de /jeN/.

9. Os autores apontam ainda o ditongo /weN/, como se observa em *duénsa* [dũẽ.se] ‘doença’. Contudo, como, neste estudo, defende-se que ocorre neutralização entre as vogais médias em contextos nasalizados, apenas o ditongo /weN/ será considerado no âmbito fonológico.

10. O autor menciona ainda os ditongos /jeN/ e /weN/, desconsiderados, neste estudo, em virtude da neutralização das vogais médias em contextos nasalizados.

11. Caso haja duas consoantes em sequência, a da esquerda é a surda e a da direita, a sonora (exceto nas líquidas, em que as duas são sonoras). Se a consoante estiver sozinha, ela é sonora.

quanto à vibrante (/r/), que a autora substitui pela simples (/r/); ademais, ele se assemelha ao de Quint (2000a, p. 27-29), que considera a existência de 23 fonemas em kabuverdianu, acrescentando ao Quadro 2 /ŋ, j, w/. Esse quadro ainda é levemente diferente do apresentado por Brüser et al. (2002, p.23-24) e Lang et al. (2002, p. 94-95). Esses autores consideram como fonemas as oclusivas palatais /c/ e /ɟ/, ao invés das africadas alveopalatais /tʃ/ e /dʒ/. Essas divergências devem ser analisadas. No que diz respeito às oclusivas palatais, Lang et al. (2002, p. 107) afirmam que esses segmentos, *stricto sensu*, seriam africados e não oclusivos. Assim, eles seriam foneticamente mais complexos do que as demais oclusivas. A despeito dessa maior complexidade, esses autores sustentam o uso das representações /c/ e /ɟ/, em lugar de /tʃ/ e /dʒ/, para enfatizar o ponto de articulação realmente palatal dessas consoantes, enquanto que, nas fricativas /ʃ/ e /ʒ/, ele está mais próximo dos alvéolos. Considerando que as oclusivas palatais e as africadas alveopalatais não são correspondentes e que as primeiras são raras nas línguas do mundo, este estudo segue o posicionamento de Rodrigues (2007, p.144), considerando que o kabuverdianu possui consoantes africadas.

Quanto à vibrante, Rodrigues (2007, p.145) considera que [r] (encontrado em Santiago e Fogo) e [R] (usado em Santo Antão e São Vicente) seriam variantes de outros fonemas. A autora traz a opinião de Lopes da Silva (1984, p.105 apud Rodrigues, 2007, p.145), que reconhece que, em Santiago, a alternância entre as vibrantes em posição intervocálica é comum. A opção de considerar a vibrante simples como fonema é justificada por Rodrigues (2007, p.145) pelo fato de esta ocorrer em maior número de contextos e com maior frequência do que a vibrante múltipla, sendo esta um alofone de /r/ em alguns contextos. Sobre esse assunto, Lang et al. (2002, p.108-109) afirmam que, em kabuverdianu, “o número de toques da ponta da língua contra os alvéolos não é fonologicamente distintivo. Ocorrem realizações com um, dois, três e, especialmente em pronúncias enfáticas, até mais toques.”. Assim, segundo esses autores, existe uma variação entre [r] e [r], havendo contextos em que uma das formas é preferida. Salvo os casos de ênfase, o [r] aparece com mais frequência em posição inicial de palavras e como segundo membro de um cluster, como <br; tr>¹², entre outros. Já em posição de coda (seja medial ou final), o [r] é mais usado. Em posição intervocálica, a escolha por uma forma ou por outra varia de acordo com o falante. Ainda com relação às vibrantes, Clements (2014) analisa os róticos em algumas línguas crioulas de base ibérica da região atlântica (kabuverdianu, kriyol de Guiné Bissau e Casamança, santome, angular, palenquero e papiamentu) e da Ásia (crioulos indo-portugueses de Diu, Damão e Korlai, e zamboanguenho) e advoga que as

12. Neste estudo, discorda-se que o [r] é a realização preferida quando se tem um cluster, predominando [r].

variedades de português e de espanhol que atuaram como línguas de superstrato muito provavelmente possuíam a distinção entre /r/ e /r/. Além disso, segundo o autor, é esperado que os róticos das línguas de substrato (as línguas maternas dos escravos) terminem sendo transferidos para o pidgin ou crioulo recém-formado (Clements, 2014, p.346-347). Ao analisar as condições que geraram a distribuição dos róticos nas referidas línguas crioulas, Clements (2014, p.327-348) leva em consideração fatores como o número de línguas envolvidas no contato, a presença de uma cultura escravocrata e/ou de *plantation*, a ocorrência de contato com a língua lexificadora e os róticos presentes nas línguas de substrato. Em sua análise, o autor conclui que nenhum dos crioulos atlânticos analisados apresenta oposição fonêmica entre /r/ e /r/. Esse quadro confirma a afirmação de Ladefoged & Maddieson (1996, p.237) de que a maior parte das línguas do mundo possui apenas um rótico em seus quadros fonológicos. No caso do kabuverdianu, a ausência da distinção poderia ser explicada por dois fatores: (i) o cenário linguístico heterogêneo (apesar da presença constante do português), o que dificultaria a retenção dos dois róticos presentes na língua-alvo; (ii) a ausência de oposição entre /r/ e /r/ no wolof, principal língua dos escravos de Cabo Verde (Clements, 2014, p. 351).

Com relação à nasal velar ([ŋ]), Rodrigues (2007, p.145) afirma que essa consoante não teria um estatuto fonológico. Trazendo uma postura diversa, segundo Lang et al. (2002, p.96-98), Quint (2000a, p.27-29) defende a existência do fonema /ŋ/ em kabuverdianu. Para sustentar seu posicionamento, o autor aponta a existência de palavras iniciadas pela consoante nasal velar seguida por vogal. Nesses casos, o /ŋ/ se opõe às demais consoantes nasais (/m, n, ɲ/), razão pela qual recebe o estatuto de fonema. Todos os exemplos (trazidos pelo autor) que se iniciam por esse som têm seu étimo em alguma língua africana, não podendo ser atribuídos ao português. Para Lang et al. (2002, p.96-98), é legítimo que um fonema /ŋ/ realmente exista em algumas variedades mais isoladas do kabuverdianu falado em Santiago. Contudo, apoiando-se nos fatos de nenhuma das descrições do século XIX mencionar a existência de um fonema /ŋ/ e de seus informantes pronunciarem as palavras que começariam por esse fonema de outra forma, prescindindo do mesmo, os autores não incluem o /ŋ/ no quadro de fonemas da língua – mesma posição de Brüser et al. (2002, p.24) –; ele aparece como um fone, sendo usado opcionalmente em posição final de palavra quando precedido por uma vogal nasal ou quando há uma oclusiva nasalizada.

Por fim, este estudo considera os glides ([j, w]) como alofones, e não como fonemas, uma vez que não existe em kabuverdianu oposição entre eles e as vogais altas correspondentes (/i, u/). Além dessa lista de consoantes, Brüser et al. (2002,

p.23-24) e Lang et al. (2002, p.94-96, 98-99) apontam a existência de consoantes (pré-)nasalizadas correspondentes a cada uma das consoantes orais: /Np, Nb, Nt, Nd, Nk, Ng, Nf, Nv, Ns, Nz, Nj, Nz̃, Ntʃ, Ndʒ, Nl, Nr, Nɲ/¹³, acrescentando 17 fonemas ao kabuverdianu. Os autores afirmam que ainda não encontraram nenhuma ocorrência da correspondente nasalizada da lateral palatal (/Nɲ/), o que leva a uma necessidade de confirmação de sua existência. Já a vibrante nasalizada (/Nr/) até o momento só apareceu em posição medial, como em ónra /^hɲNre/ ‘honra’. Grande parte dessas consoantes nasalizadas tem origem em palavras do português com uma vogal seguida de consoante nasal na coda, mas precisamente os prefixos <em-, en-> ([ẽ]) e, em menor escala <in-, im-> ([ĩ]) (Lang, 2014, p.156)¹⁴. Certamente, a vogal foi apagada por restrições de palavras que começam com vogal, comum em línguas do oeste da África, como o wolof (Lang, 2014, p.158-160).

No âmbito fonético, em posição inicial, as consoantes nasalizadas são segmentos complexos, compreendendo uma consoante oral antecedida por uma nasal homorgânica (ou seja, que possui o mesmo ponto de articulação): [mp, mb, nt, nd, ŋk, ŋg, ŋf, ŋv, ns, nz, ɲf, ɲz, ɲtʃ, ɲdʒ, nl, nr] (Brüser et al., 2002, p.23-24; Lang et al., 2002, p.109-110). Segundo Lang et al. (2002, p.51-60, 109-110), em posição interna de palavra, os fonemas consonânticos nasalizados só aparecem depois de uma vogal. Esses autores apontam ainda que, nessa posição, a representação da nasalidade varia de acordo com a natureza do fonema consonântico. Se a consoante for uma oclusiva, africada ou lateral, a nasalidade aparece sob a forma de uma consoante nasal homorgânica. Caso a consoante seja uma fricativa ou a vibrante, a nasalidade aparece apenas na vogal. Neste estudo, considera-se que, independentemente do tipo de consoante, em posição medial, em grande parte dos casos, apenas a vogal será nasalizada (e a consoante será oral), como em *kanpia* [k^hẽ.pjɐ] ‘passear, vadiar’, *kanba* [k^hẽ.bɐ] ‘1. entrar, 2. desaparecer’, *kanta* [k^hẽ.tɐ] ‘cantar’, *ronda* [r^hõ.dɐ] ‘ronda’, *konko* [k^hõ.ku] ‘1. bater, 2. abanar’, *disdongu* [dis.^hdõ.gu] ‘fingir-se de surdo, não responder’, *kunfia* [k^hũ.fjɐ] ‘confiar’, *konvérsa* [k^hõ.^hvɛɾ.sɐ] ‘conversa’, *pensa* [p^hẽ.sɐ] ‘pensar’, *onzi* [õ.zi]

13. Os autores representam essas consoantes nasalizadas com um til sobre a consoante, representação que, neste estudo, é considerada inadequada. Esse mesmo posicionamento é defendido por Couto (2005, p.134-135): “Mesmo a gramática não tendo sido o objetivo do Dicionário, temos aí um bom tratamento da fonologia covoerdiana [sic], mesmo que se possa discordar de algumas interpretações, como a das prenasalizadas [sic] e, sobretudo, de [sic] sugestão de como representá-las, ou seja, com um til sobre cada consoante. Além disso, poder-se-ia discutir se realmente há consoantes prenasalizadas [sic] em caboverdiano em nível subjacente.”

14. Dos 120 exemplos mencionados pelo autor (Lang, 2014, p.152-156), apenas 6 não apresentavam, em português, nenhuma nasal na primeira sílaba. São eles: (i) *nbera* [nbe.re] ‘berrar, gritar’ (< português berrar); (ii) *ndoxa* [ndo.fe] ‘adoçar, ficar doce’ (< português (a)doçar); (iii) *ndjarga* [ndʒac.ge] ~ *njarga* [nʒac.ge] ‘ilharga’ (< português *ilharga*); (iv) *ndjudjun* [ndʒu.^hdʒũ(ŋ)] ~ *njudjun* [nʒu.^hdʒũ(ŋ)] ‘jejum’ (< português *jejum*); (v) *nfórka* [mfɔR.ke] ‘forca’ (< português *forca*); (vi) *ntola* [nto.le] ‘atolar(-se)’ (< português (a)tolar).

‘onze’, *konxe* [kõ.ʃi] ‘conhecer’, *lonji* [lõ.zi] ‘longe’, *santxu* [sẽ.tʃu] ‘macaco (grande)’, *djondjo* [dzõ.dzu] ‘enlaçar, ligar’, *konloia* [kõ.lo.je] ‘conluir, conspirar’, *onra* [õ.re] ‘honra’ (exemplos retirados desses autores). Em posição medial, há ainda a possibilidade de a consoante nasal ser pronunciada (com a vogal precedente nasalizada ou não). Contudo, nesse caso, a consoante nasal pertenceria à sílaba anterior (estando relacionada à vogal), a exemplo de *kanpia* [kẽm.pje] ~ [kẽm.pje]¹⁵ ‘passear, vadiar’. Em posição final, não é necessário discutir como se dá a realização da nasalidade, uma vez que as consoantes nasalizadas não aparecem nesse contexto (Lang et al., 2002, p.110).

Segundo Lang et al. (2002, p.51-60, 98-99), a existência dos fonemas consonânticos nasalizados no kabuverdiano não encontra consenso entre os estudiosos, havendo aqueles que não consideram esses segmentos como pertencentes ao quadro fonológico da língua. Rodrigues (2007, p. 172-175), por exemplo, alega que, nesses casos, fonologicamente, há uma consoante oral precedida por um arquifonema nasal /N/. Quint (2000a, p.32-33) também sugere que essas consoantes são formadas por dois elementos e ocorrem apenas em posição inicial absoluta, uma vez que, no interior da palavra, a consoante nasal transmite sua nasalidade para a vogal precedente e depois é apagada. Lang et al. (2002, p.51-60, 98-99) sustentam, por outro lado, que as consoantes nasalizadas devem realmente ser vistas como fonemas da língua. Para eles, a existência de pares mínimos e análogos justifica a inclusão das consoantes nasalizadas no inventário fonológico do kabuverdiano. Dentre esses pares mínimos e análogos, citam-se (exemplos retirados de Lang et al., 2002, p.104-106)¹⁶:

(2) a. /p/ e /Np/: *para* [pa.re] ‘parar’ e *npara* [mpa.re] ‘1. apanhar, 2. amparar, 3. acolher’;

b. /b/ e /Nb/: *bala* [ba.lɛ] ‘1. bala, 2. vala’ e *nbala* [mba.lɛ] ‘embalar, ganhar velocidade’;

c. /t/ e /Nt/: *ton* [tõ(ŋ)] ‘tão, muito’ e *nton* [ntõ(ŋ)] ‘então’;

d. /d/ e /Nd/: *dretu* [dre.tu] ‘1. direito, correto, bem, 2. diretamente’ e *ndreta* [ndre.tɛ] ‘1. endireitar-se, 2. direita (adjetivo)’;

e. /k/ e /Nk/: *kanta* [kẽ.te] ‘cantar’ e *nkanta* [ŋkẽ.te] ‘encantar(-se)’;

f. /g/ e /Ng/: *gana* [ga.nɛ] ‘gana, desejo’ e *ngana* [ŋga.nɛ] ‘enganar(-se)’;

g. /f/ e /Nf/: *fia* [fjɛ] ~ [fiɛ] ‘1. enfiar, 2. dar crédito, vender a crédito, fiar’ e *nfia* [ɲfjɛ] ‘enfiar (-se)’;

15. Na grafia, a nasalidade é indicada sempre com <n> mesmo em contextos que precedem <p> e ; assim, o <n> não marca uma natureza alveolar/dental para a consoante nasal.

16. Os exemplos seguintes só apresentam consoantes nasalizadas em início de palavra, já que, neste estudo, defende-se que elas não ocorrem em posição medial.

h. /v/ e /Nv/: *vira* [ˈvi.rɐ] ‘1. virar (1.1 voltar-se, 1.2 transformar-se), 2. vira (dança popular portuguesa)’ e *nvira* [ˈŋvi.rɐ] ‘ter raiva de alguém a ponto de tentar prejudicá-lo’;

i. /s/ e /Ns/: *sodadi* [so.ˈda.di] ‘saudade’ e *nsodadu* [nso.ˈda.du] ‘1. distraído, 2. de repente’;

j. /z/ e /Nz/: *zini* [ˈzi.ni] ‘ressoar, ecoar’ e *nzami* [ˈnza.mi] ‘exame, prova’;

k. /ʃ/ e /Nʃ/: *xuta* [ˈʃu.te] ‘chutar’ e *nxuta* [ˈɲʃu.te] ‘secar, ficar enxuto/seco’;

l. /ʒ/ e /Nʒ/: *jura* [ˈʒu.rɐ] ‘jurar’ e *njuria* [ˈɲʒu.rjɐ] ‘1. insultar, ofender, 2. ofensa, injúria’;

m. /tʃ/ e /Ntʃ/: *txada* [ˈtʃa.dɐ] ‘1. sítio plano, planície, 2. grande quantidade’ e *ntxadu* [ˈɲtʃa.du] ‘inchado’;

n. /dʒ/ e /Ndʒ/: *djuga* [ˈdʒu.gɐ] ‘1. jogar, 2. arremessar’ e *ndjudjun* [ɲdʒu.ˈdʒũ(ɲ)] ‘jejum’;

o. /l/ e /Nl/: *lion* [li.ˈð(ɲ)] ‘leão’ e *nliona* [ˈɲljo.nɐ] ‘irritar-se’.

Neste estudo, considera-se que as consoantes nasalizadas são realizações fonéticas, não tendo estatuto fonológico. Três fatores embasam essa postura: (i) em geral, as línguas crioulas possuem um quadro consonantal (e vocálico) com menos elementos do que as línguas que lhes deram origem (Klein, 2006, p.6-7). Assim, assumir as consoantes nasalizadas como sendo fonemas do kabuverdianu dobraria o número de consoantes com relação à língua lexificadora (o português), o que não é usual nos crioulos; (ii) essas consoantes só aparecem em início de palavra, sendo resultado da aférese da vogal inicial em vocábulos provenientes do português; (iii) uma evidência mais confiável da existência dessas consoantes seria a existência de pares mínimos com as correspondentes orais na mesma classe de palavra (por exemplo, dois nomes ou dois verbos), o que, de uma maneira geral, não é verificado, sendo os membros do par pertencentes a classes diferentes (muitas vezes, um verbo e um nome).

Além dos segmentos consonânticos já discutidos, a série das fricativas sonoras e a consoante lateral palatal também devem ser analisadas mais detidamente (Lang et al., 2002, p.99-102). Para os autores, é possível que, inicialmente, o kabuverdianu não possuísse os fonemas /v, z, ʒ, ʎ¹⁷. À exceção de [z], nenhum desses sons aparecia sequer como variantes de outros fonemas condicionadas pelo contexto. Assim, no começo da colonização de Cabo Verde, pode-se conjecturar que, ao se depararem com alguma forma do português que tinha uma dessas consoantes, os falantes do kabuverdianu realizavam-nas como [b, s, ʃ, dʒ], respectivamente. Com o passar do tempo, as substituições deixaram de ser feitas

17. Lang et al. (2002, p.99-102) defendem esse cenário com relação às fricativas sonoras e à lateral palatal, mas não apresentam evidências que sustentem tal hipótese.

e as fricativas sonoras e o /ʎ/ passaram ao quadro fonológico da língua, sobretudo a partir de empréstimos do português.

Com relação ao /v/, pode-se dizer que ele já está completamente integrado ao sistema, havendo, para grande parte dos falantes, vocábulos que devem ser pronunciados com [b] (como *bitxu* [ˈbi.tʃu] ‘bicho, animal’ e *sabidu* [sɐ.ˈbi.du] ‘1. esperto, astuto, 2. energicamente’), outros que possuem [v] (a exemplo de *vingansa* [vĩ.ˈgẽ.sɐ] ‘vingança’ e *arvi* [ˈaɾ.vi] ~ *arvri* [ˈaɾ.vɾi] ‘árvore’) e ainda alguns em que há variação entre [b] e [v] (por exemplo, *fabor* [fɐ.ˈboɾ] ~ *favor* [fɐ.ˈvoɾ] ‘favor’ e *benénu* [be.ˈnɛ.nu] ~ *venénu* [ve.ˈnɛ.nu] ‘veneno’) (exemplos retirados desses autores e de Brüser et al., 2002). É possível também que, ainda hoje, para algumas variedades da língua e mesmo para alguns falantes, não haja oposição entre [b] e [v]. Quanto ao /z/, é possível que, desde os primórdios do kabuverdianu, já existisse um [z] como alofone de /s/ diante de consoante sonora. Com o passar dos anos, começa a ocorrer [z] também em contextos antes reservados ao /s/, como em início de palavra e posição intervocálica.

Lang et al. (2002, p.100) defendem que houve, desse modo, a fonologização do [z] (que ganhou estatuto de fonema). Mesmo hoje, existem formas em que há variação entre [s] e [z], como *fase* [ˈfa.si] ~ *faze* [ˈfa.zi] ‘fazer’ e *simóla* [si.ˈmɔ.lɐ] ~ *sumóla* [su.ˈmɔ.lɐ] ~ *zimóla* [zi.ˈmɔ.lɐ] ~ *zumóla* [zu.ˈmɔ.lɐ] ‘esmola’. As formas com [s] são características do “crioulo fundo” (variedade que mais se distancia do português), ao passo que o [z] aparece nas variedades que estão em um contato maior com o português (“crioulo leve”), sendo mais semelhante a ele. Já no que diz respeito ao fonema /ʒ/, ele aparece tanto em empréstimos recentes do português (como *jóia* [ˈʒɔ.jɐ] ‘joia(s)’ e *jésu* [ˈʒɛ.su] ‘gesso’), como em palavras provavelmente mais antigas (a exemplo de *finji* [ˈfi.ʒi] ‘fingir’ e *ranja* [ˈrɛ.ʒɐ] ‘arranjar’), havendo ainda casos em que as formas com [ʃ] e [ʒ] variam: *oxi* [ˈo.ʃi] ~ *oji* [ˈo.ʒi] ‘hoje’ e *grexa* [ˈgre.ʃɐ] ~ *igreja* [i.ˈgre.ʒɐ] ‘igreja’ (exemplos retirados de Lang et al., 2002, p. 101). Por fim, no tocante ao /ʎ/, considerando que, em obras antigas, são raras as palavras com <lh>, é possível conjecturar que as formas com o fonema lateral palatal são empréstimos recentes oriundos do português¹⁸. É o caso, por exemplo, de *ilha* [i.ˈʎɐ] ‘ilha’ e *mulher* [mu.ˈʎɛɾ] ‘mulher’, formas que coexistem, respectivamente, com *djar* [ˈdʒaɾ] e *mudjer* [mu.ˈdʒɛɾ] ~ *mudjê* [mu.ˈdʒɛ], provavelmente mais antigas na língua (exemplos retirados de Lang et al., 2002, p.101).

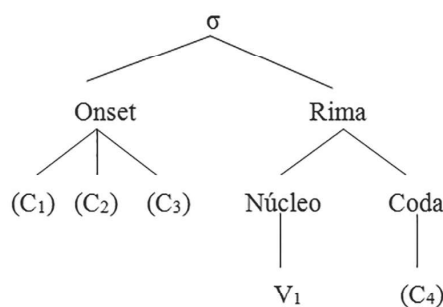
18. Esse mesmo posicionamento é defendido por Rougé (1994, p.140), que afirma que os vocábulos do português que possuem /ʎ/ são nativizados com /j/, a exemplo de *paja* e *miju* (oriundos, respectivamente, de *palha* e *milho*).

4. Estrutura silábica

De acordo com Lang et al. (2002, p. 111), a despeito de possuir uma grande quantidade de fonemas consonantais, o kabuverdianu (especialmente a variedade de Santiago) permite um número restrito de combinações entre eles. Não existem consoantes geminadas, os clusters consonantais com dois ou três elementos são pouco comuns e não ocorrem combinações de quatro ou mais consoantes. Além disso, segundo os autores, há uma predominância de sílabas abertas (terminadas em vogal, sem a coda preenchida) e de estruturas silábicas CV.CV(...).

Quanto aos elementos que podem ser encontrados em cada uma das posições silábicas na variedade geral do kabuverdianu, segundo Rodrigues (2007, p.158, 163, 179), o *onset* pode ser preenchido por até três elementos consonantais – o que contraria a assunção de Lang et al. (2002, p.111) de que os clusters não são muito frequentes. Já o núcleo deve ser ocupado obrigatoriamente por uma vogal, admitindo ainda um segmento vocálico marginal (o glide), que pode anteceder ou seguir a vogal nuclear a depender do tipo de ditongo. Por fim, na coda, pode haver apenas um elemento. Como poderá ser observado com mais detalhes na subseção seguinte, a estrutura silábica adotada neste estudo difere levemente no que diz respeito à posição de núcleo. Uma vez que os glides não seriam elementos de natureza vocálica, eles estariam localizados no onset ou na coda (no caso de ditongos crescentes e decrescentes, respectivamente), sendo a posição de núcleo ocupada por apenas um elemento vocálico. Assim, em suma, de forma esquemática, a estrutura da sílaba em kabuverdianu seria a seguinte:

Os elementos entre parênteses são opcionais. A combinação das consoantes no onset não é livre: por exemplo, C1 e C3 não se combinam sem restrições, já que, para que C3 ocorra, C2 também deve estar presente. Além disso, caso haja C2, certamente ela é um subconjunto de C1 e, se houver C3, os elementos que podem estar em combinação são muito restritos. Assim, caso haja duas consoantes no onset, se a primeira for uma oclusiva (/p, b, t, d, k, g/) ou /f, v/, a segunda



é obrigatoriamente uma líquida (/l, r/) ou um glide ([j, w]); já se C1 for /s/, C2 é uma oclusiva, /f/ ou /m/. Nas combinações de três consoantes, por seu turno, C1

deve ser /s/, C2, uma das consoantes surdas (/p, t, k, f/), e C3, uma das líquidas ou um glide. Após essas informações gerais sobre a sílaba no kabuverdianu, as subseções seguintes são dedicadas à discussão mais detalhada sobre quais elementos vocálicos ocupam o núcleo e quais segmentos consonantais podem estar no onset e na coda.

4.1. Núcleo

A posição de núcleo em kabuverdianu pode ser preenchida por segmentos vocálicos (as vogais orais e suas correspondentes com o traço [+ nasal]) e pela consoante nasal quando se trata do pronome de 1ª pessoa do singular¹⁹ (exemplos retirados de Brüser et al., 2002; Lang et al., 2002, p.61; Rodrigues, 2007, p.151, 153):

- (3) a. /i/ - *idadi* [i.ˈda.di] ‘idade’ e *pidi* [ˈpi.di] ‘pedir’;
- b. /e/ - *ekipa* [e.ˈki.pɛ] ‘equipe, time’ e *leti* [ˈle.ti] ‘leite’;
- c. /ɛ/ - *épuka* [ɛ.pu.ke] ‘época’ e *orédja* [o.ˈrɛ.dʒɛ] ‘orelha’;
- d. /ɐ/ - *abala* [ɐ.ˈba.lɐ] ‘comover, impressionar’ e *odja* [ˈo.dʒɛ] ‘olhar’;
- e. /a/ - *ábitu* [ˈa.bi.tu] ‘hábito’ e *sidadi* [si.ˈda.di] ‘cidade’;
- f. /ɔ/ - *óbu* [ˈɔ.bu] ‘ovo’ e *pórta* [ˈpɔɾ.te] ‘porta’;
- g. /o/ - *obriga* [o.ˈbri.gɛ] ‘obrigar’ e *notisia* [no.ˈti.sjɛ] ‘notícia(s)’;
- h. /u/ - *úniku* [ˈu.ni.ku] ‘único’ e *guvénu* [gu.ˈvɛɾ.nu] ‘governo’;
- i. [ĩ] - *insétu* [ĩ.ˈsɛ.tu] ‘inseto’ e *tinji* [ˈtĩ.zi] ‘tingir’;
- j. [ẽ] - *enfin* [ˈẽ.fi(ŋ)] ‘enfim’ e *sensason* [sẽ.sɛ.ˈsõ(ŋ)] ‘sensação’;
- k. [ẽ̃] - *anzól* [ẽ̃.ˈzɔɫ] ‘anzol’ e *mansidon* [mẽ̃.si.ˈdõ(ŋ)] ‘mansidão, delicadeza’;
- l. [õ] - *ónradu* [õ.ˈra.du] ‘honrado’ e *konviti* [kõ.ˈvi.ti] ‘convite’;
- m. [ũ] - *un* [ũ(ŋ)] ‘um, uma’ e *bagunsa* [bɛ.ˈgũ.sɛ] ‘bagunça, desordem’;
- n. /N/ - o ponto de articulação da nasal silábica assimila o da consoante seguinte, encontrando-se as seguintes realizações: (i) [m] diante de consoante labial; (ii) [ɱ] quando seguida de consoante labiodental; (iii) [n] no caso de a consoante seguinte ser dental; (iv) [ɲ] quando a consoante seguinte for palatal; (v) [ŋ] diante de consoante velar, de vogais e em final de palavra.

Quanto aos glides ([j, w]), não há um consenso sobre sua natureza: se são vogais (e, portanto, ocupam o núcleo) ou consoantes (e, por conseguinte, estão no onset ou na coda). Rodrigues (2007, p.149-151) aponta essa ausência de consenso e, em seu estudo, considera que os glides, que formam ditongos crescentes ou decrescentes, são vogais e, assim, localizam-se no núcleo da sílaba. Essas

19. Uma análise mais aprofundada – como realizado por Agostinho (2015, p.69-74) para o lung’ie – deve ser feita a fim de descobrir se, no caso das consoantes pré-nasalizadas, a consoante nasal é silábica ou não.

“semivogais” aparecem inclusive como fones no quadro fonológico das variedades estudadas pela autora: Santiago, Fogo, Santo Antão e São Vicente. Lang et al. (2002, p.90-91) também concebem o glide como um elemento vocálico, que acompanha uma vogal para formar um ditongo, gerando, então, um núcleo ramificado. Contudo, no decorrer da discussão, os autores apresentam uma postura dúbia no que diz respeito ao tratamento dos glides a depender do tipo de ditongo. Nos casos de ditongos decrescentes, a segunda vogal recebe o nome de semivogal e é representada por [i̯] ou [u̯] (no Alfabeto Fonético Internacional (IPA), [ɨ̯] ou [ʉ̯], respectivamente). Já quando se tem ditongos crescentes, a primeira vogal é denominada como semiconsoante e corresponde a [j] ou [w].

4.2 Onset

Ocupando a posição de onset simples (constituído por apenas uma consoante) em kabuverdianu, tanto no começo quanto no meio da palavra, é possível encontrar praticamente todos os segmentos do inventário consonantal do kabuverdianu, exceto /ʎ/, que só aparece em posição medial (Lang et al., 2002, p.112-113). Os glides também podem ocorrer no onset. Em (4), aparecem exemplos (retirados de Lang et al., 2002, p.95-96 e 103-104; Brüser et al., 2002) das consoantes na posição de onset simples (as consoantes em onset estão sublinhadas na representação fonética):

(4) a. Oclusivas (/p, b, t, d, k, g/): *pai* [ˈpɛj] ‘pai’, *barba* [ˈbɑr.bɛ] ‘barba’, *totis* [ˈto.tis] ‘nuca, toutiço’, *dia* [ˈdiɛ] ‘dia’, *kasa* [ˈka.sɛ] ‘1. casar(-se), 2. caçar, 3. prender, capturar, 4. casa’, *galu* [ˈga.lu] ‘galo’;

b. Fricativas (/f, v, s, z, ʃ, ʒ/): *fólga* [ˈfɔɫ.gɛ] ‘folga (1. descanso, 2. espaço)’, *próva* [ˈpɾɔ.vɛ] ‘prova’, *sala* [ˈsa.lɛ] ‘sala’, *zóna* [ˈzɔ.nɛ] ‘zona’, *xa* [ˈʃa] ‘chá’, *juis* [ˈʒwis] ‘1. juízo, 2. juiz’;

c. Africadas (/tʃ, dʒ/): *txon* [ˈtʃo(ŋ)] ‘chão’, *djuguta* [dʒu.ˈgu.tɛ] ‘lutar por alguma coisa, esforçar-se’;

d. Nasais (/m, n, ɲ/): *mai* [ˈmɛj] ‘mãe’, *nada* [ˈna.dɛ] ‘1. nadar, 2. nada, de modo nenhum’, *nho* [ˈɲo] ‘(o) senhor’;

e. Líquidas (/l, r, ʎ/): *larga* [ˈlaɾ.gɛ] ‘largar’, *rabola* [rɛ.ˈbo.lɛ] ‘rebolar’, *repolhu* [rɛ.ˈpo.ʎu] ‘repolho’;

f. Glides ([j, w]): *iati* [ˈja.ti] ‘iate’, *uiski* [ˈwis.ki] ‘uísque’.

Além disso, o kabuverdianu admite ainda a ocorrência de onsets complexos, formados por duas ou três consoantes (Quint, 2000a, p.30-31; Lang et al., 2002, p.104-106 e 112-114; exemplos retirados desses autores e de Brüser et al., 2002):

(5) *Clusters com duas consoantes (CC ou CG)*: na primeira posição do cluster, aparece uma das seguintes consoantes: /p, b, t, d, k, g, f, v, s/. Podem ocupar

a segunda posição uma consoante líquida (/l, r/), um glide ([j, w]) ou /p, b, t, d, k, g, f, m/ (apenas no caso de o primeiro membro do cluster ser /s/). Os clusters que possuem /s/ como primeiro membro ocorrem apenas em posição inicial (Rodrigues, 2007, p.176). Já o cluster /vr/ aparece somente em posição medial. Os demais ocorrem em posição inicial ou medial. Ademais, o /s/ inicial dos clusters é pronunciado como [z] caso preceda uma consoante sonora ([zb], [zd], [zg], [zm]) (Lang et al., 2002, p.111, 113). As combinações possíveis entre esses elementos são (na transcrição fonética, os clusters estão sublinhados):

a. /pl, pr/, [pj, pw]: *planta* [ˈplẽ.tẽ] ‘planta’, *prende* [ˈprẽ.di] ‘1. aprender, 2. prender’, *rapia* [ˈra.pja] ‘arrepisar(-se)’, *barapuada* [bẽ.re.ˈpwa.dẽ] ‘paulada, cacetada’;

b. /bl, br/, [bj, bw]: *blóku* [ˈblɔ.ku] ‘bloco de betão’, *brasu* [ˈbra.su] ‘1. braço, 2. medida de profundidade (1,83 m)’, *sibia* [si.ˈbjẽ] ‘assobiar’, *buati* [ˈbwa.ti] ‘boate, discoteca’;

c. /tr/, [tj, tw]: *treme* [ˈtre.mi] ‘tremar, estremecer’, *muntia* [ˈmũ.tjẽ] ‘1. caçar, 2. amontoar(-se)’, *tuadja* [ˈtwa.dzẽ] ‘toalha, pano’;

d. /dr/, [dj, dw]: *dribla* [ˈdri.blẽ] ‘driblar’, *diabu* [ˈdja.bu] ‘diabo’, *duedu* [ˈdwe.du] ‘dilacerante, doloroso, triste’;

e. /kl, kr/, [kj, kw]: *klaru* [ˈkla.ru] ‘claro, nítido’, *kre* [ˈkre] ‘1. querer, desejar, 2. acreditar, 3. porventura, talvez’, *kiabus* “*Abelmoschus esculentus*” [ˈkja.bus] ‘quiabo’, *kua* [ˈkwe] ‘coar, filtrar’;

f. /gl, gr/, [gj, gw]: *glin-glin-glin* [gĩ.gĩ.ˈgĩ(ŋ)] onomatopeia (os autores não trazem um significado e esse vocábulo não aparece no dicionário de Brüser et al., 2002), *grandi* [ˈgrẽ.di] ‘grande’, *gia* [ˈgje] ‘guiar, conduzir, andar de’, *mingua* [ˈmĩ.gwe] ‘minguar, diminuir’;

g. /fl, fr/, [fj]: *flor* [ˈflɔr] ‘flor’, *frazi* [ˈfra.zi] ‘frase’, *purfia* [ˈpur.fjẽ] ‘teimar, insistir’;

h. /vr/, [vj, vw]: *livru* [ˈli.vru] ‘livro’, *aliviu* [ẽ.ˈli.vju] ‘alívio’, *nevueru* [ne.ˈvwe.ru] ‘nevoeiro’;

i. /sp, sb, st, sd, sk, sg, sf, sm/, [sj, sw]: *spértu* [ˈspɛr.tu] ‘esperto’, *sbanja* [ˈzbẽ.zẽ] ‘esbanjar’, *stangu* [ˈstẽ.gu] ‘1. estômago, 2. vômito’, (os autores não trazem exemplos de /sd/, nem aparecem casos em Brüser et al., 2002), *skese* [ˈske.se] ‘esquecer(-se)’, *sgota* [ˈzgo.tẽ] ‘esgotar(-se)’, *sfaimadu* [sfɛj.ˈma.du] ‘esfo-meado’, *smaia* [ˈzma.jẽ] ‘desmaiar’, *pasia* [ˈpa.sjẽ] ‘passear’, *suadju* [ˈswa.dzũ] ‘pisso, soalho’;

j. [zj]: *buziu* [ˈbu.zju] ‘búzio’;

k. [lj, lw]: *mobilia* [mo.ˈbi.ljẽ] ‘móvel’, *lua* [ˈlwe] ‘lua’;

l. [ɾj, ɾw]: *mimória* [mi.ˈmɔ.ɾja] ‘memória’, *ruina* [ˈɾwi.nẽ] ‘arruinar, destruir’.

(6) *Clusters com três consoantes (CCC ou CCG)* (só ocorrem em posição inicial)²⁰:

a. /Npr, Nbr, Ntr, Ndr, Nkr, Ngr, Nfl, Nfr/: nprista [ˈmpɾis.tɐ] ‘1. emprestar, 2. tomar emprestado’, nbrabise [mbɾe.ˈbi.si] ‘tornar-se agressivo’, ntrega [ˈntɾe.gɐ] ‘entregar’, ndreta [ˈndɾe.tɐ] ‘1. endireitar-se, 2. direita, correta’, nkrusa [ˈŋkɾu.sɐ] ‘cruzar’, ngrosa [ˈŋɡɾo.sɐ] ‘crescer’, nflema [ˈɲfle.mɐ] ‘inflamar-se, inchar’, nfrakise [ɲfɾe.ˈki.si] ‘enfraquecer’;

b. /spl, spr, str, skr, sfr/, [spj, skw]: splika [ˈspli.kɐ] ‘explicar’, spremita [ˈspɾe.mi] ‘espremer(-se)’, stréla [ˈstɾe.lɐ] ‘estrela’, skrabu [ˈskɾa.bu] ‘escravo’, sfrega [ˈsfɾe.gɐ] ‘esfregar’, spia [ˈspjɐ] ‘observar, olhar, espiar’, skwa [ˈskwɐ] ‘escoar, escorrer’.

4.3. Coda

De acordo com Brüser et al. (2002, p.24) e Lang et al. (2002, p.112), a posição de coda, no meio ou no fim de palavra, no kabuverdianu de Santiago, só pode ser ocupada pelas consoantes /l, r, s/, não havendo casos de clusters nessa posição²¹.

Além desses segmentos, Quint (2000a, p.29) menciona ainda a ocorrência dos glides ([j, w]) nessa posição. Os exemplos em (7) (retirados de Quint, 2000a, p.29; Lang et al., 2002, p.112) trazem os elementos que podem aparecer na coda (as consoantes em coda estão sublinhadas na transcrição fonética):

(7) a. /l/: *mel* [ˈmɛɫ] ‘mel’;

b. /ɾ/: *lugar* [lu.ˈgɾɾ] ‘lugar’;

c. /s/: *mes* [ˈmɛs] ‘mês’, *dizasaix* [di.zɛ.ˈsɔjɫ] ‘dezesesseis’;

d. [j]: *mai* [ˈmɛj] ‘1. mãe, 2. (num jogo de crianças) local em que se está seguro, 3. árvore que começa a dar frutos’;

e. [w]: *kau* [ˈkaw] ‘1. lugar, 2. propriedade, campo, 3. situação, 4. tempo atmosférico’.

Além dos segmentos listados em (7), as consoantes nasais também podem ocupar a posição de coda (como em *kanpia* [ˈkɛ̃m.pjɐ] ‘passear, vadiar’, *kanta* [ˈkɛ̃n.tɐ] ‘cantar’). Opcionalmente, no âmbito fonético, pode ocorrer a transmis-

20. Aqui também são listados os clusters com consoantes nasalizadas, já que, assim como Rodrigues (2007: 172, 175, 177), considera-se que tais elementos, do ponto de vista fonológico, constituem uma combinação do arquifonema nasal + consoante oral.

21. Apesar de Quint (2000a, p.29) afirmar que o kabuverdianu moderno realiza o /l/ como [l] em todas as posições, mesmo em coda medial ou final, neste estudo, considera-se que o /l/ é velarizado em posição de coda, sendo realizado como [ɫ]. Esse posicionamento baseia-se em conversas e gravações com falantes nativos do kabuverdianu, nas quais a variante velarizada foi a única encontrada em posição final de sílaba (medial ou absoluta).

são da nasalidade dessa consoante para a vogal anterior e seu posterior apagamento, o que corresponde a [kẽ.pjɐ] e [kẽ.te], respectivamente.

Ademais, de acordo com Rodrigues (2007, p.179), a variedade de Santiago e Fogo admite na coda apenas /r, l, s, z, N/. Já em São Vicente e Santo Antão, todas as consoantes do quadro consonantal podem aparecer na coda. Deixando de lado o caso das ilhas de Barlavento, os segmentos trazidos pela autora são basicamente os mesmos que aparecem em (7), acrescentando apenas [z, N]. O [z] pode ser visto como um alofone de /s/ quando ele antecede uma consoante sonora, como em *mésmu* [mɛz.mu] ‘1. mesmo, até, 2. (o) mesmo, 3. mesmo, efetivamente, realmente’. Já o caso do arquifonema nasal é explicado pelo fato de a autora não considerar a existência de vogais nasais no âmbito fonológico. As vogais nasalizadas consistiriam de uma sequência de vogal oral + consoante nasal. Assim, nesses casos, sempre há um elemento na coda (/N/). A palavra duense ‘adoecer’, por exemplo, teria a seguinte representação fonológica /dueN.se/, já *kondison* ‘condição’ seria fonologicamente /koN.di.ʎsoN/. Desse modo, nota-se, mais uma vez, que as diferenças na análise da autora se devem a pressupostos teóricos diversos.

5. Síntese do capítulo

Este capítulo tratou do kabuverdianu moderno. Inicialmente, foram apontados alguns aspectos gerais da língua, como as variedades linguísticas dialetais. O estatuto do kabuverdianu também foi objeto de discussão: a despeito de o crioulo ser a língua materna de grande parte da população cabo-verdiana, a língua oficial do arquipélago é o português, o que ilustra uma situação de diglossia. Em seguida, aspectos da fonologia da língua foram discutidos, apresentando os inventários vocálico e consonantal, algumas de suas particularidades (como a oposição entre as vogais médias-baixas e médias-altas funcionando como marcador da classe gramatical da palavra e a presença de consoantes nasalizadas), a estrutura silábica e os elementos que podem estar no núcleo, onset e coda. Tratar de tais aspectos permite que se conheçam os padrões e restrições do kabuverdianu, o que explica as mudanças (em diferentes níveis) que ocorreram quando palavras do português entraram na língua.

Referências

Agostinho, Ana Livia dos Santos. *Fonologia e método pedagógico do lung'le*. 446f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Araujo, Gabriel Antunes de. Truncamento e reduplicação no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 61-90, 2002.

Brüser, Martina et al. *Dicionário do crioulo de Santiago (Cabo Verde) com equivalências de tradução em alemão e português*, elaborado por Martina Brüser e André dos Reis Santos (Cabo Verde), com a contribuição de Ekkehard Dengler e Andreas Blum, sob a direção de Jürgen Lang. Tübingen: Narr, 2002.

Cabo Verde. *Decreto-lei n° 67/98*. 31 de dezembro de 1998. Aprova, a título experimental, o Alfabeto Unificado para a Escrita da Língua Caboverdiana. 5° Suplemento. I série, n° 48.

Clements, J. Clancy. The status of Portuguese/Spanish /R/ and /r/ in some Iberian-based creole languages. *PAPIA*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 343-356, 2014.

Ferguson, Charles A. Diglossia. *Word*, vol. 15, p. 325-340, 1959.

Klein, Thomas B. Creole phonology typology: Phoneme inventory size, vowel quality distinctions and stop consonant series. In: Bhatt, Parth & Plag, Ingo (Ed.). *The structure of creole words: Segmental, syllabic and morphological aspects*. Tübingen: Niemeyer. 2006, p. 3-21.

Ladefoged, Peter & Maddieson, Ian. *The sounds of the world's languages*. Oxford: Blackwell, 1996.

Lang, Jürgen et al. *Gramática do Crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde)*. 2002. Disponível em: <<http://iilp.wordpress.com/2012/11/14/uma-gramaticado-crioulo/>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

Lang, Jürgen. A origem das consoantes pré-nasalizadas do crioulo de Santiago (Cabo Verde). *PAPIA*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 149-170, 2014.

Lopes, Francisco João. *Para uma análise sintática das construções relativas no crioulo da ilha de São Nicolau – Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Miranda, Wânia. *O sintagma nominal do caboverdiano: uma investigação semântica*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Pratas, Fernanda. *O sistema pronominal do caboverdiano (variante de Santiago)*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.

Quint, Nicolas. *Grammaire de la langue Cap-Verdienne*. Paris: L'Harmattan, 2000a.

Quint, Nicolas. *Le capverdien: origines et devenir d'une langue métisse*. Paris: L'Harmattan, 2000b.

Quint, Nicolas. *Parlons Capverdien, langue et culture*. Paris: L'Harmattan, 2003.

Rodrigues, Ulisdete. *Fonologia do caboverdiano: das variedades insulares à unidade nacional*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Schuchardt, Hugo. O crêolo de Cabo Verde. Breves estudos sobre o crêolo das ilhas de Cabo Verde, oferecidos ao dr. Hugo Schuchardt. Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa 6ª série, n° 6 [S. 325 – 388 des ganzen Bandes]. Lisboa, Imprensa nacional, 1886. In: Behaghel, Otto;

Neumann, Fritz (Ed.). *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie*, v. 8, 1887, p. 132-141.

Silva, Marilu Dias da. *Há artigos no Crioulo de Cabo Verde, variedade de Santiago?* Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Ecologia das relações espaciais: as preposições do crioulo guineense¹

Hildo Honório do Couto

Universidade de Brasília (Brasil)

Elza Kioko N. N. do Couto

Universidade Federal de Goiás (Brasil)

Introdução

O tópico em questão faz parte de um contexto maior que é a questão das relações entre língua e meio ambiente (MA), no caso, meio o ambiente físico, o espaço. Essas relações vêm sendo estudadas desde pelo menos os gregos como, por exemplo, no conhecido diálogo de Platão, *Crátilo*, em que a personagem Crátilo defendia a tese de que as palavras refletem de alguma maneira as coisas a que se referem (thésis). A tese oposta (*phýsis*), de que as palavras são convencionais, era defendida por Hermógenes. Em 1912, Edward Sapir reconheceu alguma influência do MA no léxico, embora ele se mostrasse relutante em ver o mesmo efeito na gramática (in Mandelbaum 1949, p. 89-103).

Nos últimos tempos, a questão “língua e meio ambiente” tem sido abordada, mas apenas da perspectiva das relações entre língua e MA social. É o que fizeram Haugen (1972) e Fill (1993), entre outros. Outros tipos de MA da língua têm sido ou postos de lado ou mencionados apenas tangencialmente. Na verdade, a língua tem pelo menos quatro MA, além do social, todos eles no contexto do respectivo ecossistema. O primeiro, de caráter abrangente e integrador, é o MA Social da Língua, inserido no Ecossistema Fundamental da Língua. Do interior desse ecossistema, emergem três outros ecossistemas, em cada um dos quais a língua está relacionada ao respectivo MA. São eles o Ecossistema Social da Língua (no seio do qual ela tem seu MA Social), o Ecossistema Mental da Língua (em que ele se liga ao seu MA Mental) e o Ecossistema Natural da Língua (dentro dele ela se relaciona com o MA Natural). É sobretudo o último que será usado no estudo da ecologia das relações espaciais das preposições crioulo-guineenses.

1. Versão revista e ampliada de um artigo publicado em *Papia* v. 17, p. 80-111, 2007.

No que subsegue, teremos, na seção 1, um apanhado geral da nova disciplina ecolinguística, que é justamente a ciência das relações entre língua e meio ambiente em geral. Na seção 2, apresentaremos o Ecossistema Fundamental da Língua, com as seguintes subseções: 3.1 Ecossistema Social da Língua, 2.2 Ecossistema Mental da Língua e 2.3 Ecossistema Natural da Língua, com respectivos MA. Em 2.4, temos uma discussão sobre as inter-relações entre esses MA. A seção 3 é dedicada à Ecologia das Relações Espaciais, exemplificada com preposições portuguesas. Na seção 4, temos uma visão de conjunto das preposições crioulas, como preparação ao estudo das relações espaciais. A seção 5 enfoca a ecologia das relações espaciais nas preposições crioulas, conforme o modelo visto na seção 3. Na seção 6, tentamos analisar outras relações espaciais, não incluídas na seção 3, ou seja, preposições de movimento. A seção 7 dedica-se a preposições que aparentemente não são espaciais, tentando mostrar que elas são redutíveis à espacialidade. A seção 8 trata da questão de se há preposições espaciais que não se reduzem à espacialidade. Na seção 9, investigamos o que Bernard Pottier chama “uso nocional” das preposições. A seção 10 trata de alguns usos de preposições espaciais crioulas que nos parecem estranhos, embora o modelo apresentado na seção 3 nos permita perceber que não é o caso. Na seção 11, levantamos a questão de se o que se chama de “preposições complexas”, é efetivamente complexo ou se deixa decompor em preposições simples, monoforêmicas. Em 12, tentamos relacionar as relações espaciais examinadas nas seções precedentes ao MA físico da língua, uma vez que em geral se pensa que as preposições, como palavras funcionais que são, não teriam nada a ver com o mundo fora da língua. O capítulo termina com as considerações finais.

1. Ecolinguística

O conceito “ecolinguística” apareceu pela primeira vez em Salzinger (1979), embora Adam Makkai tenha nos dito que o ouvira de Einar Haugen em 1970. Em 1985, ele foi de novo sugerido, embora não desenvolvido em Hagège (1985). A ideia em si foi apresentada oralmente por Sapir em 1911, sob o título “Language and environment”, perante a American Anthropological Association e, posteriormente, publicada no ano seguinte no *American Anthropologist* 14. Em 1972, saiu conhecido ensaio de Haugen mencionado acima. Daí para frente, saíram diversos outros ensaios, entre eles os de Mackey (1979, 1980). Esse desenvolvimento culminou com o aparecimento de Fill (1993) e Makkai (1993), sem que um soubesse do outro. O primeiro definiu a emergente disciplina da seguinte maneira:

Ecolinguística é o ramo das ciências da linguagem que trata do aspecto das inter-relações que se dão entre línguas individuais, entre falantes e grupos de falantes ou entre língua e mundo, além de defender a diversidade das manifestações e relações tendo em vista a defesa do pequeno (Fill, 1993, p. 4).

Einar Haugen, considerado o pai da ecolinguística, definiu o que chamou de “ecology of language” e “language ecology” como “o estudo das interações entre qualquer língua dada e seu meio ambiente” (Haugen, 1972, p. 325). Essa definição não é incompatível com a de Fill, uma vez que a última inclui a ideia de que ecolinguística “trata das inter-relações [...] entre língua e mundo”. Partindo desses precursores, nós temos adotado a seguinte definição: **Ecolinguística** é a disciplina que trata das relações entre língua e meio ambiente. Mas, o que vem a ser MA da língua? A ecologia nos ensina que MA é parte de um ecossistema (Odum, 1971), de que é considerado seu ingrediente mais importante. O equivalente desse conceito nos estudos linguísticos é o todo formado pela **população** (P) e as **inter-relações** entre seus membros com o **território** (T). É o que veio a ser chamado Ecossistema Fundamental da Língua. Dentro dele, P e T constituem o MA maior da língua. Esse ecossistema maior, e respectivo MA, compreende três ecossistemas menores, e respectivos MA. Assim, temos o Ecossistema Social, Ecossistema Mental e o Ecossistema Natural da Língua, cada um com o respectivo meio ambiente. Vejamos cada um deles.

2. O Ecossistema Integral da Língua

Quando um leigo ouve o nome de uma língua (L) desconhecida, a primeira pergunta que lhe vem à mente é que povo (P) a fala. Diante da resposta, ele pode querer saber também onde (T) vive esse povo. Essa tríade não é nada mais nada menos do que **Ecossistema Integral da Língua** (EIL), ou Comunidade, equivalente linguístico do ecossistema biológico. Na figura 1, vemo-lo representado graficamente.

Figura 01: Ecossistema Integral da Língua



O EIL lembra o signo de Peirce: L equivale ao representante; P corresponde ao interpretante; T equivale ao referente (Peirce, 1972, p. 94). Na verdade, a linha entre P e T deveria ser segmentada, pois não há relação direta entre ambos, exatamente como não há relação direta entre representante e referente no signo peirceano. Com base em Albert Bandura, Wilhelm Trampe (1990) fala do “determinismo recíproco existente entre comportamento (L), população (P) e meio ambiente (T)”.

A totalidade dos indivíduos que formam P, juntamente com suas interações reais e potenciais, constituem o **MA Social da Língua**. A totalidade constitui o **Ecosistema Social da Língua**. Na verdade, os membros de P juntamente com L constituem a sociedade. Mas, como disse Haugen (1972, p.325), “a língua só existe nas mentes de seus usuários”. O cérebro/mente dos membros constitui **Ecosistema Mental da Língua**, no seio do qual as conexões neurais constituem o **MA Mental da Língua**. Finalmente, podemos considerar L em relação ao **MA Natural**, físico, que fica no interior do **Ecosistema Natural da Língua**. Tudo na dinâmica da língua tem a ver com esses três ecossistemas e respectivos MA.

Gostaríamos de acrescentar que há outros precursores do EFL, além dos recém-mencionados. Entre eles, poderíamos mencionar as “dimensões” de Døør & Bang (1996, p. 23). O Ecosistema Social da Língua corresponde à “dimensão sócio-lógica” desses autores. O Ecosistema Mental da Língua equivale à “dimensão ideo-lógica” deles. Por fim, o Ecosistema Natural da Língua equivale à “dimensão “bio-lógica”. Aparentemente, todas as propriedades do ecossistema biológico têm equivalentes nos ecossistemas linguísticos. Por exemplo, o primeiro não tem limites claramente definidos; eles são determinados pelo investigador, de modo que sempre há transições entre qualquer ecossistema e o próximo (Tansley, 1935). Pois bem, como os dialetólogos do final do século XIX já haviam notado, tampouco entre as línguas existem limites claramente definidos. Assim, na fronteira Brasil-Uruguai é difícil determinar-se onde termina o português e onde começa o espanhol. Uma exceção seria o Ecosistema Mental, uma vez que ele está contido no cérebro, cujos limites estão no interior da caixa craniana.

2.1. O Ecosistema Social da Língua

O Ecosistema Social da Língua é o mais conspícuo dos três. A tal ponto que Haugen (1972, p. 325) chegou a afirmar que “o verdadeiro meio ambiente da língua é a sociedade que o usa como um de seus códigos”. Na verdade, a maioria dos ecolinguistas atuais seguem essa linha, como é o caso de Fill (1993), Mühlhäusler (2003), Calvet (1999), bem como da maioria dos colaboradores das antologias publicadas até hoje (cf. Fill & Mühlhäusler 2001; Fill, Penz & Trampe 2002). Os trabalhos que não tratam desse MA (social), em geral se dedicam a questões epistemológicas da disciplina. Com isso, não estamos menosprezando esses trabalhos, mas apenas salientando a tendência geral nos estudos ecolinguísticos. Queremos enfatizar também que há outros dois ecossistemas da língua, com respectivos MAs.

Um argumento a favor do Ecosistema Social da Língua é justamente sua conspicuidade; ele corresponde ao que o senso comum pensa de L. Tanto que

se pudéssemos fazer um levantamento da orientação de todos os linguistas do mundo, talvez uns 60% deles abordassem a língua da perspectiva social. Teorias mentalistas como a da gramática gerativa são mais escassas. Toda teoria linguística que parte da interação vê na língua um fenômeno social. Como disseram Døør & Bang (1996, p. 23-24), “sem práxis social não haveria língua natural nem signo linguístico nem texto. Uma língua natural é um meio cultural que estiliza e formaliza modos de interação social”. Mesmo considerada em relação ao cérebro, de algum modo L tem a ver com o social. Na verdade, são as interações sociais dos membros de P entre si e com o MA que fazem L se estabelecer na mente.

Entre os assuntos que têm sido estudados sob essa rubrica, poderíamos mencionar o discurso ambiental, o discurso dos poluidores que querem passar-se por ambientalmente corretos, o antropocentrismo, o etnocentrismo, o androcentrismo (machismo), bem como as ideias de desenvolvimento e o correlato de grandeza, de acordo com o qual o bom é crescer, tornar-se “grande”. Nas sociedades ocidentais, não é bom ser pequeno, é preciso “desenvolver”, a qualquer custo (para o MA). Mas, os ecolinguistas dessa orientação defendem também a diversidade linguística (linguodiversidade), juntamente com a diversidade biológica (biodiversidade). É o caso das línguas minoritárias, dos dialetos e de outras variedades linguísticas. Enfim, eles defendem a diversidade, no sentido mais amplo do termo. Como está implícito em Haugen, os assuntos tradicionalmente tratados nesse contexto antes da emergência da ecolinguística são objeto da sociolinguística, tais como o multilinguismo (que inclui o bilinguismo), a variação linguística e o contato de línguas. Os estados que têm muitas línguas em seu território precisam decidir (e impor) uma língua estatal ou oficial. Isso é um dos tópicos do planejamento linguístico, ao qual o próprio Haugen dedicou vários estudos. Experiências individuais que ficassem restritas ao indivíduo, ou seja, que não fossem compartilhadas com outros indivíduos da comunidade, desapareceriam. Individualmente, elas poderiam até persistir por muitos anos, mas não seriam fenômenos de L. Tanto que, assim que o indivíduo morre, essas experiências morrem com ele.

2.2. O Ecossistema Mental da Língua

O Ecossistema Mental da Língua é o cérebro e a mente. O cérebro, ou sistema nervoso central, é dividido em dois hemisférios, e está ligado ao sistema nervoso periférico, que conecta o indivíduo com o mundo externo. Chega a ser irônico o fato de que o ecossistema da língua mais delimitado é um dos menos conhecidos. Há razões para isso, ou seja, por estar dentro do crânio, tem sido difícil estudá-lo sem lesões sérias. No entanto, nos últimos anos, Pierre Broca (1824-1880) e Carl Wernicke (1848-1905) fizeram descobertas de alta relevância. Broca chegou à conclusão

de que o hemisfério esquerdo é dominante no processamento da linguagem, o que veio a ser chamado de lateralização. Wernicke, por seu turno, descobriu que as imagens sonoras localizam-se no lóbulo temporal esquerdo, posterior ao córtex auditivo primário. O que é mais, com o advento de técnicas não-invasivas como *positron emission tomography* (PET) e *functional magnetic resonance imaging* (fMRI), abriu-se o caminho para investigações mais detalhadas sobre as relações entre língua e cérebro.

De acordo com Sydney M. Lamb (2005), nosso sistema de informação é “implementado basicamente no córtex cerebral, associado com matéria que provê conexões córtico-corticais”. Estas “incluem o sistema linguístico juntamente com os sistemas conceptual, perceptual e outros” (Lamb, 2000, p. 5). Desse modo, as palavras estão representadas como nós em que diversas relações se interconectam. Nesse caso,

o nó para uma categoria conceptual parece ter conexões para/de um grande número de nós que representam suas propriedades. Por exemplo, conceitos para categorias de objetos visíveis precisam de conexões para nós da área visual, conceitos para objetos auditivos para/de nós auditivos e assim por diante. Tomando-se o conceito Cgato, por exemplo, temos conexões visuais relativas à aparência dos gatos, conexões auditivas para o “miau” e outros sons feitos pelos gatos, conexões táteis para o que se sente no contato com eles. Além disso, há conexões para outros conceitos que representam informações sobre os gatos no sistema de informação da pessoa em cujos sistemas essas conexões se formaram (Lamb, 2000, p.6).

Quando ouvimos a palavra “banana”, por exemplo, a imagem de banana e dos sons que a compõem são ativados imediatamente (ativação máxima). Mas, outros conceitos e sons são ativados secundariamente, como é o caso de “preço de banana”, “você é um banana” (ativação alta). Palavras como “amarelo” e “manga” são ativadas em menor grau (ativação média). Por fim, palavras como “banco”, “céu” e “Netuno” permanecem inativadas (França, 2005). Isso nos faz lembrar das relações paradigmáticas de Saussure. Há outras relações entre língua e seu MA mental. Sabemos que o fasciculus arqueado (*arcuate fasciculus*) conecta reconhecimento fonológico a produção fonológica. Há até mesmo fatos gramaticais que são conhecidos como, por exemplo, a parte do cérebro que é ativada durante a produção e percepção de frases. O que se dá na interação social só tem continuidade e se torna parte da linguagem de um grupo se é armazenado nos cérebros dos membros de P. Só assim pode ser reutilizado e reciclado. Para Chomsky, por exemplo, o cérebro é o *locus* da linguagem, uma vez que ela é armazenada e processada em uma complexa rede de conexões neurais (sinapses).

Até onde sabemos, não há investigações deste ecossistema da perspectiva das relações entre língua e MA. No entanto, a psicolinguística, a neurolinguística e o

conexionismo têm conseguido alguns resultados que podem ser aplicados na ecolinguística, como fora previsto por Haugen. Até mesmo a linguística neuro-cognitiva de Lamb (conhecida anteriormente como “gramática estratificacional”) tem contribuído para o conhecimento do que se passa quando falamos ou ouvimos a fala de outrem. Para a discussão desse modelo, pode-se consultar Makkai (1993). Nós não temos muita informação sobre o que se passa com os conceitos espaciais no Ecosistema Mental da Língua, ou seja, o cérebro/mente. Porém, sabe-se que a aquisição das preposições pelas crianças em geral vai de “em” para “sobre e, em seguida, para “sob”. Sabe-se, outrossim, que “próximo” precede “antes/depois”. Às vezes, “entre” precede o último. Como se vê, a aquisição via de regra obedece a seguinte ordem: em/fora > sobre/sob > antes/depois. Isso é uma evidência adicional para o que está dito sobre a ecologia das relações espaciais mais abaixo. Tem sido mostrado que itens lexicais como as preposições emergem quando a criança tem a experiência correspondente com o mundo. No entanto, há discordâncias sobre esse ponto.

2.3. O Ecosistema Natural da Língua

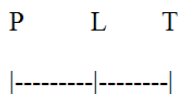
Entre os três ecossistemas que fazem parte do Ecosistema Fundamental da Língua, o Ecosistema Natural da Língua é o que tem sido mais relegado a segundo plano nos estudos linguísticos. No entanto, em outras áreas como a filologia pelo menos alguns de seus aspectos foram levados em conta. Como já vimos, os gregos já se preocupavam com as relações entre palavra e coisa. No entanto, as relações entre língua e MA natural não se restringem ao que se tem chamado de designação, denotação, referência etc. A relação entre língua e MA físico não se confina ao léxico. De acordo com Odgen & Richards (1972, p. 52), para Heráclito “a estrutura da fala humana reflete a estrutura do universo”.

Mais recentemente, John Haiman (1980) defendeu ideias semelhantes. Ele segue a asserção de Greenberg de que “a ordem dos elementos da língua está em paralelo com os da experiência física ou a ordem do conhecimento, como em *veni, vidi, vici*” (Haiman 1980, p.528). Ele conclui afirmando que “desde a revolução transformacional, tem se afirmado que a estrutura da língua reflete a estrutura do PENSAMENTO, e que o seu estudo [da língua] provê ‘uma janela para a mente’. Ao argumentar, como temos feito, em prol da iconicidade da gramática em geral, nós defendemos a tese de que a estrutura do pensamento, por seu turno, reflete a estrutura da REALIDADE mais do que o modismo atual o admite. Por fim, acreditamos que sobre muitos (se não todos) os universais formais da sintaxe que atualmente atraem a atenção da maioria dos sintaticistas teóricos, descobrir-se-á que refletem propriedades do mundo, e não propriedades da mente em si. Descobrir-se-á que ‘em parte mediante

o estudo da sintaxe, poderemos chegar a um razoável conhecimento da estrutura do mundo” [citando Bertrand Russel] (Haiman, 1980, p.537).

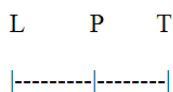
Há, pelo menos, duas maneiras de encarar as relações entre língua e MA Natural. A primeira recua até os gregos, como no *Crátilo* de Platão. Mais recentemente, ela está representada na tradição que vai de Hammann (1730-1788), passa por Herder (1744-1803) e Humboldt (1767-1788), chegando a Leo Weisgerber, para mencionar só quatro autores. De acordo com essa tradição, a língua se interpõe entre nós e o mundo, como se pode ver na *Weltbild* (visão de mundo) de Humboldt e na *Zwischenwelt* (entremundo) de Weisgerber. Nos Estados Unidos, essa tradição está representada por Boas (1858-1942), Sapir (1884-1939), e Whorf (1897-1941), culminando na conhecida Hipótese Sapir-Whorf. Algumas versões dessa linha de pensamento alegam que há uma simetria entre linguagem e mundo, como é o caso do primeiro Wittgenstein (1968) e, sobretudo, na representação gráfica de Helbig (1975, p. 124), reproduzida na figura 02.

Figura 02: Representação gráfica de Helbig (1975)



De acordo com esse ponto de vista, o mundo é construído pela linguagem, de modo que nós só temos acesso a ele através dela. Veríamos no mundo apenas o que nossa cultura e nossa linguagem nos mostram. No entanto, como Schaff (1974) demonstrou, trata-se de um ponto de vista idealista e místico, embora contenha alguma dose de verdade, ou seja, que cada língua categoriza o mundo de modo diferente. Como o filósofo norueguês Arne Naess (1997, p.2) disse, “nas experiências espontâneas nós temos acesso direto ao que é real”. De acordo com ele, “nós não construímos coisas. Nós construímos conceitos de coisas” (*ibid*), ou seja, palavras, linguagem. Isso é um bom ponto de partida para a discussão da visão oposta à que está sendo discutida, no que concerne às relações entre língua e MA físico. Na verdade, é a população (P) que se interpõe entre língua e mundo. Tanto que Mufwene (2001, 2005) considera L como uma espécie parasita (ou viral) de P, no sentido biológico. Essa idéia está representada na figura 03.

Figura 03: Representação gráfica da população como interveniente entre língua e mundo



De acordo com essa segunda concepção das relações entre L e MA, aqui representado por T, nós temos acesso direto ao mundo. Entretanto, depois de formada, a língua adquire uma relativa autonomia vis-à-vis mundo. Assim, depois de ter os recursos para formar sentenças como “Fonemas oclusivos surdos e correm frequentemente”, os falantes podem construir frases como “Ideias verdes incolores dormem furiosamente”. Ambas são gramaticais. A gramática morfológica do português admite não somente “constituir, prostituir”, por um lado, e “constituição, prostituição”, por outro, mas também “constitucional, constitucionalidade, constitucionalismo” e “prostitucional, prostitucionalidade, prostitucionalismo”. Essas formas são construídas pela reutilização e reciclagem de morfemas e regras morfológicas existentes, mesmo que algumas delas permaneçam inativadas. Na fonologia também há sílabas inativadas, como /fiès/. Ela é tão bem-formada quanto à contraparte com a vibrante /r/, que ocorre em /fres/ (fres.ta). Tanto /fès/ é gramatical que se algum dia alguém inventar algum produto e lhe der o nome de “flesta” nenhum falante da língua acharia a forma estranha. Mas mesmo palavras monomorfêmicas podem ser recicladas (reativadas), contribuindo ainda mais para a relativa autonomia da linguagem frente ao mundo. Assim, “manga” pode indicar tanto uma parte do vestuário quanto uma fruta. Existem ainda as polissemias, as metonímias, as metáforas e assim por diante (Couto, 2007).

É essa autonomia relativa da linguagem em relação ao mundo que dá a impressão de que ela é independente dele (dada por Deus?) e maior do que ele, tendo o poder de criá-lo. Como L pode ser maior do que T, se está apoiada em P, que vive em T? Como o parasita pode criar o organismo que o suporta? Enfim, desse modo, a linguagem poderia ser vista como uma imagem especular do mundo, como na tradição metafísica bem como em, por exemplo, o *Tractatus logico-philosophicus* (1968) de Wittgenstein.

A relação língua MA Natural pode ser examinada de outras perspectivas. Uma delas são as interações entre indivíduos pertencentes à mesma comunidade de fala. Essas interações se dão em um lugar específico. Assim, o simples fato de indivíduos se verem juntos em determinado espaço induz-os a interagir. A interação mais típica entre humanos é a linguística. A língua emerge dessas interações, fato que pode ser visto claramente no surgimento das línguas crioulas, em que há a convergência e interação íntima entre pessoas de diferentes origens culturais (linguísticas, de território etc.). Conceitos mentais existem devido à existência de estímulos físicos do mundo externo, no MA Natural da Língua, como se pode ver na Ecologia das Relações Espaciais vista mais abaixo. Nós não temos informação específica sobre o assunto, mas presumimos que em regiões montanhosas conceitos como “alto” e “baixo” seriam mais chamativos do que “sobre” e “sob”. De

fato, existe um caso paralelo mencionado por Sapir (1963), que, no seu famoso “Language and environment”, menciona “o uso em *kwakiutl* e *nutka*, por exemplo, de sufixos locais indicando atividades que se dão na praia, nas pedras ou no mar”. Entre os três ecossistemas do EFL, é o Ecossistema Natural da Língua que tem a ver diretamente com a Ecologia das Relações Espaciais e, consequentemente, com as preposições espaciais.

2.4. Inter-relações entre os Ecossistemas Social, Mental e Natural da Língua

A divisão dos ecossistemas da língua em três, apresentada na seção precedente, pode dar a impressão de que eles seriam independentes um do outro, que não haveria nenhuma relação entre eles. Nada disso. Uma vez que os conceitos e princípios que constituem as bases epistemológicas da ecolinguística são tirados da ecologia, a ideia de que tudo está relacionado a tudo fica sempre implícita. Como mencionamos na primeira parte desta seção, o conceito central da ecologia é o de ecossistema, que é definido como sendo as inter-relações que se dão entre organismos bem como entre eles e seu meio ambiente. Além disso, a vitalidade de um ecossistema depende de sua diversidade, especialmente a biodiversidade. Esses são os conceitos mais importantes da ecologia que têm sido usados nas ciências sociais, ou seja, a) ecossistema, b) inter-relações, c) diversidade. Inter-relações pressupõem movimento, dinamismo, com o que também o conceito de evolução deve ser incluído. Os ecossistemas da língua, e seus respectivos MA, são sistemas análogos. No interior do ecossistema geral, o Ecossistema Fundamental da Língua, há um intenso inter-relacionamento entre os três sub-ecossistemas, ou partes deles.

Exemplifiquemos isso com as preposições guineenses apresentadas em (2), abaixo, tomadas de empréstimo ao português. A primeira vez que cada uma delas foi usada, foi proferida por um indivíduo e dirigida a outro no seio da comunidade (EIL) guineense. Isso foi um ato social, portanto, no contexto do Ecossistema Social da Língua. Mas, a informação para esse ato social teve início no cérebro do falante, onde foi associado ao respectivo significado. Do cérebro, ela foi transmitida aos órgãos da fala, de onde foram levadas ao ouvido do falante. Esse processo se dá no contexto do Ecossistema Mental da Língua. No entanto, o fato de ele ter se dado entre dois indivíduos, acaba envolvendo o Ecossistema Social da Língua. Por fim, toda a interação foi possível porque os dois interactantes estavam espacialmente próximos, no território da Guiné-Bissau, ou seja, no Ecossistema Natural da Língua guineense. Além do mais, o conceito só foi formado no cérebro dos falantes porque tiveram experiências com fatos do MA Natural. Enfim, quando falamos em um ou outro desses ecossistemas, estamos apenas focalizando a

atenção em determinado ponto de uma imensa teia de inter-relações. Poderíamos mesmo dizer que é como um holograma, em que cada parte implica o todo e vice-versa (cf. Bohm, 2001).

Na verdade, tudo começa no Ecosistema Natural da Língua. É o encontro de dois membros da comunidade em um ponto específico de T que faculta a interação comunicativa. O que é mais, sempre que duas pessoas se veem juntas espaço-temporalmente elas interagem. A interação começa como um processo psíquico e se torna social. Enfim, tudo começa no Ecosistema Natural, passa pelo Ecosistema Mental e é sancionado pelo Ecosistema Social da Língua. As inovações sempre emergem no Ecosistema Mental, onde podem ficar armazenadas. Elas só têm continuidade se foram compartilhadas por outros membros da comunidade, Ecosistema Mental. Por fim, sem o Ecosistema Natural, nada disso seria possível. O fato é que há um constante inter-relacionamento entre os diversos ecossistemas da língua, de modo que às vezes é difícil dizer onde começa um processo e onde termina outro. O começo é o fim, e vice-versa. Frequentemente, tudo se dá simultaneamente, quando não em ciclos.

3. Ecologia das Relações Espaciais

Os estudos das relações entre a língua e mundo têm se restringido ao léxico, como se pode ver na tradição filosófica (relação palavra-coisa) mencionada acima, como em Sapir ([1963] 2001, p. 90). De acordo com esse autor, “é o vocabulário da língua que mais claramente reflete o meio ambiente físico e social de seus falantes”. No entanto, há algumas exceções à ideia de que só léxico se relaciona com o MA, como pode ser visto em Heráclito e nas ideias de John Haiman (1980), lembrados acima. Mas, mesmo no léxico, os estudos têm se restringido às palavras referenciais, isto é, que designam algo fora da língua. O que nós pretendemos fazer aqui é investigar as relações que se dão entre língua e um tipo de palavras tidas como não referenciais, ou seja, as preposições, consideradas palavras gramaticais, categorias funcionais.

A fim de preparar o terreno, é importante apresentarmos a Ecologia das Relações Espaciais em geral. A ideia em si recua a, pelo menos, 1668, ano em que John Wilkins representou essas relações em um modelo bidimensional. Ele pôs um observador em frente a um ponto de referência que consistia de dois círculos concêntricos. Primeiro, ele apresenta uma seta “para baixo”, cujo resultado é “abaixo”, bem como outra “para cima”, que resulta na relação “acima”. Em seguida, temos as seguintes relações: a) “dentro” versus “fora”, b) “para dentro” versus “para fora”, c) “sobre” versus “sob”, d) “aquém” versus “além”, e) “a/para” versus “de/desde”. As seguintes relações não são dicotômicas em seu modelo: f) “sobre” (*about*), g)

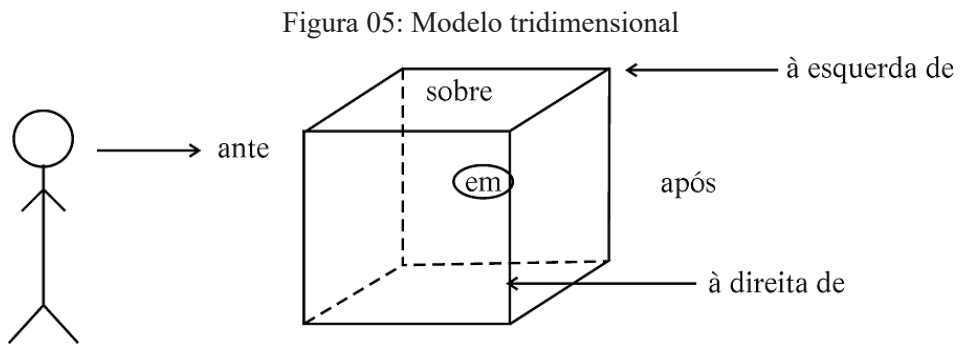
“acima” (*over*). Algumas posições em seu esquema não estão muito claras para nós. Por exemplo, h) “embaixo” (*below*) está entre o observador e o círculo, mas um pouco abaixo do diâmetro dele, não abaixo dele. Além do círculo central, de novo da perspectiva do observador, Wilkins inclui: i) “através de” e k) “além de”. Fora do círculo maior, temos l) “a/para” (*to*) versus “de” (*off*). Finalmente, veem-se m) “após” (*to the back of the observer*, sic!) versus “antes” (*in front of him*, i.e., *between him and the point of reference*).

Como se pode ver facilmente, há diversas inconsistências na representação de Wilkins (1668). A mais flagrante delas é o posicionamento de “*after*”. Essa palavra deveria ter sido colocada no lado oposto do círculo em relação ao observador, não antes dele. Além disso, “*against*”, “*through*”, “*besides*” e “*without*” estão colocados depois do ponto de referência. Só a última pertence a essa posição. Finalmente, a posição indicada pela preposição por excelência, ou seja, “em” (*in*), e sua contraparte “fora” (*out*) estão ausentes de seu esquema. Talvez isso se deva ao fato de Wilkins tratar apenas de preposições de movimento, como Eco (2002, p. 319) notou. De qualquer forma, não devemos ser excessivamente rigorosos com ele. O seu estudo é provavelmente a primeira tentativa na história dos estudos linguísticos de representar a Ecologia das Relações Espaciais. Bernard Pottier (1962, 1969) também estudou as preposições a partir do conceito de espacialidade, embora suas representações sejam unidimensionais apenas. Baseando-se em Gustave Guillaume, ele sugere o que está representado na figura 04, em que tudo está antes ou depois do ponto de referência. Pottier inclui outras categorias de palavras espaciais, não apenas preposições (Pottier, 1962; 1969).

Figura 04: Representações de palavras espaciais segundo Pottier

----->		----->
a		de
até		desde
antes		depois
sob		sobre
.....		e
.....		mais
etc.		

Eu havia proposto em minha dissertação de mestrado um modelo tridimensional para a Ecologia das Relações Espaciais, sem saber da sugestão Wilkins (Couto, 1973, p. 45). Nos anos noventa, eu retornei ao assunto, em um livro dedicado a uma visão geral do crioulo guineense (Couto, 1994, p.122). Essa segunda versão da proposta está reproduzida na figura 05.



O ponto central dessa ecologia é a **interioridade**. Isso se deve ao fato de ela não exigir um observador. Assim, o caroço no interior de uma fruta está objetivamente lá, independentemente de haver alguém para observá-lo ou não. Por isso, ela é considerada a relação espacial não-marcada, ao lado de seu oposto, a **exterioridade**. Não é de admirar que a preposição que a codifica (*em*) seja a preposição espacial não-marcada, inclusive a que codifica a relação oposta (*fora de*). A relação de interioridade *versus* exterioridade, independe da **horizontalidade** e da **verticalidade**, que são importantes para a relação de superioridade/inferioridade, representadas por “sobre” e “sob”. No entanto, se traçarmos uma linha vertical partindo de “sobre” até “sob”, ela passará por “em”, ponto pelo qual passaria a linha horizontal. A relação indicada por “em” está no cruzamento das duas. Tanto que Lyons (1977, p.699) afirma que “a noção de continência, ou interioridade, é claramente uma noção básica”, de modo que “parece haver fundamentos para introduzi-la na análise do significado de preposições como ‘acima’, ‘abaixo’ etc”. Vandeloise (1991, p. 34) acrescenta que “a relação extralinguística de continente/ conteúdo [é] praticada pela criança bem antes de a língua ser plenamente adquirida”.

Voltemos à relação de **superioridade/inferioridade**. Também elas são independentes de um observador. Por exemplo, uma pedra pequena em cima de uma maior está lá objetivamente, quer haja um observador, quer não. Por esse motivo, ela vem logo depois de “dentro/fora” na escala de marca. Melhor dito, ela é a segunda não-marcada. Se a relação “sobre-[em]-sob” se localiza ao longo do eixo vertical, “antes-[em]-depois” alinham-se ao longo do eixo horizontal. No entanto, diferentemente das relações anteriores, a **anterioridade e a posterioridade** dependem do observador. Um objeto só pode estar “antes de” ou “depois de” outro relativamente a alguém que o olha, como se pode ver na figura 05. Por isso, essas duas relações são bem mais marcadas do que as anteriores, e adquiridas bem mais tarde pela criança. Ainda no eixo da horizontalidade, temos as relações de

dexteridade (à direita de) e **sinistridade** (à esquerda de). Na maioria das línguas europeias, elas são expressas por locuções, não por preposições simples. Elas são as mais marcadas de todas as que compõem a Ecologia das Relações Espaciais.

As relações vistas na figura 05 são relações espaciais prototípicas, no sentido da teoria dos protótipos (Rosch, 1975; Coleman & Kay 1981; Bärenfänger, 2005). As demais relações espaciais podem ser derivadas delas de um modo ou de outro. É o caso das preposições de movimento, como as representadas no esquema de Wilkins. O que é mais, mesmo as demais relações, ou seja, inclusive as “não espaciais” seriam derivadas delas. Nós gostaríamos de observar que as relações representadas na figura 05 não exauram todas as relações espaciais possíveis, apenas as que podem ser codificadas por preposições ou locuções prepositivas. Por exemplo, ao longo da dimensão vertical, há posições como “alto” *versus* “baixo”. Ao longo da dimensão horizontal temos relações dêiticas como “próximo” *versus* “longe”, entre outras. Entre as outras, teríamos “largo” *versus* “estreito”, “longo” *versus* “curto” e assim por diante (cf. Greimas, 1966, p. 33).

4. As preposições crioulas: um apanhado geral

De acordo com Kihm (1994, p. 67), o guineense tem preposições simples, como em (1a), e preposições complexas, como em (1b).

(1) (a) a ‘a’, entremetadi ‘entre’, kontra ‘contra’, ku ‘com’, na ‘em’, pa ‘a, para’, sin ‘sem’, suma ‘como’, te ‘até’

(b) antis di ‘antes de’, (na) banda di ‘próximo a’, bas di ‘sob’, dentru di ‘em, dentro de’, dianti di ‘antes de’, dipus di ‘após’, disna di ‘desde’, filadu di ‘defronte a’, fora di ‘fora de’, juntu di ‘perto de’, lungu di ‘ao longo de’, lunju di ‘longe de’, na metadi di ‘entre’, na roda di ‘próximo, por’, pa bia di ‘por causa de’, riba di ‘sobre’, pertu di ‘perto de’, te ‘até’, tras di ‘atrás de’.

Além das incluídas nessa lista, há preposições que são claramente empréstimos recentes ao português. Algumas delas estão reproduzidas em (2).

(2) entri ‘entre’, anti ‘antes de’, sugundu ‘segundo’, cunformu ‘de acordo com’

Há até mesmo algumas construções que, a despeito de não serem claramente prepositivas, são equivalentes a locuções prepositivas, uma vez que se referem a relações espaciais. Vejamos alguns exemplos em (3).

(3) (a) Maria bai *na si tras* ‘Maria foi no seu traseiro = Maria foi atrás dele’

(b) Jon sta *na si dianti* ‘João estão no seu dianteiro = João está na frente dele’

(c) Jugude bua na si ladu ‘o abutre voou no seu flanco = o abutre voou ao seu lado’

Alain Kihm (1994) aceita a ideia de que a preposição por excelência no crioulo guineense é a que codifica os significados de “estar-no-interior”, “estar-na-

-superfície-de”, “estar-em-uma-localização”. Trata-se, como se vê, da preposição que codifica interioridade, *na* ‘em, dentro de’. Os exemplos do autor estão reproduzidos em (4).

- (4) (a) *i sta na* kuartu ‘ele/a está no quarto’
 (b) *i sta na* mesa ‘ele está na mesa’
 (c) *i sta na* fera ‘ele/a está no mercado’

Examinemos a frequência das preposições guineenses com o fito de aquilatar sua vitalidade na língua. Nós contamos preposições simples e preposições complexas em nove fábulas e em uma longa fala de um político. O primeiro texto é basiletal; o segundo, acroletal. Os resultados estão expostos na tabela 01.

Tabela 01: Preposições

PREPOSIÇÕES			
SIMPLES	OCORRÊNCIAS	COMPLEXAS	OCORRÊNCIAS
Di	216	dentru di	10
na	114	riba di	7
ku	58	pertu di	5
pa	34	antis di	3
suma	11	na metadi di	2
kontra	6	dipus di	2
Te	6	pabia di	2
kuma	4	bas di	1
sim	2	trás di	1
desdi/dedi	1	na roda di	1
disna	0	pa ladu di	0
Total	452	Total	34

Como se vê, a preposição mais frequente é *di*, não *na*, como seria de se esperar. No entanto, isso certamente se deve ao fato de ela ocorrer em muitas locuções, prepositivas ou não, como em *manga di* ‘uma grande quantidade de’, *gosta di* ‘gostar de’, *dibi di* ‘dever, poder’, *di maña/tardi/noti* ‘de manhã/tarde/noite’. Assim sendo, é provável que a preposição mais frequente em posição claramente prepositiva seja *na*. Com efeito, ela aparece 47 vezes combinada com outros morfemas, como *nel* ‘nele’, *nunde/nde* ‘onde’, embora *di* também possa ocorrer nesse tipo de combinação: *del/delis* ‘dele/deles’, mas apenas nove vezes. Se contarmos a partícula verbal *na*, que indica aspecto não-pontual na terminologia de Bickerton (1981) como em *Jon i na fuma* ‘João está fumando’, *na* será certamente mais frequente do que *di*. Em 1.176 ocorrências, *na* é partícula verbal 690 vezes (58,67%), e preposição 486 vezes (41,32%). Como Claire Lefebvre (1998)

sugeriu, com razão, sobre morfemas similares do haitiano, *na* é uma partícula multifuncional. As duas vêm da combinação da preposição portuguesa “em” mais o artigo feminino “a”. Assim, uma seria preposição com nomes, a outra “preposição” com verbos. Tanto que preposição é neutra em relação aos traços nome (N) e verbo (V), ou seja, -N, -V.

A terceira e a quarta preposições mais frequentes no guineense são *ku* e *pa*. Também elas podem combinar-se com outros morfemas, mas em menor grau. Em nossas estatísticas, *ku* aparece 6 vezes em combinações como *kel* ‘com ele’ e uma vez em *kelis* ‘com eles’. *Pa* aparece em *par maña* ‘de manhã’ (uma vez) e em *par’el* ‘por ele’ (duas vezes). As preposições guineenses apresentam outras peculiaridades que merecem ser mencionadas. Uma delas é o fato de *riba di* (sobre) poder aparecer sob a forma de *na riba di*. Outra é o alto número de preposições complexas tomadas de empréstimo ao português, sobretudo em registros acroletais. No discurso mencionado acima, nós encontramos *ao lado d’el* ‘ao seu lado’ e *pa/por exemplo* ‘por exemplo’. Por sinal, esses exemplos acrescentam outras cinco ocorrências de *pa*. Finalmente, o texto acroletal contém também uma ocorrência de *na frenti* (na frente). Deve ser ressaltado que as preposições *ku* e *pa* funcionam também como complementizadores. A primeira aparece em construções como *rapas ku ka misti tarbaja* (o rapaz que não queria trabalhar). A segunda pode ser vista em sentenças como *N mist pa bu bai* (eu quero que você vá).

5. A Ecologia das Relações Espaciais nas preposições crioulo-guineenses

Nesta seção, nós examinamos as preposições crioulas à luz da Ecologia das Relações Espaciais representadas pela figura 05. Voltando à lista de preposições de (1a) acima, vemos que o único equivalente de preposição simples portuguesa é *na*. A fim de preencher as demais funções, temos que lançar mão de preposições complexas, como se vê em (5)

(5) em = na, dentru di sobre = riba di antes de = antis di
após = dipus di sob = bas di

Já vimos que em inglês as crianças aprendem “em” primeiro. Em seguida, vêm “em cima de”, “embaixo de” e “próximo a”, nessa ordem. Em geral, as preposições a serem adquiridas em seguida são “atrás de” e “na frente de”. Se compararmos esses achados com as estatísticas de ocorrência das preposições guineenses do quadro 1, veremos que elas coincidem em parte. As duas preposições mais frequentes são *na* (em) e *riba di* (em cima de), nessa ordem. No entanto, há uma discrepância, uma vez que *bas di* (embaixo de) é a menos frequente, o que pode dever-se à paucidade de dados que compulsamos. No entanto, o número de ocorrências das outras duas confirma a ordem de aquisição, ou seja, após *na* e

riba di emerge *dipus di*. Como já foi notado por investigadores, entre os nomes crioulos para as relações em questão, *na* não é apenas um lexema monomorfêmico, mas também um monossílabo. Todas as demais são preposições complexas. Todas consistem de um advérbio ou de um nome seguido pela preposição *di*. Isso é um argumento adicional a favor da asserção de que *na* é a preposição por excelência. Ela existe em praticamente todos os crioulos de base lexical portuguesa e espanhola, bem como em variedades não crioulas dessas línguas, tais como o espanhol portorriquenho e o cubano.

Ela foi constatada até mesmo em crioulos de outras bases lexicais, como o sranan, o st. lucian, o trinidadiano e, talvez, no crioulo holandês das Ilhas Virgens, no jamaicano e no krio (Thompson, 1961, p. 112). Em algumas variedades populares, coloquiais e/ou dialetais do português brasileiro, a forma *ni* pode ocorrer no lugar de *em*. Parece haver uma relação entre *ni* e *na*. Poderíamos apresentar mais um argumento em prol da tese de que *na* é a preposição por excelência. Trata-se do fato nada trivial de que ela pode preencher praticamente todas as posições da figura 05, como se pode ver nos exemplos abaixo (6). Mas o argumento mais forte é o de que ela codifica a posição nuclear da Ecologia das Relações Espaciais, ou seja, a de interioridade.

- (6) (a) lebri sta na si koba ‘o coelho está em (dentro de) seu buraco’
 (b) lebri sai na si koba ‘o coelho saiu de seu buraco’
 (c) libru sta na mesa ‘o livro está na (em cima de) mesa’
 (d) Jon sta na bu tras ‘João está atrás de (depois de) você’
 (e) mininu na kuri na bu dianti ‘o menino corre na sua (de você) frente’
 (f) Jon bai na bu kasa ‘João foi a sua casa’

Com respeito às posições “à direita/esquerda de”, o equivalente mais próximo que consegui encontrar é *na ladu di* (ao lado de), exemplificado em (3c). Essa expressão indica lateralidade em geral, como outras expressões de (3) mostram. Vimos que a dimensão *antis di - na - dipus di* normalmente se alinha ao longo do eixo horizontal. No entanto, dependendo da posição do observador e do objeto observado essas expressões podem indicar outras orientações, como horizontalidade, obliquidade etc. Por exemplo, na direção para cima, poderíamos dizer que um mico está “antes” de um pássaro nos galhos de uma árvore, se olharmos a partir do solo. Se estivermos olhando de um helicóptero, por outro lado, o mico estaria depois do pássaro. A relação das posições em questão com o MA Social da Língua é apenas indireta. É o caso de alguns usos sociais de certas posições espaciais. No português brasileiro, “estar por dentro” significa conhecer, e “estar por fora”, desconhecer. Em inglês, algo “in” é desejável, ao passo que “out” não o é. Na tradição cristã, o céu está acima de nós, enquanto que o inferno está abaixo de

nós (aliás, *infernus* pertence à mesma família etimológica que “inferior”). Como se vê, “sobre/acima/por cima” é bom; “sob/abaixo/de baixo/embaixo”, não.

Ainda no Brasil, estar “por cima” de algo significa dominá-lo, em todos os sentidos da expressão; estar “por baixo” indica o contrário. Aparentemente, essa oposição tem a mesma conotação no crioulo. Há uma fábula intitulada “*Gera di gintis di riba ku gintis di bas*”, isto é, “Guerra das pessoas de cima (aves) com as de baixo (outros animais)”. É o primeiro grupo que vence a guerra. Nas sociedades ocidentais, estar “na frente de” ou “à frente de” é considerado como estar em melhor situação, e estar “atrás de” significa estar em situação pior. A palavra portuguesa para o oposto do conceito de “estar à frente de” é “ser atrasado”, derivado de “atrás”. O bom é estar “avançado” (de *avante* < latim *abante*, que contém “ante”), na “vanguarda” (do francês *avant-garde*, também do latim *abante*). A distinção “à esquerda/direita de” também tem conotações sociais, políticas. Um “esquerdista” se considera mais consciente, democrático e liberal do que um “direitista”. Esse conceito se originou na Revolução Francesa. Nas reuniões da Assembleia Legislativa (1791-1792), a aristocracia, os jacobinos, sentavam-se à direita, enquanto que os democratas, os girondinos, se postavam à esquerda.

6. Outras preposições espaciais crioulo-guineenses

Como se pode ver na Tabela 1, existem outras preposições no crioulo que indicam relações espaciais, além das que foram elencadas em (5). Entre elas, temos *entremetadi* (entre), *na metadi di* (entre), *na roda di* (ao longo de), *(na) banda di* (próximo, em volta de), *filadu di* (defronte a), *fora di* (fora de), *juntu di* (perto de), *lungu di* (ao longo de), *lunju di* (distante de) e *pertu di* (perto de). Todas elas indicam relações estáticas, como as de (5). Além disso, há as preposições da figura 06.

Figura 06: Preposições do crioulo-guineense

----->	----->
pa	di
te	de(s)di, disna (di)
antis di	dipus di
bas di	riba di
fora di	na, dentru di

As duas primeiras preposições da figura 06 são usadas tipicamente com verbos de movimento, como indicado pelas setas. São as formas que entram no esquema de Bernard Pottier (1962). No entanto, é importante lembrar que o que indica direcionalidade não são as preposições em si mesmas, mas os verbos que

coocorrem com elas. O máximo que podemos dizer é que elas são compatíveis com esse tipo de verbo. De qualquer forma, continuaremos a usar a expressão “preposições de movimento”. Aqui se incluem subespecificações do movimento, tais como direcionalidade, origem, percurso e destino (Bennett, 1975). As preposições de movimento crioulas são precisamente *pa* (a, para) e *dedi* (desde, de). Mas, *te* (até) e *di* também entram nessa categoria. De acordo com o modelo de Pottier (1962), todas as preposições, bem como alguns advérbios e até outras categorias de palavras, entram de um lado ou outro da linha vertical da figura 06. Como se pode ver mais detalhadamente na figura 06, além das preposições prototipicamente direcionais, as formas *bas di/riba di*, *fora di/dentru di* não são obviamente direcionais.

Pottier (1962) afirma que o lado esquerdo da linha vertical indica aferência, ao passo que o lado direito indica deferência. Ele acrescenta que o primeiro “pro-põe”, indica aproximação; o segundo “dispõe”, indica distanciamento. Com essa informação adicional, fica mais fácil aceitar *bas di* e *fora di* no lado esquerdo e *riba di* e *dentru di* no lado direito. Quanto a *na*, não fica muito claro, à primeira vista, porque ela entra no lado direito, sobretudo se considerarmos construções como as de (18), que indicam alvo. Aparentemente, ela deveria ser colocada em cima da própria linha vertical, uma vez que pode substituir qualquer posição no espaço, como já vimos.

7. Preposições aparentemente não-espaciais no guineense

Algumas preposições parecem não ser espaciais, pelo menos à primeira vista. Entre elas poderíamos mencionar *ku* (com), *sin* (sem), *suma/sima* (como), *kontra* (contra) e *pa bia di* (por causa de). No entanto, segundo Pottier todas devem entrar em um lado ou outro da linha vertical. Com respeito a *ku*, Pottier (1962, p. 279) sugere que seu equivalente latino é uma variante de *ad* (a, para, em direção a), uma típica preposição espacial, direcional. Sobre seu equivalente inglês, John Lyons disse que “o que *John is with Peter* significa é *John está onde Peter está*” (Lyons, 1975, p. 693). De um ponto de vista puramente lógico, *ku* indica a relação de conjunção, isto é, simultaneidade de duas coisas no espaço. Outro argumento a favor dessa interpretação é o fato de que *ku* tem a função do “e” português. Muitas fábulas crioulas (e africanas) têm por título *storia di ubu ku lebri* (estória da hiena e do coelho). Quanto a *sin* (sem), é o oposto diametral de *ku*, portanto, se articula ao longo do mesmo eixo. Se Pottier estiver certo ao alinhar todas as preposições com *para/até* ou com *de/desde*, respectivamente, em seu modelo, então todas as preposições espaciais têm essa conotação. Vejamos o caso de *suma* e *sima*, como exemplificados em (7).

- (7) (a) bu firma suma po ‘você está de pé como uma árvore’
 (b) sima fonti na kamiñu ‘como uma fonte ao longo do caminho’

Para começo de conversa, *suma* e *sima* parecem ser simples variantes fonológicas de uma mesma preposição. Há diversas outras alternâncias *i/u* na língua. As conjunções *si* (se) e *ki* (que), por exemplo, têm as variantes *su* e *ku*, respectivamente. Além disso, *sima* é muito raro, não tendo ocorrido em nosso *corpus*. O que é mais, em todos os demais textos que já vimos, ela ocorreu apenas duas ou três vezes. Alguns autores consideram *kontra* uma preposição. Entretanto, em nosso *corpus* essa forma ocorreu como verbo (8a), advérbio (8b) e como conjunção (8c) precedida de *si* (se), mas não como preposição. Esses autores devem tê-la visto em uma variedade descrioulizada do guineense. Nesse caso, tratar-se-ia de uma interferência do português “contra”.

- (8) (a) bu ba kontra gora ku un algin ‘você vai se encontrar com alguém agora’
 (b) kontra kau fria omi bin sai di si kasa ‘quando o local ficou frio, o homem saiu de sua casa’
 (c) si kontra bu papia son, ami N fugial ‘se você ficar falando, eu atiro em você’

Parece que todas as preposições podem indicar também noção, no sentido de Pottier (1962). Algumas delas serão discutidas na seção seguinte. Para iniciar a discussão sobre *pa bia di*, partamos do equivalente português “por causa de”. Como se vê, ela contém a forma “causa”, que é algo que precede algum efeito. Por isso, conteria temporalidade e, conseqüentemente, espacialidade, por motivos que serão discutidos mais abaixo. Originariamente, todas essas preposições podem ter sido claramente espaciais, como sugerido por Pottier. Não apenas relações temporais, mas também as relações “puras” (lógicas). Em *suma*, é altamente provável que geneticamente a maioria das preposições tenham emergido para indicar relações espaciais. Subseqüentemente, elas podem ter sido usadas com conotações temporais. Só em uma terceira fase, elas devem ter sido usadas para indicar apenas noção, ou seja, conceitos abstratos. A ordem genética seria, então: relações espaciais > relações temporais > relações (Pottier, 1962). Voltaremos a isso na seção 12.

8. As preposições temporais crioulas

A dimensão horizontal “antes-em-após” da figura 05 podem ser vistas como um subconjunto da parte da Ecologia das Relações Espaciais que indica relações lineares. Pois bem, uma vez que a tradição cristã ocidental vê o tempo como uma linha, as preposições que aí entram para indicar relações espaciais poderiam

indicar também relações temporais. É o que de fato ocorre, como se pode ver na figura 07 e nos enunciados em (9):

Figura 07: Preposições indicativas de relações espaciais e temporais

na
antis di|dipus di
--->|--->

- (9) (a) i kume antis di si dunu ‘ele comeu antes de seu dono’
(b) ña pape ku bu pape na si tempu ba ‘meu pai e seu pai no tempo deles’
(c) N bai dipus di Bisenti ‘eu vou depois de Vicente’

No que tange a *na*, deve ser ressaltado, no entanto, que em nossos dados ela ocorreu em construções temporais somente junto a palavras temporais tais como *tempu* (tempo), *dia* (dia), *anu* (ano) e *mis* (mês), como nos exemplos mencionados no final da seção 12. Inclusive as outras duas expressões (9a, c) ocorreram em muito poucas frases. Há preposições espaciais usadas também em funções temporais. No entanto, no crioulo existe pelo menos uma preposição que só é usada em função temporal, no caso, *disna* (*di*), como exemplificado em (10):

- (10) (a) N sta li disna k’u bai ‘eu estou aqui desde que você se foi’
(b) N ka kume nada disna de parmaña ‘eu não comi nada desde a manhã’

Embora *dedi/desdi* possa ocorrer com nesse também, *disna* só é usado para ele. Por outras palavras, *disna* é usado só temporalmente (11a), ao passo que *dedi* pode sê-lo espacial (11b) e temporalmente (11c), embora nós não tenhamos conseguido muitos exemplos:

- (11) (a) N ka kume nada dedi aonti ‘eu não comi nada desde ontem’
(b) bu ta kumsa cora desde kanpada di kasa ‘você começou a chorar desde o campo de colmos’

Em alguns dialetos do português brasileiro, encontramos a forma *desna* que tem um significado parecido ao de *disna*. Aparentemente, teriam a mesma origem, ou seja, a forma *desde + na*. Infelizmente, não temos maiores informações sobre essa etimologia. O único uso temporal de *di* que encontramos se deu em expressões fixas como *di dia* (de dia), *di noti* (de noite) e *di menoti* (à meia noite).

Com relação a *te*, ela indica relação temporal, como em (12):

- (12) Jugude ka ojal mas te aos ‘o abutre não encontrou-o até hoje’

Bennett (1975) reconhece um significado subjacente único para cada preposição. Esse significado subjacente pode ser realizado espacial e temporalmente. Na seção seguinte, veremos que há o uso nocional também, não levado em conta por Bennett. Em suma, há uma preposição usada apenas para relações espaciais. No

entanto, é bem provável que na origem ela tenha sido espacial, como fica sugerido em sua provável etimologia.

9. Preposições nocionais

Segundo alguns investigadores, especialmente gerativistas, existem relações abstratas, puras. Essas relações não teriam nada a ver nem com espaço nem com tempo. Entre as que entrariam nessa categoria estão as que estão exemplificadas em (13):

(13) (a) *storia di kasamenti di fiju di reglu* ‘história do casamento do filho do régulo’

(b) *e dibi di ciga* ‘eles devem chegar’

(c) *N misti papia ku bo* ‘eu quero falar com você’

As duas primeiras ocorrências de *di* em (13a) são nocionais, ou seja, inespaciais e intemporais. A terceira é genitiva. No entanto, se examinarmos o significado subjacente delas, verificaremos que a “história” gira em torno (conceito espacial) do “casamento”, enquanto que o “casamento” pertence à filha do rei. O genitivo indica que, de alguma maneira, a filha provém do rei. A origem dela está, materialmente, nele. Em geral, ‘X tem p’ pode ser analisado como ‘p está em X’ (Lyons, 1977, p. 722-724). O mesmo pode ser dito de ‘p é de X’. Quase idêntico ao caso de *ku*, como já vimos. Pottier afirma que, em princípio, todas as preposições podem ser usadas no que chama de domínios espaço, tempo e noção. O último equivale ao das preposições “puras”. De acordo com ele, noção é redutível a tempo, que é redutível a espaço. Vejamos o exemplo (14):

(14) *kila ka sta na si plano* ‘aquilo não está em seus planos’

Nesse caso, *na* está sendo usada nocionalmente, em um sentido abstrato. Não haveria temporalidade nem espacialidade nela. No entanto, deve ser notado que a interpretação é de que “algo está localizado em seu plano”. Em (15), temos *di* e *ku* na mesma sentença:

(15) *Sara papia di Jon ku Maria* ‘Sara falou de João com Maria’

Aparentemente, as duas são apenas nocionais. No entanto, “falar de” é o mesmo que “falar sobre” e, como sabemos, o sentido básico de “sobre” é espacial. Além disso, já vimos que “falar a alguém” ou “com alguém” é o mesmo que falar e estar no mesmo lugar em que alguém se encontra, como já vimos com Lyons. A construção com verbo serial de (20) vai no mesmo sentido. Todas as relações são redutíveis à espacialidade, e não apenas a temporalidade, mas também as relações “lógicas”, “puras”, nocionais. Quando examinamos a etimologia delas, notamos que praticamente todas têm origem espacial. Inclusive sincronicamente, algumas preposições da Ecologia das Relações Espaciais, da figura 05, podem ter

um uso secundário, temporal e/ou nocional, como “sobre” do português e *about* do inglês.

10. Alguns usos aparentemente estranhos de preposições espaciais crioulas

Existem alguns usos de preposições espaciais crioulas que parecem estranhos a falantes de línguas de origem europeias. No entanto, quando analisamos esses usos a fundo à luz da Ecologia das Relações Espaciais, e cientes de que *natura non facit saltus*, constatamos que não há nada de estranho nesses usos. Vejamos os exemplos de (16):

- (16) (a) i sai na si koba ‘ele saiu em sua toca, i.e., de sua toca’
 (b) bajuda sai na kunbu di po ‘a moça saiu no buraco da árvore, i.e., do buraco’
 (c) i tira fiyo na dentru di galiña ‘ele tirou seu filho na galinha, i.e., da galinha’
 (d) bo sai na matu ‘você saiu no mato, i.e., do mato’
 (e) iagu ta sai na uju ‘água está saindo em seu olho, i.e., de seus olhos’

Nesses exemplos, *na* está sendo usada no sentido de “de” (“out of”, em inglês). Na verdade, *na* é estático, indica a locação e, quando muito, objetivo (“vou em São Paulo”), não origem. Como explicar seu uso mostrado em (16)? Vejamos o que Bickerton (1981) diz sobre deslocamento de outro tipo de significação, que tem algo a ver com “em”. Baseando-se na aquisiçãoista Eve Clark, ele apresenta as quatro relações mostradas na figura 08:

Figura 08: Quatro relações

Proriedade	localização
Posse	Existência

Bickerton (1981) afirma que Eve Clark “examinou os modos pelos quais essas relações são apresentadas numa amostra de cerca de 50 línguas”. Ele aplicou o mesmo princípio à análise dos artigos crioulos. Aplicando sua argumentação ao guineense, podemos dizer que o morfema que indica posse indica também existência, como mostrado em (17). A tradução mostra que em português acontece a mesma coisa.

- (17) (a) Jon tene libru ‘João tem um livro’
 (b) I ka tene libru li ‘não há livru aqui’, i.e., ‘não há livro aqui’

Bickerton conclui que “nenhuma língua pode usar o mesmo morfema para expressar relações não-contíguas (i.e., localização e posse, ou existência e propriedade) a não ser que o mesmo morfema seja usado também para indicar a relação interveniente” (Bickerton, 1981, p. 244-245). No crioulo, a preposição que codifica a posição de interioridade codifica também a ideia de ponto em uma

linha. Uma vez que na Ecologia das Relações Espaciais ela está adjacente tanto a “antes de” quanto a “depois de”, ela poderia, em princípio, substituir ambas as relações, bem como qualquer uma das demais posições da figura 05. Assim sendo, não deveria ser considerada estranha a existência de construções como as de (16). No latim (18a) e no português brasileiro (18b), o equivalente de *na* (em) pode indicar “em direção a”.

(18) (a) Eo in Romam ‘vou a Roma’

(b) Eu vou lá em Roma

Até mesmo a expressão complexa para indicar “no interior de”, ou seja, *dentro di*, pode ser usada na função de (16), como mostrado em (19).

(19) no tira tuga na dentru de no tera ‘nós tiramos os portugueses de nossa terra’

O uso de *dentru di* substituindo *na* já é estranho a nossos olhos. No entanto, (19) mostra que a noção de interioridade da figura 05 realmente pode deslizar para as noções vizinhas. Davida Bennett afirma que *to the church* seria mais claramente indicado por **to at the church* (Bennett 1975: 18). O uso de *na* em (16) seria mais inteligível para nós se a expressão fosse **di na koba*. No entanto, deve ser lembrado que *na* é a preposição por excelência no crioulo, fato que, por si, já tem a ver com a interioridade. Assim, de acordo com a fig. 05, ela poderia substituir todas as formas adjacentes. O terceiro tipo de construções semelhantes a preposições que nós gostaríamos de discutir brevemente é o que se vê ilustrado em (3) acima. Embora Kihm (1994, p. 68) afirme que essas construções “são frases fixas, o que implica que devem ser mencionadas especificamente na entrada lexical para *diyanti* (sic) e *tras*”, nós achamos que o fato de termos um uso adicional da preposição por excelência *na* é mais importante.

Por outras palavras, *si tras* (seu traseiro) e *si dianti* (sua parte dianteira) são sintagmas nominais que adquiriram valor preposicional pela simples adição de *na*. Na verdade, esse procedimento pode ter sido a origem de muitas preposições espaciais, como foi sugerido alhures neste artigo, ou seja, tomar como ponto de partida um nome que indica uma parte do espaço, ou uma parte do corpo do observador. Alguns objetos se posicionam “antes de” (no lado da bunda), “em frente de” (no lado da cara), “dentro de” (no interior do estômago, da boca, p. ex.), “no lado do braço esquerdo” (à esquerda de) ou “no lado do braço direito” (à direita de).

11. As “locuções complexas” são efetivamente preposições complexas ou constam de preposições simples e algo mais?

Alain Kihm (1993) divide as preposições crioulas em simples e complexas. No entanto, isso é uma categorização prática, longe de ser unânime. Como o

próprio Kihm notou, “todas as preposições complexas são compostas de *di* precedido de um elemento que pode ser um adjetivo (*lunju* ‘longe’, *juntu*, um advérbio (*bas* como em *i sta la bas* ‘ele/a está lá embaixo’, *dentru*, *disna* ‘desde’, *filadu* ‘em frente’, *fora*, *lungu* ‘ao longo’, *riba* ‘em cima’), ou um nome (*banda* ‘lado’, *diyanti*, *tras*) (Kihm, 1993, p. 67-68). Se levarmos em conta que *lungu* e *juntu* não são adjetivos prototípicos, mas advérbios, podemos analisar as chamadas “preposições complexas” como uma construção que contém um advérbio, segundo o esquema Adv+di, como é o caso de *lunju di*, *juntu di*, *bas di*, ***dentru di***, ***filadu di***, ***fora di***, ***lungu di***, ***riba di*** e *disna di*. As que se formam com um nome enquadram-se no esquema na+N+di. Nesse último caso, o que temos são as preposições *na* e *di*. A primeira delas (*na*) indica localização de algo no *denotatum* do nome, ao passo que a segunda (*di*) indica a que ou a quem esse *denotatum* pertence. Como vimos, a genitividade é uma das principais funções secundárias de *di*, logo depois da função principal indicada na figura 06.

As “preposições complexas” que contém um advérbio mais *di* apresentariam, pelo menos superficialmente, uma estrutura diferente (Adv+di), como já vimos. No entanto, é sabido desde pelo menos a *Grammaire générale et raisonnée* (1830), de Arnauld e Lancelot, que os advérbios correspondem a uma preposição mais um nome. Assim, dizem eles, *sapienter* (sábio) equivale a *cum sapientia* (com sabedoria), *hodie* (hoje) corresponde a *in hoc die* (em este dia). Isso significa que o *li* crioulo (e seu correspondente português “aqui”) corresponderia, pelo menos semanticamente, a *in hoc loco* (em este lugar). Com base nessas ideias, é perfeitamente legítimo considerar *dentru di*, por exemplo, como um equivalente de “no interior de”. Se essa análise for válida, construções que aparentemente entrariam no esquema Adv+di têm, na verdade, a estrutura na+N+di. Em suma, todas as preposições aparentemente complexas são, ao fim e ao cabo, frases que se iniciam pela preposição simples *na* e terminam pela preposição simples *di*. Isso explica porque *di* ocorre mais que *na* na estatística da Tabela 01. Em diversas construções, a ideia de localização indicada por *na* conflui com o nome seguinte. Plag (1998) discute casos semelhantes no sranan.

É bem verdade que essas construções são relativamente lexicalizadas, ao ponto de *dentru di* ser uma alternativa para o *na* prototípico. No entanto, existem outras construções desse tipo que não podem ser consideradas preposicionais. Um exemplo é *na tempu di* [fomi] (no tempo de [fome]). Tanto não se trata de uma locução prepositiva que há diversas outras construções similares, como *na tempu di cuba* (no tempo de chuva), *na tempu di friu* (no tempo que faz frio) etc. Inclusive com outros nomes há construções com a mesma estrutura, tais como *na kau di Jon* (no lugar de João), *na kau di sinta* (no lugar de sentar), *na [tudu] kol-*

dadi di limaria (em todo tipo de animal). A forma *na metadi di* (entre) significa, literalmente, “no meio de”.

Diversas outras construções sintáticas estão em paralelo com as que são examinadas. Por exemplo, *kamalion pega na rabu di lubu* (o camaleão agarrou no rabo do lobo), em que *na rabu di* é simplesmente parte de uma construção maior. O que acontece é que construções como *na metadi di* ocorrem com mais frequência do que ela. A maior frequência dá a impressão de que seria algo cristalizado como “pé-de-moleque”, que formaria um todo indecomponível. Resumindo, o que temos nos casos presentes são as preposições *na* e *di*. Em português temos construções similares, como “no âmagô de”, “no coração de”. Não cremos que ocorreria a alguém considerar essas construções como locuções prepositivas.

12. Preposições espaciais e o meio ambiente da língua

Uma vez que as preposições têm sido consideradas tradicionalmente como desprovidas de significado extralinguístico, poderíamos ser levados a pensar que não têm nenhuma relação com o Meio Ambiente Natural da Língua. Na presente seção, nós gostaríamos de discutir este tópico mais pormenorizadamente. Com efeito, a maioria das preposições, se não todas, relacionam-se com o mundo físico, mesmo que indiretamente, pelo menos no momento de sua origem. Está implícito no texto de Sapir (1963) mencionado acima que apenas uma parte do léxico tem a ver com o mundo natural diretamente, ou seja, palavras de conteúdo. É o caso dos topônimos, antropônimos, nomes de espécimes da flora e da fauna, entre outros. Esses nomes referem-se a coisas de nosso meio ambiente imediato. Categorias funcionais como preposições não estariam no mesmo caso. No entanto, temos evidência de que, pelo menos de um ponto de vista genérico, também elas podem ser relacionadas com o mundo. De fato, as relações mostradas na figura 05 emergiram e foram armazenadas no cérebro dos membros da comunidade porque em tempos pretéritos as pessoas tinham contato direto com as coisas do mundo, que eram relacionadas umas com as outras de algum modo, por exemplo, como foi discutido na seção 04.

A fim de evitar mal-entendidos sobre os diversos usos de um lexema de qualquer língua dada, é importante considerar o meio ambiente que ele designa para a coletividade. Isso se aplica não apenas a lexemas que designam “coisas”, mas também àqueles que se referem às relações entre essas coisas. Seria insuficiente considerar apenas o contexto no qual o enunciado é proferido. Isso é o mesmo que dizer que não só as categorias lexicais podem ser relacionadas ao meio ambiente, mas também aspectos das palavras gramaticais e até mesmo da própria gramática, como sugerido por Heráclito e por Haiman (1980). Um forte argumen-

to a favor desta relação inicial das preposições ao meio ambiente físico é o fato de *frenti*, por exemplo, provir do latim *frons, frontis* (face), via português. É provável que, em sua origem, *tras* (traseiro) tenha significado algo como “bunda”. Em inglês, “back” significa a parte posterior do corpo, mas é também parte da locução prepositiva “in back of” (no traseiro de, atrás de). Construções crioulas como *na ña dianti* (na minha frente) e *na ña tras* (no meu traseiro) indicam que a locução preposicional tem um nome como cabeça, e esse substantivo é o nome de um lugar relativo do observador. De fato, o português tem a expressão “na minha frente”, que é perfeitamente paralela a *na ña dianti*. Não há construção portuguesa paralela a *na ña tras*, talvez por tradição cultural. No entanto, podemos dizer “ele falou mal de mim nas minhas costas”. Outra forma é “por trás”, que tem um significado semelhante.

A lexicalização de expressões como as que acabam de ser vistas pode ter a ver com a sobrevivência de nossos ancestrais. Por exemplo, certamente era importante para os indivíduos saberem se o leão estava “no lado de seu traseiro” ou “no lado de sua cara”. Do mesmo modo, era de vital importância saber se o leão estava “antes” ou “depois” de uma árvore, uma pequena colina ou um elefante. Se ele estava “antes”, estava próximo do observador, uma situação perigosa. Do contrário, estaria longe dele, portanto, poderia cuidar de outros afazeres. Era importante para a pessoa em questão estar “dentro” ou “fora” da caverna. Mesmo que o leão não estivesse por perto, era importante estar “dentro” dela se estivesse chovendo, por exemplo. A preposição complexa *na metadi di* relaciona-se diretamente com o mundo físico. Ela indica um C localizado em um ponto “no meio de” ou “na metade” da linha que podia ser traçada entre A e B. Por sua vez, *riba* e *riba di* (topo, em cima de) derivam do português “riba” que, por seu turno, provém do latim “ripa, ae” (margem, de um rio). A margem do rio, em geral, está em uma posição mais alta do que a da água corrente. No crioulo, “descer” é *riba*, isto é, originalmente, “vir para baixo”. O equivalente desse tipo de relação em outras línguas pode ter a ver, mesmo que remotamente, com a cabeça, isto é, a parte superior da cabeça, ou o topo de montanhas ou de árvores.

O significado de *na* (em) e de seus equivalentes nas línguas europeias é totalmente opaco nos dias atuais. Entretanto, quando consideramos construções equivalentes como *dentru di* (mesmo significado), podemos especular que em priscas eras *na* pode ter provindo de algo significando “buraco” ou “caroço de uma fruta”. Como vimos na Ecologia das Relações Espaciais, essa é a relação espacial mais primitiva, não-marcada. Em algumas línguas, o equivalente de *na* ainda é transparente. Em algumas línguas bantu, como luganda, a relação é indicada por um verbo significando algo como “estar-em”. Em iorubá, a conjunção para “e”

era, originalmente, “juntar-se”. Em amárico, essa função é indicada por um verbo que significa “repetir” (Gívón, 1979, p. 262-264). Nesse contexto, poderíamos incluir a serialização verbal em algumas línguas africanas e crioulas. De acordo com Bickerton (1981), sua existência nos crioulos é para suprir a paucidade de preposições, como pode ser visto no exemplo de (20), do são-tomense:

(20) E fa da ine ‘3PS₁, falar, dar, 3PS₂ ‘ele₁ falou a ele₂’

A tradução portuguesa encobre o significado real da sentença. Literalmente, ela assevera que alguém (E ‘ele₁’) falou e “deu” sua fala a outrem (ine ‘ele₂’). Quer dizer, a função indicada pela preposição portuguesa “a” está sendo representada em são-tomense pelo verbo de movimento “da” (dar). Não é por acaso que o caso em questão seja o dativo. O fato de as línguas românicas não terem um lexema monomorfêmico para designar “à direita/esquerda de” é sugestiva da importância relativa que essa relação deve ter tido para a sobrevivência da espécie em seu meio ambiente. Nos nossos dados do crioulo, por exemplo, sequer essas locuções ocorreram. Se estritamente necessário, os falantes as tomam emprestadas do português. Algumas possibilidades seriam **na direita/iskerda di* ou, então, *na si ladu diritu* (no seu lado direito) e *na ladu di si mon diritu* (no lado de sua mão direita). O que de fato ocorre com relativa frequência é *na ladu di* (ao lado de), independentemente de esquerda e direita.

Interessantemente, o tok pisin tem “apenas duas palavras que correspondem realmente a preposições portuguesas: *long* e *bilong*”. A segunda “é usada para traduzir frases possessivas”, como em *has bilong papa* (casa do meu pai), *papa bilong mi* (meu pai). No que tange a “long”, é “usado sobretudo para relações espaciais entre objetos, bem como relações menos íntimas entre objetos do que as indicadas por *long*”. Por exemplo, *haus bilong bus* (a casa no mato ‘bush’), *wok long gaten* (trabalhar no jardim). “Para expressar localização precisa, “long” se compõe com nomes que indicam a localização desejada: *antap long* (no topo de, sobre), *ananit long* (embaixo de, sob), *arare long* (além de)” (cf. Laycock, 1970, p. xxviii). Um fato interessante no presente contexto é que o equivalente tok pisin para a preposição por excelência deriva do verbo inglês *to belong* (pertencer). Essa palavra é composta de *be* mais *long*, que é um adjetivo espacial. O fato é que na origem todas as preposições devem ter sido transparentes.

Como se pôde ver acima, a maioria das preposições crioulas são complexas, isto é, até certo ponto transparentes no sentido de Sapir ([1963] 2001). Ele observa que “quando uma expressão transparente é usada para um conceito simples, parece sensato concluir na maioria dos casos que o conhecimento do elemento do meio ambiente a que ela se refere é relativamente recente ou, pelo menos, que a designação teve lugar em data relativamente recente” (p. 16). No crioulo, há tam-

bém a possibilidade de empréstimo recente do português. Sendo assim, apenas as formas da coluna esquerda da tabela 01 pertenceriam ao vocabulário tradicional da língua. Isso não exclui a possibilidade de que pelo menos algumas das preposições complexas da segunda coluna também possam ser antigas.

Observações finais

Nosso objetivo principal neste artigo foi relacionar as preposições ao Meio Ambiente Natural da Língua. Nesse sentido, vimos que as relações básicas são as indicadas na Ecologia das Relações Espaciais. No entanto, podemos afirmar que inclusive as não-básicas têm a ver com o esquema. Algumas delas são prototipicamente espaciais, ao passo que outras não. É claro que nem todo aspecto das preposições é considerado aqui. O que é mais, as próprias preposições espaciais cobrem um amplo espectro de áreas, como se pode ver em Vandeloise (1991) e Bennett (1975).

A preposição por excelência (*na*) é um bom exemplo. Imaginemos um observador no meio de um quarto. Nesse caso, na pode indicar todas as posições possíveis. Algo pode estar *na tetu* (no teto), *na pardi* (na parede) e *na con* (no chão). No caso, a parede pode ser a da frente, a de trás, a da direita ou a da esquerda do observador. É claro que o observador poderia usar também todas as preposições que codificam as relações espaciais específicas, ou seja, superioridade (“sobre”, em vez de *na tetu*), inferioridade (“embaixo”, em vez de *na con*) e assim por diante. Isso só confirma a relatividade das relações espaciais.

Referências

- Arnault, Antoine & Claude, Lancelot. *Grammaire générale et raisonnée*. Paris: Auguste Delalain. Republicada em 1969 por Republications Paulet, organizada por Michel Foucault, 1830.
- Bärenfänger, Olaf. Merkmals- und Prototypensemantik: einige grundsätzliche Überlegungen. *Linguistik* v.12, n.3, p.2, 2005.
- Bennett, David C. *Spatial and temporal uses of english prepositions: an essay in stratificational semantics*. Londres: Longman, 1975.
- Borba, Francisco da Silva. *Sistemas de preposições em português*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese de livre-docência inédita, 1971.
- Bickerton, Derek. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981.
- Bohm, David. *A totalidade e a ordem implicada*. 3.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.
- Calvet, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.
- Coleman, Linda & Paul, Kay. Prototypic semantics: The English word lie. *Language* v.57, n.1, p.26-44, 1981.
- Couto, Hildo Honório do. *Os conetivos*. Universidade de São Paulo, M.A., diss. de Mestrado, 1973.

Couto, Hildo Honório do. *O crioulo português da Guiné-Bissau*. Hamburgo: Helmut Buske Verlag, 1994.

Couto, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

Døør, Jørgen & Jørgen, Chr. Bang. Language, ecology and truth - dialogue and dialectics. In: Fill, Alwin. (Org.) *Sprachökologie und Ökologuistik*. Tübingen: Stauffenburg, 1996. p.17-25.

Eco, Umberto. *A busca da língua perfeita*. 2ed. São Paulo: Ed.Universidade Sagrado Coração, 2002.

Fill, Alwin. *Ökologuistik: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.

Fill, Alwin. (Org.) *Sprachökologie und Ökologuistik*. Tübingen: Stauffenburg, 1996.

Fill, Alwin; Peter, Mühlhäusler (Org.) *The ecolinguistics reader*. Londres: Continuum, 2001.

Fill, Alwin; Hermine, Penz & Wilhelm, Trampe (Org.) *Colourful green ideas*. Bern: Peter Lang, 2002.

França, Aniela Improta. Neurolinguística. *Ciência hoje*, v.36, n.21.p.20-25, 2005..

Givón, Talmy. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

Greimas, A. J. *Sémantique structurale*. Paris: Librairie Larousse, 1966.

Hagege, Claude. *L'homme de paroles*. Paris: Fayard, 1985.

Haiman, John. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language* v.56, n.3, p.515-540. 1980.

Haugen, Einar. The ecology of language. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972. p. 325-339.

Helbig, Gerhard. *Geschichte der neueren Sprachwissenschaft*. 2ed. Hamburg: Rowohlt, 1975.

Kihm, Alain. *Kriyol syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1994..

Lamb, Sydney M. Neuro-cognitive structure in the interplay of language and thought. In: Pütz, Martin; Marjolijn, H. Vespoor (Org.) *Explorations in linguistic relativity*. Amsterdam: Benjamins, 2000. p. 173-196.

Lang, Jürgen. *Die französischen Präpositionen: funktion und bedeutung*. Heidelberg: Carl Winter, 1991.

Laycock, Don. *Material in New Guinea Pidgin (coastal and lowlands)*. Canberra: The Australian National University, 1970.

Lefebvre, Claire. Multifunctionality and variation among grammars: The case of determiner in Haitian and in Fongbe. *Journal of pidgin and creole languages* v.13, n.1., p.93-150, 1998.

Lyons, John. *Semantics*. vol.2, Cambridge: The University of Cambridge Press, 1977.

Mackey, William. Toward an ecology of language contact. In: Mackey & Ornstein, J. (Org.) *Sociolinguistic studies in language contact: methods and cases*. Haia: Mouton, 1979. p.453-459.

Mackey, William. The ecology of language shift. In: Nelde, Peter (Org.) *Sprachkontakt und Sprachkonflikt. Zeitschrift für dialektologie und linguistik Beiheft* n. 32. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag: 35-41, 1980.

- Makkai, Adam. *Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?* London: Pinter Publishers, 1993.
- Mandelbaum, David (Org.) *Selected writings of Edward Sapir in language, culture and personality*. Berkeley: University of California Press, 1949. p. 89-103.
- Mufwene, Salikoko. *The ecology of language evolution*. Cambridge: CUP, 2001.
- Mühlhäusler, Peter. *Language of environment :environment of language: a course in ecolinguistics*. Londres: Battlebridge, 2003.
- Naess, Arne. Heidegger, postmodern theory and deep ecology. *The trumpeter* v.14, n.4, 1997.
- Odum, Eugene P. *Fundamentals of ecology*. 3. ed. Philadelphia: W. B. Saunders Company, 1971.
- Ogden, C. K.; Richards, I. A. *O significado de significado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- Peirce, Charles Sanders. 1972. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Plag, Ingo. The syntax of some locative expressions in Sranan: Preposition, postposition, or noun? *Journal of pidgin and creole languages* v.13, n.2. p.335-353, 1998.
- Pottier, Bernard. *Systématique des éléments de relation: étude de morphosyntaxe structurale romane*. Paris: Librairie Klincksieck, 1962.
- Pottier, Bernard. *Grammaire de l'espagnol*. Paris: Presse Universitaire de France, 1969.
- Rosch, Eleanor. Cognitive representations of semantic categories. *Journal of experimental psychology: General* 104, n.3. p.192-233, 1975.
- Salzinger, Kurt. *Ecolinguistics: A radical behavior theory approach to language behavior*. In: Doris Aaronson & Robert W. Rieber (Org.) *Psycholinguistic research: implications and applications*. New York: Erlbaum, 1979. p. 109-129.
- Sapir, Edward. Language and environment. *Selected writings*, p.89-103. Berkeley: University of California Press, 1963. (reproduzido em Fill & Mühlhäusler 2001, p. 13-23; citou-se do último).
- Schaff, Adam. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.
- Tansley, Arthur G. The use and abuse of vegetational concepts and terms. *Ecology* v.16, n.3.p.284-307, 1935.
- Thompson, R. W. A note on some possible affinities between the creole dialects of the Old World and those of the New. *Proceedings of the conference on creole language studies*. Londres: MacMillan, 1961. p. 107-113.
- Trampe, Wilhelm. *Ökologische Linguistik*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.
- Vandeloise, Claude. *Spatial prepositions: a case study from french*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- Wittgenstein, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Ed.Nacional & Ed.USP, 1968.
- Zimmermann, Klaus. Ecología lingüística y planificación lingüística. In: Lluís, i Vidal Folch, Ariana & Azucena, Palacios (Org.) *Lenguas vivas en América Latina*. Barcelona: Institut Català de Cooperació Iberoamericana, 2004, p. 93-109.

Zimmermann, Klaus. Die Entstehung der Kreolsprachen: ein Versuch aus konstruktivistischer Sicht. In: Endruschat, Annette & Axel Schönberger (Org.) *Portugiesische Kreolsprachen: Entstehung, Entwicklung, Ausbau und Verwendung*. Frankfurt/Main: Domus Editoria Europaea, p. 11-44, 2005a.

Zimmermann, Klaus. Interferenz, Transferenz und Sprachmischung: Prolegomena zu einer konstruktivistischen Theorie des Sprachkontakts. In: Bidese, A. et al (Org.) *Das Zimbrische zwischen Germanisch und Romanisch*. Bochum: Brockmeyer, p. 3-23, 2005b.

Línguas nacionais de São Tomé e Príncipe e ortografia unificada

Ana Livia dos Santos Agostinho

Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

Manuele Bandeira

Pesquisadora independente (Brasil)

Introdução

Em São Tomé e Príncipe (STP), são faladas quatro línguas crioulas de base portuguesa, três autóctones (santome, lung'Ie e angolar) e o kabuverdianu, nativo da Alta Guiné, além do português, que é língua oficial desde 1975. O santome e o angolar são autóctones da Ilha de São Tomé e o lung'Ie é autóctone da Ilha do Príncipe. Estas três línguas têm estatuto de línguas nacionais em STP e são o foco deste capítulo.

Neste ambiente multilíngue, contudo, não havia, até o início dos anos 2000, tentativas oficiais de normalização ortográfica dessas línguas nacionais. Em 2010, o *Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe* (ALUSTP), apresentado por uma Comissão formada por acadêmicos e intelectuais, foi proposto e sancionado pelo Governo para se representar alfabeticamente as línguas santome, angolar e lung'Ie. Em síntese, o anteprojeto do ALUSTP propõe um sistema descolado da ortografia portuguesa, configurando-se um avanço em relação às ortografias lusitanizantes (Araujo & Agostinho, 2010). Somado à grafia oficial, desde 2009, o lung'Ie vem sendo ensinado nas escolas, devido, sobretudo, ao incentivo do Governo Regional do Príncipe à difusão da cultura principense (Agostinho, 2015). Com efeito, a inclusão do ensino de uma língua nacional como o lung'Ie no currículo das escolas na ilha do Príncipe revela uma relação de complementariedade com a oficialização da grafia, haja vista que o planejamento e a padronização linguística auxiliam no ensino do lung'Ie, trazendo novas publicações e materiais didáticos. Por conseguinte, as duas ações apontam para um caminho de preservação e difusão de línguas que, por muito tempo, estiveram restritas ao mundo da oralidade.

Nesse sentido, o presente capítulo¹ tem como objetivo principal discutir as duas práticas linguísticas mencionadas, tendo em vista que ambas fazem parte de uma importante etapa para a efetivação de ações políticas em cenários multilíngues. Ademais, abordaremos as línguas crioulas de STP sob a perspectiva histórica e linguística em conjunto com sua ortografia unificada.

Para tanto, este texto está dividido da seguinte maneira: na seção 1, apresentaremos a contextualização histórica; a seção 2 tratará das línguas crioulas de STP; a seção 3 trará discussões relacionadas ao uso do *lung'le* na escola e na mídia, uma vez que esta é a única das três línguas que faz parte do currículo escolar; a seção 4 trará o ALUSTP com exemplos nas três línguas e, na seção 5, teceremos algumas considerações finais.

1. Contextualização histórica

Antes da chegada dos portugueses, as ilhas São Tomé, Príncipe e Ano Bom, localizadas no Golfo da Guiné, eram desabitadas. Segundo Cardoso (2007), embora não se possa afirmar ao certo, as ilhas de São Tomé e Príncipe teriam sido descobertas pelos navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar, chegando a São Tomé em 21 de dezembro de 1470 e ao Príncipe em 17 de janeiro de 1471. Segundo Araujo *et al.* (2013), a data exata da chegada de europeus à Ilha de Ano Bom, hoje parte da Guiné Equatorial, é controversa. O ano da descoberta de Ano Bom é situado entre 1471 e 1501 por diferentes autores (Araujo *et al.* 2013).

Figura 1: O Golfo da Guiné



Fonte: National Geographic (2017)

1. Diversos trechos deste capítulo foram adaptados de Agostinho (2015, 2016) e de Bandeira (2017).

O povoamento de São Tomé por portugueses, outros europeus e escravizado se deu através de uma ordem da coroa portuguesa e começou a ser contínuo a partir de 1493 (Cardoso, 2007). Segundo Libowicka-Węglarz (2012), a Ilha de São Tomé foi a primeira a ser povoada, entre os anos 1480 e 1493. O povoamento da Ilha do Príncipe, por sua vez, se iniciou em 1500 (Maurer, 2009), provavelmente a partir de São Tomé. Ainda segundo Libowicka-Węglarz, as ilhas do Príncipe e de Ano Bom foram povoadas através de São Tomé por portugueses e escravos africanos oriundos de São Tomé a partir de 1500 e de 1503, respectivamente.

Segundo Hagemeyer (2009), a ocupação de São Tomé e Príncipe passou por duas fases distintas. A primeira fase ocorreu nos séculos XV e XVI, a partir do cultivo e produção da cana-de-açúcar, e a segunda fase ocorreu nos séculos XIX e XX, a partir do ciclo do cacau e do café. A primeira fase de povoamento de São Tomé começou com a introdução da cana-de-açúcar no século XV pelos portugueses e por uma massa populacional africana das mais diversas origens e línguas, principalmente de regiões como o delta do Níger, onde são faladas línguas do grupo Edo, e do Congo e Angola, onde são faladas línguas Bantu (Christofolletti, 2013). É neste cenário multilíngue que surge uma língua emergencial, do contato entre os colonos e os escravos (Araujo *et al.* 2013, 29), que, expandida, deu origem ao Proto-crioulo do Golfo da Guiné (PGG) (cf. Ferraz 1979, Hagemeyer 2011, Bandeira, 2017).

Após o PGG ter sido formado, deu-se início à separação geográfica de seus falantes que, outrora escravizados e alojados em São Tomé, por um lado, são levados a regiões, como as ilhas de Ano Bom e do Príncipe, e, por outro, tornam-se foragidos dos engenhos e, ao formar quilombos, dão origem à comunidade dos Angolares em São Tomé (cf. Bandeira, 2017).

No que se refere à formação do lung'le, as levas de escravos, oriundas de São Tomé, transplantadas para o Príncipe, eram, em sua maioria, falantes do protocrioulo (Hlibowicka-Węglarz, 2012). Com a separação e o posterior isolamento desses falantes, provocado pelo deslocamento para a Ilha do Príncipe, o protocrioulo passa por uma especiação, constituindo-se, anos depois, no lung'le. As ilhas de São Tomé e Príncipe funcionaram como entreposto no tráfico de escravos, possuindo contratos a prazo com o rei de Portugal quanto ao abastecimento de escravos para a Mina e, logo depois, para Lisboa e para as sociedades coloniais das Américas (Hagemeyer, 1999; Hlibowicka-Węglarz, 2012). Em vista disso, soma-se ao contingente de escravos advindo de São Tomé um grande número de cativos do Delta do Níger (zona em que se falavam línguas edóides) que teria sido transportado diretamente para a Ilha do Príncipe, sem passar por São Tomé. Adicionalmente, contrário a São Tomé que, a partir de 1520, recebeu um grande contingente de escravos do Congo

e de Angola, o número de prisioneiros provenientes de zonas bantu com permanência fixa na Ilha do Príncipe foi restrito, posto que o ciclo do açúcar se desenvolveu, sobretudo, na ilha de São Tomé (Hagemeyer, 1999).

Entre os anos de 1493 e 1501, os portugueses descobriram a ilha de Ano Bom, até então inabitada, mantendo essa possessão até 1789. Evidências linguísticas apontam que as levas de escravos transplantados a Ano Bom passaram períodos em São Tomé, primeira ilha a ser habitada na região do Golfo da Guiné, ao ponto de levarem para a ilha de Ano Bom a língua falada naquela colônia, o protocioulo (Araujo *et al.*, 2013). Com o decorrer dos anos, em Ano Bom, a língua dos transplantados passa por uma especiação, consolidando-se, por conseguinte, numa nova língua, o fa d'Ambô. A manutenção das estruturas linguísticas do fa d'Ambô se deve, essencialmente, ao fato de que a especiação do PGG, tal qual como aconteceu com o lung'Ie, deu-se nos primeiros anos de habitação das ilhas do Ano Bom e do Príncipe, séculos antes da transferência de domínio político de Ano Bom à Coroa espanhola (Ferraz, 1979).

Os indivíduos remanescentes na Ilha de São Tomé, ao lado do contingente africano, tiveram dois destinos: os membros do grupo étnico forro e os homens africanos (livres e não livres) permaneceram na capital, enquanto outros (incluindo forros e escravos) escaparam para formar quilombos, criando, assim, um novo grupo étnico, os angolares. O PGG, falado na capital, deu lugar, posteriormente, ao santome. Com a saída massiva dos colonizadores portugueses da capital, no início do século XVII, é possível supor que a evolução do santome tornou-se livre do modelo da língua portuguesa, contribuindo para sua extensão, o que explicaria também o índice de elementos de origem africana no seu léxico e na sua fonologia (Ferraz, 1979). Quanto ao segundo grupo, presume-se que, por volta dos séculos XVI, os já falantes de protocioulo, na condição de escravos foragidos, afastaram-se da capital, indo em direção a locais inabitados, formando assim uma nova comunidade (Seibert, 2004). Posteriormente, com o isolamento e com aporte bantu, esse protocioulo ramificou-se em uma nova língua, o angolar (cf. Hagemeyer, 2009, p. 5; Hlibowicka-Weglarz, 2012).

A segunda fase de povoamento de STP, a partir do século XIX, trouxe trabalhadores contratados de outros países africanos, sobretudo de Cabo Verde (Hagemeyer, 2009), o que contribuiu ainda mais para o plurilinguismo dessa sociedade. Posteriormente, outros grupos de falantes de kabuverdianu foram levados ao Príncipe devido à escassez de mão-de-obra local, relacionada a uma epidemia de doença do sono na ilha durante o início do século XX (Maurer, 2009).

Os dados referentes ao número atual de habitantes de São Tomé e Príncipe são, muitas vezes, díspares. Assim, a população de São Tomé e Príncipe pode

variar de 100 mil a 200 mil habitantes, dependendo da fonte. A população da ilha do Príncipe varia entre 6 mil a 13 mil habitantes (Agostinho, 2015). Segundo Cardoso (2007), a população de São Tomé em 2000 era de 133.624 habitantes, enquanto a do Príncipe era de 6.036, somando 139.660 habitantes para todo o arquipélago. No entanto, o *CIA Factbook* estima que a população do arquipélago seja de 175.808, dado de julho de 2010 (Central Intelligence Agency, 2017). Segundo o Censo de 2011 (INE, 2012), o país tem 187.356 habitantes e a Região Autônoma do Príncipe possui 7.542 habitantes.

2. As línguas crioulas do Golfo da Guiné

Segundo Myers-Scotton (2002), são necessários alguns ingredientes sócio-históricos básicos para a formação de pidgins e crioulos: primeiramente, falantes de línguas ininteligíveis entre si devem ser colocados, lado a lado, num sistema *plantation* isolado. Com a necessidade de se comunicar, emerge uma língua franca, no entanto nenhuma das línguas dos escravos tem número de falantes suficiente para ser escolhida como tal, ou não há um grupo majoritário com prestígio suficiente para impor sua língua como franca. Dessa maneira, a outra opção seria a língua dos colonizadores, que contava com maior prestígio. Como os escravos não passavam muito tempo com os colonizadores, não tinham muitas oportunidades para adquirir a língua, ou seja, a transmissão era frequentemente irregular. Dessa forma, o objetivo era criar uma língua para ampliar a comunicação. Esses ingredientes, somados ao ambiente ‘ilha’ e à violência do sistema escravista, onde havia pouca chance de movimentação dos indivíduos, e às imposições linguísticas e culturais do colonizador, bem como à multiplicidade linguística e à criatividade dos falantes, tornaram STP um cenário perfeito para o surgimento de línguas crioulas (cf. Agostinho, 2015). Holm (1988) lembra que pidgins e crioulos não são versões erradas das línguas dos colonizadores, mas línguas novas.

Há quatro línguas crioulas autóctones e geneticamente relacionadas (Schuchardt, 1889, Günter, 1973, Ferraz, 1979, Maurer, 2009, Hagemeyer, 2009) no Golfo da Guiné: santome (ou forro), angolar, lung’le e fa d’Ambô. Atualmente, as três primeiras são faladas em São Tomé e Príncipe, e têm estatuto de línguas nacionais neste país, e a última é falada nas ilhas de Ano Bom e Bioko, na Guiné Equatorial. As quatro línguas, embora aparentadas, são atualmente ininteligíveis entre si. Além das três línguas crioulas nacionais, é falado o kabuverdianu, língua crioula de base portuguesa nativa de Cabo Verde, e o português, língua oficial. Além destas, ainda são faladas outras línguas como francês e inglês, ambas ensinadas nas escolas. Segundo Agostinho (2015), o kabuverdianu é falado por

centenas de pessoas na Ilha do Príncipe, residentes, sobretudo, nas antigas roças coloniais ou em propriedades rurais isoladas.

O lung'le é falado majoritariamente na Ilha do Príncipe. O número de falantes nativos, dependendo da fonte, varia de 20 (Maurer, 2009) a 1300. Valkhoff (1966) mencionou ter tido dificuldade para encontrar falantes nativos desta língua, já em 1958. Günther (1973), por sua vez, aponta que o lung'le estaria em processo de extinção, sendo substituído pelo santome e pelo português. Segundo Araujo e Agostinho (2010), a mídia e a escolarização (fenômenos pós-independência) dão ao português um prestígio que não pode ser rivalizado, o que implica um abandono crescente das línguas nacionais.

Segundo Crystal (2000), os principais fatores indicativos para a classificação de uma língua em processo de extinção são o número de crianças que adquirem a língua como primeira, a atitude da comunidade face à língua em questão e, por fim, o grau de impacto de línguas majoritárias na comunidade linguística em questão (Crystal, 2000). O autor define três níveis de classificação para as línguas: segura, ameaçada e extinta. Além dessa tipologia, Michael Krauss (1992, p.4) acrescenta a classificação de moribunda para a língua que não está sendo mais aprendida como língua materna pelas crianças. Para Crystal (2000), essa nova categoria captura uma noção que vai além de um mero estágio de ameaça, porque tal classificação, baseada em uma analogia com as espécies de animais que são incapazes de se reproduzir, aborda a característica principal de línguas dessa categoria: a inviabilidade de uma transmissão intergeracional (cf. Agostinho *et al.*, 2016).

Segundo Agostinho *et al.* (2016), de acordo com a tipologia de Crystal (2000), pode ser categorizado como uma língua ameaçada, devido à ausência de crianças a adquirindo como primeira língua, à atitude da comunidade que não tem buscado, majoritariamente, fazer uso regular do lung'le em todas as circunstâncias sociais, e, por fim, ao nível de impacto de outras línguas, principalmente o português, língua oficial e mais utilizada em todas as esferas sociais, e o kabuverdianu, já que há muitos falantes descendentes dos trabalhadores contratados que chegaram na ilha no final do século XIX e começo do XX.

Atualmente, existem mais falantes nativos de kabuverdianu no Príncipe do que falantes nativos de lung'le, havendo, inclusive, inúmeros falantes monolíngues. Maurer (2009) afirma que, embora o Censo de 2001 (INE, 2001) tenha apontado que 16,3% da população da Ilha do Príncipe, aproximadamente mil pessoas, seriam falantes do lung'le, trata-se de um dado superestimado, a não ser que se considere o conhecimento passivo da língua como critério. Agostinho (2015) afirma que há, em média, apenas 200 falantes de lung'le na Ilha do Príncipe.

O santome é a língua crioula que possui maior número de falantes no país e a mais prestigiada. O Censo de 2011 (INE, 2012) não oferece dados sobre o bilinguismo ou o multilinguismo, porém afirma que cerca de 98,9% da população são-tomense fala o português (sem defini-lo como primeira língua, L1, ou como segunda língua, L2). Um total de 72,4% da população nacional falaria o santome e 2,4%, o lung'le. As línguas restantes (angolar, kabuverdianu, francês, inglês, entre outras) formam o grupo 'outras línguas', totalizando 12,8% do país. No caso do santome, os níveis de domínio da língua também variam, mas há claramente duas tendências em curso, observadas em trabalho de campo: o santome tem se tornado a língua crioula mais falada (mesmo pelos outros grupos minoritários) em São Tomé e Príncipe e, cada vez menos, as pessoas o aprendem como língua materna, papel desempenhado pelo português.

Os falantes do angolar, por seu turno, vivem, hoje, nas zonas do litoral de São Tomé, no distrito de Caué, entre Ribeira Afonso até Porto Alegre e, no litoral noroeste, a partir de Neves até Bindá, no distrito de Lembá, e ademais, próximos à cidade de São Tomé, existem pequenos grupos de falantes em São João da Vargem, Pantufo e Praia Melão (Ceita, 1991). Atualmente, de acordo com os resultados do último censo realizado no país, da população absoluta (173.015), 11.377 são falantes do angolar, representando uma parcela de cerca de 6% da população (INE, 2012).

O português é a língua oficial da República de São Tomé e Príncipe, empregada em todas as comunicações de Estado, na educação e na mídia. Segundo Araujo & Agostinho (2010), a norma portuguesa europeia é ensinada nas escolas e dominá-la é o objetivo do sistema escolar. Segundo os autores, o uso generalizado do português na mídia, na escolarização, no governo, bem como o uso das variantes reestruturadas que convivem com variantes próximas da 'norma' europeia não podem ser descartados do contexto sociolinguístico de STP. Em resumo, STP trata-se de um país multilíngue e que as línguas autóctones, bem como as outras línguas faladas no arquipélago constituem, ao lado do português, a complexa ecologia linguística do país.

3. Línguas crioulas em uso: o caso do lung'le

Nesta seção, apresentaremos o caso do lung'le, uma vez que é a única das línguas crioulas de STP que é ensinada nas escolas do país. Segundo Agostinho (2015), lung'le é falado na Ilha do Príncipe por cerca de 200 pessoas com nível de competência variado, geralmente com mais de sessenta anos e não há falantes monolíngues. O ensino de lung'le está restrito às escolas da Região Autônoma do Príncipe.

É certo, todavia, apontar que o lung'Ie, como língua materna, possui uso muito restrito e está limitado à população da Ilha do Príncipe. No entanto, segundo Agostinho (2015), percebe-se um aumento de interesse em relação à cultura principense – o nome do gentílico será principense, exceto se se referir a um cabo-verdiano nascido na Ilha do Príncipe, portanto, principense é o nome do grupo étnico – e ao aprendizado do lung'Ie. Segundo a autora, alguns jovens têm um conhecimento passivo do lung'Ie, mas não têm competência linguística para falar; a língua não é, portanto, transmitida intergeracionalmente. Um dos motivos apontados pelos próprios habitantes da Ilha do Príncipe é a relutância que os pais apresentavam em transmitir a língua, pois pensavam que o aprendizado do lung'Ie atrapalharia o aprendizado do português (Agostinho, 2015). Quanto a este fato, Pinho (2008) argumenta que falantes de línguas minoritárias podem ter atitude positiva quanto à sua língua, mas podem não querer transmiti-la a seus filhos por razões como a dificuldade de aprendizado da língua majoritária, preconceito com o 'sotaque' e sentimento de inferioridade (cf. Agostinho *et al.* 2016). Segundo Agostinho *et al.* (2016), os locais contam que os pais e avós falavam em lung'Ie, mas as crianças sofriam abusos físicos e psicológicos se não respondessem em português. Como apontado por Agostinho (2015), mesmo entre os falantes inteiramente competentes em lung'Ie, a língua utilizada em seu cotidiano é predominantemente o português.

Além de fatores sociais, há uma razão histórica para o declínio do número de falantes do lung'Ie: no início do século XX, houve uma epidemia de doença do sono que dizimou a população nativa do Príncipe, restando apenas 300 pessoas (Günther, 1973). Sendo assim, devido à situação de depopulação e a escassez de mão-de-obra, foram levados para as roças – no português de São Tomé e Príncipe, as propriedades rurais agroindustriais coloniais são chamadas de 'roças', termo importado do Brasil Colonial – do Príncipe trabalhadores assalariados de outras regiões, principalmente de Cabo Verde (cf. Agostinho, 2015).

O estatuto político administrativo da Ilha do Príncipe foi aprovado pela Assembleia Nacional em 1994. A partir de então, a Ilha do Príncipe passou a ser uma Região Autônoma de STP. Sendo assim, nos últimos anos, tem havido uma forte associação entre ser principense e conhecer o lung'Ie (cf. Agostinho, 2015). Segundo Garrett (2008), mesmo que qualquer língua seja percebida por seus falantes como inferior em relação à língua oficial, ela pode servir também como um símbolo de sua identidade. Dessa forma, se de um lado o Governo Regional do Príncipe apoia essa ideia, o Governo Central se mostra menos entusiasmado em promover tal divisão. Segundo Devonish (2008), há dois tipos de motivações por trás do planejamento linguístico. A primeira é fazer com que a língua venha a

ser ou continue sendo usada como expressão da identidade nacional de um povo, produzindo uma “língua nacional”. A segunda é fazer com que uma variedade da língua seja usada nas instituições do estado, tornando-se assim uma “língua oficial”. No caso do Príncipe, a motivação para a revitalização linguística do lung’Ie é a primeira (cf. Agostinho *et al.* 2016).

O planejamento linguístico das línguas crioulas é, em geral, problemático, devido primeiramente a questões relativas à oficialização, manutenção, codificação e padronização destas línguas, que aparecem em contextos multilíngues e de diglossia. Além disso, essas línguas, com raras exceções², não contam com uma tradição escrita, o que dificulta a padronização a partir de um modelo pré-existente e aumenta a possibilidade de grafias autorais. A situação do Príncipe é particular pelo convívio do lung’Ie como membro minoritário em um ambiente com falantes de outras línguas crioulas (cf. Araujo & Agostinho, 2015), e pelo perigo de extinção da língua.

Uma das questões que surgem no processo de padronização das línguas crioulas é a dificuldade de passar do crioulo para a língua lexificadora com competência em ambas (Appel & Verhoeven, 1995), mas, no caso do Príncipe, o problema é justamente o oposto, ou seja, passar da língua lexificadora para o crioulo, já que praticamente todos os nativos falam português (cf. Agostinho, 2015). Meyn (1983 *apud* Garrett, 2008) questiona se aprender a língua dominante não-crioula não significaria colocar a identidade cultural e histórica do falante do crioulo em perigo.

Segundo Appel & Verhoeven (1995), a política linguística se manifesta em dois principais domínios: na educação e na mídia. Podemos, então, analisar o caso do Príncipe em cada um destes domínios (cf. Agostinho, 2015). A escola e o sistema de ensino são considerados por Severing & Weijer (2008) como o canal mais eficiente na área de planejamento linguístico. Dessa forma, é possível observar como a escola e o sistema de ensino têm influenciado no planejamento linguístico da Ilha do Príncipe. Desde 2009, a língua vem sendo ensinada nas escolas da Região Autônoma do Príncipe, resultado do incentivo à cultura principense pelo Governo Regional do Príncipe, sendo a única língua crioula ensinada nas escolas em STP (Agostinho, 2015). No entanto, não há professores treinados para lecionar a língua, nem material didático. Os professores são os principenses mais idosos, que ainda têm conhecimento ativo da língua. A cada quinzena, os professores se reúnem para programar as aulas, porém a discussão é muitas vezes pautada na ortografia, já que o lung’Ie ainda não tinha uma ortografia padrão até

2. O papiamentu, por exemplo, é uma língua com tradição escrita que remonta ao século XVIII (Araujo, 2011).

2010, e a discussão sobre a escolha entre uma escrita fonética ou etimológica ainda não havia sido resolvida.

Com a implementação ALUSTP, que estará em período experimental até 2018, todos os instrumentos linguísticos passarão a utilizar a mesma grafia padronizada. No entanto, apesar de sua implementação, o acordo ortográfico continua desconhecido pela maioria dos principenses, inclusive para os professores de lung'Ie (Agostinho *et al.* 2016). Auroux (1992) sugere que, “com a imprensa e a standardização, a ortografia se torna um problema, às vezes acidamente discutido”. Em geral, os professores de lung'Ie ensinam somente listas de palavras, e não há aulas de estruturas linguísticas ou conversação e, apesar dos encontros quinzenais, cada professor define sozinho de que forma e com quais materiais ministrará suas aulas (Agostinho, 2015). A falta de instrumentos linguísticos é, portanto, uma grande dificuldade para o aprendizado do lung'Ie nas escolas, já que estes instrumentos permitem notadamente uma maior estabilidade na metodologia de ensino (Auroux, 1998).

Segundo Agostinho *et al.* (2016), o lung'Ie era ensinado desde a pré-escola (a crianças de 3 a 5 anos) até a 11ª classe (equivalente ao 2o ano do ensino médio no Brasil) de 2009 a 2014, sendo, contudo, uma disciplina optativa. A partir de 2016, as aulas a partir da 5ª classe passam a ser obrigatórias, tendo nota por presença e atividades. Atualmente, há nove professores, de 24 a 64 anos, sendo um deles não alfabetizado. Os professores lecionam cerca de 14 horas/aula por mês e recebem cerca de €20 por mês (apenas nos meses de aula) sem auxílio alimentação e transporte (Agostinho *et al.* 2016).

No que diz respeito à mídia, a televisão local tem três canais abertos, sendo um são-tomense (Televisão São-tomense, TVS), que não tem programação 24h) e dois portugueses (Rádio e Televisão Portuguesa- RTP e RTP África), todos transmitidos em português (Agostinho, 2015). O canal são-tomense exibe alguns programas em santome, mas não em lung'Ie e videoclipes nacionais com músicas em forro e algumas em lung'Ie. Cerca de duas vezes por semana são transmitidos programas de rádio em lung'Ie, na Rádio Regional do Príncipe. Os programas consistem em conversas informais sobre a língua, sobre a vida no Príncipe, sobre política, apresentações musicais, lições sobre a língua, traduções para o lung'Ie, entre outros. Os ouvintes podem telefonar para a produção do programa radiofônico e tirar dúvidas sobre a língua durante as transmissões (Agostinho, 2015). No entanto, os programas não são reprisados por não haver memória suficiente para a gravação dos mesmos. Além disso, há transmissões de músicas em lung'Ie, mas a maioria da programação musical é em português, kabuverdianu e santome (Agostinho, 2015).

Segundo Agostinho (2015), foi possível observar que o interesse em aprender o lung'le tem crescido. Além das aulas na escola e programas de rádio, há um encontro semanal que ocorre no Centro Cultural do Príncipe chamado **palixa na lung'le** 'conversar em lung'le', onde se elege um tema sobre o qual os presentes deverão discorrer em lung'le. O encontro é promovido pelo Governo Regional do Príncipe e é, muitas vezes, transmitido pela Rádio Regional do Príncipe (Agostinho, 2015).

Para Orlandi (2009), a língua é parte da identidade pessoal do falante além de ser patrimônio histórico da humanidade, uma vez que a perda de uma língua equivale à perda da cultura. No mesmo sentido, Fishman (2006) coloca que as línguas minoritárias deveriam ser consideradas como recursos naturais de uma nação e que são imprescindíveis para seu enriquecimento linguístico e cultural (cf. Agostinho *et al.* 2016). Segundo Agostinho *et al.* (2016), estas preocupações existem entre os professores de lung'le e na camada jovem da população do Príncipe, apesar de os jovens não falarem a língua. As autoras observam que a língua é tida para os alunos como uma forma de se distanciar de São Tomé e de outros países e como afirmação de sua identidade.

Dessa forma, é possível dizer que o planejamento e a padronização da língua, por meio de instrumentos linguísticos, preencherá uma lacuna no ensino do lung'le, abrindo caminho para novas publicações e materiais didáticos, bem como colaborando com o crescente interesse pela língua e para a sua promoção como língua nacional de São Tomé e Príncipe (Agostinho, 2015).

4. Ortografia unificada

Nesta seção, apresentaremos o *Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe* (ALUSTP). Segundo Araujo & Agostinho (2010), “o anteprojeto do *Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe*, apresentado ao Governo de STP por uma Comissão formada por acadêmicos e intelectuais³, é uma proposta para se representar alfabeticamente as línguas santome, angolar e lung'le⁴. A Comissão, no preâmbulo do anteprojeto do Decreto, declara que, embora as línguas sejam mutuamente ininteligíveis, partilham um número substancial de propriedades lexicais e gramaticais, justificando, assim, uma ortografia unificada. Portanto, os cognatos lexicais, juntamente com o compartilhamento de propriedades gramaticais, justificam a adoção de um alfabeto unificado. O alfabeto adotado é de base fonético-fonológica, em detrimento de

3. Intelectuais falantes do santome participaram na formulação do ALUSTP.

4. Apesar de geneticamente relacionadas, o fa d'Ambô não será alvo de discussão uma vez que não é falado em STP.

um alfabeto lusitanizado, pois o léxico de origem portuguesa sofreu ‘profundas alterações fonológicas’, há grande porcentagem de cognatos compartilhados pelas três línguas e não há tradição escrita” (cf. Agostinho, 2015).

Não apresentaremos aqui a descrição fonológica de cada uma das línguas por não ser esse o objetivo deste texto. Para detalhes sobre os sistemas fonológicos destas línguas, conferir Agostinho (2015, 2016) e Bandeira (2017).

4.1. Grafia das vogais

Serão apresentados os fonemas vocálicos seguidos de seus grafemas e de exemplos em sílaba tônica e átona. É imprescindível salientar que todos os quadros apresentados, no presente capítulo, foram elaborados pelas autoras a partir do *corpora* de Araujo & Hagemeijer (2013), Agostinho (2015) e Bandeira (2017).

Quadro 1: Exemplos de representação das vogais de acordo com a grafia ALUSTP.

FONE → GRAFEMA	LÍNGUA	EXEMPLO	TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	GLOSA
[i] → <í>	lung'Ie	inhemi	[i'ɲemi]	‘inhome’
		ni	[ni]	‘aqui, agora’
	santome	izê	[ize]	‘camarão’
		ia	[i'a]	‘ilha’
	angolar	ikwê	[ikwe]	‘grão’
		iku	[i'ku]	‘erva’
[e] → <ê>	lung'Ie	ê	[e]	‘ele’
		gêêza	[geezɐ]	‘igreja’
	santome	êê	[ele]	‘ele’
		êmisôra	[emi'sorɐ]	‘emissora’
	angolar	dêlu	[delo]	‘dinheiro’
		ê	[e]	‘ele’
[ɛ] → <e>	lung'Ie	mye	[mje]	‘mulher’
		Mene	[mɛ'ne]	‘Manuel’
	santome	ejitu	[ɛʒitu]	‘jeito’
		eku	[eku]	‘eco’
	angolar	felu	[felɔ]	‘ferro’
		leva	[levɐ]	‘raiva’
[a] → <a>	lung'Ie	kaxi	[kaxi]	‘casa’
		ami	[a'mi]	‘eu*’
		a	[a]	‘há’

	santome	aba	[^l abɐ]	‘aba’
		alê	[a ^l le]	‘rei’
	angolar	awa	[^l awɐ]	‘água’
		nove	[^l nɔvɐ]	‘nove’
	lung’Ie	owo	[^l ɔwɔ]	‘vocês’
[ɔ] → <o>	santome	oali	[ɔ ^l ali]	‘ar’
		odji	[^l ɔdʒi]	‘direito’
	angolar	toto	[^l tɔtɔ]	‘tonto’
		txo	[^l tɔ]	‘pouco’
	lung’Ie	pôkê	[pɔ ^l ke]	‘porque’
		ôtô	[^l oto]	‘outro’
[o] → <ô>	santome	ô	[^l o]	‘ou’
		ôbliga	[obl ^l ige]	‘obrigar’
	angolar	thôkô	[^l θoko]	‘soco’
		ôbô	[o ^l bo]	‘floresta’
	lung’Ie	unôtxi	[u ^l notʃi]	‘noite’
		udu	[u ^l du]	‘piolho’
[u] → <u>	santome	ubwa	[^l ubwɐ]	‘cerca’
		utu	[u ^l tu]	‘bolor’
	angolar	uva	[^l uvɐ]	‘uva’
		ululu	[ulu ^l lu]	‘cordão umbilical’

* Segundo Agostinho (2015), estes pronomes podem ser pronomes livres em função de interface sintática-discursiva, sendo nestes casos topicalizados, muito similar à expressão de tópico com pronome resumptivo, que aparece em várias línguas do mundo e pronomes também são usados como pronomes isolados e em construções clivadas.

A nasalização é indicada com <n> ou <ɲ> precedido da vogal. Em casos de espalhamento de nasalidade da consoante nasal em onset para a vogal precedente, não é preciso marcação, como em:

- lung’Ie: **kandja** [kɛ̃dʒɐ] ‘candeeiro’

O espalhamento é opcional, como podemos observar em:

- lung’Ie: **mana** [mɛ̃nɐ] ou [manɐ] ‘irmã’
- lung’Ie: **mama** [mɛ̃mɐ] ou [mamɐ] ‘seio’

A distinção entre vogais médias /e, o/ e /ɛ, ɔ/ antes de consoante nasal é neutralizada na ortografia:

Quadro 2: Exemplos de representação das vogais nasalizadas de acordo com a grafia ALUSTP.

FONE → GRAFEMA	LÍNGUA	EXEMPLO	TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	GLOSA
[ɛ̃] → <en>	lung'Ie	benzê	[bɛ̃'ze]	'benzer'
	santome	inen	[i'nɛ̃]	'eles'
	angolar	vendê	[vɛ̃'dɛ̃]	'vender'
[ɛ̃] → <en>	lung'Ie	bensa	[bɛ̃'sɐ]	'bênção'
	santome	simentxi	[ʃi'mɛ̃tʃi]	'semente'
	angolar	mendu	[mɛ̃'du]	'temer'
[õ̃] → <on>	lung'Ie	konfya	[kõ̃'fjɐ]	'confiar'
	santome	tason	[ta'sõ̃]	'sentar'
	angolar	non	[nõ̃]	'nós'
[õ̃] → <on>	lung'Ie	bon	[bõ̃]	'bom'
	santome	lonka	[lõ̃'ka]	'roncar'
	angolar	kondê	[kõ̃'dɛ̃]	'esconder'

Fonte: Araujo & Hagemeyer (2013), Agostinho (2015) e Bandeira (2017).

Há apenas um caso excepcional, no qual o segmento da consoante nasal foi apagado historicamente, mas o traço de nasalidade foi mantido na pronúncia e na ortografia. Usaremos, de acordo com o ALUSTP, um til <~> para marcar este traço.

• lung'Ie: **ũa** [ũɐ] 'um'

Vogais longas⁵ serão representadas pela sequência de duas vogais idênticas.

Quadro 3: Exemplos de representação de vogais longas de acordo com a grafia ALUSTP.

FONE → GRAFEMA	LÍNGUA	EXEMPLO	TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	GLOSA
[i:] → <ii>	lung'Ie	bii	[bi:]	'começar'
	santome	-	-	-
	angolar	fiida	[fi:de]	'ferida'
[e:] → <êê>	lung'Ie	igbêê	[i'gbe:]	'quarto'
	santome	-	-	-

5. O fa d'Ambô também possui vogais longas.

	angolar	êê	[^h e:]	‘sim’
	lung'Ie	peetu	[^h pɛ:tʊ]	‘preto’
[ɛ:] → <ee>	santome	-	-	-
	angolar	mee	[^h mɛ:]	‘Manuel’
	lung'Ie	paata	[^h pa:tɛ]	‘prata’
[a:] → <aa>	santome	-	-	-
	angolar	taa	[^h ta:]	‘cortar’
	lung'Ie	soda	[^h sɔ:dɛ]	‘solda’
[ɔ:] → <oo>	santome	-	-	-
	angolar	goopa	[gɔ: ^h pa]	‘garoupa’
	lung'Ie	kôosu	[^h ko:sʊ]	‘caroço’
[o:] → <ôô>	santome	-	-	-
	angolar	thôôko	[^h θo:ko]	‘charoco’
	lung'Ie	buutu	[^h bu:tʊ]	‘bruto’
[u:] → <uu>	santome	-	-	-
	angolar	kuuthu	[^h ku:θʊ]	‘cruz’

Fonte: Araujo & Hagemeyer (2013), Agostinho (2015) e Bandeira (2017).

4.2. Grafia das consoantes

Serão apresentados os fonemas consonantais seguidos de seus grafemas e de exemplos.

Quadro 4: Exemplos de representação de consoantes de acordo com a grafia ALUSTP.

FONE → GRAFEMA	LÍNGUA	EXEMPLO	TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	GLOSA
	lung'Ie	pilha	[^h piʎɛ]	‘muito’
[p] → <p>	santome	pade	[pa ^h dɛ]	‘pardal’
	angolar	paya	[^h pajɛ]	‘palha’
	lung'Ie	baanku	[^h bɛ̃:ku]	‘branco’
[b] → 	santome	baba	[ba ^h ba]	‘laço’
	angolar	bisi	[b ^h isi]	‘vestir’

	lung'le	te	[tɛ]	'terra'
[t] → <t>	santome	taba	[tʰabɛ]	'tábua'
	angolar	taafa	[tʰa:fɛ]	'fio de pesca'
	lung'le	txi	[tʰʃi]	'você'
[tʃ] → <tx>*	santome	txada	[tʰʃadɛ]	'acampamento'
	angolar	dêtxi	[tʰdɛʃi]	'dente'
	lung'le	da	[tʰda]	'dar'
[d] → <d>	santome	dado	[daˈdo]	'doador'
	angolar	dêdu	[tʰdedu]	'dedo'
	lung'le	-	-	-
[θ] → <th>**	santome	-	-	-
	angolar	fathu	[tʰaθu]	'falso'
	lung'le	-	-	-
[ð] → <dh>	santome	-	-	-
	angolar	pidha	[piˈða]	'pisar'
	lung'le	ukpa	[uˈkpa]	'lampião'
[kʰ] → <kp>	santome	-	-	-
	angolar	-	-	-
	lung'le	ugba	[uˈg̃ba]	'mondim'
[g̃b] → <gb>	santome	-	-	-
	angolar	-	-	-
	lung'le	mama	[m̃mɛ] ou [mame]	'seio'
[m] → <m>	santome	ma	[ma]	'má'
	angolar	madhó	[maˈðo]	'ontem'
	lung'le	unôtxi	[uˈnotʃi]	'noite'
[n] → <n>	santome	nai	[naˈi]	'aqui'
	angolar	nôvu	[ˈnovu]	'novo'
	lung'le	ranha	[raɲɛ]	'rainha'
[ɲ] → <nh>	santome	nha	[ɲa]	'lenha'
	angolar	inhe	[iˈɲɛ]	'unha'
	lung'le	we	[tʰwɛ]	'ir'
[w] → <w>	santome	wê	[tʰwe]	'olho'
	angolar	awa	[tʰawe]	'água'
	lung'le	fya	[tʰfja]	'feira'
[j] → <y>	santome	yaga	[jaˈga]	'abandonar'
	angolar	yêrê	[jeˈre]	'queimar'
	lung'le	rêgê	[reˈge]	'levantar'

[r] → <r>	santome	rew	[^h rɛw]	‘réu’
	angolar	rema	[rɛ ^h ma]	‘remar’
	lung’Ie	lunge	[^h lũgɛ]	‘língua’
[l] → <ɭ>	santome	labu	[^h labu]	‘cauda’
	angolar	lêfê	[^h lete]	‘leite’
	lung’Ie	pilha	[^h pi ^h lɐ]	‘muito’
[ʎ] → <lh>	santome	olha	[o ^h ʎa]	‘orelha’
	angolar	-	-	-
	lung’Ie	fudu	[^h fudu]	‘limpo’
[f] → <ɸ>	santome	fada	[^h fadɐ]	‘farda’
	angolar	faka	[^h fakɐ]	‘faca’
	lung’Ie	vansa	[vɐ ^h sa]	‘avançar’
[v] → <v>	santome	vadu	[^h vadu]	‘aberto’
	angolar	vidha	[vi ^h ða]	‘avisar’
	lung’Ie	oso	[^h ɔsɔ]	‘roça’
[s] → <s>	santome	sedi	[^h sedʒɪ]	‘sede’
	angolar	fêsi [*]	[^h fesi]	‘bota’
	lung’Ie	zulu	[^h zulɔ]	‘azul’
[z] → <ʒ>	santome	zuda	[zu ^h da]	‘ajudar’
	angolar	ziaru ^{**}	[zi ^h aru]	‘branco’
	lung’Ie	xuxu	[^h fu ^h fu]	‘punhal’
[ʃ] → <x>	santome	xa	[^h ʃa]	‘cheio’
	angolar	xiriga	[^h ʃiri ^h ga]	‘mentir’
	lung’Ie	janga	[^h ʒɐ̃gɐ]	‘junção entre o dedos’
[ʒ] → <ʒ>	santome	jalu	[^h ʒalo]	‘jarro’
	angolar	jaka	[^h ʒakɐ]	‘jaca’

Fonte: Araujo & Hagemeyer (2013), Agostinho (2015) e Bandeira (2017).

* Segundo Agostinho (2016), para alguns falantes, os alofones [t] e [tʃ] estão em distribuição complementar: o alofone [tʃ] ocorre diante da vogal alta anterior /i/ ou de aproximante palatal /j/, enquanto [t] ocorre nos demais casos. Para outros falantes, há um caso de variação livre diante de [i], [i] ou [j] em sílabas tónica, pré-tónica e átona não final, onde tanto [t] como [tʃ] podem ocorrer; e um caso de distribuição complementar diante de [i], [i] ou [j] em sílaba átona final, contexto em que [tʃ] é obrigatório antes de [i, j]. Segundo a autora, a palatalização de /t/ é obrigatória em sílabas átonas finais e opcional em sílaba tónica ou pré-tónica (AGOSTINHO 2016). Diferentemente do lung’Ie e do angolar, em santome, as consoantes africadas /tʃ/ e /dʒ/ são fonemas, como se pode observar no seguinte par mínimo: /tʃ/ [mɔʃʃa] ‘perseguir’ e /t/ [mɔʃta] ‘montar, entrar em transe’. As africadas /tʃ/ e /dʒ/ realizam-se foneticamente como [tʃ] e [dʒ] em todos os contextos vocálicos, não apenas diante de [i] como [mi^hdʒɛ] ‘mezinha’ e em [tʃada] ‘tipo de acampamento’, contudo a maior frequência é diante de [i] (BANDEIRA 2017).

** Em angolar, diante de /i/ ou /j/, a consoante fricativa interdental surda /θ/ pode se realizar como [s] ou [ʃ].

*** Em angolar, diante de /i/ ou /j/, a consoante fricativa interdental surda /ð/ pode se realizar como [z] ou [ʒ].

As nasais em coda silábica são representadas como <m>, antes de <p> e , e <n>, antes das demais consoantes:

Quadro 5: Exemplos da representação gráfica de consoantes nasais em coda silábica.

GRAFEMA	LÍNGUA	EXEMPLO	TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	GLOSA
	lung'Ie	tempa	[tẽpɛ]	‘condimento’
<m> antes de <p>	santome	kampô	[kẽpɔ]	‘enorme’
	angolar	thempe	[θẽpɛ]	‘sempre’
	lung'Ie	bambu	[bã'bu]	‘bênção’
<m> antes de 	santome	kôlomba	[kô'lõbɛ]	‘estrangeiro’
	angolar	tumba	[tu'ba]	‘por em queda’
	lung'Ie	pontxi	[põtʃɪ]	‘ponte’
<n> antes de <t>	santome	konta	[kõ'ta]	‘contar’
	angolar	dhanta	[ðẽ'ta]	‘jantar’
	lung'Ie	kondê	[kõ'de]	‘conde’
<n> antes de <d>	santome	kunda	[ku'da]	‘julgar’
	angolar	funda	[fũ'da]	‘afundar’

Fonte: Araujo & Hagemeyer (2013), Agostinho (2015) e Bandeira (2017).

As nasais silábicas são representadas como <m>, antes de <p> e , e <n>, antes das demais consoantes.

Quadro 6: Exemplos da representação gráfica das nasais silábicas.

GRAFEMA	LÍNGUA	EXEMPLO	TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	GLOSA
	lung'Ie	mbêrêrê	[mbere're]	‘dança’
<m> antes de <p> e 	santome	mbaxada	[mba'fade]	‘embaixada’
	angolar	mpêlu	[mpe'lu]	‘peru’
	lung'Ie	nda	[n'da]	‘andar’
<n> antes de outras consoantes	santome	ngama	[ŋga'ma]	‘gamela’
	angolar	nkila	[ŋ'kile]	‘cauda’

Fonte: Araujo & Hagemeyer (2013), Agostinho (2015) e Bandeira (2017).

O acento fonológico e o tom não são marcados na grafia do ALUSTP.

Conclusão

A falta de desenvolvimento e de implementação de políticas linguísticas como o estabelecimento de grafias oficiais para as línguas nacionais africanas leva a um silenciamento patente dos seus falantes, posto que os mesmos não podem se expressar em todas as esferas sociais de uso da língua. A mudança dessa situação somente pode ser viabilizada pelo reconhecimento oficial das suas línguas, garantindo voz aos seus falantes.

Sendo assim, advogamos aqui por uma política linguística, nos termos de Webb (2009), que inclua os falantes e os mais velhos como parte essencial de sua execução e não que haja imposição, como foi feito com o português em STP no início do século XIX (cf. Agostinho, 2015; Agostinho *et al.* 2016). Segundo Agostinho *et al.* (2016), no que diz respeito à criação de materiais linguísticos, é importante que os autores enfatizem a contribuição dos falantes em sua elaboração. No caso das aulas e dos encontros, segundo os autores, é interessante ter os mais velhos como centro da discussão e como professores, mas há a necessidade de acompanhamento de especialistas junto a eles. Dessa forma, a aceitação da população em geral será mais ampla em relação à ortografia, aos instrumentos linguísticos e às aulas na escola (cf. Agostinho *et al.* 2016).

As ações como as desenvolvidas em STP apontam para a importância do conhecimento mais extenso das línguas nacionais por meio do trabalho de descrição e documentação linguística, sendo, por conseguinte, etapas essenciais para a efetivação de ações de política em cenários multilíngues. Portanto, deve ser o norte para o direcionamento de novas políticas linguísticas em países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial e Cabo-Verde, cuja maioria da população apresenta as línguas nacionais como primeira língua.

Referências

Agostinho, Ana Livia dos Santos. *Fonologia e método pedagógico do lung'le*. 2015. 446f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Agostinho, Ana Livia dos Santos. *Fonologia do lung'le*. LINGCOM Studies in Pidgin & Creole Linguistics, 15. 2016. Disponível em: <<http://lincom-shop.eu/Fonologia-do-lungle>>. Acesso em: 20 jun.2017.

Agostinho, Ana Livia dos Santos *et al.* “O lung'le na educação escolar de São Tomé e Príncipe”. *Trabalhos em Linguística Aplicada* (UNICAMP), v.55, n.3, p.591-618. 2016

Appel, René; Verhoeven, Ludo. “Decolonization, Language Planning and Education”. In: Arennds, Jacques; Muysken, Peter; Smith, Norval (Eds.) *Pidgins and Creoles: An Introduction*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins. 1995, p. 65–74.

Araujo, Gabriel Antunes; Agostinho, Ana Livia dos Santos. "Padronização das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe". *Língua e Instrumentos Linguísticos*. n.26, p. 49-81. 2010.

Araujo, Gabriel; Hagemeijer, Tjerk. *Dicionário Santome-Português/Português-Santome*. São Paulo: Hedra. 2013.

Araujo, Gabriel Antunes. *Três textos em papiamentu clássico*. Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

Araujo, Gabriel *et al.* "Fa d'Ambô: língua crioula de base portuguesa de Ano Bom". *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 55, n. 2, p. 25-44. 2013.

Auroux, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp. 1992.

Auroux, Sylvain. "Língua e hiperlíngua". *Língua e instrumentos linguísticos*. v.1, p.17-30, 1998.

Bandeira, Manuele. *Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné*. 2017. 440f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Cardoso, Hugo. "Linguistic traces of colonial structure". In: Anchimbe, Eric (ed.). *Linguistic Identity in Postcolonial Multilingual Spaces*, 164-181. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing. 2007

Ceita, Maria Nazaré. *Ensaio para uma Reconstrução Histórico-Antropológica dos angolares de S. Tomé*. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e Econômico em África). Centro de Estudos Africanos, Instituto Universitário de Lisboa. 1991.

Central Intelligence Agency. Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tp.html>>. Acesso em: 20 jun.2017.

Christofoletti, Alfredo. *Ditongos no Português de São Tomé e Príncipe*. 2013. 109f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Crystal, David. *Language Death*. Cambridge: CUP. 2000.

Devonish, Hubert. "Language planning in pidgins and creoles". In Kouwenberg, Silvia; Singler, John Victor. (Eds) *The handbook of pidgin and creole studies*, Oxford: Blackwell. 2008, p. 615-636.

Ferraz, Luiz Ivens. *The creole of São Tomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979.

Fishman, Joshua A. "language maintenance, language shift, and reversing language shift," In : Bhatia, Tej K.; Ritchie, William C. (Eds.). *The handbook of bilingualism*. Oxford: Blackwell. 2006, p. 406-436.

Garrett, Helene. "Language Use, Language Attitudes and Identity Among Papiamentu Speakers". In: Faraclas, Nicholas; Severing, Ronald Esperano; Roose-Weijer, Christa M. (Eds.) *Linguistic studies on papiamentu*. Curaçao: Fundashon pa Planifikashon di Idioma, 2008, p. 27-45.

Günther, Wilfried. *Das portugiesische Kreolisch der Ilha do Príncipe*. Marburg an der Lahn: Im Selbstverlag. 1973.

Hagemeyer, Tjerk. As ilhas de Babel: A criouliização no Golfo da Guiné. *Revista Camões*, v. 6, p. 74-88, 1999

Hagemeyer, Tierk. “As línguas de São Tomé e Príncipe”. *Revista de crioulos de base lexical portuguesa e espanhola*, v.1, n.1, p. 1-27, 2009.

Hagemeyer, Tierk. “The Gulf of Guinea Creoles: Genetic and Typological Relations”. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v.26, n. 1, p. 111-154, 2011.

Hlibowicka-Weglarz, Barbara. A origem dos crioulos de base lexical portuguesa no Golfo da Guiné. *Romanica Cracoviensia*, v. 11, p. 177-185, 2012.

Holm, John. *Pidgins and creoles*. Cambridge: Cambridge University Press. 1988.

Instituto Nacional De Estatística. INE: *São Tomé e Príncipe em números*. Disponível em: <http://www.ine.st/files_pdf/STP_numeros_2006.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2011.

Instituto Nacional De Estatística. INE: *São Tomé e Príncipe em números*. 2001 Disponível em: <<http://www.ine.st/docs/2012/Censos/2012/index.html>>. Acesso em: 7 ago. 2013. 2012.

Krauss, Michael. The world’s languages in crisis. *Language*. v.68, p. 4-10, 1992.

Maurer, Philippe. *Lung’Ie*. Londres: Battlebridge Publications, 2009.

Myers-Scotton, Carol. *Contact linguistics: bilingual encounters and grammatical outcomes*, Oxford University Press, 2002.

National Geographic. *Map maker interactive*. 2017. Disponível em: <<http://mapmaker.national-geographic.org/>>. Acesso em: 20 jun.2017.

Orlandi, Eni Puccinelli. “Processos de descolonização linguística: as representações da língua nacional”. In: Galves, Charlotte; Garmes, Helder; Ribeiro, Fernando Rosa (Org.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora UNICAMP. 2009, p. 211-223.

Pinho, Isis da Costa. “Diversidade linguística e identidade: as micro-decisões na manutenção/perda de uma língua materna minoritária”. *Contingentia* v.3, n.1, p. 78-94, 2008.

Seibert, Gerhard. Os angolares da Ilha de São Tomé: Náufragos, Autóctones ou Quilombolas?. *Dossiê História Atlântica*, v. 12, n. 1/2, p. 43-64, 2004.

Severing, Ronald; Weijer, Christa. “the fundashon pa planifikashon di idioma: language planning and language policy in curaçao”. In: Faraclas, Nicholas; Severing, Ronald Esperano; Roose-Weijer, Christa M. (Eds.) *Linguistic Studies on Papiamentu*, Curaçao: Fundashon pa Planifikashon di Idioma. 2008, p.247-260.

Schuchardt, Hugo. “Beiträge zur kenntnis des kreolischen romanisch IV”. Zum Negerportugiesischen der Ilha do Principe. *Zeitschrift für Romanische Philologie* v.13, p. 461-475. 1889.

Valkhoff, Marius F. *Studies in portuguese and creole*. Johannesburg: Witwatersrand University Press. 1966.

Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português

Ciro Lopes da Silva
Pascoal Jorge Sampa

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Considerações iniciais

A Guiné-Bissau é um país com o território de 36.125 km² e com a população estimada em 1.520.830 habitantes (INE, 2009). O país fica situado na costa ocidental da África, fazendo fronteira ao norte com a República do Senegal, ao sul e leste com a República de Guiné Conacri, é banhado a oeste pelo oceano Atlântico. Proclamou a sua independência unilateralmente em 24 de Setembro de 1973, sendo o primeiro país das colônias portuguesa na África a tornar-se livre do jugo colonial.

O país tem mais de 20 grupos étnicos, que se encontram por toda parte de seu território, organizados, conscientemente ou não, por regiões administrativas, onde se pode encontrar uma maior concentração de um grupo étnico em comparação ao outro. E cada um desses grupos étnicos tem a sua própria língua, o que torna a Guiné-Bissau um país pluricultural, com grande diversidade étnica e linguística. Alguns grupos apresentam pequenas semelhanças linguísticas, no que se refere à forma de chamar algumas coisas, objetos, animais, etc., principalmente em nível fonológico, como o exemplo das etnias **mancanha**, **manjaca** e **papel**.

Quadro 1: Etnias que apresentam semelhanças na Guiné-Bissau

Língua	Português	Mancanha	Manjaca	Papel
Vocábulos	Pessoas	Banham	Banhan	Banhars
	Vaca	Uit	Uit	Oit
	Homem	Nhintch	Nintch	Nhisr

Fonte: Elaboração Própria

As etnias expostas no quadro apresentam grande aproximação linguística entre si, no que diz respeito à fonologia, como também em alguns traços culturais,

em comparação com outros grupos étnicos que existem e fazem parte do mosaico cultural da Guiné-Bissau:

É preciso ressaltar que muitas variedades linguísticas tidas como “línguas” diferentes não passam de “nomes” diferentes para dialetos de uma mesma língua. Por exemplo, Mane (2001) defende a tese de que manjaco, mancanha e papel podem ser considerados como três dialetos de uma mesma língua, com base no fato de que a fonologia dos três é idêntica, exceto algumas variantes alofônicas, o que para a sociolinguística variacionista, e para a fonologia, não seria nenhum problema. Porém, os linguistas já admitem que a distinção entre língua e dialeto é meramente política (Couto; Embaló, 2010, p. 31).

Por sua vez, há etnias que não apresentam semelhanças tão próximas, nesse caso podemos confrontar as três citadas no quadro 1 com as etnias **bijagós**, **balantas**, **fulas** etc. Esses grupos étnicos não têm tantas semelhanças em nível fonológico, ainda assim, podemos encontrar pequenas semelhanças entre eles em outros aspectos de ordem sociocultural, como nos rituais de iniciação (da fase de adolescente para a vida adulta) ou nos rituais fúnebres.

Além das línguas étnicas, há também no cenário linguístico da Guiné-Bissau a língua crioula, que, segundo o INE (2009, p. 36), é falada por mais de 90,4% da população guineense, de todos os grupos étnicos em diferentes faixas etárias, mesmo não sendo ainda considerada pelas autoridades do país como uma língua oficial da Guiné-Bissau. “O crioulo é o principal meio de comunicação no seio da população. Com efeito, esta língua é utilizada por 90,4% da população em estudo [...]. A população que sabe falar a língua portuguesa corresponde a 27,1%, e, apenas 5% sabe falar o francês” (INE, 2009, p. 36). Basta ver as estatísticas para descobrir que o crioulo é usado para quebrar as barreiras existentes, no que diz respeito às várias línguas étnicas que existem no país, como também nas trocas comerciais, nos meios de comunicação social (rádio), nos três poderes do estado (executivo, legislativo e judiciário) e, principalmente, nos debates e discussões que decorrem na Assembleia Nacional Popular e em diversos lugares no país. Existem notícias que são veiculadas nas rádios em português, mas grande parte da grelha de programação passa em crioulo.

Em função desses elementos, é possível evidenciar a língua crioula como uma **língua franca**, por ser falada por quase toda a população guineense, pois mesmo as pessoas que não a usam no dia a dia, de alguma forma, sabem-na falar. Por meio dela, os diferentes grupos étnicos conseguem se comunicar e se relacionar em harmonia, pois é o elo de comunicação entre diferentes etnias. Segundo Couto e Embaló (2010, p. 28)

No pequeno território da atual Guiné-Bissau são faladas cerca de 20 línguas, muitas delas pertencentes a famílias diferentes, outras tão aparentadas que poderiam ser classificadas como dialetos de uma

mesma língua, [...] Estas línguas coabitam com o crioulo, língua veicular e de unidade nacional, e com o português, língua oficial, ambas resultantes da colonização portuguesa.

Partindo desse ponto de vista, o trabalho ora apresentado debaterá os seguintes questionamentos: até que ponto a Guiné-Bissau pode e deve ser considerado um país cuja língua oficial é o português (sendo uma língua minoritária em relação ao crioulo e à língua fula)? Será que o crioulo é um mero disfarce dos guineenses por não terem dominado o português? Ou o crioulo merece mais que o valor a ele atribuído? Como ele impacta a cultura do país e a própria língua portuguesa? Ou seja, de que modo o crioulo influencia no aprendizado do português (ajuda/atrapalha) e na vida cotidiana dos guineenses? Por que é tido como o símbolo da unidade nacional e da identidade cultural?

Essas são as nossas motivações iniciais para desenvolver este capítulo. Além disso, pautamo-nos nos seguintes objetivos: a) Trazer ao debate as variações da língua portuguesa falada na Guiné-Bissau, comparando com os restantes países que têm essa língua como oficial e, em particular, os países africanos da expressão portuguesa. b) Considerar a importância do crioulo no dia a dia dos guineenses, não só pelo número de falantes que tem, mas também o seu impacto na identidade cultural do país e as suas influências no português falado na Guiné-Bissau.

Como objetivos específicos pretende-se explicar os conflitos existentes entre o português e o crioulo na Guiné-Bissau; discutir sobre as peculiaridades do português falado na Guiné-Bissau; e mostrar a evolução da cultura (música e cinema) através do crioulo. Quanto à metodologia da pesquisa, optamos por uma abordagem descritiva, a fim de retratar o tema proposto, com o intuito de descrever e demonstrar as peculiaridades do povo guineense e do português falado no país. O procedimento técnico escolhido é a pesquisa bibliográfica, com base em matérias coletadas que se debruçam sobre o assunto. O presente capítulo está dividido em quatro subcapítulos, que procurará abordar essas questões levantadas acima.

1. A língua oficial da Guiné-Bissau

Segundo a definição da Martins (2014, p.14), “língua oficial é a língua [...] de um país, estado ou território usada nas diversas atividades oficiais: legislativas, executivas e judiciais”. No entanto, a Constituição Nacional guineense não deixa isso claro, como em outros países lusófonos, em que a questão da língua portuguesa como língua oficial é bem explícita – casos da Constituição de Angola, Cabo-Verde e Moçambique. Na Constituição da Guiné-Bissau (1996, p. 6), no seu artigo 17º, ponto 1, há a seguinte referência: “É imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade

cultural, como suporte da consciência e dignidade nacional e fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade”. Como visto, em nenhum momento, é mencionado que a língua oficial do país é o português, e ainda reforça-se, nesse mesmo artigo, que: “O Estado preserva e defende o património cultural do povo, cuja valorização deve servir o progresso e a salvaguarda da dignidade humana” (Guiné-Bissau, 1996, p. 6). No entanto, apesar disso, considera-se a língua portuguesa como sendo a oficial do país.

De acordo com a definição de Martins e com o artigo da Constituição acima citados, podemos afirmar que a língua portuguesa não se enquadra como oficial do país em função de dois pontos que, para muitos, são os requisitos mais importantes a que uma língua oficial de qualquer país deve atender, a fim de ter as bases propícias para se apresentar em todo o território nacional: 1) a língua dita “oficial” na Guiné Bissau não domina os trabalhos tanto no poder legislativo quanto no judiciário, pois pouco se discute as suas matérias em português. Ainda mais, os debates na Assembleia Nacional Popular, e os julgamentos nos tribunais da capital e, muito menos, no interior do país não são realizados em português; 2) Igualmente, é possível constatar que o povo não usa o português no seu dia a dia.

A língua considerada oficial (o português), portanto, praticamente não configura como a língua de comunicação entre os guineenses. Inclusive, na ecologia linguística do país, existe até uma língua étnica com maior número de falantes do que o português, como é o caso da língua fula, em quantidade absoluta de falantes. Segundo o INE (2009, p. 22), “Fulas correspondem à etnia com maior expressão no país (28,5%)”. E seguido de perto pela língua balanta com 22,5%¹. Por sua vez, observa-se que o português é falado por cerca de 27,1% da população (INE, 2009, p.36). Ainda assim, uma parte da população fala essa língua do colonizador de forma ocasional e profissional, só nos lugares onde a língua crioula por vezes é pouco usada, no caso das escolas e nas instituições do Estado e privadas. Importa enfatizar que, nesses lugares, há uma “disputa” enorme entre crioulo e português. Nesse sentido,

O português até hoje não é praticamente falado como língua vernácula na Guiné-Bissau. Ele só é adquirido como língua primeira, materna, por uma insignificante franja de filhos de guineenses que, tendo estudado em Portugal ou no Brasil, adotaram-no como língua de comunicação familiar, ou por filhos de casais mistos de guineenses com falantes de português de outras nacionalidades. É também o caso de filhos de portugueses residentes na Guiné-Bissau ou, então, de filhos de outros estrangeiros que por um motivo ou outro falem português em casa (Couto; Embaló, 2010, p. 47-48).

1. É importante ressaltar que esse é o número total das pessoas que pertencem a esses grupos étnicos, mas isso não significa que todos sabem falar a língua do grupo, a maioria sim, alguns até conseguem falar mais de que uma língua étnica. É possível deparar com esses casos nas famílias constituídas por etnias diferentes ou nas pessoas que cresceram num ambiente onde predomina uma determinada etnia e outros tipos de contatos.

A maioria da população que fala o português está concentrada na cidade de Bissau, com isso, a língua portuguesa limitou-se praticamente à capital do país e a grandes centros urbanos do interior da Guiné-Bissau. Assim, grande parte da população de todo o território nacional não usa essa língua – fato que não acontece e continua longe de acontecer, por causa do espaço conquistado pelo crioulo e pelas línguas étnicas ao longo dos anos.

Segundo o relatório do Ministério de Educação de Portugal, publicado no Diário de Notícias (19/06/2017), “a percentagem de alunos que ficaram reprovados na 2ª fase no português foi de 52%”. Isso mostra a complexidade da questão do ensino de língua portuguesa, pois mesmo os estudantes de outros países que têm o português como língua única, diferente dos estudantes da Guiné-Bissau, também têm dificuldades nessa disciplina. Essa situação pode ser justificada em função dos métodos que são usados no processo de ensino e aprendizagem nesses países – lembrando que a Guiné-Bissau herdou o sistema educacional colonial em que o português é ensinado só levando em conta a sua base gramatical. De acordo com mesmo relatório citado acima, “mais de metade dos alunos do 9.º ano chumbaram na 2ª fase da prova final de Português”. Essa constatação indica, em parte, que a precariedade e os problemas na educação da Guiné-Bissau não se limitam exclusivamente à questão da língua portuguesa, ou o uso do crioulo e das outras línguas étnicas no cotidiano dos estudantes guineenses.

O fraco domínio do português na educação e na vida dos guineenses também se reflete no fraco desempenho dos alunos nas salas de aulas, causando enorme dificuldade na compreensão dos conteúdos escolares. Nesse sentido, esse fraco uso acaba deixando os guineenses mais tímidos e reservados ao se expressarem perante os outros e, por questões de segurança, às vezes optam por ficar calados ou recorrendo ao crioulo como recurso para expor os seus sentimentos. Devido a estes fatores, de não consolidação da língua portuguesa em todo o território nacional, as crianças sofrem com o ensino dessa língua, enfrentando muitas dificuldades na compreensão dos textos a serem estudados. Desta forma,

os alunos não percebem a língua portuguesa. Leem mas não compreendem o texto, alguns alunos não escrevem o português correto. Como é que um estudante que não escreve e nem fala correto à língua portuguesa pode compreender e interpretar um texto nesta língua? Às vezes compreendem melhor quando a explicação é na língua crioula, eu já tive essa experiência. Por vezes [...] é preciso desenhar bem as coisas para fazer alguns alunos compreender em língua portuguesa (Barreto, 2012, p. 26).

Como é sabido, o fraco uso de qualquer língua também contribui negativamente no desempenho da escrita. Por isso, é validada a importância do uso do português, não só nas escolas, nas instituições do Estado, assim como em todos os meios sociais. A partir dessa postura, o próprio povo passará a interessar-se

mais pelo português, o que trará enormes vantagens para o progresso dos alunos nos seus estudos e aprendizagem, já que é o português a língua do ensino no país.

2. Língua crioula (kriol/guineense)

Segundo Embaló (2008, p. 102), “o kriol é um crioulo de base portuguesa, com uma gramática e léxico próprios”. Ele é o principal meio de comunicação entre os guineenses, contando com cerca de 90,4% de falantes (INE, 2009, p. 36), de diferentes classes e etnias. Ainda de acordo com Embaló, “o crioulo surgiu através do contato do português com as várias línguas africanas, facilitando a comunicação não só entre os europeus e os africanos, como também entre os próprios povos, dada a diversidade linguística da região, [...] entre o fim do século XVI e início do século XVII” (Embaló, 2008, p.124), e vem conquistando o seu espaço ao longo do tempo. Conforme Augel (2006, p. 69), “o crioulo teve a função social de língua veicular entre os falantes de origens as mais diversas, passando ao estatuto de idioma autônomo, tanto do ponto de vista gramatical quanto lexical. Hoje é considerada língua da unidade e da identidade nacionais”.

Não obstante, apesar de seu franco uso, não existe ainda uma norma escrita, ou melhor, uma normatização ortográfica do crioulo, mas já existem alguns dicionários e livros escritos nessa língua por entidades particulares, nomeadamente as Igrejas Evangélicas e algumas ONGs. As Igrejas Evangélicas são as pioneiras na elaboração de dicionários do crioulo, como também na tradução desses para as línguas étnicas e de dublagem de filmes (filmes cristãos). Assim sendo, é necessário observar a complexidade plurilinguística do país, pois, embora o português seja a língua oficial da Guiné-Bissau e, conseqüentemente, a língua oficial do ensino, continua até aos dias de hoje como a segunda, ou até a terceira língua mais falada no país, dependendo do caso. Isto é, dependendo da constituição da família, a primeira língua pode ser o crioulo, depois a língua étnica a que a família pertence e, por último, o português. Essa ordem pode mudar substancialmente, principalmente no interior do país, onde, na maioria dos casos, a primeira língua é a do grupo étnico a que a família pertence seguida pelo crioulo como a segunda língua da família.

O português, na maioria das famílias no interior do país, é considerado como uma língua **estranha**; sequer é falado no seio dessas famílias, salvo pelas crianças que frequentam as escolas, mas mesmo neste caso, elas só falam o português em ambiente escolar, pois em casa falam o crioulo ou as línguas étnicas as quais pertencem. Assim sendo, apesar de a língua mais falada no país, no dia a dia da população, dos estudantes e os políticos, ser o crioulo, nas escolas se ensina em língua portuguesa – língua que não se consolidou socialmente no

país. Ainda assim, o crioulo tem uma importância grande na vida cotidiana do povo, uma vez que congrega elementos fundamentais para a comunicação na Guiné-Bissau.

Diferente daquilo que acontece em vários países do continente africano, onde existem várias línguas étnicas, mas a língua do dia a dia é a do colonizador, na Guiné-Bissau a língua do dia a dia é a língua crioula. Ela serve como língua intermediária no cotidiano da população. Ainda sobre o crioulo, é preciso salientar que são pouquíssimos os países com essa característica, ou seja, o povo guineense possui uma língua que não é étnica, mas que é falada e compreendida por quase toda a população e, que não é também a língua do colonizador.

Haveria vantagens e desvantagens se o crioulo fosse à língua oficial da Guiné-Bissau ou a língua do ensino no país: as vantagens são inúmeras, começando pela facilidade na compreensão e na expressão, sendo a língua materna e de contato da maioria dos guineenses. Essa situação ajudaria também na compressão das outras línguas estrangeiras, incluindo o português, uma vez que deixa o indivíduo com mais facilidade tanto na fala quanto na escrita por ser a língua do seu domínio. No que toca às desvantagens do crioulo no seio dos guineenses, deve-se ao fato de não ser a língua de trabalho e de ensino no país, afetando muito aos guineenses em função de terem mais domínio de crioulo em relação ao português – lembrando que o crioulo não tem ainda uma escrita padronizada que poderia ajudar muito mais no progresso dos falantes. Essa realidade traz impactos negativos para o avanço da educação em geral e, particularmente, no processo de ensino e aprendizagem na Guiné-Bissau, não apenas na disciplina de língua portuguesa, mas também em outras, pois essa é a chave para a compreensão dos materiais curriculares.

3. O processo linguístico-educativo na Guiné-Bissau

A língua é um fator importantíssimo para qualquer que seja a comunidade e a cultura (civilização), pois é com ela que podemos estabelecer a comunicação e, conseqüentemente, o diálogo que faz criar o ambiente de inter-relações entre os indivíduos e da produção do conhecimento, sem o qual este processo ficaria comprimido. Por esses motivos, Freire (2011), acredita que a melhor forma de ensinar é por via da linguagem maternal, que é a língua que as pessoas têm mais probabilidade de dominar através do contato permanente. Não existe nada igual a aprender um conteúdo na língua que domina, haja vista que não só facilita a assimilação do conhecimento como também deixa os aprendentes mais animados, fato que traz, com certeza, grande produtividade e eficácia na hora de passar o que se aprende para outras pessoas (caso dos professores).

Em muitas escolas na Guiné-Bissau, os alunos são obrigados a falar o português nos recintos escolares, mas, mesmo com essa determinação, eles falam crioulo entre si para a melhor comunicação. Nós vemos essa proibição como uma inversão de papel, ou seja, há casos em que o professor sente que o aluno entende o conteúdo, mas na hora de falar o proíbe de se comunicar em crioulo, ao ponto de esse aluno levar nota baixa só porque não consegue explicar em português. Por isso, os alunos se preocupam mais em decorar o dicionário e a gramática, em detrimento da prática discursiva, tudo por medo de errar. Pode-se ver, em vários casos, que o professor corrige o aluno o tempo todo e os colegas ficam zombando dele – comportamento que deixa o aluno com mais medo e vergonha de falar, para não levar a zoadada dos colegas. Contudo, consideramos que

A questão da linguagem, no fundo, uma questão de classe, é igualmente outro ponto em que pode emperrar a prática progressista. Um educador progressista que não seja sensível à linguagem popular, que não busque intimidade com o uso de metáforas, das parábolas no meio popular não pode comunicar com os educandos, perde eficiência, é incompetente (Freire, 2001, apud Cortesão, 2011, p. 100).

Segundo Cá (2010), o Estado poderia verificar o quadro de dificuldades que o sistema educativo enfrenta de forma a amenizar os obstáculos do sistema com relação à questão da língua, pois, para ele, a linguagem não é usada apenas para veicular informação. Assim sendo, sua função referencial ou denotativa não é senão uma entre outras, em que se destaca a função de locutor e interlocutor. Portanto, devem ser tomadas as medidas cabíveis pelos órgãos oficiais, a fim de se atender pelo menos as exigências comunicativas básicas.

É imperioso reconhecer que esse problema não se limita apenas à formação dos professores, se dominam os conteúdos ou não e nem aos alunos, que na maioria dos casos são vítimas do próprio sistema. Não são esses dois agentes os responsáveis pelo fracasso da educação guineense, pelo contrário, trata-se dos verdadeiros prejudicados nesse sentido. Os alunos passam por essas situações devido ao fraco domínio em língua portuguesa, pois os primeiros contatos com a língua, na maioria dos casos, acontecem quando começam a frequentar as salas de aulas.

Esse contato, no entanto, não é suficiente para se familiarizarem com a língua, se levarmos em consideração o tempo em que eles ficam nas escolas, ou seja, o tempo da duração das aulas e, conseqüentemente, em contato com o português. Conforme demonstra o quadro 02, eles falam a língua durante as aulas, em média as aulas duram 4 horas por dia, que são também 4 horas da prática com a língua portuguesa diariamente, o que totalizam 20 horas por semana, de segunda-feira à sexta-feira. O resto das horas é preenchido com a língua crioula e, em alguns lu-

gares, pelas línguas étnicas a que pertencem o aluno, incluindo os fins de semana e nos dias feriados. Sabemos que só a língua não garante uma boa qualidade da educação, mas ela é um dos fatores importantes para atingir esse objetivo.

Quadro 2: Contato com o português e com o crioulo

Contato dos alunos com a língua		
	Portuguesa	Língua crioula/étnica
Por dia	4 horas	20
Por semana	20 horas	140

Fonte: Sampa (2016, p.38).

Essas horas correspondem aos momentos exatos em que os alunos ficam em contato direto com a língua portuguesa, que é a língua do ensino no país. Esse tempo, na nossa avaliação, é muito pequeno, ao se tratar duma língua do ensino e oficial. A questão da língua é muito fundamental na educação, pois a comunicação é o principal motor nesse processo (ensino). A sociedade guineense está fortemente dominada pela língua crioula, por isso deve merecer muita atenção. Na verdade, “não é a educação que forma a sociedade de certa maneira, mas a sociedade que, formando-se de certa maneira, constitui a educação de acordo com os valores que a norteiam.” (Freire, 2011, p. 146). Dessa forma, podemos admitir que aquilo que acontece na Guiné-Bissau é totalmente diferente, pois a educação implementada pelo Estado guineense, até certo ponto, não condiz com a realidade da sociedade, uma vez que os materiais escolares são produzidos em Portugal, sem a mínima preocupação com a realidade linguística dos alunos.

4. Particularidades da língua portuguesa na Guiné-Bissau

A força da língua crioula na Guiné-Bissau tem também um impacto muito grande no jeito de falar o português. Por esse e por outros motivos, facilmente um lusófono reconhece o português de um guineense, como também o português de um angolano ou de um moçambicano etc., em função das influências das línguas étnicas existentes nesses países africanos. Esses fatos são naturais e acontecem em qualquer língua, pois a língua se move de acordo com a comunidade linguística em que é praticada. Por exemplo, nos casos em que uma pessoa adquire a segunda língua, os traços da primeira sempre influenciam na segunda, pelo menos na fala, porque a nossa mente já tem armazenado outros códigos linguísticos que acontecem de uma forma natural em todos os seres humanos, desde os primeiros contatos com essa língua, nesse caso o nosso cérebro acaba cedendo às regras da sociedade a nível linguístico:

Inicialmente, o aprendiz geralmente busca aprender uma L2 depois de uma certa idade, o que gera uma implicação psicolinguística de que quem aprende uma L2 traz consigo um outro sistema lingüístico, que é o da L1. Por esse fato, o aprendiz que já possui um sistema de hábitos musculares e neuromusculares, terá que substituir esse sistema gradativamente pelo da L2 (Sapucaia, 2014, p. 6).

A Guiné-Bissau tem as suas próprias características típicas no modo como falamos a língua portuguesa. Ou seja, o português é fortemente influenciado pelas características do crioulo. No crioulo, por exemplo, não se verifica a concordância em número e em pessoa como acontece no português padrão:

Exemplo 1: *crianças sta animado* (as crianças estão animadas); *criança sta animado* (a criança está animada).

Exemplo 2: *cada quem com seu par* (uma das variedades da Guiné-Bissau); *cada um com seu par* (português padrão).

Exemplo 3: *o número mais grande* (uma das variedades da Guiné-Bissau); *o número maior* (português padrão).

Como se pode observar, no exemplo 1, o verbo “estar” em português se encontra na terceira pessoa do plural, por isso concorda com o sujeito, diferente do crioulo em que não ocorre a concordância com o sujeito. Em seguida, temos o exemplo do adjetivo *animadas* (em português) que está concordando em gênero (feminino) e número (plural) como o substantivo a que se refere: *crianças*.

Tanto no exemplo 2 quanto no 3, há destaque para os termos (*cada quem e mais grande*), que são transportados do crioulo para o português, por portarem a mesma carga semântica do português. Por isso, alguns falantes recorrem a eles ao falarem o português, partindo dos seus significados no crioulo, sem se levar em consideração os contextos em que vão sendo empregados no português.

Ainda, casos como esses levam alguns falantes a confundirem esses fenômenos com os do português padrão, fato que ocorre até com algumas pessoas com nível mais avançado na língua portuguesa. É importa enfatizar que, mesmo com essas particularidades, alguns falantes ainda não se orgulham da variedade típica do português da Guiné-Bissau, pelo contrário, se esforçam muito em falar do mesmo jeito que os falantes de Portugal, coisa praticamente impossível, já que não pertencem a mesma comunidade linguística dos portugueses. Às vezes, isso acaba induzindo a pessoa a erro, pois os próprios portugueses têm suas próprias variedades diferentes.

Essa tentativa de imitar o sotaque de Portugal deve-se ao prestígio social e a pouca valorização da variedade do português guineense. Esse fraco uso do português leva os guineenses a não se identificarem com a sua variedade própria, passando a ver o português como a língua que não lhe pertence (exportando as outras variedades linguísticas). Entretanto, não há ou pouco se sabe sobre a

política linguística da Guiné-Bissau, muito menos sobre a preocupação do Estado e dos linguistas em estimular as pessoas a falarem a língua portuguesa de acordo com a realidade linguística do país.

Na sociedade guineense, a pessoa pode ser “inteligente”, com amplo conhecimento, reconhecido a nível internacional, mas basta não ter domínio em português isso já é suficiente para não ser visto como tal. Dessa forma, o português de Portugal é sinônimo de “inteligência”. Quanto mais a pessoa imitar o sotaque de Portugal, mais admiração receberá da sociedade. Por isso, quem não possui um forte domínio, principalmente daquela variedade que se aproxima de Portugal, prefere falar outra língua que não seja o português para não receber zoadas, pois os guineenses até hoje veem o português de Portugal como o mais certo e adequado, fato esse motivado por falta de conhecimento sobre as outras variedades como as de Madeira e Açores, que são diferentes da variedade considerada padrão e que é falada em Lisboa e Coimbra. Se em Portugal existem variedades linguísticas diferentes, imagina na Guiné-Bissau que possui inúmeros fatores linguísticos, sociais e culturais que influenciam fortemente na fala do guineense.

Daí a importância de um trabalho de base e de conscientização de toda a população sobre a língua portuguesa, a fim de mostrar que o português na Guiné-Bissau só conseguirá afirmar-se quando as pessoas o praticam levando em conta a realidade guineense, através de sua variedade própria, já que na Guiné-Bissau existem várias línguas à volta do português e que algumas delas são mais faladas que o próprio português. Atualmente, inclusive, nota-se uma forte presença do francês em detrimento do português, em que se vê mais interesse da população em aprender e falar o francês do que o português.

Esse trabalho tem que ser feito por linguistas, com o intuito de evidenciar que a variedade linguística não tem que ser importada, mas sim produzida e praticada com orgulho, independentemente da comunidade em que a língua vai ser usada, porque cada comunidade tem a sua particularidade devido às suas próprias línguas étnicas. Um dos fatores dessa pouca presença do português, entre outros, deve-se ao fato da rejeição por parte do guineense ao processo da colonização, dando mais valor ao que é dele em forma de resistência ao domínio colonial.

De acordo com Fafina (2011), não há como separar a língua da cultura, já que em qualquer país elas andam juntas. Por esse motivo, é difícil desassociar as duas. A sociedade guineense apresenta fortemente os traços da língua crioula e das línguas étnicas, fatores que refletem diretamente no jeito de falar o português por parte dos guineenses.

Ao contrário dos outros países, na Guiné-Bissau, as línguas étnicas, raras vezes, influenciam diretamente o português. Às vezes, acontece só no sotaque de

alguns falantes, levando em consideração que esse falante já tinha aprendido outra língua antes do crioulo e posteriormente o português, por essas razões o sotaque desse indivíduo carrega certos laços dessa primeira língua (língua materna). Além disso, as línguas étnicas da Guiné-Bissau não interferem de forma visível no português, como, por exemplo, as gírias e a introdução direta das palavras, fato que acontece noutros países. No caso específico da Guiné-Bissau, a cultura, principalmente a língua crioula, é que está impactando muito o português falado hoje no país:

Por isso o português falado em Guiné-Bissau apresenta suas peculiaridades e se distância das variedades faladas em outros países de língua portuguesa, tendo em vista que a formação social e cultural dos países lusófonos é diferente (Fafina, 2011, p.8).

Para tanto, se levarmos em consideração o que citamos acima, principalmente na questão do mosaico cultural que existe na Guiné-Bissau, composto por várias línguas e culturas diferentes uma da outra, essas particularidades devem ser apuradas e reconhecidas, como uma riqueza cultural fruto de uma sociedade com as características pluriculturais.

5. Poder da língua crioula na cultura e na identidade guineense

Conforme Burke, a cultura é “um padrão, historicamente transmitido de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressões em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seus conhecimentos [...]” (Burke, 2004, p.16). Portanto, a partir dessa definição, a língua crioula pode ser enquadrada como uma forma de expressão cultural da Guiné-Bissau.

O poder do crioulo na cultura guineense em todos os âmbitos é de extrema importância, pois leva a cultura guineense pelo mundo. Através dele, a cultura do país é conhecida, principalmente a música, o teatro, a literatura e o cinema. Segundo Embaló (2008), o crioulo foi o impulsionador da música popular, pois as canções das **mandjuandades** e **gumbé** são quase todas interpretadas em crioulo (algumas nas línguas étnicas), também os cânticos à guerrilha que aconteceram na Luta Armada de Libertação Nacional da Guiné-Bissau, o que deu mais força e coragem para os combatentes durante os processos de luta.

Mandjuandades são agrupamentos de indivíduos de ambos os sexos, da mesma faixa etária, com uma estrutura social específica e hierarquizada, que se confraternizam em festas e encontros sociais. Gumbé é um gênero musical que surgiu da junção de alguns ritmos de diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau, (como **tina**, **kussundé**, **djambadom**, **kunderé**, etc.) Tem como os

principais instrumentos a **calabaça (kabaz)** e **sikó**, este último, é também um estilo musical na Guiné-Bissau.

Em quase tudo que se faz na Guiné-Bissau, principalmente na área da cultura, a língua crioula está presente. Mesmo não sendo a língua oficial do país, o crioulo não deixa de ser o fator de grande relevância para a elevação das diferentes áreas da cultura, pois é com ele que o guineense consegue se expressar, aliás, o guineense, mesmo falando bem o português, sente-se mais à vontade ao falar em crioulo. Em todo esse processo da afirmação da cultura nacional, o crioulo foi sempre peça chave, até chegar à música moderna guineense, com o falecido José Carlos Schwarz, conhecido por muitos como Zé Carlos, o pioneiro da música moderna do país. Além disso, a banda desenhada (no Brasil, conhecida como histórias em quadrinhos) teve o seu início também com o crioulo, ou seja, as primeiras edições foram apresentadas na língua do povo guineense. Conforme Embaló, (2008, p.104) “a banda desenhada foi inaugurada em língua crioula na década de oitenta do século passado”. Por tudo isso, afirma-se que o crioulo consegue transmitir uma identidade cultural muito forte entre os falantes, por isso que até os artistas, autores e pessoas ligadas à área da cultura preferem fazer os seus trabalhos em língua crioula de forma a atingir mais o povo guineense em relação à língua portuguesa.

Quase todos os escritores guineenses escreveram e escrevem, até hoje, em crioulo. Contudo, a maioria das obras é escrita em português, isso devido a diferentes fatores, como a questão da “internacionalização” dos seus trabalhos, mesmo assim muitos deles continuam a escrever no crioulo. Conforme Augel (2007, p. 171), “é possível constatar, em quase todos os autores guineenses contemporâneos, a desenvoltura com que escrevem em crioulo e como essa língua é parte integrante do seu universo”. Existem várias obras escritas em português, mas com a introdução de algumas palavras da língua crioula.

A língua guineense é também onipresente na poesia em português de Felix Sigá (1996). [...] O poeta não só introduz na enunciação em português muitos termos e expressões em crioulo, dando o tom de oralidade à fala das personagens, como emprega construções daquele idioma nos enunciados em português (Augel, 2007, p. 171).

Em todas as etnias, os rituais de iniciação são uma fase importante para a comunidade em geral e para as pessoas que vão passar de uma fase para outra. Dependendo das etnias e famílias, essa é uma das fases mais importantes e perigosas para o indivíduo, pois ali o iniciante já está preparado para assumir outra postura perante a comunidade e as pessoas esperam isso dele. É perigoso porque, em caso de descumprimento das normas do grupo durante esse processo, pode

até levar à morte do iniciante. Em todo esse processo, é comum falar a língua do grupo étnico a que a pessoa pertence, ou seja, é muito raro nessas cerimônias se falar outras línguas – menos nos rituais que acontecem na capital Bissau, onde, às vezes o crioulo entra, mas isso não acontece em todas as etnias.

Nos meios de comunicação, a disputa do crioulo com o português é muito grande, pois em cada um há o predomínio de uma língua. Nas mais de dez grandes emissoras de rádios da capital Bissau, o crioulo predomina em grande parte das grelhas de programação, salvo em alguns noticiários e programas que são emitidos em português. Em mais de duas dezenas de rádios espalhadas no interior do país, o crioulo fala mais alto, dando também ênfase à língua da etnia que predomina em cada cidade. O crioulo tem uma grande vantagem nesse meio de comunicação, pois consegue atingir quase todos os grupos étnicos. Por esse, e por outros motivos, a língua crioula vem ganhando mais espaço na Guiné-Bissau. Se nas rádios o crioulo predomina, nos jornais impressos e televisão (TGB), o português reina quase que em absoluto. Pouquíssimos programas passam em crioulo na televisão, muito menos nos jornais impressos, em que o crioulo não é usado para escrever as notícias – às vezes é usado apenas para contar uma história no final do jornal impresso ou para destacar um acontecimento em banda desenhada (histórias em quadrinhos).

Ainda está na nossa memória o filme **“Mortu Nega”** (em português, “A Morte Rejeita”), de um cineasta guineense Florentino Gomes, conhecido por Flora Gomes, que foi produzido em crioulo. Trata-se do primeiro filme da Guiné-Bissau e que teve a sua estreia mundial no festival de Veneza (Itália), em agosto de 1988. Assim sendo, observa-se que a cultura do país é construída de diferentes formas, mas sempre com o crioulo como instrumento de trabalho, e sempre representando a identidade nacional, deixando as marcas fortíssimas em todas as áreas ligadas à cultura. Portanto, o crioulo afirmou-se como fator principal da elevação da cultura guineense ao mais alto nível e é reconhecido mundialmente como a língua de unidade nacional da Guiné Bissau.

Considerações finais

O poder que a língua crioula tem na Guiné-Bissau é tão grande que, ao tentar descrevê-lo aqui, não será possível esgotá-lo, pois ela conseguiu penetrar e até influenciar no imaginário da população guineense, porque não tem forma melhor de sonhar, planejar e projetar que na sua própria língua materna. No contexto da Guiné-Bissau, o crioulo dá um suporte comunicativo imprescindível, não só para a população se expressar melhor e à vontade, como também para excluir o receio de errar no espaço público, como acontece com grande parte dos guineen-

ses quando fala o português. O crioulo consegue dar aos guineenses esses dois suportes (racional e expressivo), que são fundamentais para o desenvolvimento intelectual de qualquer indivíduo. Posto isto, o crioulo deveria ser a língua oficial da Guiné-Bissau a par do português, até porque é a língua com que o guineense se identifica mais.

No que concerne à sua contribuição na cultura guineense, podemos afirmar que o crioulo é o fator principal da evolução dessa área, pois é impensável falar da cultura guineense em qualquer aspecto sem levar em conta a língua crioula. Ela tem contribuído muito para a ascensão da cultura nacional, reconhecida e admirada por muitos em todos os setores que a cultura engloba, desde literatura, através de muitas obras publicadas dentro e fora do país, incluindo o teatro, em que a cultura guineense está também a trilhar os seus caminhos de forma brilhante. Sem esquecer-se da música crioula que toca em todos os cantos, com os seus artistas conhecidos e reconhecidos em outros países e continentes. Fatos que se verificam também nas outras línguas étnicas para elevação da cultura guineense.

Vemos, portanto, um povo com uma grande diversidade linguística, dominada pela linguagem falada, com mais de 20 línguas étnicas, em paralelo com o crioulo, mesmo que marcado pelos dialetos e sotaques próprios de cada etnia, com um discurso característico e um modo dinâmico de utilizá-lo que identificam e caracterizam o povo guineense. Essa realidade não é imposta, mas sim natural. Daí a importância de que os órgãos oficiais passem a considerar o crioulo como língua oficial. Além disso, é também fundamental que se leve em conta os aspectos que condicionam as variedades do português guineense, pois a língua se move de acordo com as diversidades culturais de cada comunidade linguística. Neste caso, nós vemos o crioulo como forte candidato para ser a língua de ensino na Guiné-Bissau, por ser a língua que congrega todas as outras línguas e que é falada por todas as pessoas que frequentam as escolas, sem deixar de lado o português que já tem raízes firmes em termos de estrutura e de contato com o mundo no que se concerne à cooperação com outros países e para pesquisas. O crioulo não só carrega o aspecto cultural e identitário guineense, como também facilita ao aluno a assimilação dos conteúdos a serem estudados e, neste caso, o português seria a ponte para esse aprendizado, andando sempre junto com o crioulo.

De modo geral, tanto as hipóteses como os objetivos propostos para este capítulo se confirmaram, uma vez que o português falado no país realmente tem uma variação e o crioulo contribuiu muito para que esse fato ocorra como também do seu impacto no cotidiano dos guineenses e na cultura nacional. Ele quebra todas as barreiras existentes no tocante às múltiplas línguas que se cruzam na Guiné-Bissau. É importante destacar que o português e o crioulo são duas línguas, mas

nenhuma tem o seu espaço próprio, em todos os lugares é possível ver essa disputa, cada uma tentando conquistar um lugar.

Referências

Augel, Johannes. O crioulo da Guiné-Bissau. *Afro-Asia*, v.19, nº20, p.251-254, 1997. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20957/13560>>. Acesso: 22 fev. 2017.

Augel, Moema Parente. *O desafio do escombros*: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

Augel, Moema Parente. O crioulo guineense e a oratura. *Scripta*, Belo Horizonte, v.10, n.19, p.69-91, 2º sem., 2006. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20070621145422.pdf>. Acesso: 12 abr. 2017.

Barreto, Maria Antónia. *Reformas recentes no sistema educativo da Guiné-Bissau*: compromisso entre a identidade e a dependência. ICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa UTL. Lisboa: 2012.

Burke, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Cá, Lourenço Ocuni. *Políticas públicas e gestão educacional*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

Cortesão, Luiza. Porquê Paulo Freire e Amílcar Cabral? *ECCOS*: Revista Científica. São Paulo, n. 25, p.95-108, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=566282>. Acesso: 19 jun. 2016.

Couto, Hildo H. do; Embaló, Filomena. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. *Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*. Brasília: Thesaurus editora, n. 20, 2010.

Diário De Notícias. 2.ª fase: maioria dos alunos do 9.º ano chumba a português e matemática. Disponível em: <<http://www.dn.pt/sociedade/interior/2a-fase-maioria-dos-alunos-do-9o-ano-chumba-a-portugues-e-matematica-5323386.html>>. Acesso: 19 jun. 2017.

Embaló, Filomena. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. *PAPIA*, nº18, p.101-107, 2008. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/viewFile/2027/1848>>. Acesso: 19 jun. 2016.

Fafina, Danildo Mussa. *Língua portuguesa*: Guiné-Bissau e Brasil um caso de variação linguística. p. 1-13, 2011. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/ARTIGO%20DE%20DANILDO%20II%20CIDS.pdf>>. Acesso: 25 fev.2017.

Freire, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Guiné-Bissau. *Instituto Nacional de Estatística e Censo*. 3º Recenseamento geral da população e habitação. Bissau: INEC, 2009.

Guiné-Bissau. *Constituição da República da Guiné-Bissau*. Bissau: Assembleia Nacional Popular, 1996.

Martins, Maria Filomena Bernardo. *O ensino não formal na aprendizagem de português língua estrangeira em contexto de acolhimento: um estudo de caso*. 2014, 163f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa: UL, 2014.

Sampa, Pascoal Jorge. *O que dizem as pesquisas sobre o contexto educacional na África lusófona: um mapeamento da produção técnico-científico sobre educação na Guiné-Bissau*. 2016. 64f. Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção: 2016.

Sapucaia, Michele Kovacs de Lima. *Aquisição e Aprendizado: dois processos no Ensino de uma Segunda Língua*. Centro de Comunicação e Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo-SP, s.p. 2014. Disponível em: <http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/CCL/projeto_todasasletras/inicie/MicheleSapucaia.pdf>. Acesso: 24 mai. 2017.

RESUMOS/ABSTRACTS

As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno nos PALOP

Este estudo propõe uma reflexão sobre a importância da valorização das línguas africanas para o desenvolvimento da África, procurando discutir como a política linguística colonial participou na exploração e retardamento do desenvolvimento dos PALOP. A partir dessa pesquisa, chegou-se à seguinte conclusão: é importante procurar soluções para o continente africano, de forma a trazer benefícios que ajudarão a alcançar a sua independência econômica, política e cultural. Nesse sentido, é importante aproveitar os recursos linguísticos disponíveis para estabelecer relações comerciais entre os países africanos, mas, para isso, é preciso que os próprios africanos tomem a iniciativa de valorizar, preservar e expandir os recursos e as possibilidades, com vistas a levantar a baixa auto-estima que os assola. Com esse intuito, a educação em línguas locais é primordial para o avanço a passos largos para o desenvolvimento.

Palavras-chave: África; Línguas africanas; Desenvolvimento endógeno.

Linguistic policies and endogenous PALOP's development

This study proposes a reflection on the importance of the valuation of the African languages for the development of Africa, trying to discuss how colonial linguistic politics took part in the exploration and retardation of the PALOP's development. From this research, the following conclusion was reached: it is important to seek solutions for the African continent in order to bring benefits that will help achieve their economic, political and cultural independence. In this sense, it is important to take advantage of the linguistic resources available to establish trade relations between African countries, but for this, Africans themselves must take the initiative to value, preserve and expand resources and possibilities, in order to raise the low self-esteem that affects them. For that purpose, local language education is paramount for advancing strides towards development.

Keywords: Africa; African languages; Endogenous development.

*Rajabo Alfredo Mugabo Abdula
Alexandre António Timbane
Duarte Olossato Quebi*

Políticas linguísticas de Moçambique: controvérsias e perspectivas

Neste trabalho, analisamos o contexto histórico, político-ideológico e sociolinguístico a partir do qual Moçambique adoptou as suas políticas linguísticas, tendo em conta a diversidade linguístico-cultural que caracteriza o país e problematizar a sua eficácia decorrente das ambivalências geradas em torno da oficialização do Português Europeu sem o nacionalizar e da nacionalização das línguas autóctones sem as oficializar. Além disso, observamos o facto de a lógica do que está institucionalizado estar a ser subvertida pela prática consuetudinária dos usos da linguagem, isto é, o Português Europeu como norma-padrão no país está nativizado e endogeneizado à ecologia sociocultural e linguística concommitante à moçambicanidade, pelo que devia ser normatizado e consagrado como língua oficial e nacional de Moçambique. Isso se deve ao facto de que a norma-padrão europeia é uma hipótese e cada vez menos relacionada com as dinâmicas sociolinguísticas e culturais em curso. Essa afirmação pode ser constatada por meio de estudos já consolidados

de linguistas como Firmino (2006) que apontam para a consolidação de características específicas desta outra língua portuguesa nas áreas do léxico, sintaxe e semântica.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas; Estado-Nação; Moçambique.

Mozambique language policies: controversies and perspectives

In this essay we analyze the historical, political-ideological and sociolinguistic context from which Mozambique adopted its linguistic policies, taking into account the linguistic-cultural diversity that characterizes the country and problematizing its effectiveness due to the ambivalences generated around the officialization of European Portuguese without the nationalization and the nationalization of the native languages without making them official. In addition, we observe that the logic of what is institutionalized is being subverted by the consuetudinary practice of the uses of language, namely, European Portuguese as the standard in the country is nativized and endogenized to the socio-cultural and linguistic ecology concomitant with Mozambicanity, and should therefore be standardized and established as the official and national language of Mozambique. This is due to the fact that the European standard is a hypostasis and less and less related to the sociolinguistic and cultural dynamics in progress. This statement can be verified by means of already consolidated studies of linguists like Firmino (2006) who point to the consolidation of specific characteristics of this other Portuguese language in the areas of lexicon, syntax and semantics

Keywords: Language Policies; Nation-State; Mozambique.

Ilídio Macaringue

Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola

A língua é o vector identitário de uma comunidade. A partir dessa perspectiva, ela faz parte de um conjunto de pertencimentos sociais e constitui referência ao indivíduo no grupo social em que vive. No caso de Angola, cerca de 90% dos angolanos são de origem bantu e possuem esse pertencimento linguístico. No entanto, mesmo após a conquista da sua independência em 1975, Angola adoptou o português como língua oficial. Por isso, a escolarização é feita apenas em língua portuguesa, ou seja, o sistema de ensino é monolíngue. Em consonância com esse entendimento, neste estudo, foi necessário fazer uma caracterização das línguas angolanas para, na sequência, fazer uma análise da variedade do português falado em Angola e em particular em alguns municípios da província do Uíge. Com a análise dos dados teóricos e dos empíricos, chegou-se à conclusão de que o uso e a prática das línguas nacionais em Angola são fundamentais para uma redefinição das políticas linguísticas no sistema Nacional de Educação.

Palavras-chave: Línguas nacionais; Angola; Bilinguismo.

Reflection on the national languages in the education system in Angola

Language is the identity vector of a community. From this perspective, language is part of a set of social belongings and it is a reference to the individual in the social group in which he lives. In the case of Angola, about 90% of Angolans are of Bantu origin and

possess this linguistic belonging. However, even after the conquest of its independence in 1975, Angola adopted Portuguese as the official language. Therefore, schooling is done only in Portuguese language – in other words, the education system is monolingual. In accordance with this understanding, in this study, it was necessary to make a characterization of the Angolan languages in order to analyze the variety of Portuguese spoken in Angola and in particular in some cities of the Uíge province. With the analysis of the theoretical and empirical data, it was concluded that the use and practice of the national languages in Angola are fundamental for a redefinition of the linguistic policies in the National System of Education.

Keywords: National languages; Angola; Bilingualism.

Eduardo David Ndombele

O plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação linguística inovadora

Moçambique possui uma única língua oficial – o português – protegida pela Constituição da República (2004). A nosso ver, a língua é a parte social que é depositada virtualmente nos cérebros dos indivíduos pertencentes a uma comunidade linguística. A pesquisa propõe-se, portanto, a estudar e a avaliar as atitudes na concepção e na representação das línguas no espaço onde elas ocorrem. Além disso, é também nosso propósito discutir formas de ultrapassar as dificuldades em se usar a variedade do Português Moçambicano, principalmente no seio escolar. Soma-se à discussão o fato de que o plurilinguismo do país influencia na formação de moçambicanismos, que constituem um léxico identitário do português de Moçambique. Esse léxico reflete a realidade sociolinguística moçambicana e a escola deve prestar atenção aos fenômenos de variação e mudança linguísticas que se manifestam nos mídia, na literatura e na sociedade moçambicana em geral. Defendemos, pois, que os moçambicanismos não constituem erro, mas sim a formação ou a constituição de uma variedade em uso.

Palavras-chaves: Plurilinguismo; Português de Moçambique; Ensino. Variação.

Multilingualism in Mozambique: debates and paths to innovative language education

Mozambique has a single official language – Portuguese – protected by the Republic Constitution (2004). In our view, language is the social part that is deposited virtually in the brains of individuals belonging to a linguistic community. The research therefore proposes to study and evaluate attitudes in the conception and representation of languages in the space where they occur. In addition, it is also our intention to discuss ways to overcome difficulties in using the variety of Mozambican Portuguese, mainly in the school. The fact that the country's multilingualism influences the formation of Mozambicanisms, which constitute an identity lexicon of Mozambican Portuguese, is added to the discussion. This lexicon reflects the Mozambican sociolinguistic reality and the school must pay attention to the phenomena of linguistic variation and change that are manifested in the Mozambican media, literature and society in general. We argue, therefore, that Mozambicanism is not an error, but rather the formation or constitution of a variety in use.

Keywords: Plurilingualism; Portuguese of Mozambique; Education; Variation.

*Alexandre António Timbane
José Gil Vicente*

Os ideofones da língua changana em Moçambique e o princípio da marcação

O trabalho objetiva descrever os ideofones da língua Changana tendo em conta o Princípio da Marcação, apontando para três características apresentadas por Givón (2001 e 1995): 1) Princípio meta-icônico da marcação que postula que as categorias estruturalmente mais marcadas, tendem, igualmente, a serem funcionalmente mais complexas; 2) Frequência: a categoria não marcada é mais frequente em relação à marcada; 3) Dependência do contexto, que tem a ver, segundo Givón (1995, 2001) com o fato de que a marcação não diz respeito apenas a categorias linguísticas, mas também a categorias comunicativas em que elas ocorrem. Como referencial teórico, tivemos como base os autores Bybee (2010), Cardoso (2015), Givón (2001, 1999), entre outros. Os dados usados foram extraídos de dois instrumentos lexicográficos: o primeiro é uma base de dados constituída durante a pesquisa de Nhampoca (2010) e o segundo é o Dicionário Changana-Português de Siteo (1996). Desses instrumentos, selecionamos 05 ideofones que possuem um verbo correspondente na língua em questão. A análise mostrou que o Princípio de Marcação é relevante para o estudo de ideofones do Changana e auxilia na distinção dos ideofones dos verbos, uma vez que verificamos que os ideofones são predicadores marcados e os verbos predicadores não marcados.

Palavras-chave: Ideofones. Língua changana. Princípio da marcação.

The ideophones of the Changana language in Mozambique and the principle of marking

This work aims to describe the ideophones of the Changana language, taking into account the markedness's principle pointing to three characteristics presented by Givón (2001 and 1995): 1) Meta-iconic principle of markedness that postulates that structurally more marked categories tend to be functionally more complex; 2) Frequency: the unmarked category is more frequent than marked; 3) Dependence on the context: according to Givón (1995, 2001), the markedness does not only concern linguistic categories but also the communicative categories in which they occur. As a theoretical reference, we were based on authors such as Bybee (2010), Cardoso (2015), Givón (2001, 1999), among others. The data used were extracted from two lexicographic instruments: the first is a database constituted during Nhampoca's research (2010) and the second one is the Changana-Portuguese Dictionary of Siteo (1996). From these instruments, we selected 05 ideophones that have a corresponding verb in the language studied. The analysis showed that the markedness's principle is relevant to study of Changana ideophones and assists to distinguish ideophones from verbs, since we find that ideophones are marked predicators and verbs unmarked predicators.

Keywords: Ideophones; Changana language; Markedness's principle.

Ezra Alberto Chambal Nhampoca

O cabo-verdiano visto por cabo-verdianos ou contributo para uma leitura da situação linguística em Cabo Verde

Este artigo pretende, por um lado, ser uma contribuição para uma leitura da situação linguística de Cabo Verde e, por outro, para dar maior visibilidade ao debate que os europeus, Linguistas brasileiros e norte-americanos estão tendo sobre o dilema que a atual geração de Cabo Verde está experimentando. Os problemas se referem à questão do estatuto do português e do cabo-verdiano, à questão da “oficialização” da língua da terra e à questão da “variante” de crioulo a ser escolhida. Em suma, a situação atual é de bilinguismo e não de diglossia: qualquer uma das línguas é falada em todas as situações e em todos os lugares.

Palavras-chave: Fotografia linguística; Crioulo; Variantes ; Cabo Verde.

Cape Verdean seen by Cape Verdeans or contribute to a reading of the linguistic situation in Cape Verde

This article intends, on the one hand, to be a contribution to a reading of the linguistic situation in Cape Verde and, on the other, to give greater visibility to the debate which European, Brazilian and North American linguists are having on the dilemma which the present Cape Verde generation is experiencing. The problems are to be found in the question of the statute of Portuguese and of Cape Verdian, in the question of the ‘officialization’ of the language of the land and in the question of the ‘variant’ of creole to be chosen. The present situation is one of bilinguism and not of diglossia: either of the languages is spoken in all situations and in all places.

Keywords: Linguistic photography; Creole; Variants; Cape Verde.

Mário Vilela

Kabuverdianu moderno: alguns aspectos fonológicos

Este artigo discute algumas características fonológicas do kabuverdianu moderno, enfocando a variedade falada em Santiago. Com relação ao sistema vocálico, apresenta-se o quadro de fonemas e discutem-se aspectos como (i) o estatuto das vogais com o traço [nasal]; (ii) a oposição entre vogais médias-altas e médias-baixas como identificando a classe gramatical da palavra; (iii) o inventário de ditongos. No que tange ao quadro consonantal, após a apresentação de seus segmentos, algumas consoantes são foco de discussão, como as africadas, a vibrante, as fricativas sonoras e a lateral palatal. A existência de consoantes pré-nasalizadas também é questionada. Por fim, trata-se da estrutura silábica, mencionando os elementos que podem ocupar as posições de núcleo, onset e coda. A partir da discussão desses aspectos, é possível conhecer as regras e restrições que vigoram na língua caboverdiana.

Palavras chaves: Crioulo; Kabuverdianu; Fonologia; Ortografia.

Modern kabuverdianu: some phonological aspects

This issue discusses some phonological features of modern Cape Verdean Creole, focusing on the variety spoken in Santiago. Regarding the vocalic system, the phonemes are

presented and some aspects are discussed, such as (i) the status of the vowels [+ nasal]; (ii) the opposition between open-mid and close-mid vowels as identifying the grammatical class of the word; (iii) the inventory of diphthongs. Concerning the consonantal stock, after the presentation of its segments, some consonants are the focus, such as the affricates, the flap, the voiced fricatives and the palatal lateral. The existence of prenasalized consonants is also questioned. Finally, the syllabic structure is addressed, mentioning the elements that can occupy the positions of nucleus, onset and coda. From the discussion of these aspects, it is possible to know the rules and restrictions that exist in the Cape Verdean Creole.

Keywords: Creole; Kabuverdianu; Phonology; Spelling.

Shirley Freitas

Ecologia das relações espaciais: as preposições do crioulo-português da Guiné-Bissau

O objetivo principal deste ensaio é analisar as preposições do crioulo português da Guiné-Bissau e de Casamansa (sul do Senegal), mostrando que, como já dizia Bernard Pottier desde pelo menos a década de sessenta do século passado, as preposições são originariamente espaciais. As relações temporais são derivadas das espaciais e as nocionais (abstratas) são derivadas de ambas. O modelo teórico utilizado para essa análise é o da jovem disciplina Ecolinguística, mais especificamente, sua versão chamada Linguística Ecosistêmica, que é a que praticamos no Brasil. Essa versão da Ecolinguística dispõe do modelo da ecologia das relações espaciais, de que as preposições espaciais são exemplos prototípicos. Partindo desse modelo, é possível explicar inclusive alguns usos de preposições que para nós ocidentais parecem estranhos, como a *lebrei sai na si koba* (o coelho saiu de sua toca). Explica também porque *na* (em) é a preposição prototípica, mas a mais frequente é *di* (de).

Palavras-chave: Ecologia das relações espaciais; Ecolinguística; Preposições espaciais; Tipo e ocorrência.

Ecology of spatial relations: the prepositions of the Creole-Portuguese of Guinea-Bissau

The main objective of this essay is to analyse the prepositions of the Portuguese Creole of Guinea-Bissau and Casamance (south of Senegal), showing that, as Bernard Pottier used to say as of the second decade of 20th century, prepositions are originally spatial. Temporal relations are derived from spatial relations whereas notional (abstract) relations are derived from both. The theoretical model used in this analysis is the young discipline Ecolinguistics, more specifically, its Brazilian version called Ecosystemic Linguistics. Ecosystemic linguistics includes the ecology of spatial relations, of which spatial prepositions a prototypical examples. Using this model it is possible to explain even some uses of prepositions that we, Occidentals, consider strange. This is the case of examples such as *lebrei sai na si koba* (the rabbit came out of its burrough). The model also explains why *na* (in, on, at) is the preposition par excellence (prototypical), despite the fact that the most frequent is *di* (of).

Keywords: Ecology of spatial relations; Ecolinguistics; Spatial prepositions; Type and token.

Hildo Honório do Couto
Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto

Línguas nacionais de São Tomé e Príncipe e ortografia unificada

Em São Tomé e Príncipe (STP), são faladas três línguas autóctones (santome, lung'le e angolar) além do português, língua oficial desde 1975. Neste ambiente multilíngue, contudo, não havia, até o início dos anos 2000, tentativas oficiais de normalização ortográfica dessas línguas nacionais. Em 2010, o *Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe* (ALUSTP), a fim de se representar alfabeticamente as línguas santome, angolar e lung'le, foi sancionado. Além disso, desde 2009, o lung'le vem sendo ensinado nas escolas do Príncipe, devido, sobretudo, ao incentivo do Governo Regional do Príncipe à difusão da cultura principense. Nessa perspectiva, o presente capítulo tem como objetivo discutir as duas práticas linguísticas mencionadas, tendo em vista que ambas fazem parte de uma importante etapa para a efetivação de ações políticas em cenários multilíngues. Ademais, abordaremos as línguas crioulas de STP sob a perspectiva histórica e linguística em conjunto com sua ortografia unificada.

Palavras-chave: Crioulo; Ortografia; ALUSTP; Línguas nacionais; São Tomé e Príncipe.

National languages of São Tomé and Príncipe and unified spelling

In São Tomé and Príncipe (STP), three native languages are spoken (Santome, Lung'le and Angolar) in addition to Portuguese, the official language since 1975. In this multilingual environment, however, there were no official attempts to standardize orthographically these languages until the early 2000s. In 2010, the government approved the *Unified Alphabet for Native Languages of São Tomé and Príncipe* (ALUSTP) in order to represent alphabetically the languages Santome, Angolar and Lung'le. Also, due mainly to the incentive of Príncipe's Regional Government for the diffusion of culture of Príncipe Island, schools in Príncipe have been teaching Lung'le since 2009. Therefore, this chapter aims at discussing the two linguistic practices mentioned, considering both are part of an important stage for the implementation of political actions in multilingual settings. Besides, we will consider the Creole languages of STP from the historical and linguistic perspectives along with their unified orthography.

Keywords: Creole; Spelling; ALUSTP; National languages; São Tomé and Príncipe.

Ana Livia dos Santos Agostinho
Manuele Bandeira

A Língua portuguesa na Guiné-Bissau: influência do crioulo e a identidade cultural no português

A Guiné-Bissau é um país fundamentalmente plurilíngue e multicultural, haja vista que conta com mais de 20 grupos étnicos, com suas respectivas línguas. Além dessas

línguas étnicas, há também no cenário linguístico guineense, a língua crioula, falada por mais de 90,4% da população, representando o principal meio de comunicação do país, em comparação com a língua portuguesa, que corresponde a um percentual de 27,1% de falantes. A partir dessas motivações iniciais, este artigo propõe-se a observar os conflitos existentes entre o português – língua oficial – e o crioulo na Guiné-Bissau, demonstrando a evolução da cultura (música e cinema) através dessa língua. Quanto à metodologia da pesquisa, optamos por uma abordagem descritiva, a fim de demonstrar as peculiaridades do povo guineense, do português e do crioulo falados no país.

Palavras-chave: Língua Crioula; Guiné-Bissau; Variação e Mudança; Cultura.

The Portuguese Language in Guinea-Bissau: Creole influence and cultural identity in Portuguese

Guinea-Bissau is a fundamentally multilingual and multicultural country, with more than 20 ethnic groups and their respective languages. In addition to these ethnic languages, there is also in the Guinean language scene the Creole language, spoken by more than 90.4% of the population, representing the country's main means of communication, compared to the Portuguese language, which corresponds to a percentage of 27.1% of speakers. Based on these initial motivations, this article intends to observe the conflicts between the Portuguese language and the Creole in Guinea-Bissau, demonstrating the evolution of culture (music and cinema) through that language. As for the research methodology, we opted for a descriptive approach in order to demonstrate the peculiarities of the Guinean, Portuguese and Creole people spoken in the country.

Keywords: Creole Language; Guinea Bissau; Variation and Change; Culture.

*Ciro Lopes da Silva
Pascoal Jorge Sampa*

AUTORES - BIOGRAFIAS

Alexandre António Timbane

(Universidade Federal de Goiás - Brasil, Academia de Ciências Policiais - Moçambique.) Pós-Doutor em Estudos Ortográficos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2015), Pós-Doutor em Linguística Forense pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC (2014), Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela UNESP, Mestre em Linguística e Literatura moçambicana (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique (UEM). É Licenciado e Bacharel em Ensino de Francês como Língua Estrangeira (2005) pela Universidade Pedagógica - Moçambique. Conferencista, autor de livros, capítulos, artigos, entrevistas e orientador de monografias, dissertações e teses em Moçambique e no Brasil (alextimbana@gmail.com).

Ana Livia dos Santos Agostinho

(Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil), Professora do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. É doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo e especialista nas áreas de Fonologia e Contato Linguístico, tendo trabalhado principalmente com as línguas crioulas do Golfo da Guiné e sua fonologia. Passou mais de um ano em São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial em trabalho de campo. É uma das editoras da Revista PAPIA - Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico desde 2015 (a.agostinho@ufsc.br).

Ciro Lopes da Silva

(Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil), natural de Caió, norte da Guiné-Bissau, aos 5 de dezembro de 1988. Filho de Augusto da Silva e Maria Lopes. Terminou seu estudo fundamental na cidade de Caió e mudou-se para a capital Bissau a fim de frequentar o ensino médio, onde concluiu no ano letivo 2011/2012. Atualmente é estudante de licenciatura em Letras-Língua Portuguesa na UNILAB, Brasil (cirodasilva2014@hotmail.com).

Duarte Olossato Quebi

Júnia Ferreira Furtado é professora titular no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/Brasil) e pesquisador visitante no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Realizou mestrado e doutorado em História Social na USP, foi pesquisadora visitante nas universidades de Princeton, Stanford, EHESS, Newberry Library, ICS da Univ. de Lisboa, Nova de Lisboa e de Buenos Aires e também Professora Visitante na Universidade de Princeton no primeiro semestre de 2001. Tem vários livros publicados sobre a história colonial de Minas Gerais, entre eles “Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito” (Companhia das Letras, 2003, Menção Honrosa Casa de las Américas 2004), traduzido como Chica da Silva: a Brazilian slave of the Eighteenth Century. (Cambridge University Press, 2008); “Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas” (Hucitec) e “Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português” (Ed.UFMG) e, mais recentemente, “Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil” (Ed.UFMG, 2012, que está no prelo em Chicago University Press), cuja pesquisa recebeu o Prêmio Clarival do Prado Valadares,

de 2011, que resultou no livro “O mapa que inventou o Brasil” (Odebrecht/ Versal, 2013), agraciado com o Prêmio Jabuti de 2014, 1º. lugar na categoria de Ciências Humanas. (juniaff@gmail.com) (pesquisador independente-Guiné-Bissau). Guineense, bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara, Membro e fundador de Associação dos Jovens Unidos para o Desenvolvimento de Bairro Pluba II (AJUDEP II) 2006: Vice Presidente da Comissão organizadora da Festa de finalista do Liceu Nacional Kwame Nkruma Catequista e representante da Paróquia de São Francisco de Assis em Reuniões da Comissão diocesana de Catequese da Diocese de Bissau, Membro do Grupo de Pesquisa União Africana da UNESP/Araraquara (keby.lk@hotmail.com).

Eduardo David Ndombele

(Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge, Angola): Licenciado em Ciências de Educação pela Universidade Agostinho Neto / ISCED Lubango. Mestre em Didáctica e Engenharia de Formação ISCED/ Lubango. Diplomado em Teologia Sistemática em São Paulo/Brasil. Doutorado em Linguística pela Universidade San Lorenzo – Assunção. Professor investigador afecto ao Departamento de Letras Modernas do ISCE do Uíge. Lecciona as cadeiras de sociolinguística, psicolinguística, linguística bantu e metodologia de investigação científica. Já exerceu as funções de Coordenador Adjunto do curso de Mestrado em Ciências da Educação no ISCED / Uíge. Chefe de Secção de Pós-graduação do ISCED/ Uíge. Actualmente é Chefe do Departamento de Letras Modernas do ISCED do Uíge. Consultor do Programa radiofónico *a voz de Deus* da Radio Provincial do Uíge. Professor há mais de 18 anos, Começando pelo Instituto Médio Agrário do Tchiviguiro no Município da Humpata, Província da Huila e Na Escola de Formação de Professores Comande Liberdade no Lubango. Conferencista no domínio de Ciências de Linguagem, Metodologia de investigação e Ciências da religião. Tuturou mais de duas dezenas de trabalhos de fim de curso e co-tutorou enquanto investigador dissertações de Mestrado (david.eduardo73@gmail.com).

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto

(Universidade Federal de Goiás, Brasil). Pós-doutorada em Linguística (UnB), mestrado e doutorado em Língua Portuguesa (PUC-SP). Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás. Suas principais áreas de interesse são antropologia do imaginário durandiano, semiótica greimasiana, ecolinguística, análise do discurso ecológica. Cofundadora e coordenadora do NELIM (Núcleo de Ecolinguística e Imaginário). Publicou os livros *Em busca da casa perdida: vozes e imaginário de meninos de rua* (2005), *Ecolinguística e imaginário* (2012), *Ecolinguística: um diálogo com Hildo Honório do Couto* (2013). É coorganizadora de *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos* (2026), juntamente com Hildo Couto, Gioberto Araújo e David Albuquerque. Tem orientado diversas dissertações de mestrado e teses de doutorado, sobretudo em ecolinguística, além de trabalhos de graduação (kiokoelza@gmail.com).

Ezra Chambal Nhampoca

(Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique, UFSC, Brasil) Nasceu na localidade de Lionde, distrito de Chókwe, Gaza – Moçambique. É licenciada em Linguística e

Literatura (2005) e mestre em Linguística (2010), pela Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique, onde atualmente é docente na Secção de Línguas Bantu, Departamento de Línguas, Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Em 2009 frequentou um estágio em Lexicografia da língua Changana, no Royal Museum for Central África na Bélgica. Tem experiência no ensino de: Lexicologia/Lexicografia, Língua Changana, Linguística Comparativa, Métodos de Estudos e Terminologia e Banco de Dados. É membro da *Cátedra de Português Língua Segunda – Língua Estrangeira* como investigadora na linha de pesquisa *Observatório de Neologismos do Português de Moçambique* (2009-2014) e pesquisadora no projeto *PorChang*, de elaboração de dicionários envolvendo as línguas Changana e Português. É membro do Júri do Projeto Internacional recentemente lançado, o *Projeto Imagine*, é pesquisadora dos Projetos *Cognição e Uso e Políticas Linguísticas Críticas*, ambos sediados na Universidade Federal de Santa Catarina (USFC) – Brasil. Tem artigos e capítulos de livros publicados em Moçambique e no Brasil e dois livros, dos quais um é em co-autoria. Atualmente é doutoranda em Linguística Cognitiva no Programa de Pós-graduação em Linguística, da UFSC (ch_ezra@yahoo.com.br).

Hildo Honório do Couto

(Universidade de Brasília, Brasil). Doutor em linguística pela Universidade de Colônia, Alemanha (1978), professor de linguística na UnB desde 1980, passando a titular em 1997, tendo se aposentado em 2002 e passado à condição de pesquisador associado. Continua ministrando aulas de ecolinguística nessa universidade e orientando dissertações de mestrado e teses de doutorado. Ao longo da carreira, atuou nas áreas de fonologia (em que fez o doutorado), crioulogia, contato de línguas e ecolinguística. As principais publicações incluem *O que é português brasileiro* (1986), *O crioulo português da Guiné-Bissau* (1994), *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins* (1996), *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente* (2007) e *O tao da linguagem: um caminho suave para a redação* (2012) e *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos* (2016), em coorganizado com Elz do Couto, Gilberto Araújo e Davi Albuquerque. Fundou *Papia: Revista brasileira de estudos crioulos similares* em 1990, dirigindo-a até 2010. Tem ainda as seguintes produções: www.ecoling.unb.br (site de ecolinguística); www.meioambienteelinguagem.blogspot.com.br (blog com 25 textos ecolinguísticos); <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/index> (revista de ecolinguística) (hiho@unb.br).

Híldio Enoque Alfredo Macaringue

(Universidade Estadual do Oeste de Paraná- Brasil e Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique) nasceu na cidade de Maputo, Moçambique, em 1976. É Doutorando e Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Pós-Graduado em Língua Portuguesa e Literaturas de Expressão Portuguesa pela Universidade de Aveiro (UA- Portugal) e Licenciado em Ensino de Português pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM- Moçambique). É professor na Universidade Pedagógica (Delegação da UP-Maxixe) e autor do livro *Políticas Linguísticas e Nacionalização do Português de Moçambique* (Epígrafe, 2014). Pesquisador interdisciplinar nas áreas de Linguística Aplicada, Estudos Culturais, Estudos Pós-Coloniais e Análise de Discurso Crítica, participou e publicou vários artigos em livros, revistas e em eventos nacionais e internacionais no Brasil, Argentina e Moçambique. É membro de grupos de pesquisa da UNIOESTE, UNICAMP e UP (imacaringue1976@yahoo.com.br).

José Gil Vicente

(Universidade Salgado de Oliveira- UNIVERSO, Brasil). Bolsista Pós-doutorando/ CAPES/UNIVERSO-, RJ- Brasil. Doutor em Ciências de Educação pela Università di Roma “Tor Vergata”, Itália e pela Universidad de Granada, Espanha (2014). Doutorando em Sociologia & Direito, UFF-Universidade Federal Fluminense, RJ. Brasil. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (2012); Mestre em Antropologia, Criminologia Aplicada e Análise Forense pela Pontificia Facoltà Teológica - San Bonaventura. Roma, Itália (2013). Respectivamente. Especializado em Organização e Gestão de Serviços Sociais em Contextos Diferenciados pela Università di Bologna, Itália (2009). Graduado em Psicologia e Pedagogia pela Universidade Pedagógica de Moçambique (2007). Palestrante, autor de vários artigos científicos, capítulos dos livros publicados pelos grupos de pesquisas da Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, RJ, Universidade Estadual de Minas Gerais; Faculdade Santa Marcelina (FASM) e Muriaé MG; CEHC, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal (gilvicente2007@yahoo.com.br).

Manuele Bandeira

(pesquisadora independente, Brasil), Especialista em fonologia das línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné e na fonologia e morfologia do papiamentu, crioulo de base ibérica, falado, dentre outros lugares, nas ilhas de Aruba, Bonaire e Curaçao. Graduou-se no curso de Letras Vernáculas (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal da Bahia em 2010. Em 2013, tornou-se mestra pelo Programa de Pós-graduação de Filologia e Língua Portuguesa da USP. Em 2016, concluiu o doutoramento em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (manuele28@gmail.com).

Mário Augusto do Quinteiro Vilela

(Universidade do Porto). Ingressou no Seminário de Vila Real no ano de 1945 e viria a concluir o curso em 1957. Licenciou-se em Filologia Românica, entre 1963 e 1969, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, passando a exercer a docência na Faculdade de Letras da Universidade do Porto desde 1970. Fez o seu doutoramento na Universidade de Tübingen, na Alemanha, em 1978, em que obteve a máxima classificação com a dissertação *Lexikaliche Semantic - Wortfeltheorie. Theorie und Anwendung auf dem Portugiesischen*. Fez Provas de Agregação na Universidade do Porto em 1981, data a partir da qual passou a ser professor Catedrático, tendo-se jubilado em Janeiro de 2004. É autor de artigos em jornais e revistas e também de algumas obras, entre as quais: *Alma Nacional revista Republicana: Linguagem e Ideologia*, *Léxico da simpatia*, *Definição nos Dicionários de Português*, *Gramática e Valências: Teoria e aplicação*, *Estruturas Léxicas do Português*, *Estudos de Lexicologia do Português*, *Dicionário do Português Básico*. *Gramática da Língua Portuguesa e Léxico e Gramática*. (mariovilela@sapo.pt).

Pascoal Jorge Sampa

(Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), guineense, nascido em dezembro de 1991, em Bissau. Filho de Jorge Sampa e de Linda Mango. Concluiu o seu estudo fundamental e médio na cidade de Bissau, todos nas escolas públicas, faz parte dos primeiros estudantes guineenses a fazer o 12º ano, que foi implementado no ano letivo 2010/2011. Três anos depois conseguiu uma bolsa de estudo para estudar no

Brasil, em janeiro 2014, onde graduou em Bacharel em Humanidade pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em dezembro de 2016. Estudou na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como bolsista da mobilidade acadêmica da ANDIFES no semestre 2016.1. Participou na pesquisa de *Descrição de línguas crioulas de base portuguesa* que tem o objetivo de produzir um dicionário, coordenado pelo professor Dr. Cirineu Cecote Stein da Universidade Federal da Paraíba. Atualmente estudante de licenciatura em sociologia pela UNILAB (pascoalsampa@hotmail.com).

Rajabo Alfredo Mugabo Abdula

(Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - UNESP). Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa na UNESP, Mestre em Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP), Licenciado em Ensino do Português pela Universidade Pedagógica de Moçambique (UP), Bacharel em Ensino do Português pela Universidade Pedagógica de Moçambique (UP). Áreas de interesse: Ensino de Línguas, Sociolinguística, Política Linguística, Análise textual e Morfossintaxe. Autor de artigos científicos publicados em revistas qualis (rajaboalfredo@gmail.com).

Shirley Freitas

(Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil) atualmente é Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês, São Francisco do Conde – BA. Possui formação na área de Letras, Língua Portuguesa, e interessa-se sobretudo pelas seguintes áreas: variedades do português, fonética e fonologia, morfologia, contato linguístico, línguas crioulas de base portuguesa (shirleyfreitas@unilab.edu.br)

Lista de abreviaturas, siglas e acrônimos

ALUPEC	Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano
ALUSTP	Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
EIL	Ecosistema Integral da Língua
FMRI	<i>Functional Magnetic Resonance Imaging</i>
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FTN	Formas de Tratamento Nominais
hab.	habitantes
ID/id.	ideofone de ou ideofone com significado de
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INDE	Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação
INE	Instituto Nacional de Estatística
L2	Língua Segunda
LBm	Línguas Bantu moçambicanas
LCV	Língua Cabo-Verdiana
LM	Língua Materna
LOC.	locativo
LP	Língua Portuguesa
LWC	<i>Languages of Wider Communication</i>
MA	Meio Ambiente
MANU	União Nacional Africana de Moçambique
MO	Marca de Objeto
MP	Marca de Passado
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MS	Marca de Sujeito
PA	Português Angolano
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PB	Português Brasileiro
PDEM	Pronome DEMonstrativo
PE	Português Europeu
PEBIMO	Projeto de Ensino Bilíngue em Moçambique
PET	<i>Positron Emission Tomography</i>
PGen.	Partícula genitiva
PGG	Golfo da Guiné
PM	Português de Moçambique
PREP.	PREPosição
RTP	Rádio e Televisão Portuguesa
STP	São Tomé e Príncipe
TLI	Transmissão Linguística Irregular
TVS	Televisão São-tomense
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNAMI	União Nacional Africana para a Independência de Moçambique
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
v. i.	verbo intransitivo
v.t.	verbo transitivo
VDef.	Verbo Defectivo

Normas de publicação

A Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP) surgiu como manifestação do desejo de interconhecimento e de intercâmbio de todos os que, na América, na Europa e na África falam português no seu quotidiano, e se preocupam com a sua utilização e o seu ensino. A revista surge como um modo de aproximar as culturas que na língua portuguesa encontram expressão, ou que a moldam para se exprimirem.

Com uma tiragem semestral de 300 exemplares, e editada desde 1989, é uma publicação interdisciplinar da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) que circula a nível nacional e internacional, com especial destaque nos países de língua oficial portuguesa e Macau (RAEM), através das instituições de ensino superior membros da AULP e centros de investigação com interesse no domínio científico da revista.

Normas para Autores:

1. Os artigos submetidos a apreciação têm de ser originais e inéditos. Uma vez submetidos os artigos ao processo de avaliação da RILP, em momento algum poderão ser submetidos a outras revistas. Os textos têm de ser obrigatoriamente apresentados em língua portuguesa e devem respeitar as normas referentes ao acordo ortográfico de 2009.
2. Os artigos devem ter preferencialmente até 10.000 palavras, incluindo notas, bibliografia e quadros. Os textos devem ser entregues num documento em formato Word (ou compatível), estilo de letra Times New Roman, tamanho 12, espaçamento a um e meio.
3. Os artigos devem ser acompanhados de um resumo de cerca de 150 palavras – com uma versão em português e outra em inglês – de quatro a seis palavras-chave e de um ficheiro em formato Word (ou compatível) com os dados de identificação do autor (instituição, categoria, áreas de especialização e elementos de contacto eletrónico).
4. As ilustrações, quadros, figuras e mapas deverão ser numerados e enviados em ficheiro à parte em formato jpeg ou png. O autor deve ainda indicar os locais onde os mesmos devem ser inseridos.
5. As citações de fontes alheias têm de respeitar a legislação em vigor relativa aos direitos de autor.
6. A RILP segue as normas de referenciação bibliográfica contidas na 16ª edição do manual de citação de Chicago (Chicago Manual of Style. 2010. 16th ed. Chicago: University of Chicago Press). As referências bibliográficas dos textos em língua portuguesa, castelhana, francesa e italiana deverão preferencialmente, ser inseridas em notas de rodapé de página. As referências bibliográficas dos textos em língua inglesa deverão ser inseridas em corpo de texto, ambas respeitando as normas de citação adotadas.
7. Os textos submetidos serão, num primeiro momento, analisados pelo conselho editorial, podendo ser rejeitados ou submetidos a processo de arbitragem científica. Os artigos aceites serão, em seguida, submetidos a um ou dois árbitros, através de um sistema de revisão cega de pares. A decisão final sobre a publicação do artigo proposto, num dos números da RILP, será tomada pelo Conselho Editorial, considerando os pareceres dos árbitros.
8. Os autores, individuais ou coletivos, dos artigos publicados conferem à RILP o exclusivo direito de publicação, podendo o artigo sofrer alterações e revisões de forma, ou propósito de adequá-lo ao estilo editorial da RILP.
9. Os autores, individuais ou coletivos, dos artigos publicados na RILP receberão dois exemplares da revista cada. Se solicitado, poderá também ser disponibilizada uma cópia em formato PDF.

Os artigos e as dúvidas deverão ser submetidos para RILP@AULP.ORG.



Foto: Sabrina Balsalobre (Maputo, Moçambique – fevereiro de 2013)

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) são plurilingues, com uma convivência conflituosa entre a língua portuguesa (com estatuto de língua oficial), as línguas africanas (incluindo crioulos), as línguas asiáticas, as línguas de sinais e outras línguas europeias. Há pouca clareza (sob o ponto de vista da política linguística) em relação ao uso e à importância das línguas africanas, pois as Constituições dos seis PALOP deixam margem e possibilidades de interpretações. Por exemplo, a República da Guiné Bissau e a República Democrática de São Tomé e Príncipe não fazem nenhuma alusão ao uso e ao estatuto das línguas faladas nesses países. Outros países tratam as línguas africanas como 'línguas nacionais' (a exemplo de Moçambique e de Angola) ou ainda como 'línguas aborígenes' (como é o caso da Guiné-Equatorial). Agravando o quadro, observa-se que os crioulos são línguas da maioria populacional nos países onde são falados (como Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe), mas ainda não são reconhecidos como oficiais. A obra divide-se em duas partes: a primeira, dedicada à discussão de Políticas linguísticas e línguas africanas agregando cinco textos e a segunda, sobre os crioulos de base portuguesa nos PALOP.



1 38055 65154 7